

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

GABRIEL AMATO BRUNO DE LIMA

**“Aula prática de Brasil”:
*ditadura, estudantes universitários e imaginário
nacionalista no Projeto Rondon (1967-1985)***

Belo Horizonte
2015

GABRIEL AMATO BRUNO DE LIMA

**“Aula prática de Brasil”:
*ditadura, estudantes universitários e imaginário
nacionalista no Projeto Rondon (1967-1985)***

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História.

Linha de pesquisa: História e culturas políticas

Orientador: prof. dr. Rodrigo Patto Sá Motta

Belo Horizonte
Maio de 2015

981.063	Amato, Gabriel
A488a	“Aula prática de Brasil” [manuscrito] : ditadura,
2015	estudantes universitários e imaginário nacionalista no Projeto Rondon (1967-1985) / Gabriel Amato Bruno de Lima. - 2015. 209 f. : il. Orientador: Rodrigo Patto Sá Motta.
	Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Inclui bibliografia
	1. Projeto Rondon. 2. História – Teses. 3. Estudantes universitários – Teses. 4. Ditadura e ditadores - Teses. 5. Nacionalismo – Teses. 6. Brasil – História – 1967-1985. I. Motta, Rodrigo P. Sá (Rodrigo Patto Sá). II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

PÓSGRADUAÇÃO
historiaufmg

FOLHA DE APROVAÇÃO

Dissertação defendida pelo aluno **Gabriel Amato Bruno de Lima**, intitulada: **“Aula prática de Brasil’: ditadura, estudantes universitários e o imaginário nacionalista no Projeto Rondon (1967-1985)”**, no dia 02 de julho de 2015 e aprovada, pela banca examinadora constituída pelos professores:

Prof. Dr. Rodrigo Patto Sá Motta (UFMG) - Orientador

Prof. Dr. Marcos Napolitano (USP)

Profa. Dra. Miriam Hermeto Sá Motta (UFMG)



**ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO EM HISTÓRIA DE
GABRIEL AMATO BRUNO DE LIMA – Nº REGISTRO: 2013654027**

Aos **dois** dias do mês de **julho** de **2015 (dois mil e quinze)** reuniu-se a Comissão Examinadora composta pelos professores doutores **Rodrigo Patto Sá Motta** – Orientador (Universidade Federal de Minas Gerais), **Miriam Hermeto Sá Motta** (Universidade Federal de Minas Gerais), **Marcos Napolitano** (Universidade de São Paulo), para julgar o trabalho final intitulado “**Aula prática de Brasil: ditadura, estudantes universitários e o imaginário nacionalista no Projeto Rondon (1967-1985)**”, do discente **GABRIEL AMATO BRUNO DE LIMA**, requisito final para a obtenção do grau de **MESTRE EM HISTÓRIA**. Abrindo a sessão no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, Área de concentração: História, tradição e modernidade: política, cultura e trabalho – Linha de pesquisa: História e Culturas Políticas, o presidente da comissão, professor **Rodrigo Patto de Sá Motta**, após dar a conhecer aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra ao candidato, para a apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores, com a respectiva defesa do candidato. Logo após, a comissão se reuniu, sem a presença do candidato e do público, para julgamento e expedição do resultado final. O candidato foi considerado **APROVADO**. O resultado final foi comunicado publicamente ao candidato pelo presidente da comissão. Nada mais havendo a tratar, o presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ata, que foi assinada pelos examinadores participantes. Belo Horizonte, 02 de julho de 2015.

Observação da Banca: *A banca destaca a originalidade do tema, a abrangência da pesquisa documental e o diálogo crítico com a historiografia recente sobre o período. Tendo em vista os comentários, a banca sugere a publicação da dissertação.*

Comissão Examinadora:


Prof. Dr. **Rodrigo Patto Sá Motta** (UFMG) - Orientador


Profa. Dra. **Miriam Hermeto Sá Motta** (UFMG)


Prof. Dr. **Marcos Napolitano** (USP)

*Para Rafael Amato,
que não sei se chamo de irmão
ou de melhor amigo.*

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas e instituições me auxiliaram de diversas maneiras para que eu conseguisse concluir este trabalho. Agradecê-las não é apenas uma obrigação. É também a demonstração de meus afetos e o reconhecimento de que a pesquisa historiográfica não é somente o resultado do trabalho solitário em bibliotecas e arquivos. As omissões que possam ser encontradas nesta dissertação são, é claro, de minha responsabilidade. Entretanto, elas seriam muito mais numerosas se eu não tivesse contado com pessoas que escutaram as minhas preocupações de pesquisa e que me ajudaram de diversas formas nos últimos dois anos.

Rodrigo Patto Sá Motta, meu orientador já de longa data, foi uma das figuras-chaves no processo desta pesquisa desde o momento da escolha do tema até os retoques finais na narrativa. Sua leitura atenta, suas valiosas indicações sobre as universidades durante o regime militar, suas críticas e seus conselhos para além da pesquisa historiográfica com certeza foram fundamentais para que eu chegasse aos resultados que cheguei. Obrigado, Rodrigo, pela orientação certa, cuidadosa e paciente. Espero ter cumprido a contento a sua expectativa de produzir uma “bela dissertação ao fim do percurso.”

Meus pais, Marcos Antonio de Lima e Carmelita Amato Bruno de Lima, são parte inseparável não apenas desta dissertação mas também de vários outros projetos – de pesquisa ou não. Muitas vezes sem entender muito bem os motivos de tantos livros, aulas, viagens, seminários, pesquisas e fichamentos, eles sempre estiveram ao meu lado. Obrigado, mãe e pai, por me apoiarem sempre. Obrigado também por me ensinarem a cultivar “a estranha mania de ter fé na vida”.

Sem os meus amigos e amigas, eu possivelmente não chegaria aos resultados que cheguei nesses pouco mais de dois anos de pesquisa e escrita. Taciana Garrido esteve sempre comigo, compartilhando aflições sobre o futuro, além de suas inteligentes leituras de textos e de mundo. Aline Lemos, amiga que eu admiro por sua sagacidade e força, disse, talvez sem saber, as palavras certas na hora certa várias vezes. Raissa Brescia me inspirou com sua “gana” acadêmica, seu espírito crítico, suas observações argutas e com sua companhia sempre agradável. Gabriel Nascimento parecia interessado em saber a quantas andava a dissertação, mas continuou trazendo mil referências que me faziam esquecer dela por um tempo. Carol Rossetti me presenteou várias vezes com sua leveza, o que foi muito importante nos últimos anos. Igor Cardoso, agora também um pesquisador da ditadura, esteve presente nos momentos mais surreais que o álcool pode proporcionar. Alex Barboza chegou quando a pesquisa já estava no meio do caminho, mas foi uma presença constante e, acima de tudo, encorajadora.

Natália “Barud” Batista foi sempre muito “cuidadosa” ao ouvir tanto sobre rondonistas e Projeto Rondon, além de ter sido ótima companheira em vários outros projetos e momentos. Thiago Prates e Guilherme Fernandes de Melo sempre toparam – desde os tempos da graduação – um café na cantina acompanhado de discussões acaloradas. Thiago Lenine me lembrou várias vezes que a crítica pode sempre ser feita, ainda mais se a gente puder esticar a noite. Com Ana Tereza Landolfi Toledo tive várias conversas sobre o mundo acadêmico que, apesar de seu conteúdo pessimista, até que me deram forças para continuar. Juliana Ventura foi sempre muito gentil e preocupada comigo, mesmo quando eu havia tomado algumas taças de vinho a mais e não parava de falar sobre as minhas insatisfações com a vida acadêmica. Renata Moreira me ensinou a ser um “historiador na fronteira”, além de ter compartilhando comigo várias referências musicais e literárias. Obrigado a todos pelas longas conversas, pelas companhias mais do que agradáveis, por tornarem a universidade um lugar melhor para mim e por sempre ouvirem as minhas preocupações intelectuais e emocionais. Sem vocês, não apenas esta dissertação seria diferente: o seu autor também.

Na turma do mestrado em História de 2013 da UFMG, encontrei novos amigos e – mais importante – transformei colegas em amigos. Agradeço a Alexandre Bellini Tasca, Gabriel Pereira, Igor Nefer, Luan Vasconcelos, Marina Helena Meira Carvalho e Rodrigo Paulinelli pelos cafés na cantina da Fafich e pelas conversas durante e após as disciplinas do mestrado. Agradeço também a Carla Corradi, Carolina Dellamore, Rute Torres e Bruno Vinícius de Moraes pelo companheirismo e pelas conversas sobre as pesquisas, a universidade e a vida acadêmica nos últimos anos.

O historiador que estou me tornando e que se apresenta nas páginas seguintes deve muito às aulas, às indicações de leitura, aos debates e às críticas que recebi nos últimos sete anos no Departamento e no Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. Agradeço especialmente aos professores Adriana Romeiro, Adriane Vidal Costa, Douglas Cole Libby, Luiz Arnaut, Kátia Gerab Baggio, Maria Eliza Linhares Borges, Miriam Hermeto e Regina Horta Duarte por me estimularem – cada um à sua maneira – a estudar, a pesquisar e a ensinar História. Agradeço também ao professor Dawisson Belém Lopes, do Departamento de Ciência Política da UFMG, por ter me acolhido em uma disciplina sobre relações internacionais no primeiro semestre de 2013.

As discussões do exame de qualificação foram fundamentais tanto para aparar arestas da pesquisa como para que eu descobrisse novos caminhos e desafios que o meu tema poderia oferecer. Agradeço às professoras Alessandra Soares Santos e Miriam Hermeto por suas

leituras críticas e por suas valiosas sugestões. Agradeço mais uma vez à Miriam e também ao professor Marcos Napolitano por aceitarem o convite para fazer parte da banca final.

Agradeço à professora Priscila Dorella, da UFV, por ter confiado em meu trabalho quando a pesquisa ainda estava em seu início e por ter discutido comigo um pouco sobre a experiência com o Projeto Rondon.

Uma pesquisa em História se faz fundamentalmente com fontes primárias – ainda que não exclusivamente com elas. Como não pude – apesar de repetidas tentativas – acessar o arquivo da Fundação Projeto Rondon em Brasília, tive que contar com o auxílio de uma série de pessoas em diferentes lugares do Brasil que me facultaram o acesso à documentação sobre o programa de extensão. Agradeço à Telma Murari, do Arquivo Central da UNICAMP; a Eduardo Luiz dos Santos, do Arquivo Central e Histórico da UFV; à Solange Rocha, do Arquivo Público do Paraná; a Raynes Castro e à Vera Lúcia Duarte, do Arquivo Nacional em Brasília; e a Ieda Antônia de Carvalho, da Biblioteca Central da UFMG. Vilma Carvalho de Souza, bibliotecária chefe da Biblioteca da Fafich/UFMG, merece um agradecimento especial por me socorrer, sempre com muita solicitude, não apenas com demandas bibliográficas mas também com várias outras questões acadêmicas que surgiram nos últimos dois anos. Agradeço também à Anelise Coelho, pela pesquisa que realizou a meu pedido na *Beeston Collection* da Universidade do Texas, nos Estados Unidos.

Como precisei viajar muito para fazer essas pesquisas, contei com a solicitude de algumas pessoas que me hospedaram em suas casas e evitarem o desgaste de ter que me hospedar em hotéis. Agradeço a Rodrigo Pezzonia, em Campinas. Agradeço também à tia Clélia e ao tio Milton, que não apenas me receberam em São Paulo em várias ocasiões como também me socorreram com uma demanda na PUC-SP e conversaram comigo sobre este e outros projetos.

Os alunos da disciplina “Leituras historiográficas da ditadura militar brasileira”, que ministrei como parte do estágio docente no Departamento de História da UFMG durante o primeiro semestre de 2014, muito contribuíram para que eu refletisse sobre minhas posições acerca do tema da ditadura no Brasil. O agradecimento vai a todos, mas especialmente para Camila Barbosa Monção, Gabriel Bueno da Silva, Guilherme Alonso Alves e Mariele Cristina Conceição. Outro momento importante para que eu discutisse questões ligadas à historiografia do regime militar foi a “Leitura orientada” que cursei no segundo semestre de 2013. Agradeço mais uma vez ao Rodrigo, pela disponibilidade em promover esta atividade, e a Guilherme Bacha e Luan Vasconcelos, por se disporem a passar algumas tardes debatendo textos e compartilhando suas perspectivas acerca do tema.

Agradeço também ao CNPq, pela bolsa de estudos que me permitiu a dedicação integral ao mestrado, e ao Programa de Pós-Graduação em História da UFMG, pelo apoio financeiro e institucional em vários momentos.

Rafael Amato, meu querido irmão e melhor amigo, talvez não saiba o quanto a sua ajuda foi importante durante os últimos dois anos. Nos momentos de maior dificuldade (e não só com o mestrado), ele sempre esteve disposto a me escutar. A ele, esta dissertação é dedicada.

“Eu acho que viver é participar. A juventude geralmente participa protestando. O Projeto Rondon dá condições de a gente protestar construindo. Não é mole a gente deixar um programa de férias e ir pruns lugares que a gente nem vê no mapa. Mas a gente chega lá e conhece os problemas dum outro Brasil. Conhece o drama dos brasileiros que vivem sem médico, sem escola, sem recursos. Eu tive no Amazonas com o Projeto Rondon. No nosso grupo havia estudantes de Medicina, Agronomia, Odontologia, Veterinária, Pedagogia e Engenharia. O povo do lugar recorre à gente com confiança e esperança. Acredito que realizamos um trabalho importante pra eles. Mas ainda mais importante pra nós, que tivemos uma verdadeira aula de Brasil. Meu nome é Adalton Teixeira e sou quartanista de Medicina. Participei do Projeto Rondon setenta.”

Spot nº 2 da gravação intitulada “Projeto Rondon” produzida pela Assessoria Especial da Relações Públicas da Presidência para ser divulgada no rádio. c. 1970-1974.

RESUMO

Esta dissertação tem como tema o programa de extensão universitária Projeto Rondon desde a sua criação pela ditadura militar, em 1967, até o fim do governo do general João Baptista Figueiredo, em 1985. Argumenta-se que os sujeitos envolvidos em suas operações (estudantes universitários, professores, militares, técnicos) constituíam suas práticas junto ao programa de extensão por meio de um imaginário nacionalista. O interior do país era, neste sentido, entendido ao mesmo tempo como fonte de brasilidade e como um espaço “vazio” de nacionalidade que deveria ser “conquistado” pelos universitários. Esse imaginário comportava uma faceta anticomunista para vários sujeitos ligados ao regime, tendo em vista que, principalmente entre 1967 e 1979, eles esperavam que a “aula prática de Brasil” proporcionada pelo Rondon afastaria os estudantes das movimentações políticas contrárias ao regime militar, logo rotuladas de “comunistas”. Do ponto de vista das relações entre a ditadura militar e os estudantes universitários, esta dissertação opera um duplo questionamento: da memória social construída desde 1979, defensora da tese do estudante como um opositorista “nato” da ditadura, e de parte da historiografia mais recente sobre o tema, que vê no apoio de certos grupos sociais ao autoritarismo um “consenso” em torno do regime militar. Defende-se, ao contrário, a existência de uma dinâmica social do regime político instaurado em 1964 que comportava uma diversidade de comportamentos adotados pelos universitários ao longo do tempo, tais como a adesão, a apatia, a resistência e a acomodação.

Palavras-chaves: estudantes universitários; ditadura militar; nacionalismo; Projeto Rondon

ABSTRACT

The theme of this dissertation is the university extension program Project Rondon from its creation by the military dictatorship, in 1967, to the end of general João Baptista Figueiredo government, in 1985. It is argued that the agents who took part on its operations (undergraduate students, professors, militaries, technicians) have constituted their practices along the program through a nationalist imaginary. The country's interior was understood, in this sense, at the same time as a source of Brazilianness and as a space "empty" of nationality that should be "conquered" by the students. This imaginary included an anti-communist aspect to several actors from the regime, considering that, especially from 1967 to 1979, they hoped that the "practical lesson of Brazil" provided by the Rondon would alienate the students of political manifestations against the military regime, all labelled "communists". From the point of view of the relations between the military dictatorship and the undergraduate students, the dissertation questions both the social memory constructed since 1979, which defends the thesis of the student as a dictatorship "natural" oppositionist, and part of the contemporary historiography which understands some social groups support to the authoritarianism as a "consensus" around the military regime. It defends, on the contrary, the existence of a social dynamic of the political regime established in 1964 which included a range of behaviours adopted by the students thorough time, such as adhesion, apathy, resistance and accommodation.

Keywords: undergraduate students; military dictatorship; nationalism; Project Rondon

LISTA DE FIGURAS

- Figura 01:** Envelope do primeiro dia de circulação do selo do Preto Rondon. 5 de maio de 1970 p. 93
- Figura 02:** Peça publicitária da campanha de divulgação do Projeto Rondon produzida pela Proeme em 1972 p. 101
- Figura 03:** Propaganda da Associação Brasileira da Indústria Farmacêutica p. 104
- Figura 04:** Cartaz de divulgação dos concursos do Projeto Rondon p. 137

LISTA DE ABREVIATURAS

- ABI** – Associação Brasileira de Imprensa
- Aerp** – Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência
- AI-5** – Ato institucional número cinco
- Arena** – Aliança Renovadora Nacional
- ASI** – Assessoria de Segurança e Informações
- CFE** – Conselho Federal de Educação
- CIE** – Centro de Informações do Exército
- CIMI** – Conselho Missionário Indigenista
- CISA** – Centro de Informações da Aeronáutica
- CNBB** – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
- CRUSP** – Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo
- CRUTAC** – Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária
- DAU** – Departamento de Assuntos Universitários
- DCE** – Diretório Central dos Estudantes
- Dentel** – Departamento Nacional de Telecomunicações
- DNE** – Diretório Nacional dos Estudantes
- DNOCS** – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
- DNOS** – Departamento Nacional de Obras e Saneamento
- DOPS** – Departamento de Ordem Política e Social
- DSI** – Divisão de Segurança e Informações
- ECEME** – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
- EMC** – Educação Moral e Cívica
- EPB** – Estudos dos Problemas Brasileiros
- EUA** – Estados Unidos da América
- FAB** – Força Aérea Brasileira
- Funrural** – Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
- Gramrondon** – Grêmio de Radioamadores do Projeto Rondon
- GRU** – Grupo de Representação de Universitários
- INCRA** – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- JB** – Jornal do Brasil
- Labre** – Liga de Amadores Brasileiros de Rádio Emissão
- MAS** – Movimento de Ação Secundarista

MDB – Movimento Democrático Brasileiro
ME – Movimento estudantil
MEC – Ministério da Educação e Cultura
Minter – Ministério do Interior
Mobral – Movimento Brasileiro de Alfabetização
Mofuce – Movimento da Fundação da Casa do Estudante
MR-8 – Movimento Revolucionário Oito de Outubro
MUDES – Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
OPEMA – Operação Mauá
PR ou PRo – Projeto Rondon
PT – Partido dos Trabalhadores
PUC – Pontifícia Universidade Católica
SNI – Sistema Nacional de Informações
Sudam – Superintendência do desenvolvimento da Amazônia
Sudeco – Superintendência do desenvolvimento do Centro-Oeste
Sudene – Superintendência do desenvolvimento do Nordeste
UEE – União Estadual dos Estudantes
UEG – Universidade do Estado da Guanabara
UEL – Universidade Estadual de Londrina
UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFPA – Universidade Federal do Pará
UFPR – Universidade Federal do Paraná
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UFSM – Universidade Federal de Santa Maria
UnB – Universidade de Brasília
UNE – União Nacional dos Estudantes
Unicamp – Universidade Estadual de Campinas
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USAID – *United States Agency for International Development*
USP – Universidade de São Paulo
VPR – Vanguarda Popular Revolucionária

Sumário

Introdução – História, memória e historiografia do Projeto Rondon: em busca da construção de um objeto	15
A pesquisa histórica na experiência do tempo	21
Da história cultural do político	24
Memória e história dos universitários na ditadura: localizando o Projeto Rondon	28
Fontes e estrutura da dissertação	36
Capítulo I – A “gloriosa mocidade da Nação brasileira”: o Projeto Rondon como solução para a “subversão” estudantil (1967-1969)	40
Professores, militares e a preocupação com a “segurança nacional”	42
Rumo ao interior do Brasil: a “operação zero” do Projeto Rondon	45
A institucionalização do Rondon	49
As resistências dos universitários ao Rondon nos anos 1960	59
Entre o nacionalismo e o anticomunismo	64
A imprensa noticia o Projeto Rondon	69
Capítulo II – Em busca do “Brasil zero-quilômetro”: a expansão do Projeto Rondon no governo Médici (1969-1974)	75
A criação do programa de <i>campus</i> avançado	78
Divulgando o Projeto Rondon	86
Publicidade e propaganda do Rondon	97
Os programas de ação do programa de extensão	105
Os universitários e o nacionalismo do Projeto Rondon	108
Capítulo III – “O Projeto Rondon põe as cartas na mesa”: as transformações do Rondon no governo Geisel (1974-1979)	116
Mudanças no Minter e a criação da Fundação Projeto Rondon	118

Dez anos da “operação piloto”	127
A imprensa e os concursos do Projeto Rondon	133
Radioamadores e rondonistas no interior do Brasil	142
Os universitários e o Rondon na segunda metade da década de 1970	148
Capítulo IV – “Ainda tem sentido este desafio?”: crise da ditadura e mudanças no Projeto Rondon nos anos Figueiredo (1979-1985)	155
Críticas ao Projeto Rondon e “mudança de rota” nos <i>campi</i> avançados	157
As oposições ao regime e as críticas ao Rondon	165
A Fundação Projeto Rondon em tempos de crise da ditadura	175
Considerações finais – Os estudantes universitários, a ditadura e o Projeto Rondon: deslocamentos de memória, esforços historiográficos	180
Referências	185
Anexo I – Administração do Projeto Rondon	204
Anexo II – <i>Campi</i> avançados do Projeto Rondon e universidades responsáveis	206
Anexo III – Hino do Rondonista	209

INTRODUÇÃO

História, memória e historiografia do Projeto Rondon: em busca da construção de um objeto

Tabatinga, interior do estado do Amazonas. Quarta-feira, 19 de janeiro de 2005. Diante de ministros de Estado, parlamentares, militares, professores e estudantes universitários – incluindo Gustavo Petta, à época dirigente da União Nacional dos Estudantes –, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançou oficialmente a primeira operação do novo Projeto Rondon. Em seu discurso lido sem improvisos, Lula afirmou a importância da presença do Estado brasileiro no direcionamento do desenvolvimento nacional. Aos novos rondonistas, o presidente disse que a experiência no interior do país por meio do programa de extensão então recriado era uma “iniciação a um Brasil” apenas conhecido, mas ainda distante das vivências dos estudantes. Lula lembrou ainda que a sugestão para a retomada do Projeto Rondon havia partido da própria UNE e das associações de ex-rondonistas. Coube ao governo do Partido dos Trabalhadores recriar o projeto de extensão com “a cara do Brasil de hoje”, tempo em que a justiça social representaria aquilo que o telégrafo significou para as primeiras décadas do século XX vividas pelo marechal Cândido Rondon.¹

Como que a conectar presente e passado, democracia e ditadura, um conselheiro e ex-presidente da Associação Nacional dos Rondonistas – uma entidade ligada aos gestores e participantes da primeira edição do Projeto Rondon – estava presente na solenidade e até mesmo tomou parte nos discursos feitos naquele dia. Ao que tudo indica, porém, nem todos estavam atentos para as incongruências que aquela cerimônia ensejava do ponto de vista da história recente do Brasil. A cena transcorrida ali, naquela pequena cidade de tríplice fronteira, desafia a análise política mais apressada. Um opositor da ditadura, líder operário nas greves contra o regime militar ocorridas no ABC paulista a partir de 1979, retomava um programa de extensão universitária criado décadas antes pelo mesmo governo autoritário responsável por sua prisão no Departamento de Ordem Política e Social entre março e abril de 1980. Mais do que isso: o retorno das operações do Projeto Rondon foi sugerido e tinha o apoio explícito da UNE, justamente a principal entidade estudantil que a ditadura pretendia

¹ SILVA, Luiz Inácio Lula da. *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de relançamento do Projeto Rondon*. Brasília: Secretaria de Imprensa e Divulgação, 2005, p. 1-2 e p. 4-5. Para as informações sobre a solenidade, cf. Lula quer jovem engajado. *Jornal do Brasil*, 20 de janeiro de 2005, p. A4 e BRASIL, Kátia. Presidente estreia avião e inaugura a nova versão do Projeto Rondon. *Folha de S. Paulo*, 19 de janeiro de 2005, p. A6.

esvaziar nos anos 1960 ao levar os universitários brasileiros para o interior do país por meio de um programa governamental.²

Ao noticiar a retomada do Projeto Rondon, a grande imprensa liberal preferiu enfatizar o fato de que a viagem de Lula partindo de Brasília para Tabatinga foi a primeira realizada com o novo Airbus presidencial. Apelidado de “AeroLula” pelos jornalistas mas batizado oficialmente de Santos Dumont, a nova aeronave, que substituía o Boeing 707 fabricado em 1958, acabou sendo a protagonista das notícias que davam conta do relançamento do projeto de extensão.³ Com exceção de uma ou outra referência ao fato de o Projeto Rondon ser uma criação da ditadura, o debate sobre a questão restringiu-se a pequenas notas ou a artigos de opinião. As representações veiculadas nesses textos são, ainda assim, indícios de mais um capítulo na história das batalhas de memória sobre a ditadura. Logo quando a notícia sobre a retomada do programa foi divulgada, em meados de 2004, Gilberto Amaral anunciou, em sua coluna no *Jornal do Brasil*, que “o presidente Lula da Silva, que combateu a revolução [sic] mas sabe reconhecer o lado positivo daquele período, vai ressuscitar o Projeto Rondon”.⁴ A *Folha de S. Paulo*, por sua vez, limitou-se a lembrar que o Projeto Rondon era um “programa dos tempos do ‘Brasil: Ame-o ou Deixe-o’” e em estampar, numa de suas reportagens sobre o tema, uma fotografia do general-presidente Emílio Garrastazu Médici congratulando-se com rondonistas no ano de 1973.⁵

Artigo muito mais contundente na crítica à iniciativa de Lula foi publicado por Ruth Cardoso no jornal *O Estado de São Paulo*, alguns dias após a cerimônia em Tabatinga. Para a antropóloga, “ao fazer renascer o Projeto Rondon neste início de ano, o governo do PT surpreendeu negativamente ao evitar qualquer avaliação crítica desta que foi uma das marcas registradas da ditadura militar.” O programa de extensão seria maculado por sua origem, o que explicaria a presença de militares em suas operações, a centralização em Brasília e o papel secundário desempenhado pelas universidades em sua primeira edição. O Projeto Rondon seria, ainda, “fruto de uma estratégia para afastar os estudantes das manifestações de

² Logo no início da ditadura, foi aprovada uma legislação autoritária sobre representação estudantil que era composta pelos decretos-lei Suplicy de Lacerda, de 1964, e Aragão, de 67. Seu objetivo era proscriver a UNE e as UEEs. Funcionando na ilegalidade, essas entidades estudantis teceram críticas ao Rondon nesses mesmos anos: o temário aprovado pelas lideranças estudantis para o 30º Congresso da UNE, que deveria ser realizado em 1968 na cidade de Ibiúna, São Paulo, previa uma discussão sobre o Projeto Rondon que o conectava à reforma universitária, ao “plano MEC-Usaid” e à “adequação da universidade aos interesses de capitais estrangeiros”. Cf. O que há com os estudantes. *Correio da Manhã*, 14 de julho de 1968, 1º caderno, p. 2.

³ Lula estreia avião no Amazonas. *Jornal do Brasil*, 7 de janeiro de 2005, p. A3 e ‘AeroLula’ estreia dia 19 em viagem pra o Amazonas. *Folha de S. Paulo*, 7 de janeiro de 2005, p. A5.

⁴ AMARAL, Gilberto. Projeto Rondon. *Jornal do Brasil*, 27 de agosto de 2004, p. D6.

⁵ A avaliação que cita o conhecido *slogan* da Operação Bandeirante não foi assinada, cf. Túnel do tempo. 24 de agosto de 2004, *Folha de S. Paulo*, p. A4. Para o *box* com a fotografia de Médici, cf. Lula cria secretaria da juventude. *Folha de S. Paulo*, 20 de janeiro de 2005, p. A4.

oposição”. Preocupada em positivar a Universidade Solidária – iniciativa na qual esteve envolvida durante o governo do Partido da Social Democracia Brasileira –, Cardoso criticava o Projeto Rondon porque suas ações estariam centradas em “ofertar serviços”, e não em dar apoio às comunidades no desenvolvimento local. A intervenção da ex-primeira dama, profícua em apropriações do passado por parte da direita liberal na crítica ao nacional-estatismo reelaborado por Lula, não ficou sem resposta no próprio *Estadão*. O general Gilberto Arantes Barbosa, primeiro coordenador do novo Projeto Rondon, disse que “a grande diferença entre uma versão e outra é o engajamento direto da universidade” na edição contemporânea do programa. O coronel reformado Sérgio Mário Pasquali, coordenador do projeto de extensão na década de 1970 e secretário-geral do MEC no governo Figueiredo, não perdeu a oportunidade para refutar o argumento de que “a primeira experiência tenha desconhecido iniciativas de desenvolvimento sustentado e aberto espaço para o clientelismo.”⁶ Nada se disse, porém, sobre as relações entre o programa e o regime militar.

Esse debate acerca da história do Projeto Rondon durante a ditadura que ocorreu à época do seu retorno como uma iniciativa promovida pelo governo federal acabou por não prosperar, preservando a sua dimensão reduzida. Essa falta de interesse público, que talvez indique um *silêncio* da memória, pode ter sido justamente, dentre outros fatores, um dos responsáveis pelas limitadas críticas recebidas pelo programa de extensão desde 2005. Coordenado pelo Ministério da Defesa – e não mais pelo extinto Ministério do Interior, como ocorria até o fim da sua primeira edição em 1989 –, o programa têm atraído uma gama diferenciada de estudantes e professores universitários interessados em realizar atividades extensionistas no interior do Brasil. Até junho de 2014, cerca de 17.300 universitários haviam se engajado em ações realizadas pelo programa de extensão em 778 municípios do país.⁷ Possivelmente ignorando o lugar ocupado anteriormente pelo Projeto Rondon no quadro das políticas públicas da ditadura, esses novos rondonistas vêm reelaborando uma série de representações acerca de um Brasil que precisaria ser integrado e de uma brasilidade supostamente genuína localizada no interior do país.⁸

⁶ CARDOSO, Ruth. Em 2005, o velho Projeto Rondon. *O Estado de São Paulo*, 30 de janeiro de 2005, p. A2 e MAYRINK, José Maria. Direção do Rondon reage às críticas de Ruth Cardoso. *O Estado de São Paulo*, 01 de fevereiro de 2005, p. A9.

⁷ Projeto Rondon. Disponível em: <<http://projektorondon.pagina-oficial.com/portal>> Acesso em 30 Jun. 2014.

⁸ O canal oficial do programa de extensão no YouTube apresenta uma diversidade de vídeos com depoimentos dos atuais rondonistas nos quais se pode perceber como o imaginário nacionalista constitui, ainda que de forma diversa do que ocorria nos anos 1960 a 80, as experiências dos universitários. Cf. Projeto Rondon Oficial. Disponível em <<https://www.youtube.com/user/ProjetoRondonOficial>> Acesso em 9 Jan. 2015.

A data era 1972. Como ficou consagrado pela memória a partir da década de 1980, corriam os “anos de chumbo” para os opositores do regime instaurado sete anos antes: repressão, clandestinidade, prisões, violações de direitos humanos, “desaparecimentos”. Para outros atores sociais, muito distantes do enfrentamento armado com os militares ou mesmo das diferentes ações de resistência ao autoritarismo, corriam os “anos de ouro”: as festas cívicas do Sesquicentenário da Independência entre abril e setembro, a construção da Transamazônica, o otimismo traduzido em imagens de integração, ufanismo e futuro grandioso.⁹ Eram também os anos do suposto “milagre” econômico, com taxas de crescimento e de aumento das desigualdades sociais igualmente vultosas. Os brasileiros viviam a ditadura militar¹⁰ de maneira muito multiforme, a variar de acordo com o grupo que se pertencia mas também dentro de cada setor social, nas trajetórias individuais. Entre os membros da classe média intelectualizada opositora ao regime, grupo que abrigava parte considerável dos estudantes universitários à época, podia-se “de um lado, não perder um número dos jornais alternativos. De outro, para os novos aquinhoados, investir na bolsa. De um lado, comprar um televisor em cores, deixando o preto-e-branco para a empregada. De outro, torcer contra o Brasil no final da Copa.”¹¹

Na primeira semana de janeiro daquele ano de 1972, 4.708 estudantes de diversas regiões do país se deslocaram para diferentes municípios brasileiros. Iriam participar da décima operação do Projeto Rondon, com dimensões nacionais. Acompanhados de dois professores, cinco destes rondonistas foram para Humaitá, sul do estado do Amazonas. A viagem até ali havia sido longa: universitários de faculdades do interior de São Paulo, os

⁹ Sobre a duplicidade do contexto – “anos de chumbo” e “anos de ouro” –, cf. CORDEIRO, Janaína Martins. *Lembrar o passado, festejar o presente: as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e sentimento* (1972). 2012. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói/Rio de Janeiro, p. 23-25 e CORDEIRO, Janaína Martins. Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 22, nº 43, janeiro-junho de 2009, p. 89-90. Como será demonstrado adiante, não se espoca aqui a ideia de que problematizar a tessitura social do autoritarismo implique afirmar a existência de um “consenso” em torno do regime.

¹⁰ Não se ignora aqui o debate acerca do caráter do regime político instaurado com o golpe de 1964 no Brasil – se uma “ditadura militar” ou uma “ditadura civil-militar”. Sem negar o efetivo papel desempenhado por civis não apenas na burocracia estatal como também na repressão política, optou-se por utilizar o primeiro conceito na medida em entende-se que “o topo do sistema político e os processos decisórios de alto-nível ficam restritos ao alto comando das Forças Armadas” durante esse período. Instaurou-se no Brasil, assim, uma “nova forma de ocupação do Estado” caracterizada pela presença de militares em postos antes ocupados por civis. NAPOLITANO, Marcos. O golpe de 64 e o regime militar brasileiro: apontamentos para uma revisão bibliográfica. *Contemporanea – Historia y problemas del siglo XX*, Montevideu/Uruguai, v. 2, 2011, p. 215 e nota 17. Vale lembrar também que o próprio criador do conceito de ditadura civil-militar, o historiador Daniel Aarão Reis Filho, têm reconhecido em trabalhos mais recentes a diferença hierárquica existente entre militares e civis durante o regime, apontando o protagonismo dos primeiros. Cf. REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 58-62.

¹¹ TAVARES, Maria Hermínia e WEIS, Luiz. Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 333.

cinco jovens foram primeiro para a capital do estado com o objetivo de participar do remanejamento realizado pela coordenação do Projeto Rondon no estádio do Pacaembu. Da maior metrópole da América do Sul, os estudantes viajaram 2.955 quilômetros até Porto Velho em um avião da Força Aérea Brasileira. Nesta cidade, a equipe recebeu treinamento no 5º Batalhão de Engenharia de Construção – justamente o mesmo local que, entre julho e agosto de 1967, havia hospedado os estudantes da “operação zero” do programa de extensão. A rotina no batalhão, localizado na capital do território federal de Rondônia, era militarizada e marcada por rituais cívicos até mesmo para os estudantes. Como escreveram em seu relatório, “todos os dias assistíamos à formatura dos militares pela manhã. Dia 6 foi feita uma homenagem aos universitários paulistas e tocaram a Marcha do 4º Centenário[,] sendo que o estudante mais jovem do grupo hasteou a Bandeira Nacional.”¹²

Ainda em Porto Velho, os rondonistas conheceram as instalações e o funcionamento do *campus* avançado do Projeto Rondon localizado na cidade. Originalmente construídos para sediarem um hospital especializado em doenças tropicais, aqueles dois prédios haviam sido cedidos pela Sudam para que a UFRGS instalasse o seu posto avançado no Norte brasileiro em fevereiro de 1971. A visita ao *campus* foi acompanhada por seu diretor, o professor Paulo Ubirajara Linhares. Segundo os rondonistas, uma das lições aprendidas ali era a de que “o grupo de professores e alunos que virão ao *campus* deve ser de elite, gente de alto gabarito que possa ter uma atuação bem eficiente.”¹³ As atividades de cada universitário, afinal, custavam ao Estado brasileiro cerca de 3 mil cruzeiros. Na lógica dos gestores do Projeto Rondon, este gasto deveria ser compensado pelas atividades assistencialistas realizadas pelos alunos do *campus*: tratamento da água e do solo; atividades no laboratório de análises; atuação na maternidade e no berçário da cidade; ações na área de educação básica. O interesse dos membros da Equipe dos Cobras – nome adotado por aquele grupo de rondonistas paulistas – pelo funcionamento do *campus* não era despropositado. Partindo para uma viagem de 204 quilômetros até Humaitá no dia 11 pela manhã, um dos objetivos prioritários dos estudantes na cidade era justamente realizar estudos para a implantação de uma nova unidade daquele programa de ação do Projeto Rondon na região amazônica. Outro objetivo da equipe era “limpar a camisa” do programa de extensão, já que os humaitaenses estavam decepcionados com o não cumprimento das seguidas promessas feitas pelos estudantes que haviam atuado anteriormente na região.

¹² EQUIPE DOS COBRAS. *Missão cumprida*: relatório das atividades desenvolvidas pela equipe GTU/PR em Humaitá, Amazonas. Humaitá/Bauru, 1972, p. 8. A grafia de todas as citações documentais foi atualizada.

¹³ *Ibid.*, p. 10.

No decorrer dos dias em que ficaram hospedados na casa do prefeito da cidade, o grupo ministrou cursos para professores; realizou pesquisas acerca dos ofídios do município e da configuração socioeconômica da região; conversou com autoridades e líderes comunitários. Os rondonistas também tentaram viabilizar a instalação do *campus*, inclusive conseguindo que o prefeito da cidade emitisse um decreto que determinava a doação de um terreno para este fim. A sensação dos estudantes ao deixarem Humaitá foi a de “missão cumprida”. Talvez esse sentimento otimista tenha sido reforçado pelos acontecimentos que presenciaram no salão nobre da prelaia da cidade, local em que foi realizada a cerimônia de entrega de certificados aos moradores que participaram dos cursos ofertados pelos rondonistas. Além de um jantar oferecido para os estudantes e de uma serenata realizada em sua homenagem, o discurso da oradora da turma de cursistas parece ter deixado os universitários muito satisfeitos. Em sua fala, Terezinha Aires Alves agradeceu aos “destemidos componentes do glorioso Projeto Rondon” pelo “desprendimento verdadeiramente heroico [de] sacrificarem suas férias durante esses dias, em favor de nossa população, ao serviço da Pátria e da glória do Brasil.” Significando o projeto de extensão por meio da reelaboração do imaginário nacionalista, a oradora ainda louvou os professores e estudantes por preferirem “escutar a voz da Amazônia que os convidava a sentir no sangue e no coração a necessidade do Brasil e as riquezas esquecidas e abandonadas nestes misteriosos rincões...”, ao invés de descansarem em seu período de férias.¹⁴

Desta vez, a promessa feita pelos rondonistas não ficou sem ser efetivada. O *campus* avançado do Projeto Rondon em Humaitá foi implementado no dia 18 de novembro de 1972. Até 1979, 927 universitários de diferentes faculdades do interior de São Paulo atuaram naquela região apenas nesta linha de ação do programa de extensão. Dentre as atividades realizadas pelos rondonistas estavam os cursos de educação sanitária, a implantação do segundo grau profissionalizante na cidade e a criação do jornal do município.¹⁵ Apesar de não ter sido o único programa de ação do Projeto Rondon durante a ditadura, a atuação de estudantes nos *campi* avançados era alardeada com frequência nas entrevistas que os envolvidos na organização do projeto de extensão davam à imprensa. Como declarou à revista *Veja* em 1973 o major Heráclito Ribeiro, “o sucesso é compreensível, pois não há melhor

¹⁴ EQUIPE DOS COBRAS. *Op. citada*, 1972, p. 83-84.

¹⁵ MINISTÉRIO da Educação e Cultura. *Uma visão do campus avançado pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras e Fundação Projeto Rondon*. Brasília: MEC/DDD, 1980, p. 35 e p. 47-50.

estágio educacional que mandar um jovem de São Paulo ou do Rio Grande do Sul ao encontro de problemas que ele só conhecia através dos livros”.¹⁶

A pesquisa histórica na experiência do tempo

O que liga esses dois acontecimentos, separados no tempo por mais de trinta anos? Como entender esses eventos tão afins um do outro sem perder de vista as marcas de suas singularidades? Responder a essas perguntas auxilia na própria justificação da relevância de uma pesquisa acerca da história do Projeto Rondon, além de demarcar o lugar social que possibilita os procedimentos de análise da presente operação historiográfica.¹⁷ No esforço de construção do objeto de investigações desta pesquisa, as lições de Benedetto Croce acerca do estatuto da produção do conhecimento histórico foram valiosas. Para o autor, “por muito e muito distantes que pareçam cronologicamente os fatos por ela referidos, a história se relaciona sempre com a necessidade e a situação presentes, nas quais aqueles fatos propagam as suas vibrações.”¹⁸ A consideração do Projeto Rondon como sendo passível de ser historiado é admissível, portanto, apenas na medida em que sua historicidade motiva a elaboração de questões relevantes para o *presente* – daí a famosa afirmação do mesmo autor segundo a qual toda produção historiográfica é, no limite, história contemporânea. A existência do programa de extensão empreendido pelo governo federal em contextos políticos tão díspares – a ditadura militar, a transição negociada para a democracia nos anos 1980 e o momento contemporâneo – desafia o historiador a compreender as dinâmicas temporais fluídas, fragmentadas e sinuosas da história recente do Brasil. Mais do que isso: ela estimula o historiador a questionar o seu tempo presente por meio da análise das relações seletivas estabelecidas, hoje, com experiências pretéritas de autoritarismo. Pode-se, assim, problematizar as linearidades estanques construídas pelas narrativas da memória.

Não se trata, porém, de afirmar a inexistência de mudanças na versão atual do Projeto Rondon quando comparada à sua primeira edição. Tampouco de adotar um tom denunciatório e polemista ao problematizar as relações mantidas contemporaneamente com eventos, personagens e histórias vividas durante a ditadura. Os estudantes da UNE, as associações de ex-rondonistas e o governo do PT não “resgataram” o programa de extensão dos tempos do regime militar, se com isso queremos dizer que ele teria sido hermeticamente armazenado, mantendo as suas características “originárias”, e agora retomado nos mesmos moldes das

¹⁶ Frutos do campus. *Veja*, edição 250, 10 de junho de 1973, p. 73.

¹⁷ CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense, 2011, p. 45-47.

¹⁸ CROCE, Benedetto. *A história, pensamento e ação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962, p. 14.

décadas de 1960 e 70. Houve, no decorrer dos anos, novas formas de se apropriar deste programa de extensão. Sua emergência, seu aparecimento em tempos tão distintos acontece em momentos também diversos no que se refere à configuração do “estado de forças” da política nacional. Não há uma continuidade linear e evolutiva na “dispersão dos acontecimentos” que permitem a existência do Projeto Rondon em diferentes conjunturas.¹⁹ Há, ao contrário, as descontinuidades das práticas, os silêncios da memória, os esforços a um só tempo incessantes e incoerentes de adaptação de um imaginário no devir histórico.

Criado nos anos iniciais da ditadura militar com o *slogan* “Integrar para não entregar” e com o duplo objetivo de afastar a “subversão” dos meios universitários e desenvolver o país pela via da “integração nacional”, o Projeto Rondon levou centenas de milhares de universitários para diversas regiões do Brasil enquanto generais se sucediam no cargo de presidente da República. Nesse período, ainda assim, houve mudanças significativas no programa de extensão. Se inicialmente as áreas prioritárias para a atuação dos estudantes eram as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil, passou-se, com o tempo, a serem realizadas operações de menor proporção nas outras regiões do país. Em 1973, o projeto de extensão criou um programa de fixação e interiorização de mão-de-obra no interior, por meio de parceria firmada com o Ministério do Trabalho e Previdência Social. Em 1975, Ernesto Geisel criou a Fundação Projeto Rondon e o programa de extensão reorganizou-se burocraticamente. O fim do regime autoritário em 1985, por sua vez, não significou o término do Projeto Rondon. Diminuiu-se a presença de militares em suas operações, seu *slogan* foi modificado para “Participação e desenvolvimento” e os cargos na fundação responsável por organizar as suas operações acabaram se tornando moeda de barganha política no processo de reorganização do Estado brasileiro pós-regime autoritário. Vários dos seus *campi* avançados deixaram de ser administrados por universidades do Sul e do Sudeste do país, passando para a responsabilidade de instituições de ensino superior dos estados em que estavam localizados. Os rondonistas, todavia, continuaram a viajar para o interior do país.

O fim da Fundação Projeto Rondon e das atividades oficiais dos universitários ocorreu apenas em 1989, quando o governo José Sarney alegou falta de verbas que pudessem viabilizar a continuidade das operações. Insatisfeitos com essa decisão, alguns gestores do programa constituíram, logo em seguida, a Associação Nacional dos Rondonistas. Funcionando como uma Organização Social de Interesse Público, essa entidade configurou-se como um lugar de sociabilidade para os ex-rondonistas. Ela também organizou pequenas

¹⁹ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. São Paulo: Graal, 2004, p. 21-23.

operações com estudantes universitários no interior do Brasil, à margem da coordenação e das verbas do governo federal. Quatorze anos depois do fim da Fundação, em 2003, a UNE propôs ao então presidente do Brasil o retorno do Projeto Rondon. A demanda do movimento estudantil ficou conhecida, à época, como a “Emenda UNE”. O projeto de extensão foi logo reativado e suas operações voltaram a ocorrer a partir do ano de 2005. Recriado com o novo *slogan* “Desenvolvimento para todos”, o Projeto Rondon passou a dialogar com a nova conjuntura democrática brasileira em que o nacional-desenvolvimentismo foi apropriado e praticado por um governo que se posicionava na centro-esquerda do espectro político. As questões principais que movem a atual edição do programa de extensão são, segundo sua coordenação geral, o “desenvolvimento local sustentável” e o “fortalecimento da cidadania.”²⁰

O reestabelecimento, na contemporaneidade, de um programa de extensão criado pela ditadura serviu como mote inicial para a definição do tema desta pesquisa. Entende-se que analisar a história do Projeto Rondon pode suscitar reflexões acerca de diferentes matizes de nosso presente: os projetos de desenvolvimento nacional; os traços autoritários da sociedade brasileira, mesmo quando vigora a democracia liberal; o imaginário acerca das regiões interioranas do país. Definido o tema de pesquisa como sendo o Projeto Rondon desde a sua criação, entre 1967-68, até o fim do governo do general João Baptista Figueiredo, em 1985, o próprio contato com a vasta documentação produzida pelo e sobre o programa de extensão ofereceu as balizas para a definição do objeto de estudos: as articulações do imaginário nacionalista por meio das quais os rondonistas significavam as suas práticas.

Esta escolha também não está isenta de diálogos com o presente. Nas palavras da jornalista Eliane Brum, em artigo publicado em 2014 por ocasião do cinquentenário do golpe de 1964, “a ditadura civil-militar enraizou no imaginário dos brasileiros a visão de que a floresta amazônica é um território-corpo para exploração.” O Projeto Rondon não foi a única política pública da ditadura da qual o atual governo se apropriou. A construção da usina de Belo Monte, no Xingu, também foi retomada. Ambos os casos têm ensejado exercícios de modificações de um imaginário sobre o Brasil que é tributário da ditadura e que representa a Amazônia, por exemplo, como um “vazio demográfico”. Ainda segundo Brum, “as peças de propaganda que o regime produziu continuam vivas, mesmo para aqueles que nasceram

²⁰ COORDENAÇÃO GERAL DO PROJETO RONDON. *Guia dos rondonistas*. Disponível em <<http://projektorondon.pagina-oficial.com/portal/file/download/id/82277>>. Acesso em 13 Mar 2014.

depois dela, como os slogans ‘Integrar para não entregar’ e ‘Terra sem homens para homens sem terra’.”²¹

Da história cultural do político

Se o que interessa estudar, nesta pesquisa, é o imaginário nacionalista constituinte do Projeto Rondon, quais marcos teóricos podem nos auxiliar nesta empreitada? O presente exercício historiográfico insere-se nos debates do campo da história cultural do político. Jean-François Sirinelli sugere que a história política dedica-se, de maneira mais ampla, ao estudo da distribuição do poder e da autoridade nas sociedades humanas. Sirinelli afirma, neste sentido, que “a história política objetiva analisar não somente os comportamentos individuais ou coletivos e seus efeitos, mas também o que se enquadra na percepção e nas sensibilidades. Isso leva a um interesse por fenômenos de transmissão de crenças, normas e valores.”²² A proposta de trabalho na encruzilhada entre os fenômenos da política e da cultura (entendida em seu sentido antropológico) é consonante com a própria sugestão de alargamento da concepção do conceito de política ao se flexionar o gênero deste substantivo no masculino. Como sugere Pierre Rosanvallon, o político diz respeito a “tudo aquilo que constitui a *polis* para além do campo imediato da competição partidária pelo exercício do poder, da ação governamental cotidiana e da vida ordinária das instituições.”²³

Ainda que não se defenda a ideia de “que tudo é política”, o que corresponderia a um exagero na autonomia do político, esse entendimento mais amplo do conceito abre novas perspectivas para as atividades dos historiadores. O diálogo entre a historiografia do político e uma história cultural preocupada especialmente com as operações de apreensão e instituição do mundo social realizadas pelos sujeitos históricos também proporciona modificações nos objetos de interesse dos historiadores do político. Dentre essas novas perspectivas para a escrita da História, o conceito de imaginário talvez seja o mais controverso e, por isso mesmo, um dos mais instigantes.

Uma primeira definição de imaginário, presente no senso-comum, conecta-o com o mentiroso, o fantasioso, o quimérico e a invenção. Seriam sinônimos de imaginário, neste sentido, a fantasia, a ficção, o sonho e o mito. Segundo Sandra Jatahy Pesavento, esta apreciação corrente acerca do imaginário é caudatária da modernidade e encontrou como um

²¹ BRUM, Eliane. A ditadura que não diz seu nome. *El País*, 31 de março de 2014. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2014/03/31/opinion/1396269693_200037.html> Acesso em 07 Jul. 2014.

²² SIRINELLI, Jean-François. De la demeure à l’agora: pour une histoire culturelle du politique. *Vingtième Siècle. Revue d’histoire*, n° 57, janeiro-março de 1998, p. 125. Tradução minha.

²³ ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2010, p. 73.

de seus marcos mais significativos o racionalismo cartesiano.²⁴ Posteriormente, outras correntes de pensamento – como o cientificismo e o positivismo – iriam reafirmar essa visão pejorativa acerca dos imaginários, notadamente na segunda metade do século XIX. Para esses autores, devia-se tratar o imaginário “como epifenômeno do real” e “opô-lo rigorosamente aos conhecimentos e ao saber”.²⁵ A função primordial da ciência seria a de desvendar o imaginário e demonstrar que, por detrás dele, esconde-se uma “realidade concreta” dos fatos, entendida, na maioria das vezes, como restrita aos fatores sociais e econômicos da vida em sociedade. Essa noção de imaginário, que o limita ao universo da fábula, ainda pode ser encontrada na bibliografia sobre o tema. Contemporaneamente, Jean-Jacques Wunenburger advoga que se deve entender o imaginário como sendo contrário ao real e ao simbólico. Em sua proposta de definição, este autor afirma que “o imaginário implica uma emancipação com referências a uma determinação literal, a invenção de um conteúdo novo”.²⁶

Os historiadores tampouco ficaram imunes a essa apreciação do imaginário. Raoul Girardet, adepto tanto da concepção corrente do imaginário acima referida como do entendimento do conceito num prisma estruturalista, foi responsável pela publicação de um aprofundado estudo sobre os imaginários políticos. Objetivando alargar o campo da história das ideias para além dos estudos de obras canônicas do pensamento político, Girardet propõe que os historiadores deveriam se voltar para o estudo do imaginário político. Suas pesquisas, neste sentido, concentraram-se em três mitos/imaginários arquetipos de longa duração: o da conspiração, o do herói e o da revolução redentora. Para esse autor, os imaginários escapam às “formulações demonstrativas” mais racionais de pensamento e se sobrepõem aos sonhos, às utopias e aos mitos. Ao indicar que as mitologias políticas são imaginários, o historiador lhes confere as características de “fabulação, deformação ou interpretação objetivamente recusável do real”. Apesar disso, os imaginários conservam, segundo Girardet, uma “identidade estrutural” ao longo dos séculos e desempenham um papel de mobilização política em momentos específicos da história.²⁷

Com os debates instaurados nos campos da antropologia, da psicanálise e da filosofia política especialmente a partir dos anos 1970, “o imaginário é cada vez menos considerado como uma espécie de ornamento de uma vida material considerada como a única ‘real’”.²⁸ O

²⁴ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 15, nº 29, 1995, p. 11-12.

²⁵ BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: *Enciclopédia Einaudi. Antrophos-Homem*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, v. 5, 1985, p. 303.

²⁶ WUNENBURGER, Jean-Jacques. *O imaginário*. São Paulo: Loyola, 2007, p. 10-11.

²⁷ GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 10-14 e p. 22.

²⁸ BACZKO, Bronislaw. *Op. citada*, 1985, p. 298.

imaginário, tal qual definido por Bronislaw Baczko, passou a ser entendido como um conjunto de bens simbólicos, sejam eles verbais, visuais ou expressos em qualquer outro suporte, que uma sociedade ou, na maioria das vezes, indivíduos pertencentes a um segmento social constroem por meio de uma operacionalização ao mesmo tempo criativa e limitada do repertório cultural disponível. Assim como Baczko, Cornelius Castoriadis rompe com a oposição entre um suposto “real” sinônimo de concretude e um “imaginário” identificado com a ilusão, a invenção. No sentido “mais profundo” definido pelo autor, o imaginário é compreendido como constituinte e articulador de significações no mundo social, além de ser construído a partir das experiências, aspirações e ambições dos sujeitos sociais. Os imaginários comportam, igualmente, uma dimensão de prática, de “fazer social”, na medida em que possuem um forte apelo à ação política ou social. Também é por meio deles que os sujeitos históricos organizam o mundo social, bem como constroem os critérios culturais que definem as categorias de bom e ruim, admitido e proibido. As significações sociais imaginárias “são como as articulações últimas que a sociedade em questão impôs ao mundo, a si mesma e a suas necessidades, os esquemas organizadores que são condição de representabilidade de tudo o que essa sociedade pode dar-se.”²⁹ Neste sentido, o “real” tal como percebido por cada sociedade ou grupo social imerso em uma temporalidade compreende o imaginário de forma inseparável.

Qual a implicação desse entendimento do conceito de imaginário para a escrita de uma história cultural do político? Dentro de um repertório de objetos de análise possíveis, interessa aqui refletir sobre a problemática dos imaginários nacionalistas.

Entre as décadas de 1980 e 90, com a aceleração do fenômeno da globalização e o conseqüente crescimento da interdependência entre os Estados nacionais, a historiografia sobre as nações e os nacionalismos passou por inúmeras modificações. A partir desse momento, uma série de pesquisas em diversas áreas do conhecimento indicou que, ao contrário da visão naturalizante acerca do tema, as nações não existem *desde sempre*. Argumentou-se que as nações são frutos de uma construção social recente, inscrita no tempo e operada por movimentos que visam estabelecer a coincidência entre a unidade do Estado e a unidade nacional. A sincronia entre o advento da modernidade e o surgimento das nações passou a ser operacionalizada historiograficamente. Ainda assim, reconheceu-se que faz parte da narrativa nacionalista imaginar a nação como necessariamente antiga, na tentativa de conferir-lhe legitimidade por meio do recurso à história e à tradição.

²⁹ CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 173.

Um dos conceitos fundamentais para a investigação dos nacionalismos a partir desse escopo teórico é o de “comunidade imaginada”, cunhado por Benedict Anderson. Unindo antropologia e ciência política, Anderson argumentou que as nações são imaginadas porque seus membros, ainda que não se conheçam face a face, concebem uma comunhão entre eles ao imaginarem uma comunidade marcada pela camaradagem horizontal.³⁰ A criação dessa identidade ocorre por meio da operacionalização de símbolos nacionais (a bandeira, o hino, os heróis) e de representações sobre o ser nacional que compõem um imaginário cuja eficiência é possível “no interior de uma lógica comunitária afetiva de sentidos”.³¹ Anderson se opõe ao argumento de que a nação é um artefato inventado, como sugere Eric Hobsbawm em concordância com Ernest Gellner.³² Para ele, as nações são mais do que inventadas: elas são imaginadas porque mexem com o universo dos sentimentos e aspirações daqueles que se consideram como nacionais, ao mesmo tempo em que naturalizam a história criando laços de pertencimento supostamente ontológicos.

O tema dos imaginários nacionalistas não deixou de ser observado por Baczko e Castoriadis, ainda que esses autores não tenham se aprofundado nessa problemática de pesquisa. Segundo Castoriadis, o imaginário da nação é exemplo de como as significações sociais imaginárias possuem uma dimensão identitária na medida em que ele se constitui como um dos pontos de referência que organizam as experiências heterogêneas dos sujeitos históricos. Ao recorrerem à referência imaginária de uma história comum, as nações permitem a criação de um “nós” e a localização de um dado grupo social no espaço e no tempo. Como afirma o autor, “esse imaginário da nação se revela no entanto mais sólido do que todas as realidades, como o mostram duas guerras e a sobrevivência dos nacionalismos.”³³ Na mesma linha de argumentação, os imaginários nacionalistas existem e se exprimem por meio da criação de símbolos. A bandeira nacional é, dessa forma, um sinal de adesão à nacionalidade e de reconhecimento do grupo nacional. Em situações de conflito ou em cerimônias cívicas, a bandeira, ao mesmo tempo, mobiliza os patriotas, marca uma determinada forma de estar no mundo e apela à ação.³⁴

³⁰ ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 32-4.

³¹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. Imaginar é difícil (porém necessário). In: ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 16.

³² HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008, p. 19.

³³ CASTORIADIS, Cornelius. *Op. citada*, 1982, p. 179.

³⁴ *Idem.*, p. 158-9.

Ao atuarem na construção de legitimidades, os imaginários nacionais possuem uma dimensão política. O poder se rodeia de um imaginário não só porque essa é sua forma de existir socialmente, como também porque os imaginários concorrem para a própria ratificação das relações de dominação. O fenômeno de sustentação de uma forma de ocupação do Estado moderno, no caso de grupos já instalados no poder, ou de criação de uma contra-legitimidade implicam conflitos entre imaginários nacionais antagônicos. Por não estarem limitados a um único posicionamento dentro do espectro ideológico de uma sociedade, os imaginários nacionalistas são, portanto, parte do jogo político. Afinal, existe, em uma mesma temporalidade histórica, uma diversidade de símbolos nacionais criados e mobilizados por diferentes grupos de atores, que disputam a delimitação e a definição do que é a nação e do que é sentir-se nacional. Além disso, a consideração do exercício de um poder como legítimo sustenta-se tanto nas relações de força como nas relações de sentido. Uma instituição política “participa assim de um universo simbólico que a envolve e constitui o seu quadro de funcionamento.”³⁵

A discussão acerca do Projeto Rondon é capaz de suscitar uma gama variada de problemas, dentre os quais se encontram os principais *loci* de debate na historiografia contemporânea sobre a ditadura militar brasileira: os valores e imaginários dos construtores do autoritarismo; a problematização da memória construída sobre o período; e, por fim, as relações entre a ditadura e a sociedade brasileira, bem mais fluídas e dinâmicas do que uma análise conectada à memória hegemônica sobre o período poderia indicar. A presente pesquisa objetiva ser uma intervenção nos debates acerca dos imaginários da ditadura no Brasil, a partir de um enfoque no Projeto Rondon. Algumas reflexões sobre as relações desse tema de estudos com as outras discussões da historiografia sobre a ditadura são, ainda assim, necessárias.

Memória e história dos universitários na ditadura: localizando o Projeto Rondon

É difícil precisar a quantidade de universitários que participaram dos programas de ação do Projeto Rondon durante a ditadura. As reportagens da grande imprensa nem sempre informavam aos seus leitores os números de rondonistas. Quando se divulgava alguma informação nesse sentido, destacava-se o engajamento em uma ou outra operação, nunca os dados mais gerais. Não é raro, além disso, encontrar contradição de números informados por órgãos jornalísticos diversos. Os dados oficiais, por sua vez, são esparsos, além de

³⁵ BACZKO, Bronislaw. *Op. citada*, 1985, p. 310.

apresentarem uma evidente tendência de superestimar a adesão estudantil. Elaborados por pessoas ligadas ao programa de extensão, os informes acerca dos números de rondonistas convergiam com as tentativas de positivar as políticas do regime e de justificar a própria existência do Projeto Rondon. As atividades realizadas voluntariamente por universitários em regiões interioranas do Brasil por meio de um projeto oficial constituíam-se, afinal, como um dos elementos da propaganda governamental. Em diferentes ocasiões – mas especialmente em momentos de crise estudantil, como em 1968 e em 1977 –, as operações realizadas no âmbito do programa foram utilizadas como argumento entre os defensores da existência de um diálogo entre o Estado e os “verdadeiros” estudantes.

Diante dessas dificuldades, não é de se surpreender o baixo investimento dos autores que escreveram sobre o Projeto Rondon no sentido de delimitar a dimensão da adesão estudantil ao programa. Alguns desses pesquisadores, no entanto, chegaram a apresentar números de efetivos mobilizados nas operações do Rondon. Entre as estimativas mais pessimistas, está a elaborada por Carolyn Mulford. Em 1983, a autora afirmou que cerca de 800.000 estudantes haviam participado das atividades do projeto de extensão.³⁶ Uma quantidade superior de universitários havia se engajado nas atividades do Projeto Rondon entre 1967 e 85 segundo Maria Ordália Magro Del Gaudio: 1.157.671 estudantes.³⁷ Entre esses dois cálculos apresentados pela historiografia, encontram-se as informações de publicações e discursos oficiais. Afora os programas de interiorização e fixação de mão-de-obra e de estágio remunerado, tanto um relatório diagnóstico elaborado pela Fundação Getúlio Vargas como uma publicação do Ministério do Interior convergem ao afirmarem a existência de 97.173 rondonistas entre 1967 e 1974. Ambos os documentos também apresentam uma mesma previsão de crescimento do projeto de extensão: em 1974, esperava-se que 482.846 estudantes participassem do Projeto Rondon no decorrer do quinquênio 1975-79.³⁸

Essa previsão parece não ter se confirmado. Em sua Mensagem ao Congresso de 1979, o general-presidente Ernesto Geisel indicou, para o período 1974-1978, a participação de 317.152 universitários no Projeto Rondon em “atividades de ação comunitária ou em projetos

³⁶ MULFORD, Carolyn. Brazil's Project Rondon: Providing a 'Realistic' Education, Helping the Country. *Change*, Filadélfia/EUA, vol. 15, n.º 2, mar. 1983, p. 52.

³⁷ DEL GAUDIO, Maria Ordália Magro. *O Projeto Rondon: a face ideológica do poder, frente a ordem instituída (1968-1986)*. 1987. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, p. 135. Não há indicações de fontes para os números apresentados pela autora. O registro dessa elevada adesão dos estudantes ao programa pode ser explicado, em parte, pela necessidade de positivar o Projeto Rondon no contexto de crise institucional pela qual ele passava quando da elaboração deste trabalho. Del Gaudio envolveu-se neste processo como funcionária da Fundação Projeto Rondon no período pós-ditadura.

³⁸ COORDENAÇÃO GERAL DO PROJETO RONDON. *Projeto Rondon e sua dimensão atual*. Brasília: Ministério do Interior, 1974, p. 54-85 e VITAL, João Carlos (coord.). *Diagnóstico institucional do Projeto Rondon*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1974, p. 46-47.

específicos, executados com entidades públicas e privadas e instituições de ensino superior, mormente nos 22 *campi* avançados e no interior do País.”³⁹ Para o período posterior, referente aos anos de 1979 a 1985, os dados são ainda mais escassos. Resta-nos a declaração do general João Baptista Figueiredo, que, também em sua Mensagem ao Congresso, afirmou a existência de cerca de 350 mil rondonistas entre os anos de 1979 e 84.⁴⁰ Ainda que seja arriscado indicar os números da adesão estudantil ao Projeto Rondon durante a ditadura, os dados encontrados nesta pesquisa permitem a afirmação de que cerca de 900.000 universitários participaram do programa, seja em atividades voluntárias no interior do país ou em programas de estágio remunerado. Pode-se também afirmar que o incremento na institucionalização do projeto de extensão, com a criação da Fundação Projeto Rondon em 1975, e a diversificação de suas ações ao longo da década de 1970 traduziram-se em uma participação mais elevada dos universitários em suas atividades.

O Projeto Rondon foi o maior programa de extensão universitária dos anos da ditadura militar, tanto em termos de áreas atingidas como em número de pessoas envolvidas. Os seus 22 *campi* avançados espalharam-se pelas regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste do Brasil entre fins da década de 1960 e meados dos anos 1970. Sua proporção era tão agigantada que ele chegou a ofuscar outros programas de extensão universitária criados durante a ditadura. A Operação Mauá, oficializada em 1969 junto ao Ministério dos Transportes, foi incorporada ao Projeto Rondon no ano de 1980.⁴¹ Para regozijo dos setores nacionalistas da ditadura, ciosos da “grandeza” brasileira, até mesmo o governo militar argentino inspirou-se no Projeto Rondon para criar programa semelhante.⁴² Ao mesmo tempo, o projeto de extensão que

³⁹ GEISEL, Ernesto. *Mensagem ao Congresso Nacional*. Imprensa Nacional: Brasília, 1979, p. 114.

⁴⁰ FIGUEIREDO, João Baptista. *Mensagem ao Congresso Nacional*. Imprensa Nacional: Brasília, 1985, p. 126.

⁴¹ Criada através do decreto nº 64.918, a Operação Mauá foi um programa governamental que atuava na promoção de laços entre as universidades e as empresas brasileiras. Seu objetivo era a formação técnica dos estudantes das áreas de engenharia, química, administração e economia, visando a criação de mão-de-obra especializada útil para o país. Segundo seus próprios organizadores, a OPEMA configurava-se como uma atividade que conduzia, “de maneira ordenada e objetiva, o desejo de participação da mocidade, dando-lhe responsabilidade na obra de reconstrução técnico-industrial ensejada pela Revolução [sic] de 31 de março de 1964...”. A Operação Mauá e a Educação. *OPEMA: em ritmo de Brasil jovem*, Brasília, ano 1, nº 2, novembro de 1970, p. 25. Entre 1969 e 79, cerca de 121.260 estudantes de nível técnico e superior participaram de viagens de estudo, estágios de férias, viagens de inspeção, cursos e estágios contínuos promovidos pela OPEMA. O programa foi batizado em homenagem a Irineu Evangelista de Souza, o barão e visconde Mauá, patrono do Ministério dos Transportes. Cf. SOARES, Aroldo Pereira. Operação Mauá: custos e perspectivas. *OPEMA: em ritmo de Brasil jovem*, Brasília, ano 9, nº 24, dezembro de 1979, p. 46-47; Condutores da história. *OPEMA: em ritmo de Brasil jovem*, Brasília, ano 9, nº 24, dezembro de 1979, p. 3 e OPEMA prepara hoje o Brasil de amanhã. *OPEMA: em ritmo de Brasil jovem*, Brasília, ano 2, nº 3, julho de 1971, p. 36-37.

⁴² O projeto foi criado em 1979, chamava-se *¡Argentinos! Marchemos hacia las fronteras* e era organizado em conjunto pelo *Ministerio de Cultura y Educación* e pela *Gendarmería Nacional*. Se no Projeto Rondon as áreas a serem “integradas” eram o interior e as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil; no caso do programa argentino a preocupação central se voltava para as regiões de fronteira em que as distinções entre argentinos e estrangeiros eram mais fluidas. RODRIGUEZ, Laura Graciela. Políticas educativas y culturales durante la última

homenageava o “bandeirante do século XX” – e que, não raras vezes, nomeava os rondonistas da mesma forma – tornava-se referência quando o assunto eram as atividades extensionistas das universidades do país. O Festival de Inverno da UFMG, realizado em Ouro Preto desde 1967 e centrado no ensino da arte e na experimentação de linguagens artísticas, chegou até mesmo a ser chamado por um jornalista de “Projeto Rondon da Cultura”, em 1970.⁴³

A elevada participação de estudantes de ensino superior nas operações do Projeto Rondon não se traduziu, todavia, em uma produção historiográfica abundante acerca dessas experiências. Ao contrário, poucos foram os pesquisadores (e inexistentes os historiadores de formação) que se propuseram a pesquisar de forma sistemática esse programa de extensão universitária criado pela ditadura militar. Seria incorrer em erro, entretanto, afirmar que inexitem produções acadêmicas sobre os rondonistas. Essas reflexões podem ser divididas em duas vertentes, diversas em seus objetivos ainda que não opostas em sua totalidade. De um lado, encontramos os trabalhos que compartilham de uma preocupação diagnóstica com relação ao Projeto Rondon. Elaboradas especialmente durante os anos 1970, essas análises procuram responder se o programa de extensão estaria sendo bem-sucedido em cumprir algum de seus objetivos declarados ou a ele atribuídos. Neste sentido, há o questionamento sobre a efetividade do Projeto Rondon em contribuir para a formação pessoal e profissional do universitário; sobre a capacidade do programa em atuar como um “serviço de desenvolvimento” econômico; sobre o seu papel como um programa de educação informal e como um meio de convencer os estudantes a se mudarem para o interior, tornando-se agentes efetivos da integração nacional; ou, em uma produção mais recente, acerca de sua utilidade na promoção do “desenvolvimento sustentável”.⁴⁴ Um enfoque diverso foi adotado por pesquisadores que escreveram notadamente durante o período da abertura do regime e que se filiavam ao marxismo no campo da pedagogia ou do serviço social. Esses autores destacam o que consideravam ser os elementos de “controle ideológico” do governo por meio do Projeto

dictadura militar en Argentina (1976-1983). La frontera como problema. *Revista mexicana de investigación educativa*, Cidade do México, vol.15, n.47, out.-dez./2010, p. 1.257-1.264.

⁴³ KAMINSKI, Leon Frederico. *Por entre a neblina: o Festival de Inverno de Ouro Preto (1967-1979) e a experiência histórica dos anos setenta*. 2012. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana/MG, p. 144.

⁴⁴ Inserem-se nessa perspectiva diagnóstica os seguintes trabalhos: ROSENBAUM, J. Jon. Project Rondon, a Brazilian Experiment in Economic and Political Development. *American Journal of Economics and Sociology*, Hoboken/New Jersey/EUA, n.º. 2, vol. 30, abril/1971, p. 187-201; CASTRO, Cláudio Moura; ARNAUT, Adília Lício; PINTO, Ana Maria Rezende & ABREU, Sara Donner. *Como anda o projeto Rondon?* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1975; LOCATO, Maria de Lourdes. *O universitário de Enfermagem no Projeto Rondon*. 1976. Tese (Livre Docência), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro; BRAGG, Wayne Gladstone. *Nonformal Education and Social Change in Brazil: the role of Projeto Rondon in national integration*. 1976. Tese (Doutorado em Educação), University of Texas, Austin/Texas; MULFORD, Carolyn. *Op. citada*, 1983; e PEREIRA, Daline Vinhal. *Um olhar sobre o Projeto Rondon e a dimensão ambiental*. 2009. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento sustentável), Universidade de Brasília, Brasília.

Rondon. Suas análises davam-se por meio do prisma da “manipulação” dos estudantes, tidos como passivos diante do Projeto. Esses trabalhos configuram-se como uma segunda perspectiva acerca do programa, marcada pelo tom denunciatório.⁴⁵

A apresentação dos dados acerca da participação estudantil no Projeto Rondon coloca um problema para a memória social a respeito da ditadura, consagrada especialmente a partir de fins da década de 1970. Para os trabalhos de memória mais difundidos desde então, “a sociedade brasileira viveu a ditadura como um pesadelo que é preciso exorcizar, ou seja, a sociedade não tem, e nunca teve, nada a ver com a ditadura”.⁴⁶ A participação de significativa parcela dos estudantes em um programa promovido pelo Estado autoritário parece não se encaixar nessa narrativa memorialística hegemônica sobre o período, caracterizada pela predominância da perspectiva liberal a despeito da apropriação de elementos caros às esquerdas. Ao buscarem se opor à ditadura e fundar bases para a efetivação de um Estado de direito democrático por meio do recurso à conciliação, os criadores dessa narrativa dominante produziram os silêncios acerca de comportamentos como a indiferença, a cumplicidade e a adesão à ditadura.⁴⁷ A resistência ao arbítrio estatal foi superestimada por essa memória e, mais importante para os propósitos deste trabalho, a reflexão sobre esse período da história brasileira restringiu-se à dicotomia entre um Estado repressor e uma sociedade passiva ou resistente.

No caso específico das relações entre os estudantes e a ditadura, prevaleceu um registro narrativo muito próximo de determinada memória segundo a qual a juventude estudantil *sempre* se manifestou contra o regime. A história dos universitários brasileiros entre o golpe de 1964 e o retorno à democracia, mais de duas décadas depois, é lembrada por meio do recurso a uma série de acontecimentos-chaves: a resistência à lei Suplicy-Aragão, instrumento que colocou a UNE na ilegalidade; a mobilização avessa aos acordos MEC-Usaid e contra a perspectiva da instituição do pagamento de anuidades nas universidades públicas; as manifestações de 1968; o engajamento na luta armada, em geral avaliado como “heroico e idealista”; e a retomada do movimento estudantil combativo a partir de 1977. Essa forma de

⁴⁵ Análises nesta perspectiva estão presentes em SILVEIRA, Nadia Dumara Ruiz. *Universidade brasileira: a intenção da extensão*. São Paulo: Loyola, 1987; PAIVA, Vanilda Pereira. *Extensión Universitaria en Brasil. Revista Nueva Sociedad*, Buenos Aires/Argentina, nº 15, nov.-dez./1974, p. 68-83 e DEL GAUDIO, Maria Ordália Magro. *Op. citada*, 1987.

⁴⁶ REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, p. 9.

⁴⁷ ROLLEMBERG, Denise. Esquecimento das memórias. In: MARTINS FILHO, João Roberto (org.). *O golpe de 1964 e o regime militar*. São Carlos: Ed. UFSCar, 2006, p. 88-89. Para o argumento da incorporação de elementos da cultura das esquerdas à memória liberal sobre a ditadura construída em fins dos anos 1970, cf. NAPOLITANO, Marcos. *Coração civil: arte, resistência e lutas culturais durante o regime militar brasileiro (1964-1980)*. Tese (Livre-docência). USP, São Paulo: 2011, p. 331-333 e p. 348-349.

lembrar o período reafirma a tese, defendida por Arthur Poerner, segundo a qual “o estudante brasileiro é um opositor nato”.⁴⁸ A partir dos anos 1980, a própria UNE acabou transformando a segunda edição do livro *O poder jovem*, escrito pelo referido autor, numa “espécie de história oficial da participação estudantil na sociedade brasileira.”⁴⁹ Ao explicar as manifestações estudantis contrárias ao regime em fins da década de 1970, Poerner afirma que “mais de 13 anos de maciça doutrinação e da criminoso repressão não bastaram para a procriação, nas provetas do regime, da geração estudantil dos seus sonhos.”⁵⁰ Ao contrário: fortaleceu-se a tradição progressista e democrática dos estudantes brasileiros, opositores “natos” da ditadura.

Há, todavia, mais meandros na batalha pela atribuição de sentidos à história dos estudantes sob ditadura do que esse registro da segunda edição de *O poder jovem* parece sugerir.⁵¹ Na própria história editorial do livro escrito por Poerner, aliás, podem ser encontrados indícios das dinâmicas desses esforços de significação. A primeira edição de *O poder jovem*, publicada pela editora Civilização Brasileira em 1968 e logo censurada pelo regime, trazia uma referência ao Projeto Rondon. No curto e último capítulo da obra, Poerner reafirma o seu argumento de que o governo Costa e Silva marcava uma continuidade com a ditadura instaurada a partir da administração do marechal Castelo Branco. Para a UNE, restaria, naquela conjuntura, investir na “educação política do povo” por meio de programas assistencialistas que fossem capazes de integrar o estudante à população do país. Só assim seria possível, no nível da sociedade brasileira, a “transformação intensiva de plateias em personagens”. Apenas esta transmutação, por sua vez, poderia ensejar a participação dos brasileiros como atores no sentido pleno do termo. Sendo “personagens”, os brasileiros poderiam impedir as tentativas de intervenção norte-americana no país, como aquela presente na proposta elaborada pelo Instituto Hudson em fins dos anos 1960 visando criar grandes lagos na bacia amazônica. Enquanto essa mudança não ocorresse, a população continuaria a

⁴⁸ POERNER, Arthur. *O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 32. A avaliação sobre a luta armada encontra-se na p. 306.

⁴⁹ MARTINS FILHO, João Roberto. O movimento estudantil dos anos 1960. In: FERREIRA, Jorge e AARÃO REIS, Daniel (orgs.). *Revolução e democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 186. O mesmo autor desenvolveu, em trabalho anterior, reflexões acerca da criação de uma auto-imagem progressista, popular e democrática pelo movimento estudantil muito tributária das mobilizações dos anos 60. Martins Filho afirma, ainda, ser “impossível atribuir à participação do estudante um caráter genérico e imutável, conferindo-lhe conteúdos e objetivos permanentes.” MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e ditadura militar, 1964-1968*. Campinas, SP: Papyrus, 1986, p. 17.

⁵⁰ POERNER, Arthur. *Op citada.*, 1979, p. 309.

⁵¹ Segundo Alberto Saldanha, “a importância histórica de ‘O poder jovem’ não se deve apenas pelo volume de informações recolhidas e apresentadas pelo autor após comprovado esforço de pesquisa, mas por ter se tornado uma espécie de ‘bíblia’ sobre o movimento estudantil, capaz de servir como orientador dos discursos estudantis e das pesquisas sobre o tema.” SALDANHA, Alberto. *A UNE e o mito do poder jovem*. Maceió: Edufal, 2005, p. 10.

apenas aplaudir posturas como a do general Afonso de Albuquerque Lima. O militar é elogiado por Poerner por ter sido responsável por atribuir “um sentido mais do agrado ao público brasileiro” aquele acontecimento, ao recusar a proposta elaborada pelo instituto sediado em Washington.

Em tom de aprovação, Poerner também informa aos leitores que as ações nacionalistas do general não paravam por aí. Ele estava, naquele mesmo momento, instituindo o “Projeto Rondon-1, que promoverá estágios periódicos de serviço para estudantes universitários nas regiões fronteiriças do País”. Na perspectiva de Arthur Poerner, “só assim impediremos o retorno à cena dos canastrões americanos”.⁵² Além de figurarem como parte do imaginário antiamericano de setores das esquerdas dos anos 1960, a argumentação do autor de *O poder jovem* aponta em outras duas direções. Em primeiro lugar, para o *locus* de ambivalência ocupado pelo Projeto Rondon no momento da publicação da primeira edição do livro. Em segundo lugar, para a construção dos silêncios acerca de outras práticas de estudantes universitários que não se perfilavam no rol de atitudes opositoras e resistentes à ditadura. Não foi de maneira fortuita, afinal, que o trecho sobre o Projeto Rondon foi retirado da segunda edição de *O poder jovem*. Na perspectiva de Poerner e de outros setores da sociedade brasileira da segunda metade dos anos 1970, era preciso “esquecer” (no duplo sentido de não se lembrar e de deixar de lado) os laços forjados entre estudantes e regime militar, bem como os elogios ao general Albuquerque Lima feitos em 1968. Se essas construções da memória foram importantes para o fim do regime autoritário instaurado em 1964 e para a construção da identidade da UNE após a sua refundação em 1979, elas também turvam o entendimento contemporâneo sobre as bases sociais que sustentaram a ditadura por vinte e um anos.

Ao abalar os alicerces da memória hegemônica sobre os estudantes durante a ditadura militar, a ampla adesão de universitários ao Projeto Rondon – programa oficial, coordenado por um ministério de Estado e que contava com a participação de militares em suas operações – permite problematizar “como as acomodações de interesses fizeram-se em regimes autoritários através de mecanismos traduzidos em ganhos materiais e/ou simbólicos para as sociedades.”⁵³ A participação nos programas de ação do projeto de extensão, afinal, supria demandas variadas de estudantes com interesses muito heterogêneos, o que torna complicada a afirmação – presente em certas avaliações sobre o programa de extensão – de que se tornar

⁵² POERNER, Arthur. *O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, p. 309-310.

⁵³ ROLLEMBERG, Denise & QUADRAT, Samantha. Memória, história e autoritarismos. In: ROLLEMBERG, Denise & QUADRAT, Samantha (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 17.

um rondonista implicava necessariamente uma adesão automática ao regime ou aceitação da tutela e da ideologia oficiais. Participar do Projeto Rondon poderia representar a oportunidade de uma viagem para o interior do Brasil; a obtenção de uma experiência profissional; o engajamento em uma atividade cívica e nacionalista, como alardeavam os seus gestores; passar as férias longe do ambiente familiar; conseguir dispensa da disciplina Estudo de Problemas Brasileiros na universidade⁵⁴; vivenciar experiências pelas quais não se passaria em período “comum” de férias; ou até mesmo uma oportunidade para sabotar a ditadura “por dentro”, em ações cotidianas no interior. Tornar-se um rondonista durante os anos da ditadura era, enfim, uma escolha com motivações diversas e, muitas vezes, ambíguas.⁵⁵

Ao contrário das visões unívocas que estão presentes tanto nos enquadramentos proporcionados pela memória oficial da UNE quanto nas denúncias sobre a participação dos estudantes no Projeto Rondon, os universitários brasileiros viveram a ditadura militar de maneira muito multiforme. Houve uma gama ampla de variações em termos de geração, de regiões do Brasil, dos lugares ocupados na hierarquia social, de trajetórias individuais, de formações políticas e de opções tomadas em conjunturas específicas. Um exemplo: ser estudante no contexto do fim dos anos 1960, com as grandes manifestações de rua acontecendo e a opção da luta armada se apresentando no campo da esquerda mais radicalizada, foi muito diferente do que ser estudante no final da década seguinte, quando a frente democrática de resistência ao regime era vista com otimismo por parte significativa dos estudantes. Essas constatações reafirmam o argumento de Rodrigo Patto Sá Motta, segundo o qual houve um “leque de possibilidades intermediárias” entre as várias formas de resistência e de adesão ao regime militar.⁵⁶ No caso do Projeto Rondon – uma política específica da ditadura dirigida à juventude universitária – houve desde ações de clara oposição às suas atividades por parte do movimento estudantil até universitários que aderiram ao programa no longo prazo. Havia também estudantes que participavam de algumas atividades contestadoras

⁵⁴ A partir da aprovação pelo Conselho Federal de Educação (CFE) dos pareceres 1.293/73 e 4.120/74 os estudantes que haviam participado de uma das operações do Projeto Rondon poderiam pedir dispensa da disciplina Estudo de Problemas Brasileiros. A EPB havia sido implementada nos currículo dos cursos de ensino superior por meio de um decreto, em 1969. Cf. SILVEIRA, Nádya Dumara Ruiz. *Op. citada*, 1987, p. 43.

⁵⁵ Um indício das ambiguidades que a participação no Projeto Rondon poderia implicar pode ser encontrado em declaração recente de Marcelo Rubens Paiva – filho de Rubens Paiva, deputado assassinado pela ditadura em 1971, e autor do *best-seller* “Feliz ano velho” (1982). Para Marcelo, “a grande ambição da minha geração era ou ir pro *kibbutz*, que era uma experiência socialista em Israel, na época que Israel era de esquerda, colher uva na França ou ir pro projeto Rondon e viajar de graça pelo Brasil. Ou ainda, viajar de navio mercante.” KACHANI, Morris. “O Brasil não digeriu a ditadura”. *Folha de S. Paulo*, 25 de agosto de 2014. Disponível em: <<http://blogdomorris.blogfolha.uol.com.br/2014/08/25/o-brasil-nao-digeriu-a-ditadura/?cmpid=%22facefolha%22>> Acesso em 27 Ago. 2014.

⁵⁶ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 310.

e, ainda assim, viajaram com o Rondon. Conforme indica Marcos Napolitano, por fim, cada um dos espaços diversos que compunham esse espectro de comportamentos sociais com relação à ditadura “nem sempre foi ocupado pelos mesmos atores, da mesma maneira, o tempo todo que durou o regime”.⁵⁷ Longe de indicar um suposto “consenso social” em torno da ditadura, todavia, essa variedade de comportamentos é indício, na perspectiva adotada nesta pesquisa, da intrincada dinâmica social do regime político instaurado no Brasil em 1964.

Fontes e estrutura da dissertação

O *corpus* documental selecionado para a realização desta pesquisa subdivide-se em três conjuntos de espécies documentais. O primeiro deles compõe-se de uma seleção do material oficial de divulgação do Projeto Rondon (publicações editadas pelo Instituto Nacional do Livro; informativos, revistas e folhetos publicados pelo Ministério do Interior; periódicos oficiais publicados pelas coordenações do Rondon), do material dos cursos de preparação dos estudantes que atuavam nas operações (manuais para os rondonistas, folhetos informativos), dos relatórios ministeriais sobre o programa e das propagandas governamentais sobre o Projeto Rondon. Esse conjunto de espécies documentais foi consultado em três instituições diferentes: a seção regional do Arquivo Nacional, em Brasília (fundos MEC e Minter); o Arquivo central e histórico da Universidade Federal de Viçosa; e o Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp (fundo *Campus* avançado de Cruzeiro do Sul).

O segundo conjunto de espécies documentais selecionado é constituído de reportagens, peças publicitárias, entrevistas e editoriais publicados por veículos jornalísticos da grande imprensa das décadas de 1960 a 80. Dois jornais diários (*Correio da Manhã* e *Jornal do Brasil*) e uma revista semanal (*Veja*) receberam uma atenção especial, sendo acompanhados em todas as suas publicações existentes no período. Em algumas ocasiões, no entanto, artigos publicados por outros órgãos da imprensa foram incorporados à pesquisa, na medida em que apareceram na documentação produzida pelos gestores do Projeto Rondon ou que eram citados por outras documentações como importantes para o próprio programa de extensão. Escolheu-se incluir as publicações da grande imprensa na arquitetura do *corpus* documental da pesquisa com o objetivo de mapear em que medida o imaginário nacionalista

⁵⁷ NAPOLITANO, Marcos. *Op. citada*, 2011, p. 334. Essas observações remetem a um debate contemporâneo na historiografia sobre a ditadura que têm buscado, a exemplo do que ocorre na historiografia sobre a França de Vichy, problematizar a tessitura social do autoritarismo e os comportamentos de diversos grupos sociais com relação ao regime. Para o caso francês, cf. especialmente LABORIE, Pierre. *Les français des années troubles*. Paris: Desselée de Brouwer, 2003; SEMELIN, Jacques. Que'est-ce 'résister'? *Esprit*, Paris/França, n° 198, janeiro de 1994, p. 50-63; e BÉDARIDA, François. L'histoire de la résistance: lectures d'hier, chantiers de demain. *Vingtième Siècle. Revue d'histoire*, n° 11, julhi-setembro de 1986, p. 75-90.

do Projeto Rondon estava presente também nas declarações públicas realizadas pelos rondonistas, seja por meio de entrevistas ou através do auxílio aos jornalistas que acompanhavam as operações e escreviam sobre o programa de extensão universitária. Além disso, esse material é rico em informações sobre o Projeto Rondon e permite a reflexão acerca das posições adotadas pelos corpos editoriais desses jornais e revistas com relação ao programa.

O terceiro conjunto de documentos consultado, por fim, é constituído por uma miríade diversa de relatórios e informes produzidos pela comunidade de informações da ditadura acerca tanto das atividades dos estudantes que participavam do Projeto Rondon como das tentativas de resistência ao programa por parte do movimento estudantil. Produzida por diferentes órgãos (ASIs universitárias, agências de informação das Forças Armadas, SNI, DSIs, dentre outros), essa documentação permite a reflexão acerca dos contornos nacionalistas e cívicos que os agentes de informação atribuíam ao programa de extensão. Ela auxilia também na problematização das relações estabelecidas entre o Projeto Rondon e outros setores da sociedade brasileira do período. Essas espécies documentais foram localizadas na seção regional do Arquivo Nacional, em Brasília; no Arquivo Público do Estado do Paraná; e na Biblioteca Central da UFMG.

No trabalho metodológico de leitura dessas fontes, considera-se o seu caráter de documentação jornalística ou de fontes oficiais coligidas e arquivadas, em um primeiro momento, pelos próprios gestores do Projeto Rondon ou pelos membros da comunidade de informações do regime. A interpretação dessas fontes, neste sentido, teve como norte metodológico a investigação de indícios do imaginário nacionalista, circunscritos em temporalidade e universo cultural específicos, com o objetivo de acessar, ainda que de forma indireta, o repertório de valores e sentimentos nacionalistas por meio dos quais os sujeitos instituíam as atividades do Projeto Rondon e que são o objeto de estudos desta pesquisa. A implicação deste método de trabalho com as fontes oficiais é a de não tomá-las como verdades últimas por serem produzidas no âmbito estatal – como era feito por parte dos historiadores da história política tradicional – ou por jornalistas. Ao contrário, a intenção é “pôr à luz as [suas] condições de produção e de mostrar em que medida o documento é um instrumento de poder.”⁵⁸ No caso das fontes jornalísticas, procura-se questionar os interesses e os posicionamentos dos jornalistas e equipes editoriais, visto que eles implicam cortes e seleções específicos no momento de se produzir um artigo que seria publicado na grande

⁵⁸ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003, p. 525. Cf. também FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Petrópolis: Vozes, 1972, p. 13-16.

imprensa. Em resumo, trata-se de lidar com essas fontes como *monumentos* deixados pelos sujeitos históricos pretéritos, objetivando, assim, *desmonumentalizá-las*.

Em termos de estrutura, optou-se por adotar uma narrativa cronológica da história do Projeto Rondon a partir de um eixo central de análise definido por meio do processo de construção do objeto de estudos, qual seja, o imaginário nacionalista. Em alguns momentos, porém, não se evitou o encadeamento de ponderações que extrapolam a sucessão cronológica dos acontecimentos. A dissertação em sua versão final é composta por quatro capítulos, além desta introdução e das considerações finais. O primeiro capítulo trata sobremaneira do surgimento do Projeto Rondon e da realização de suas primeiras atividades entre julho de 1967 e meados de 1969. Objetiva-se, nessa parte do trabalho, apresentar uma reflexão sobre o surgimento da iniciativa, bem como sobre a recepção do programa de extensão entre diferentes personagens históricas do período (estudantes, professores, militares, jornalistas, parlamentares) e acerca das tentativas de definição do escopo que as operações do Projeto Rondon passavam a ter.

O capítulo dois é dedicado ao período entre o segundo semestre de 1969 e o ano de 1974, quando ocorre um considerável aumento das atividades do programa. O texto analisa os processos de diversificação dos programas de ação do Projeto Rondon, com a criação dos *campi* avançados e de outras atividades para os rondonistas, e de definição da classificação das operações em nacionais, regionais e especiais. Analisar-se-á, também, os imbricamentos entre o imaginário nacionalista do programa de extensão e a propaganda governamental do período. O capítulo três, por sua vez, trata do período iniciado com o governo Ernesto Geisel e a posterior criação da Fundação Projeto Rondon, em 1975, até o início da crise institucional do programa de extensão, no fim da década de 1970. As mudanças burocráticas do programa, relacionadas com as modificações operadas pelo general-presidente Geisel, e a aproximação do Projeto Rondon com o MEC serão algumas das temáticas tratadas nessa parte do trabalho. O quarto e último capítulo da dissertação é dedicado ao processo de crise da Fundação Projeto Rondon, entre 1979 e 1985. As atividades do programa continuaram a ser realizadas com frequência nesse período, mas uma série de críticas ao Projeto Rondon começou a ser elaborada por antigos gestores do programa e, de forma mais sistemática, por setores opositores ao regime autoritário. Além disso, a crise econômica tinha implicações diretas na própria organização das operações do programa de extensão.

Sem a intenção de esgotar as possibilidades de análise possibilitadas pelas experiências dos rondonistas durante os anos 1960 a 80 ou de escrever “a” história definitiva do Projeto Rondon, esta dissertação de mestrado objetiva analisar o imaginário nacionalista

através do qual as operações do programa de extensão eram constituídas pelos sujeitos históricos que delas participavam. Ao mesmo tempo, intenciona-se problematizar a atuação dos estudantes universitários no interior do Brasil em um programa oficial, criado e coordenado por um regime autoritário que se valeu de diversas estratégias para limitar o engajamento dos jovens universitários nos movimentos estudantis críticos à ordem vigente. Pretende-se, portanto, localizar o Projeto Rondon na intrincada dinâmica social da história dos universitários durante a ditadura. Neste sentido, são analisados tanto a constituição imaginária do programa como as diversas opiniões emitidas sobre o Projeto Rondon ao longo do tempo e os motivos que levavam os jovens estudantes a trocarem as suas férias ou o seu cotidiano nos *campi* universitários por um período de atuação no interior do país.

CAPÍTULO I

A “gloriosa mocidade da Nação brasileira”¹: o Projeto Rondon como solução para a “subversão” estudantil (1967-1969)

“Esta viagem deu-nos uma certeza: não basta olhar o mapa do Brasil aberto sobre a mesa de trabalho ou pregado à parede de nossa casa, é preciso andar sobre ele para sentir de perto as angústias do povo, as suas esperanças, seus dramas e suas tragédias, a sua história, a sua fé no destino da nacionalidade.”

(Trecho do relatório da equipe que participou do Projeto Rondon-III, janeiro/1969, Jardins – Mato Grosso)²

Bem sucedida uma das rupturas institucionais mais graves da história do Brasil republicano, não havia ampla pauta propositiva que conseguisse congregiar os interesses múltiplos daqueles que se juntaram para derrubar o presidente João Goulart. Os adversários do trabalhista, em geral, atacavam as políticas do chefe do Executivo federal, atribuindo-lhe a pecha de “comunista”, sem formular um contra-projeto consistente. As mobilizações que congregavam estudantes, trabalhadores, intelectuais e outras forças progressistas em favor das reformas de base – dentre elas, a universitária – eram lidas por esses grupos conservadores como sinônimos de caos social e como sendo representativas da influência de “ideias exóticas” avessas à brasilidade. Os golpistas, na maior parte dos casos, defendiam apenas a vaga noção de pertencimento a uma tradição “ocidental” e “cristã”. Sua coalizão, afinal, era muito variada, sendo composta por grupos ao mesmo tempo diversos e localizáveis na tessitura político-social do Brasil dos anos 1960. Católicos, liberais, nacionalistas de direita, conservadores de diversos matizes, tradicionalistas e militares autoritários possuíam visões de mundo muito diferentes, projetos de Brasil por vezes díspares. No conturbado contexto da primeira metade da década de 1960, o imaginário anticomunista foi o elo capaz de congregiar esses grupos na conspiração contra o presidente Goulart e o seu governo.³

A diversidade da base social da coalizão golpista subsistiu nos anos seguintes a 1964, o que explica, ao menos em parte, o fato de o novo regime ter adotado a um só tempo

¹ Expressão utilizada no plenário da Câmara Federal pelo deputado José Bernardino Lindoso, filiado à Arena do Amazonas, ao elogiar o governo pela promoção do Projeto Rondon. *Diário do Congresso Nacional*, seção I, ano XXIII, nº 17, 9 de fevereiro de 1968, p. 712.

² PROJETO RONDON. *Projeto Rondon: integrar para não entregar*. Brasília: Ministério do Interior, s/d, p. 1.

³ Esta perspectiva acerca do golpe de 1964, que destaca o papel preponderante do anticomunismo na criação de laços políticos entre os golpistas, é tributária das análises de MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”*: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, 2002, p. 268-278.

políticas tão contraditórias como o aumento de verbas para as pesquisas nas universidades e a censura sistemática à publicação de livros. O Projeto Rondon representava, no momento de seu surgimento e institucionalização, os anseios e valores de parte identificável dos grupos sociais que davam sustentação ao regime de exceção iniciado em 1964.⁴ Dentre os militares, Afonso de Albuquerque Lima foi um dos maiores entusiastas com a possibilidade de levar jovens universitários ao interior brasileiro por meio de um programa de extensão que homenageava o marechal Cândido Mariano da Silva Rondon. Ministro do Interior entre 1967 e 69, o general identificava-se com a extrema direita militar e havia sido um dos nomes que, dentro da própria caserna, contestara a suposta timidez do governo Castelo Branco no uso da repressão. Albuquerque Lima era conhecido também por suas posturas anticomunistas e por seu nacionalismo econômico radical⁵, o que convergia com o escopo do Projeto Rondon. Entre os nacionalistas conservadores, por outro lado, o professor universitário Wilson Choeri – um dos criadores do programa de extensão – enxergava na iniciativa uma forma de aproximar os estudantes dos militares, integrando-os à realidade do país. Em sua perspectiva, o programa seria benéfico na medida em que possibilitaria a resolução dos problemas nacionais pelos próprios brasileiros.

O Projeto Rondon constituía-se, desse modo, como uma das ações de caráter cívico empreendidas pela ditadura militar. Essas políticas compartilhavam a noção de que cada “cidadão” possuía um compromisso superior e permanente com os destinos da nação, o que sobrepujava os seus direitos políticos e civis diante das ameaças à segurança nacional.⁶ Promovido por um grupo de trabalho instalado no Ministério do Interior, o programa de extensão universitária guardava relações com outras políticas governamentais preocupadas com o desenvolvimento do amor à pátria e em afastar os estudantes brasileiros do comunismo. O Projeto Rondon possuía também particularidades, explicáveis em larga medida pelos sentidos que seus participantes lhe atribuíam e pelo lugar que ele ocupava dentro da burocracia estatal. O presente capítulo objetiva mapear o surgimento do Projeto Rondon, bem

⁴ As mulheres cariocas organizadas na Campanha da Mulher pela Democracia, por exemplo, preocupavam-se com a “educação cívica” dos jovens, “visto que eles eram considerados o setor mais facilmente atingido pela propaganda comunista. Por isso, urgia que a juventude fosse educada segundo padrões morais que correspondessem às expectativas das mães da CAMDE.” CORDEIRO, Janaina Martins. *Direitas em movimento: a Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 103-107.

⁵ CHIRIO, Maud. *A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012, p. 99.

⁶ MAIA, Tatyana de Amaral. Os usos do civismo em tempos autoritários: as comemorações e ações do Conselho Federal de Cultura (1966-1975). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 34, nº 67, 2014, p. 97 e 99-101. Em consonância com a Doutrina de Segurança Nacional, a participação era entendida como “integrar-se nas tarefas definidas pelo Estado. Participar é obedecer. Há uma participação para a execução, e não para a decisão.” COMBLIN, Joseph. *A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 74-75.

como os debates e práticas ensejados pela realização de suas primeiras operações em fins dos anos 1960. Procura-se analisar o imaginário nacionalista que constituía as experiências do programa de extensão, ao mesmo tempo em que se intenciona problematizar as relações entre a ditadura e a juventude universitária naquele período.

Professores, militares e a preocupação com a “segurança nacional”

O ano de 1966 é recordado, tanto na historiografia como na memória social sobre a ditadura, como o momento em que as entidades estudantis de esquerda voltaram às ruas depois da desmobilização decorrente da derrota para as forças golpistas em 1964. Naquele mesmo ano, no entanto, um acontecimento muito menos lembrado também era noticiado pelos jornais: a realização do I seminário de Educação e Segurança Nacional. Organizado por meio de uma parceria entre a Universidade do Estado da Guanabara e a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, o seminário tinha como um de seus objetivos “intensificar o intercâmbio entre a universidade e os órgãos educacionais das Forças Armadas”. Todas as suas cinco comissões de trabalho partiam da proposição comum de que “educação e segurança nacional tem caráter global e integrado”. Elas também compartilhavam o encargo de elaborar relatórios temáticos com propostas para a política educacional do governo, numa conjuntura em que a questão universitária era amplamente debatida. O início das atividades do seminário aconteceu no dia 17 de outubro, no prédio da própria ECEME. A solenidade contou com as presenças do reitor da UEG, professor Haroldo Lisboa, e do presidente interino da Escola do Exército, coronel Mattos Júnior, além da participação de representantes de instituições de ensino e dos Ministérios da Aeronáutica, da Marinha e da Guerra.

A realização das reuniões do seminário entre os meses de outubro e novembro de 1966 representava, tanto pelo diálogo efetivo como pelo teor das declarações de seus participantes, uma convergência de valores entre setores militares e grupos da elite civil no que se referia ao lugar que a educação deveria ocupar na sociedade brasileira. A existência desta pauta comum, aliás, foi motivo de uma pequena polêmica na imprensa do período. O *Correio da Manhã* deu ampla cobertura ao seminário, publicando informações sobre o local de realização do evento e sobre a presença dos militares nos debates. Procurando escamotear o comprometimento militar com as discussões, a chefia do Estado-Maior do Exército fez publicar uma nota, no mesmo jornal, em que se negava a participação dos seus membros em qualquer colóquio destinado à discussão das questões educacionais naquele momento. Os editores do *Correio da Manhã*, à época um veículo crítico ao regime, responderam a nota na mesma seção em que ela

foi publicada, reafirmando tanto a participação dos militares nos trabalhos como o fato de o seminário estar sendo realizado em instalações do Exército.⁷ Para além desses fatores, alguns trechos de entrevistas concedidas aos jornais pelos professores participantes do encontro são indicativos das proximidades estabelecidas com o pensamento militar naquele momento. O professor de Economia Victor Zappi Capucci afirmou à imprensa “que uma greve de lixeiro ou de estudantes afeta a segurança nacional, que hoje já não é problema de estudo da exclusividade de militares, pois também os civis estão comprometidos com os objetivos nacionais permanentes”.⁸ A ideia de esgarçamento das fronteiras entre os “inimigos” interno e externo, própria de certa perspectiva doutrinária das Forças Armadas, era apropriada pelos professores e dava o tom das discussões do seminário.

O imaginário nacionalista também era mobilizado nos debates realizados no evento, já que se entendia que uma das funções prioritárias da universidade era justamente promover a integração nacional e a ocupação de áreas supostamente vazias do território brasileiro. Os membros da comissão número um do seminário, responsáveis por discutir o tema “Principais Setores e Formas de Contribuição da Universidade para a Segurança nacional”, chegaram à conclusão de que “cabe à universidade o levantamento da realidade nacional, o estudo dos meios adequados para a solução dos problemas brasileiros e o aprimoramento de uma consciência nacional.” Presente no seminário, Wilson Choeri, diretor do Departamento Cultural da UEG, declarou que “a ingerência de estrangeiros violenta a discussão do problema [da educação] na sua origem, e estamos alertas para as necessidades dos brasileiros serem os autores de sua consciência nacional”. O engajamento dos estudantes em atividades contestatórias, por sua vez, era entendido como um sério problema. Sua resolução, na concepção dos participantes do seminário, passava pela promoção da “consciência cívica de brasilidade” entre os jovens. A comissão de número cinco, responsável por debater o tema do “Intercâmbio entre as Faculdades e as Academias Militares”, chegou à conclusão de que “cumpre apresentar mensagens e programas cívicos capazes de empolgar a juventude na obra de integração nacional e prepará-la no sentido da responsabilidade da defesa das instituições, manutenção da ordem pública e Segurança Nacional”.⁹

⁷ Cartas à redação. *Correio da Manhã*, 23 de outubro de 1966, 1º caderno, p. 14. Cf. também Militares veem em seminário ligação sobre educação. *Correio da Manhã*, 22 de outubro de 1966, 1º caderno, p. 2; Seminário trata da universidade e da segurança, *Correio da Manhã*, 25 de outubro de 1966, 1º caderno, p. 8; e Governo examina sugestões para a segurança nacional. *Jornal do Brasil*, 13 de novembro de 1966, 1º caderno, p. 4.

⁸ Guerra aponta caminhos para a segurança nacional. *Correio da Manhã*, 8 de novembro de 1966, 1º caderno, p. 8.

⁹ A declaração de Choeri está citada em Sem título. *Correio da Manhã*, 23 de outubro de 1966, 1º caderno, p. 3. As demais informações foram relatadas em Rolim vê má influência na TV, cinema e rádio. *Correio da Manhã*, 9

No entender dos professores, militares e outras autoridades presentes no I seminário de Educação e Segurança Nacional, o ensino cumpria papel fundamental na promoção do sentimento de pertencimento à nação brasileira. Mais do que isso: era através da promoção do conhecimento da história pátria, do culto aos símbolos nacionais e do fomento à participação em festas cívicas que seria possível desenvolver cidadãos comprometidos com a preservação da segurança nacional, com a manutenção da unidade territorial do país e com a defesa contra ideologias nocivas à autoridade estabelecida. O lugar destinado à juventude – que naquele momento representava 52% da população do país – era, desta forma, muito bem delimitado. Ela deveria ser incorporada à realidade nacional, tornando-se consciente de seu papel na manutenção da ordem e na devoção à pátria. As autoridades governamentais, por seu turno, deveriam reformar as estruturas das universidades, atacando, assim, as causas da frustração dos universitários. Como declarou o marechal Inácio Rolim durante a realização do encontro, “o inconformismo da juventude não tem fronteiras físicas ou ideológicas. A consciência cívica do País precisa ser despertada.”¹⁰

Ao conceder uma entrevista ao *Jornal do Brasil* mais de três anos após esses acontecimentos, o professor Wilson Choeri reservou um lugar de destaque para a realização do seminário na ECEME ao narrar os itinerários que levaram à criação do Projeto Rondon. O então secretário-geral da UEG lembrou que, em conversa com o general Bina Machado, “criticou a Revolução [sic] por deixar de lado os estudantes do processo revolucionário [sic]”. O militar teria desafiado o professor a fazer algo a respeito, o que levou Choeri a promover os encontros entre docentes e militares em 1966.¹¹ A ideia de que alguma ação de caráter cívico e nacionalista deveria ser colocada em prática com o objetivo de aproximar os estudantes universitários das Forças Armadas perpassou os debates do seminário. Ao que tudo indica, porém, a comissão de número um foi a mais explícita na defesa da realização de estágios dos estudantes no interior do Brasil. Composta por catorze membros – sendo oito militares –, a comissão defendeu que fosse

promovida, sistemática e periodicamente, a visita de equipes de universitários brasileiros aos mais distantes pontos do território nacional – aqueles em que a missão pioneira das Forças Armadas é de alto significado – através de convênios entre as Universidades e os Ministérios Militares e Civis.¹²

de novembro de 1966, 1º caderno, p. 8 e Seminário diz que caserna é escola de democracia. *Correio da Manhã*, 11 de novembro de 1966, 1º caderno, p. 8

¹⁰ Seminário recomendará hoje ao Governo reestruturação de base no serviço militar. *Jornal do Brasil*, 9 de novembro de 1966, 1º caderno, p. 7.

¹¹ Projeto Rondon nasceu da crítica e tornou-se um desafio que foi vencido. *Jornal do Brasil*, 7 e 8 de dezembro de 1969, 1º caderno, p. 44.

¹² Guerra aponta caminhos para a segurança nacional. *Correio da Manhã*, 8 de novembro de 1966, 1º caderno, p. 8.

Iniciava-se, assim, a formação de uma rede de relações entre professores da UEG, militares e membros da burocracia estatal que, nos meses seguintes, se esforçariam em fazer algo para cumprir a sugestão formulada no seminário. Como lembraria a equipe do programa de extensão em publicação de 1972, “estava lançada a semente do que viria a ser a maior experiência sociológica brasileira – o PROJETO RONDON.”¹³

Rumo ao interior do Brasil: a “operação zero” do Projeto Rondon

Entre a realização do seminário na ECEME e meados do ano de 1967, o professor Wilson Choeri articulou seus contatos junto aos altos escalões do governo para que uma viagem de universitários voluntários pudesse ser feita rumo ao interior do país. Foram selecionados trinta estudantes – todos homens – provenientes dos cursos de Documentação e Comunicação, Engenharia, Medicina e Geociências. Os universitários eram alunos da UEG, da PUC do Rio de Janeiro e da Universidade Federal Fluminense. Eles se reuniram por alguns dias na reitoria da Universidade do Estado da Guanabara, quando assistiram a palestras destinadas a prepará-los para o desempenho de atividades assistencialistas no interior. Faltando pouco tempo para a viagem, cada universitário foi vacinado contra doenças tropicais e recebeu o valor de Cr\$ 300,00. O dinheiro deveria ser gasto com filmes fotográficos e outros itens a serem usados na expedição, que tinha previsão para durar trinta dias. Havia sido decidido que o professor Onir Fontoura, catedrático de Geografia na UEG, também viajaria com a equipe. Os universitários escolheram um primeiro lema para a operação – “a selva não é nossa inimiga” –, que acabaria sendo abandonado antes mesmo do fim da viagem. Os estudantes partiram em duas equipes diferentes para a região Norte do Brasil, nos dias 11 e 14 de julho de 1967. O transporte foi feito em um avião do Departamento Nacional de Obras contra as Secas cedido pelo Ministério do Interior.

A escolha da região onde os universitários atuaram durante a chamada “operação zero”, “operação pioneira” ou, ainda, “operação piloto” do Projeto Rondon não foi despropositada. Porto Velho era uma das áreas de influência da Brasília-Acre, estrada aberta havia pouco tempo e que, como noticiavam os jornais no Sudeste do Brasil, estava ameaçada de ser retomada pela vegetação. Este fator representava grande apelo ao imaginário nacionalista por meio do qual a operação era significada, já que, na concepção de seus organizadores, era através do contato direto com os problemas do interior brasileiro que os

¹³ EQUIPE DO PROJETO RONDON. *O Projeto Rondon*. Rio de Janeiro: Bloch, 1972, p. 9. Destaque no original.

jovens desenvolveriam o seu civismo e se afastariam das ideologias supostamente perniciosas à brasilidade. A cidade era também a capital do território federal de Rondônia, localidade nomeada justamente em homenagem a Cândido Rondon. O marechal já havia sido adotado como patrono por aquele grupo de estudantes, cuja viagem foi chamada de Projeto Rondon.¹⁴ Ao se autodenominarem desta forma, os universitários, militares e professores envolvidos na operação apropriavam-se da biografia do sertanista, bem como de suas ideias de nação, concepções de integração nacional e projetos de desenvolvimento da infraestrutura do Brasil inspirados no positivismo militar.¹⁵ A escolha guardava relações também com o fato de Rondon ter sido, ele mesmo, um membro das Forças Armadas. Como o Projeto era uma tentativa de aproximar os estudantes dos militares, transformar um marechal em herói da juventude parecia ser uma opção acertada. A própria necessidade de se indicar um patrono para a expedição já era uma forma de se reafirmar uma prática muito consolidada na cultura militar. Isto porque havia, nas Forças Armadas, um costume instituído ao menos desde a Missão Militar Francesa na década de 1920 de se escolher uma personalidade com características consideradas marcantes para ser, ao mesmo tempo, o protetor e o modelo de cada unidade militar.¹⁶

Além disso, o Ministério do Interior, criado pela ditadura naquele mesmo ano de 1967, era o setor governamental mais próximo da expedição e não poupava esforços para fomentar o culto a Rondon como um herói nacional. Simultaneamente à realização da operação piloto, o ministro Albuquerque Lima engajava-se pessoalmente nas preparações para a comemoração do aniversário de nascimento do marechal. Em exposição de motivos que apresentou ao presidente da República em 27 de julho daquele ano com o objetivo de demandar pensão especial para os ex-membros da Comissão Rondon ainda vivos, o marechal era lembrado como um “chefe predestinado” e como um dos mais “ilustres filhos” da pátria brasileira. Rondon e seus auxiliares eram tidos como “verdadeiros construtores da nossa nacionalidade”. Na perspectiva do ministro, os feitos do marechal “espelharão as gerações futuras, procurando[,] na emulação de seus feitos, realizar e construir os destinos do nosso imenso país”. Apropriando-se da trajetória do militar, o ministro e os gestores do Projeto Rondon sublinhavam os feitos de sua Comissão em expandir a autoridade do Estado brasileiro para o interior e em instalar linhas telegráficas no Norte do país. A relação com os povos originários

¹⁴ Em entrevistas posteriores, Wilson Choeri afirmou que o nome inicial da atividade era “Universidade integrada”. Notas publicadas na imprensa antes mesmo do embarque dos estudantes, todavia, já nomeavam a ação como “Projeto Rondon”. Cf. Universidade integrada. *Correio da Manhã*, 28 de junho de 1967, 1º caderno, p. 3 e Estudantes vão fazer estradas. *Jornal do Brasil*, 7 de julho de 1967, 1º caderno, p. 14.

¹⁵ DIACON, Todd A. *Rondon: o marechal da floresta*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 13-14.

¹⁶ CASTRO, Celso. *A invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002, p. 17-18.

– ponto fulcral nas polêmicas envolvendo a avaliação das ações da Comissão do Exército – era louvada. Rondon era elogiado por seu papel “civilizacional”, desempenhado quando ele atravessou “todas as barreiras agressivas e inóspitas das florestas brasileiras”.¹⁷

Com o passar dos anos e com o crescimento do Projeto Rondon, uma série de procedimentos foram sendo instituídos para que o culto ao militar fosse atualizado. Ao ser alçado ao panteão cívico da ditadura militar, o marechal Rondon tornava-se arquétipo de valores e aspirações de setores da burocracia estatal daquele período. A expectativa desses grupos era a de que os estudantes se vinculassem a Rondon, prosseguindo a sua tarefa de “integrar” os habitantes e as regiões do interior à nacionalidade brasileira. O marechal seria também chamado de “bandeirante do século XX” pela coordenação geral do programa de extensão, em documento de 1974.¹⁸ O militar era, dessa forma, aproximado de personagens já bem solidificadas no imaginário nacional graças a uma narrativa oficial da história pátria que se preocupava em realizar o panegírico dos responsáveis pela fixação dos limites territoriais do Brasil. Anos depois, em 1980, a assessoria de relações públicas da Fundação Projeto Rondon enviou uma carta aos coordenadores dos *campi* avançados em que se lembrava a importância da comemoração do dia do Marechal Rondon em 5 de maio. O documento ressaltava a expectativa de que a data não passasse “em branco”. Deveria haver, ao contrário, “uma cerimônia cívica ou social de caráter confraternizador, exaltando a integração rondonista do território brasileiro”. A Fundação também enviou aos coordenadores dos *campi* uma foto do marechal, que deveria ser afixada em lugar de “grande destaque”, e um guia bibliográfico para auxiliar nas pesquisas dos estudantes sobre a vida de Rondon.¹⁹

Instalados no 5º Batalhão de Engenharia de Construção do Exército, os estudantes universitários da “operação zero” foram integrados à rotina do posto militar no transcorrer daquele mês de julho. Os jovens participaram dos rituais cívicos do batalhão e realizaram uma série de atividades de cunho assistencialista em Porto Velho e nas cidades próximas. Além de atuarem junto aos militares no desmatamento de uma das frentes da estrada que ligava a capital do país ao estado do Acre, os universitários realizaram atendimentos médicos junto à população “em plena selva, no coração do Brasil”. Eles também elaboraram levantamentos das zonas de mineração e fizeram um filme sobre a operação piloto. A viagem teve uma

¹⁷ Exposição de motivos nº 200, 27 de julho de 1967. *Arquivo Nacional – COREG*, Fundo Minter, caixa 69, volume dois, p. 1-5. No documento, o ministro afirma que os brasileiros iriam comemorar “o primeiro centenário de nascimento” de Rondon. O marechal, no entanto, nasceu em 5 de maio de 1865.

¹⁸ COORDENAÇÃO GERAL DO PROJETO RONDON. *Op. citada*, 1974, p. 11.

¹⁹ Carta nº 056/80/ACS, 15 de abril de 1980. *Arquivo central e histórico da UFV*, caixa 876.

repercussão muito positiva na imprensa da Guanabara, estado de origem dos universitários.²⁰ Destacava-se, sobremaneira, o efeito que a operação teria nos estudantes, que se tornariam a “elite” dirigente do país no futuro próximo. Sobre as implicações que a viagem tinha para a população de Porto Velho, quase nada se dizia.

Uma das poucas críticas feitas à empreitada naquele momento era a de que a operação seria muito mais uma atividade excursionista com o objetivo de entretenimento do que uma viagem de estudos. Com o passar dos anos, essa representação sobre o Projeto Rondon seria muito repetida e ele ficaria conhecido, entre os seus detratores, com a irônica alcunha de “Rondontour”.²¹ Obstinado em desmentir qualquer ataque feito ao programa, o professor Wilson Choeri disse aos repórteres do *Jornal do Brasil*, ainda quando a operação piloto estava acontecendo, que “os estudantes que mandei à Rondônia não foram ali fazer turismo. Estão, pelo contrário, trabalhando, arduamente, lado a lado com os oficiais, engenheiros e soldados brasileiros que compõem o 5º Batalhão Rodoviário.”²²

A chamada “operação zero” tornou-se um verdadeiro marco fundador do Projeto Rondon. Com o passar dos anos, ela foi sendo re-narrada várias vezes e as ações dos universitários ganharam contornos de altruísmo, idealismo e patriotismo comparáveis aos feitos do marechal Rondon. O espírito aventureiro e desbravador dos primeiros rondonistas tornou-se uma referência tanto para a publicidade do programa de extensão como para os novos estudantes que viajavam para o interior do Brasil. Em 1979, a assessoria de comunicação social do Projeto Rondon iniciou uma campanha para que todos os envolvidos no programa procurassem notícias publicadas na imprensa sobre a operação piloto e as remetessem à coordenação central, em Brasília.²³ Este esforço de construção da memória do Projeto Rondon deixava transparecer a necessidade de configuração seletiva dos elementos de identificação do perfil dos estudantes que se voluntariavam para participar das operações do programa. No mesmo sentido, comemorações do Dia do Rondonista passaram posteriormente a serem feitas todo ano na data em que partiu para o interior a primeira equipe da operação piloto – 11 de julho. Como explicitou Fernando de Albuquerque Lima, assessor de comunicação do programa, em carta enviada aos coordenadores de *campi* em 1980, “essa data remonta as [sic] raízes históricas do nosso movimento, registrando a ação pioneira da 1º

²⁰ Estudantes no interior “integram para não entregar”. *Correio da Manhã*, 15 de julho de 1967, 1º caderno, p. 3; UEG – Projeto Rondon. *Correio da Manhã*, 1 de agosto de 1967, 1º caderno, p. 3 e Projeto Rondon da UEG já está em plena execução no interior do país. *Jornal do Brasil*, 16 e 17 de julho de 1967, 2º caderno, p. 4.

²¹ Essa representação é reafirmada em CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade reformanda: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. São Paulo: Editora UNESP, 2007, p. 67.

²² Estudo e trabalho: turismo, não. *Jornal do Brasil*, 16 e 17 de julho de 1967, 2º caderno, p. 4.

²³ Carta nº 086/ACS, 12 de julho de 1979. *Arquivo central e histórico da UFV*, caixa 876.

equipe que desencadeou os trabalhos de integração, a valorização do homem e o desenvolvimento de suas comunidades.”²⁴

O retorno dos primeiros rondonistas acabou acontecendo no dia 4 de agosto, mais cedo do que o programado. Apesar das precauções tomadas antes do embarque, o estudante de geologia Paulo Fernandes de Oliveira contraiu a malária e teve que ser internado num hospital do Rio de Janeiro. A partir das experiências vivenciadas durante o seu “estágio na selva”, aqueles universitários sugeriram ao ministro do Interior a realização de obras visando a melhoria das condições sanitárias do território federal de Rondônia. De Porto Velho, os estudantes da “operação piloto” do Projeto Rondon trouxeram também a ideia de transformar aquele estágio de trabalho em um programa de extensão institucionalizado, com o objetivo de dar continuidade às atividades assistencialistas realizadas durante a viagem. Ainda que os contornos desse projeto não estivessem ainda totalmente definidos, os universitários já haviam adotado a divisa “Integrar para não entregar” como o seu lema. A recomendação de que os estudantes participantes da operação deveriam “dimensionar os problemas brasileiros sem utilizar estereótipos ou *slogans*” não fora seguida a risca.²⁵ Se os estudantes organizados nas ruas adotavam palavras de ordem, os universitários do Projeto Rondon também precisavam das suas.

A institucionalização do Rondon

Não demorou muito para que uma nova operação do Projeto Rondon, desta vez com dimensões muito maiores do que a realizada em julho de 1967, começasse a ser organizada. A ideia de levar os estudantes universitários para conhecer o interior do Brasil, ao mesmo tempo em que prestavam uma variedade de ações de assistência às populações que viviam longe das grandes cidades, era muito bem vista por militares e setores da burocracia estatal. Ela também encontrava eco na grande imprensa do período, e o *Jornal do Brasil* não poupou esforços para que a validade da iniciativa fosse afirmada. Em editorial publicado no dia 6 de dezembro do mesmo ano de 1967, os jornalistas afirmavam que o Projeto Rondon “representa uma lufada de vento são nas bolorentas criptas da Educação nacional”. Além de fazer a problemática afirmação de que o programa havia sido um empreendimento espontâneo dos próprios estudantes, o corpo editorial descrevia a iniciativa como sendo “nova”, “positiva” e “bonita”.

²⁴ Carta nº 111/80/ACS, 2 de julho de 1980. *Arquivo central e histórico da UFV*, caixa 876.

²⁵ Alunos voltam alarmados com o nível de vida em Rondônia. *Jornal do Brasil*, 8 de agosto de 1967, 1º caderno, p. 15; Estudante volta com malária de um estágio na selva. *Correio da Manhã*, 8 de agosto de 1967, 1º caderno, p. 11 e Estudante quer integrar o país. *Correio da Manhã*, 16 de julho de 1967, 1º caderno, p. 22.

Para o jornal, através dela “os rapazes e moças prestarão grandes serviços fazendo trabalho rápido mas intensivo com autoridades locais. E de lá voltarão com essa magnífica ideia do Brasil que só o interior comunica.” O imaginário acerca de um país de “dimensões imperiais” que necessitava ser integrado e de um interior simultaneamente cheio de problemas e fonte de brasilidade garantia ao *Jornal do Brasil* a convicção de que o apoio governamental à empreitada configurava-se como o “sinal de uma revolução”.²⁶

O Grupo de Trabalho Projeto Rondon foi rapidamente instaurado no dia 14 de dezembro de 1967, por meio da portaria nº 393 do Minter. A iniciativa era apresentada, em exposição de motivos que o ministro Albuquerque Lima enviou ao presidente Costa e Silva, como tendo sido “inspirada e apoiada pelo Ministério do Exército”. Além da participação de representantes dos três ministérios militares, o grupo seria constituído por membros de cinco ministérios civis (Educação e Cultura, Transportes, Agricultura, Planejamento e Saúde) e um representante do Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social. Também foi convidado para compor a equipe de trabalho um representante do corpo docente da UEG, além de dois professores e um estudante que haviam participado da operação piloto. A finalidade do grupo instalado no Minter, mais uma vez segundo a exposição produzida pelo ministro Albuquerque Lima, era “promover estágios de serviço para estudantes universitários, no decorrer do período de férias escolares, e fomentar o engajamento da juventude universitária na política nacional de desenvolvimento integrado.”²⁷

As primeiras turmas do Projeto Rondon-1, selecionadas ao mesmo tempo em que a portaria foi aprovada, eram compostas por cerca de 628 estudantes provenientes dos estados da Guanabara, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo. Entre os meses de dezembro de 1967 e fevereiro de 1968, eles atuaram nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. Na escolha das áreas de atuação da operação, foi dado um enfoque especial para a área da bacia amazônica. A Marinha, a Aeronáutica e o Exército participaram ativamente das movimentações, sendo responsáveis pela segurança, transporte e manutenção dos estudantes enquanto eles atuavam no interior. Em concordância com o imaginário nacionalista que significava a operação e com os esforços em promover o culto a Cândido Rondon como um herói nacional, as duas primeiras equipes de estudantes que partiram em direção ao norte do país, ainda em dezembro, refizeram um dos trechos que havia sido percorrido pelo marechal mais de sessenta anos antes. Composta por 18 estudantes de Medicina da UEG e por dois

²⁶ Projeto Rondon. *Jornal do Brasil*, 6 de dezembro de 1967, Editorial, p. 6.

²⁷ Exposição de motivos nº 340, 27 de dezembro de 1967. *Arquivo Nacional – COREG*, Fundo Minter, caixa 68, volume único, p. 1-2.

médicos, essa equipe utilizou duas corvetas da Marinha – Solimões e Mearim – para atender as populações ribeirinhas dos rios Amazonas e Purus.²⁸ Com esta expedição, a filiação ao projeto do marechal positivista ganhava efetividade e se consolidava o lugar de Rondon no panteão de heróis nacionais atualizado pela ditadura.

Ao mesmo tempo em que a portaria do Minter instituía o Grupo de Trabalho responsável pela promoção do projeto de extensão, em dezembro de 1967, os militares do II Exército, com sede em São Paulo, elaboraram um documento que definia os termos da participação militar nas atividades dos estudantes. A finalidade principal desse texto era “estabelecer as normas a serem seguidas pelas organizações militares, na execução de trabalhos de Ação Cívica e Educacional²⁹, relacionados com a promoção de estágios de serviço para estudantes universitários, a realizarem-se durante os períodos de férias escolares, com apoio do Exército.” Além de indicar a recepção positiva e o pronto apoio conferido pelas Forças Armadas ao Projeto Rondon, esse documento demonstra também como a perspectiva de se aproximar militares e estudantes universitários por meio das ações do programa de extensão era levada a sério pela alta oficialidade. O documento apresentava uma divisão de atribuições para os militares no apoio às operações do Rondon, com diferentes setores das Forças Armadas sendo responsáveis por apoiar as atividades dos universitários de acordo com as regiões em que elas iriam acontecer. A participação do Exército, segundo o mesmo documento, havia até mesmo se antecipado a uma demanda formal das universidades diante do “elevado sentido cívico e patriótico” que era conferido às ações dos rondonistas.

Dentre os objetivos elencados pelos militares na definição do apoio que o Exército daria ao Projeto Rondon, estava o de “oferecer aos universitários brasileiros a oportunidade de um contato objetivo com a imensidão de nosso território, com a magnitude dos problemas que nos desafiam e com os esforços que o Governo realiza para enfrentá-los.” Essa significação imaginária elaborada pelos militares acerca do programa de extensão apostava no caráter pedagógico que a atuação no interior brasileiro poderia ter para os estudantes no que

²⁸ Amazônia conhecerá dedicação de estudantes. *Jornal do Brasil*, 24 de dezembro de 1967, 1º caderno, p. 15; Estudantes embarcam para a Amazônia quase sem recursos, *Jornal do Brasil*, 27 de dezembro de 1967, 1º caderno, p. 17; e Projeto. *Correio da Manhã*, 5 de janeiro de 1968, 1º caderno, p. 8

²⁹ No próprio Exército, os militares elaboraram e colocaram em prática, nesse período, programas assistenciais às populações marginalizadas, seja do interior ou das periferias das grandes cidades, chamadas de Ações Cívico Sociais (Aciso). Segundo Plínio Guimarães, esses programas “visavam propagar o sentimento patriótico e anticomunista entre aqueles que eram atendidos pelas equipes de assistência que integravam as Aciso e as colônias de férias, constituindo-se em ações integradas aos planos para manutenção da ‘segurança nacional’.” Do ponto de vista doutrinário, essas atividades configuravam-se como “tentativas de conter o que era entendido como o avanço da guerra revolucionária no país”. Cf. GUIMARÃES, Plínio Ferreira. *Outras formas de enfrentar a ameaça comunista: os programas assistenciais do Exército brasileiro como estratégia de combate à guerra revolucionária (1964-1974)*. 2014. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/Minas Gerais, p. 30 e p. 73-74.

se referia ao aprendizado da brasilidade. Por outro lado, havia preocupações explícitas em positivar as ações do governo federal e em demonstrar que, ao contrário do que advogavam as críticas do movimento estudantil elaboradas naquele contexto, as autoridades do país estavam fazendo algo para resolver os problemas nacionais. Ao colaborar ativamente com a realização das operações do Projeto Rondon, o Exército atuaria, assim, para oferecer aos universitários “a possibilidade de sentir a dimensão continental de nosso território, com todos os seus problemas, bem como de adquirir a consciência do grande destino que o futuro reserva à nossa Pátria.”³⁰

Por parte do Executivo federal, o presidente Costa e Silva deu “apoio total” aos estudantes no que classificou ser um “notável empreendimento cívico-cultural”. Na mensagem aos rondonistas que assinou em despacho com o ministro do Interior no início de janeiro de 1968, o presidente se dirigia aos “bandeirantes universitários do Projeto Rondon” e pedia para que os estudantes atuassem como “unidade ativa de brasilidade” e como “chama candente de civismo” enquanto realizassem as tarefas que lhes fossem designadas. Lembrando o padroeiro do programa, o presidente afirmou que os universitários iriam “palmilhar as trilhas de Rondon, abertas pela indômita determinação do velho Marechal, exemplo inexcusável de pioneirismo, por isso mesmo patrono e inspirador do movimento de que sois parte viva e atuante”. O ministro Albuquerque Lima, por sua vez, afirmou à imprensa na mesma ocasião que, com o Projeto Rondon, provava-se que “a juventude brasileira deseja, realmente, engajar-se nas patrióticas tarefas que nos dita o verdadeiro nacionalismo”.³¹

Essas falas de militares pertencentes aos altos escalões do regime são sobremaneira indicativas dos contornos que a iniciativa possuía. De um lado, o imaginário nacionalista constituía as experiências dos rondonistas e dos organizadores do programa de extensão universitária. O próprio ato de partir para o interior – entendido ao mesmo tempo como fonte de brasilidade e espaço geográfico vazio suscetível de ser incorporado à comunidade nacional – era visto como uma forma de exercitar um desprendido patriotismo. A repetida ideia de que os universitários iriam ajudar brasileiros menos favorecidos também atuava no sentido de imaginar a nação, já que era estabelecida, no nível do imaginário, uma “profunda camaradagem horizontal” entre pessoas que nunca haviam se visto e ainda assim

³⁰ Normas reguladoras do apoio ao “Projeto Rondon”. Dezembro de 1967. *Arquivo Central do Sistema de Arquivos da UNICAMP*, fundo CACS, caixa 170, maço 3, p. 1-4.

³¹ A íntegra da mensagem foi reproduzida em Costa e Silva ordena apoio total e anima com mensagem membros do Projeto Rondon. *Jornal do Brasil*, 13 de janeiro de 1968, 1º caderno, p. 7. A declaração do ministro foi reproduzida em Albuquerque Lima exalta interesse da juventude. *Jornal do Brasil*, 13 de janeiro de 1968, p. 7, 1º caderno.

compartilhavam sua brasilidade.³² Notável nesse sentido era a exposição, nos eventos relativos ao Projeto Rondon, de uma série de mapas do Brasil que continham as localidades em que as operações do programa estavam acontecendo. Reforçava-se, assim, a unidade territorial do país por meio da corroboração da imagem de suas fronteiras. Por outro lado, havia a necessidade de afirmar a existência de uma juventude patriota e engajada nos mesmos objetivos perseguidos pelo governo autoritário. Estabelecia-se dessa forma uma clara oposição com os movimentos estudantis contrários ao regime, o que muitas vezes vinha à tona por meio do imaginário anticomunista.

Enquanto atuavam nas regiões interioranas do país, os estudantes do Projeto Rondon recebiam mensagens entusiasmadas da coordenação instalada no Rio de Janeiro. Nelas, ficava explícita a ideia de que aquelas operações eram compreendidas como uma “lição de Brasil”. Na mensagem enviada para a equipe de número dois do programa, a coordenação afirmava para os universitários ser provável que eles viessem “a sentir muito desconforto durante as viagens e o estágio [...] mas, esse desconforto será recompensado pelo desenvolvimento máximo de seu sentimento de brasilidade.”³³ Nem tudo, porém, correu bem nas atividades do Projeto Rondon naquele início de 1968, o que justificava a insistente preocupação dos pais dos universitários com sua segurança. No dia 26 de janeiro, o estudante de medicina veterinária da USP Augusto Tortolero de Araújo, membro da equipe Rio Branco, caiu da embarcação em que viajava e morreu afogado no rio Acre. Seu corpo foi encontrado apenas dois dias depois, graças aos trabalhos de homens-rã da Marinha, dos militares da 4ª Companhia de Fronteiras e da FAB. Em nota oficial divulgada pelo coordenador executivo do Projeto Rondon, tenente-coronel Mauro da Costa Rodrigues, afirmava-se que, apesar do acontecido, “os trabalhos prosseguem normalmente conforme o planejado, com o mesmo entusiasmo, determinação e coragem com que foram iniciados”.

Como forma de homenagear o estudante morto enquanto prestava serviços junto ao Projeto Rondon, uma rua da cidade do Rio de Janeiro foi logo batizada com seu nome. Foi realizada também uma operação denominada Augusto Tortolero de Araújo, em julho de 1968. Através dela, os estudantes que participaram do programa de extensão ficaram responsáveis por construir um centro de ensino técnico no Acre que levaria o nome do estudante paulista.³⁴

³² ANDERSON, Benedict. *Op. citada*, 2008, p. 12, 34 e 174.

³³ Grupos do Projeto Rondon informam otimistas sobre o que fazem em 72 frentes. *Jornal do Brasil*, 6 de fevereiro de 1968, 1º caderno, p. 16.

³⁴ Exposição de motivos nº 473, 26 de junho de 1968. *Arquivo Nacional – COREG*, Fundo Minter, caixa 12, volume único, p. 5. Sobre as condições em que o estudante morreu e a nota divulgada por Rodrigues, cf. Estudante do Projeto Rondon cai no barco e morre no Acre. *Jornal do Brasil*, 30 de janeiro de 1968, 1º caderno, p. 14 e Morre no Acre estudante do Projeto Rondon. *Correio da Manhã*, 30 de janeiro de 1968, 1º caderno, p. 3.

Antes disso, todavia, o ministro Albuquerque Lima lembrou a morte do estudante no discurso que fez quando um dos primeiros grupos de universitários do Projeto Rondon-1 retornou ao Rio de Janeiro, em fevereiro. Suas palavras lembravam as cerimônias feitas em tributo aos soldados mortos em defesa de causas nacionais, como no caso de guerras. Tortolero era recordado como um “jovem brasileiro” cujas potencialidades haviam sido “tragadas” pelo rio. O ministro concluía dizendo esperar

que ele [Augusto] seja o símbolo do Brasil, que deseja ver-se integrado de Norte a Sul, de Leste a Oeste, sem xenofobia, nem ideias estranhas, mas como um Brasil nacionalista, no verdadeiro sentido dessa palavra e não como aqueles que dela se utilizavam para dividir, para subverter, para romper com os elos cristãos e submeter-nos ao credo comunista.³⁵

Apesar do acontecido, a operação foi saudada com notável entusiasmo na imprensa por meio da divulgação de várias entrevistas com participantes do Projeto Rondon. Nelas, os universitários afirmavam que a experiência havia sido “maravilhosa” e expressavam a vontade de retornar para a região amazônica depois de formados. A única crítica elaborada pelos estudantes dava-se de uma maneira muito sutil e era acompanhada de uma sugestão de ampliação do programa. Os jovens afirmavam terem retornado para casa “com um conhecimento sério e importante sobre o Brasil enquanto que, para aquele povo, nossa ação só terá utilidade quando for permanente”. As atividades realizadas no âmbito do programa deveriam ser, na perspectiva desses estudantes bem como dos jornalistas que selecionavam esses trechos para serem publicados, incentivadas pelas autoridades do país. Com esta recepção positiva da primeira operação de dimensões nacionais do Projeto Rondon, várias medidas foram tomadas por parte do regime e dos gestores ligados ao programa no sentido de organizar novas ações dos rondonistas ainda naquele ano de 1968. Como deixavam claro os repórteres do jornal *Correio da Manhã*, o “entusiasmo de estudantes pelo Projeto Rondon pode torná-lo permanente, pois todos se dizem realizados”.³⁶

O decreto que instituía em caráter fixo o Grupo de Trabalho Projeto Rondon foi firmado em junho de 1968, pouco antes da realização de novas operações nas férias de julho. O ato de sua assinatura foi orgulhosamente noticiado como mais um dos feitos da auto-proclamada “revolução” em um dos vídeos produzidos pela Agência Nacional como parte da série “Imagens do Brasil”. No filme, membros da operação piloto congratulavam-se com o ministro Albuquerque Lima e o presidente Costa Silva na ocasião em que o programa era

³⁵ O discurso do ministro foi reproduzido em Albuquerque Lima ouviu estudantes do Projeto Rondon. *Correio da Manhã*, 17 de fevereiro de 1968, 1º caderno, p. 5.

³⁶ Estudantes voltam e querem Projeto Rondon presente. *Correio da Manhã*, 16 de fevereiro de 1968, 1º caderno, p. 5.

institucionalizado.³⁷ O texto assinado pelo presidente determinava que um coordenador geral para as atividades do Projeto Rondon deveria ser indicado pelo próprio ministro do Interior e que coordenadores regionais fossem nomeados pela coordenação central do programa. Pelo que demonstram as informações divulgadas na imprensa do período, entretanto, essas instruções apenas regulamentavam uma situação já existente na prática. Em ocasiões anteriores à assinatura do decreto, como na morte de Augusto Tortolero, o tenente-coronel Mauro da Costa Rodrigues já aparecia nas reportagens como sendo o primeiro dirigente do programa. Nas instruções para a composição do grupo de trabalho, havia também diferenças com relação à portaria produzida pelo Minter no ano anterior. Ao invés de serem representadas por um professor da UEG, as entidades de ensino superior deveriam indicar um membro do Conselho de Reitores para compor o grupo. Os participantes da operação piloto, por sua vez, não figuravam na lista de pessoas que deveriam formar o grupo responsável pela “organização de planos e projetos específicos” do Projeto Rondon.³⁸ Essas mudanças provavelmente deviam-se aos esforços de dotar o programa de dimensões nacionais, afastando-o parcialmente de sua ligação inicial com a UEG.

A institucionalização do Projeto Rondon inseria-se nas discussões em torno da reforma universitária promovida pelo regime militar em 1968. Elaborada por técnicos da área educacional e militares com o apoio de consultores estrangeiros, ela procurava conciliar dois modelos de ensino superior com escopo diverso: o norte-americano, caracterizado pela “competição, diversificação e descentralização”; e o francês, marcado pela estabilidade funcional e por padrões normativos universalistas.³⁹ Como resultado, a reforma reestruturou a carreira docente, extinguindo a figura do professor catedrático; criou o vestibular classificatório e unificado; instituiu os ciclos básicos e profissionais; acabou com as turmas seriadas e criou o sistema de disciplinas por crédito; fomentou a estruturação do sistema de pós-graduação; reestruturou as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, desmembrando-as em diferentes unidades; integrou as várias áreas que desenvolviam ensino e pesquisa em campo comum, por meio da criação de institutos; aglutinou os docentes de disciplinas afins, através da criação de departamentos.⁴⁰ Em seu conjunto, a reforma de 1968 foi a responsável pela consolidação da instituição universitária baseada no tripé ensino, pesquisa e extensão. As atenções e verbas destinadas a essas três áreas de sustentação da universidade não eram,

³⁷ Cinejornal informativo nº 103, 1968, 01m:20s-02m:20s. *Arquivo Nacional – COREG*.

³⁸ Decreto nº 62.927, de 28 de Junho de 1968. *Diário Oficial da União*, seção 1, 1/7/1968, p. 5.387.

³⁹ BOMENY, Helena. A reforma universitária de 1968: 25 anos depois. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 9, out. 1994, p. 53.

⁴⁰ CUNHA, Luiz Antônio. *Op. citada*, 2007, p. 16 e p. 257-279.

entretanto, equânimes. A extensão era, na maioria das vezes, deixada em segundo plano e entendida exclusivamente como prestação de serviços à população.⁴¹ O Projeto Rondon, ainda assim, representou a ação extensionista de maior vulto no quadro das políticas universitárias da ditadura.

Segundo a historiografia dedicada à história da educação no Brasil, os principais atores responsáveis por desenvolver a reforma universitária da ditadura foram a burocracia universitária (reitores, professores, diretores, dentre outros funcionários das universidades), os consultores norte-americanos (com papel superestimado por grande parte das narrativas) e os tecnocratas da ditadura. Pode-se, entretanto, questionar esse rol de atores, com o objetivo de ampliá-lo e de incluir nele os estudantes, tanto os de oposição como os que adotavam outras posturas com relação ao regime. O movimento estudantil organizado dos anos 1960 foi às ruas para protestar contra a reforma universitária dos militares e parte de suas pautas foram contempladas graças à sua atuação como grupo de pressão naquele contexto. Os acordos MEC-Usaid, por exemplo, não chegaram a ser implementados em sua totalidade, assim como a proposta de cobrar mensalidades nas universidades não foi levada para frente pelo governo. Para Rodrigo Patto Sá Motta, “nesse episódio, como em outros semelhantes, o governo militar optou por evitar um conflito com as forças da oposição, escolhendo um caminho de ação de acordo com tradições políticas arraigadas na cultura política.”⁴² Por outro lado, como afirma Marcelo Ridenti, as lutas dos estudantes pautaram as políticas dos militares receosos quanto à recepção de suas ações entre os opositores no contexto anterior à decretação do AI-5.⁴³ No caso mais específico do Projeto Rondon, os estudantes que participaram de suas operações acabaram contribuindo também para a própria elaboração do programa. Muitos dos ex-rondonistas se integraram às coordenações do projeto de extensão com o passar dos anos e chegaram até mesmo a ocupar cargos de direção tanto em *campi* avançados como na futura Fundação Projeto Rondon e em suas coordenações regionais.

As políticas educacionais do regime, nesse sentido, coadunavam-se com a criação do Projeto Rondon na medida em que buscavam empreender uma modernização conservadora no ensino superior. O projeto de modernização das universidades que acabou sendo colocado em prática pela ditadura depois dos intensos debates ocorridos durante a década de 1960 foi o da “vertente autoritária e conservadora”, ainda que ela tenha se apropriado de ideias mais

⁴¹ NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. *Políticas de extensão universitária brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005, p. 23.

⁴² MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Op. citada*, 2014, p. 146.

⁴³ RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração. In: AARÃO REIS, Daniel, RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.) *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 45-46.

tecnicistas e não tenha sempre atuado de acordo com os “conselhos” dos consultores norte-americanos. Essas políticas eram modernizadoras porque buscavam flexibilizar a estrutura das universidades e atender a demanda crescente das classes médias por mais vagas no ensino superior, mas eram também autoritárias porque perseguiram, vigiando e aposentando, os professores universitários, e objetivavam enquadrar os movimentos estudantis para minar seu potencial contestatório.⁴⁴ O Projeto Rondon configurava-se como um traço conservador dessas políticas, na medida em que os valores e o imaginário que o fomentavam diziam respeito à preservação da ordem e ao nacionalismo ufanista. Por outro lado, havia também uma inspiração modernizadora na iniciativa porque ela possuía tanto uma faceta ligada à política social de diminuição das desigualdades regionais no Brasil, como um aspecto educacional ligado à instrução para o trabalho e ao que os gestores educacionais denominavam de “despolitização do ensino”.⁴⁵ As atividades dos rondonistas, além disso, inseriam-se num esforço de incorporação das áreas do interior do Brasil à lógica da agricultura voltada para o mercado e dotada de técnicas consideradas modernas.

Na tarefa de divulgação do Projeto Rondon para o seu público-alvo, os professores, militares e membros da burocracia estatal envolvidos com o programa de extensão procuravam explicitar de forma ao mesmo tempo didática e atraente os contornos de suas operações. Em panfleto que circulou nos meios universitários da cidade de Curitiba em julho de 1969, o programa de extensão era apresentado como uma iniciativa dos próprios estudantes, mas organizada pelo Minter – “a quem cabe por lei a integração do território” – e apoiada integralmente pelas Forças Armadas. Dentre os objetivos do Projeto Rondon elencados pelos produtores do material de divulgação do programa, constavam o aproveitamento da mão-de-obra dos estudantes na resolução dos problemas brasileiros; mostrar aos universitários “a imensidão de nosso território” e a “magnitude dos problemas que nos desafiam”; atrair os estudantes para o interior, aproveitando dessa maneira “as características de idealismo, entusiasmo e espírito de aventura” atribuídas aos jovens; dialogar com os universitários, “mostrando-lhes na atual conjuntura nacional o trabalho desenvolvido pelas Forças Armadas, nas longínquas e muitas vezes inóspitas regiões do interior”; e, finalmente, levar o entusiasmo da juventude aos “patrícios do interior”.⁴⁶ A tarefa de convencimento dos estudantes para que se inscrevessem no programa ocorria nos marcos do imaginário nacionalista. Utilizava-se como estratégia central a ideia de que, por meio do

⁴⁴ CUNHA, Luiz Antônio. *Op. citada*, 2007, p. 287-288 e MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Op. citada*, 2014, p. 9-12.

⁴⁵ MATHIAS, Suzeley Kalil. *A militarização da burocracia: a participação militar na administração federal das comunicações e da educação, 1963-1990*. São Paulo: Editora UNESP, 2004, p. 167-171.

⁴⁶ Projeto Rondon. *Arquivo Público do Estado do Paraná*, Fundo DOPS, caixa 195, folhas 1 e 2.

Projeto Rondon, os universitários poderiam conhecer melhor o Brasil do interior e serem úteis na solução dos problemas nacionais.

Esse apelo era bem recebido por parte significativa da juventude universitária do período. No Projeto Rondon-2, promovido durante as férias de julho de 1968, cerca de 3.605 estudantes participaram das atividades do programa que se realizaram principalmente na região Centro-Oeste do país. Diante do tempo curto para a preparação dessa nova operação e das dificuldades de se conseguir transporte para o grande número de inscritos, foram realizadas também ações menores nas áreas interioranas de alguns estados da região centro-sul (Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul). O Projeto Rondon-3, por sua vez, concentrou-se nas regiões da Amazônia, nas áreas sob a jurisdição da Sudene, no Vale do Jequitinhonha e ao longo da rodovia Belém-Brasília. As operações envolveram 4.281 participantes entre os meses de dezembro de 1968 e fevereiro de 1969. Uma das ações mais importantes ocorridas à época do Projeto Rondon-2 foi a Operação Aragarças, que se concentrou na realização de atendimentos médicos à população das regiões de Aragarças, em Goiás, e Barra das Garças, no Mato Grosso. Os estudantes atuaram também no auxílio às atividades da Sudeco. Ao justificar a participação dos universitários nesta atividade em específico, um filme produzido pela Agência Nacional afirmava que “tanto mais se ama a pátria, quanto mais seja conhecida. A mocidade do Brasil resolveu conhecê-la de perto.”⁴⁷ Para além do imaginário nacionalista – que ficava explícito nesse vídeo de divulgação –, a própria forma de nomear as atividades dos rondonistas era significativa. A palavra “operação” era utilizada tanto para designar o conjunto de atividades de caráter variado nas áreas de saúde, educação, infraestrutura etc. que resultariam na resolução dos problemas brasileiros como no sentido mesmo de uma operação militar.

Ainda que se procurasse insistentemente negar o caráter assistencialista das ações dos estudantes, sobressaíam, principalmente na imprensa, as atividades de caráter efêmero que eram realizadas pelos estudantes durante essas operações. Dentre elas, as que tinham mais importância eram as consultas médicas e odontológicas, já que – como se dizia repetidas vezes – muitos dos habitantes do interior nunca haviam se consultado com um profissional da saúde antes da chegada dos rondonistas. Em reportagem da revista *Realidade* publicada em maio de 1969, ressaltava-se que os estudantes que atuaram em Humaitá durante o Projeto Rondon-3 haviam feito uma série de palestras “para ensinar ao povo noções de higiene, sanitário e veterinária.”⁴⁸ Lembrava-se a todo tempo que a proliferação de doenças no

⁴⁷ Cinejornal informativo nº 104, 1968, 04m:51s-06m:56s. *Arquivo Nacional – COREG*.

⁴⁸ NOGUEIRA, Nemércio. Aula de Brasil. *Realidade*, São Paulo, maio de 1969, ano IV, n. 38, p. 83.

interior brasileiro era decorrente da falta de asseio dos habitantes dessas localidades. Essas representações, bem como a pretensão educativa dos estudantes, convergiam com a concepção que os militares responsáveis pela produção da propaganda do regime possuíam acerca da população. Os brasileiros seriam despreparados, sujos e avessos aos comportamentos considerados adequados para a civilização. Fazia-se necessário, nesse sentido, ensinar hábitos de higiene para a promoção do desenvolvimento. Os militares – e, em certo sentido, também os rondonistas – colocavam-se assim como “autoridades morais” diante da população do interior.⁴⁹ Outros estudantes, no entanto, não aceitavam o apelo para a continuidade das obras do marechal Rondon.

As resistências dos universitários ao Rondon nos anos 1960

Os últimos anos da década de 1960 foram tempos de agitação para os movimentos estudantis opositores à ditadura militar. Enquanto as primeiras operações do Projeto Rondon aconteciam, parcela significativa dos universitários organizados em entidades das mais variadas orientações políticas denunciavam a falta de vagas nas universidades, a legislação autoritária da ditadura com relação às organizações representativas dos estudantes e os acordos celebrados entre o MEC e a Usaid visando reestruturar o ensino superior brasileiro. Com as grandes manifestações de rua ocorridas em todo o Brasil entre o assassinato do secundarista Edson Luís de Lima Souto, em março de 1968, e a repressão ao Congresso de Ibiúna, em outubro do mesmo ano, os estudantes demonstraram representar o maior desafio para a estabilidade do regime autoritário. A chamada “questão estudantil” preocupava os ocupantes do Estado e mobilizava os aparatos repressivos, que não hesitavam em usar da força para minar as atividades contestatórias empreendidas pelos universitários. O Projeto Rondon configurava-se, nesse contexto, como uma “outra alternativa além da repressão aos estudantes”.⁵⁰ Sua realização era largamente elogiada por órgãos da grande imprensa da época justamente na medida em que se apresentava como uma maneira de aproximar os universitários dos valores nacionalistas do regime e, ao mesmo tempo, afastá-los das entidades combativas à ditadura.

As relações do regime com a juventude universitária se tornaram tema de uma série de intervenções dos parlamentares brasileiros na Câmara dos Deputados. Nelas, o Projeto

⁴⁹ FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997, p. 133-134.

⁵⁰ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Op. citada*, 2014, p. 87.

Rondon era mobilizado com frequência na argumentação favorável ao governo.⁵¹ Em 3 de agosto de 1968, o deputado federal Amaral de Souza, filiado à Arena do Rio Grande do Sul, discursou sobre esse assunto ao comentar a notícia de que o presidente Costa e Silva iria receber, na Guanabara, 200 ex-rondonistas de diferentes regiões do Brasil. Para o arenista, esse encontro merecia ser mencionado porque demonstrava “que o atual Governo da República em momento algum se negou ao diálogo com a classe universitária”. Significando de forma nacionalista o programa de extensão, o deputado descrevia o Projeto Rondon como uma ação inédita de “integração dos estudantes brasileiros no equacionamento da problemática nacional”. Em consonância com a perspectiva oficial sobre os acontecimentos do ano de 1968, os estudantes opositores à ditadura eram desqualificados pelo deputado e tidos como minoritários. Concluindo a sua intervenção, Amaral de Souza afirmava que o governo não deveria “permitir que grupos radicais, explorando o idealismo da juventude, perturbem a ordem deste País e comprometam a obra de soerguimento econômico nacional.”⁵²

A reunião de Costa e Silva com os participantes do Projeto Rondon, no entanto, não ocorreu como o esperado. O estudante escolhido para ser o orador dos ex-rondonistas fez um discurso que irritou o presidente e o encontro, longe de representar o “diálogo” preconizado por Amaral de Souza, evidenciou as tensões entre universitários e regime militar na segunda metade dos anos 1960. Além de defender as passeatas realizadas naquele ano ao afirmar que “o desafio dos estudantes que se rebelam [...] não pode ter como resposta a mera repressão da rebeldia”, o ex-rondonista criticou o “movimento” de 1964 por ser incapaz de se comunicar ou de entusiasmar a juventude. Contemporizando com as autoridades presentes na solenidade realizada no Palácio das Laranjeiras, o universitário lembrou “que se por um lado discordamos da força com que vêm sendo encaminhadas, de modo geral, as reivindicações, por outro lado, reconhecendo a necessidade de reformas, vimos cobrá-las a quem lhes compete a execução”. O presidente, ainda assim, irritou-se com a fala do ex-rondonista. Costa e Silva apontou o aumento do número de vagas nas universidades como um indício dos esforços governamentais na área educacional e disse que a repressão era destinada “apenas”

⁵¹ Os congressistas também discursavam (e uma minoria atuava) em favor dos universitários do movimento estudantil, ligados aos políticos profissionais por laços familiares e de classe. Cf. PITTS, Bryan. “O sangue da mocidade está correndo”: a classe política e seus filhos enfrentam os militares em 1968. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 34, nº 67, 2014, p. 43-45. O Projeto Rondon, ao contrário, era em geral lembrando quando os deputados procuravam elogiar a política educacional do regime ou afirmar os propósitos “ordeiros” e nacionalistas dos estudantes.

⁵² *Diário do Congresso Nacional*, seção I, ano XXIII, nº 120, 3 de agosto de 1968, p. 4.877. A nota do *Jornal do Brasil* anterior ao encontro também esperava que o diálogo entre os estudantes e o presidente fosse dominado por “um tom de grande franqueza”. Cf. Costa e Silva receberá estudantes. *Jornal do Brasil*, 2 de agosto de 1968, página de capa.

aos estudantes que afirmavam, nas ruas, a existência de uma ditadura no Brasil. Também procurando temporizar com os universitários presentes no encontro, Costa e Silva concluiu seu discurso improvisado dizendo que “nós temos dados positivos de que não foram os estudantes, como os srs., como as srtas., que levaram os demais camaradas a fazer uma pregação que está fora do espírito do brasileiro e do interesse dos estudantes patriotas.”⁵³ O presidente atualizava, dessa forma, o imaginário do brasileiro avesso aos conflitos ao mesmo tempo em que relembra a oposição entre “verdadeiros” e “falsos” estudantes, muito recorrente nas declarações oficiais sobre a crise de 1968.

Ao invés de apontar para a existência de uma dicotomia entre uma juventude opositora ao regime e estudantes adésitas aos seus valores, esses acontecimentos são indícios tanto da forma multiforme como um mesmo grupo social – os universitários – vivia a ditadura quanto da ambiguidade que a participação no Projeto Rondon poderia representar no caso de algumas trajetórias individuais. Em fins dos anos 1960, ser um rondonista não implicava necessariamente a adesão automática ao regime militar – como demonstra o evento protagonizado em agosto de 1968 pelo orador dos ex-participantes do programa de extensão. Ademais, alguns dos universitários pertencentes aos movimentos estudantis foram responsáveis pela realização de uma miríade diversa de ações contrárias ao Projeto Rondon nesse período: boicotes, panfletagens, publicação de manifestos, denúncias.

Dentre essas atitudes opositoras ao programa de extensão no meio estudantil, o boicote realizado pelo DCE da UFMG em julho de 1968 foi aquela que mais recebeu a atenção da grande imprensa do período. Trechos da nota divulgada pelo DCE foram, inclusive, publicados pelo *Correio da Manhã* e pelo *Jornal do Brasil*. Nela, os estudantes descreviam o Projeto Rondon como uma “tentativa de militarização do processo educacional brasileiro, idealizada pela oligarquia militar que segue as linhas mestras do Pentágono”. O programa de extensão era tido como uma tentativa de melhorar a imagem do Exército, desgastada entre a população. Além da militarização do ensino, os estudantes afirmavam que o Projeto Rondon objetivava “fazer com que a mentalidade imperialista passe a integrar a cultura do assalariado rural brasileiro” e “travar o desenvolvimento de libertação do jugo estrangeiro”.⁵⁴ A crítica elaborada por esses estudantes acusava o Projeto Rondon de ser algo que estava longe de confluir com os valores compartilhados por seus organizadores. Ao afirmar que o programa de extensão era uma forma de entregar o Brasil ao imperialismo norte-americano, os

⁵³ Abaixo a ditadura irrita Costa e Silva. *Correio da Manhã*, 3 de agosto de 1968, 1º caderno, p. 3.

⁵⁴ Estudantes mineiros contra Projeto Rondon. *Correio da Manhã*, 6 de julho de 1968, 1º caderno, p. 9 e Mineiros pregam boicote ao Projeto Rondon-II, 7 de julho de 1968, *Jornal do Brasil*, 1º caderno, p. 32.

universitários reafirmavam o imaginário nacionalista que dava ensejo ao próprio projeto de extensão ainda que fossem desfavoráveis à sua realização.

A atividade dos estudantes mineiros contrários ao Projeto Rondon não passou despercebida para os órgãos de informação da ditadura. Era preciso, afinal, impedir que ações de oposição ao programa de extensão governamental prosperassem. Um relatório elaborado pelo Centro de Informações da Marinha em 22 de julho daquele ano e, na mesma época, difundido para outras agências governamentais dava conta do boicote realizado pelo DCE da UFMG. Para os produtores do informe, havia, em Minas Gerais, uma ordem da UNE e da UEE para um “boicote geral ao Projeto Rondon.” Os estudantes estavam distribuindo panfletos nos quais afirmavam que o programa de extensão era uma forma de as Forças Armadas instrumentalizarem os universitários para os seus propósitos. A conclusão dos agentes da ditadura, entretanto, era a de que os estudantes “nada conseguiram” com seu boicote. Ao contrário: o informe dizia, em tom orgulhoso, que “está havendo uma procura excepcional por parte dos estudantes, a fim de participarem do Projeto Rondon”. Prova disso era que, em apenas três dias, 147 universitários haviam se inscrito para as 50 vagas disponibilizadas pela coordenação do programa na UFMG.⁵⁵ Os textos publicados na imprensa, por sua vez, iam na mesma direção e procuravam minimizar o alcance do boicote. Segundo as reportagens, a ação representava muito mais um ponto de conflito entre as lideranças dos movimentos estudantis e suas bases do que uma recepção negativa do programa governamental entre os universitários.

As ações de resistência ao Projeto Rondon não se restringiram ao caso de Minas Gerais, ainda que tenham se concentrado nas regiões Sudeste e Sul do Brasil por serem estas as áreas prioritárias para o recrutamento de rondonistas. Durante a primeira reunião de preparação dos estudantes paranaenses para a atuação no Projeto Rondon-3, um grupo de mais de dez militantes do movimento estudantil distribuiu um panfleto contrário ao programa de extensão. O encontro foi realizado na reitoria da Universidade Federal do Paraná em 3 de outubro de 1968 e contou com a presença do tenente-coronel Mauro da Costa Rodrigues, que estava encarregado de esclarecer os objetivos do Projeto. Em seu manifesto, os universitários contrários à participação de seus colegas no programa explicitavam a sua perspectiva acerca do Projeto Rondon. Para eles, “a maioria dos estudantes que participam deste projeto são levados pela necessidade que sentem de ver mais de perto a realidade brasileira.” Esta motivação inicial seria justificada, tendo em vista que as universidades eram descritas no

⁵⁵ Informe nº 278: Projeto Rondon. 22/07/1968. *Arquivo Nacional – COREG*, Fundo CISA, ID: BR_AN_BSB_V AZ_084A_0004, folha 1.

panfleto como “casarões metafísicos” distanciados das problemáticas nacionais. Os objetivos do governo em promover o Projeto Rondon, ao contrário, deveriam ser questionados. Para os militantes, o programa de extensão inseria-se no quadro de estratégias do Estado brasileiro em remover o “obstáculo” representado pelo “estudante consciente” à realização de sua política educacional. O programa de extensão teria o objetivo de “popularizar o Exército no movimento estudantil, para que o vejamos não como um instrumento de repressão das classes dominantes, mas sim como um meio de defesa e promoção do desenvolvimento.” O manifesto encerrava-se conclamando “pelo boicote ao Projeto Rondon” e “pela integração do movimento estudantil na luta dos trabalhadores”.⁵⁶

O agente Azuilo Mello, do DOPS de Curitiba, estava presente na reitoria da UFPR e, graças a ele, temos acesso tanto ao manifesto dos estudantes como a um relato dos acontecimentos daquela noite. Segundo o agente do DOPS, Mauro da Costa Rodrigues sublinhou os “atos de humanismo e civismo” proporcionados pelo Projeto Rondon, exibiu um vídeo sobre a segunda operação do programa de extensão e afirmou que o programa “não visa resolver os problemas e sim senti-los”. A fala do tenente-coronel teria surpreendido positivamente o seu público, deixando a todos “maravilhados”. A certa altura do evento, quando Rodrigues abriu a sua palestra para as intervenções dos universitários, o estudante Vitorio Sorotiuk começou a atacar o Projeto Rondon, sendo logo em seguida acompanhado por seus companheiros. “Indignados”, os presentes teriam começado a vaiar os membros do movimento estudantil. Depois de alguns minutos de bate-boca entre o coordenador geral do programa de extensão e os militantes do movimento estudantil, Rodrigues deu a reunião por encerrada ao ser chamado de “milico” e “ditador” pelos universitários. Em seu relatório, o agente do DOPS concluía que “toda a desordem foi provocada pela turma já conhecida como desordeira, sem o apoio dos demais.”⁵⁷

Essas práticas estudantis contrárias ao Projeto Rondon traziam com elas críticas variadas ao próprio caráter do regime instaurado em 1964, configurando-se, assim, como atos de defensiva, de oposição à ditadura. De *resistência*, enfim.⁵⁸ Com matizes variados, essas ações integravam o rol de comportamentos discordantes que tomaram conta dos noticiários em 1968. Entre os militantes da esquerda armada, por outro lado, também houve ações que

⁵⁶ Alerta sobre o Projeto Rondon. *Arquivo Público do Estado do Paraná*, Fundo DOPS, caixa 104, folha 77.

⁵⁷ Relatório sobre: dos futuros participantes do Projeto Rondon, dia 3/10/1968. *Arquivo Público do Estado do Paraná*, Fundo DOPS, caixa 104, folhas 32-34.

⁵⁸ Ao mesmo tempo em que se utiliza, aqui, o conceito de “resistência” em sua acepção ampla, isto é, entendendo-se que “trata-se mais de uma reação que de ação, de uma defesa que de uma ofensiva, de uma oposição que de uma revolução”, procura-se apontar para a diversidade conjuntural de tais práticas. Cf. MATTEUCCI, Nicola. *Resistência*. In: BOOBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco (orgs.). *Dicionário de Política I*. Brasília: UNB, 1998, p. 1.114.

tomavam o Projeto Rondon como alvo. Em março de 1968, a Frente de Expropriação do Movimento Revolucionário 8 de Outubro invadiu o depósito do Projeto Rondon na UEG e levou o material que seria usado nas operações do programa. Com origem na militância estudantil, o MR-8 foi descrito pela imprensa, mais de um ano depois, como sendo composto por “estudantes que abandonaram suas escolas, depois de terem participação ativa no movimento estudantil, para se profissionalizarem na subversão.”⁵⁹ Para esses estudantes que aderiram à luta armada contra o regime, um depósito do Projeto Rondon era entendido de forma semelhante a uma agência bancária no momento em que se selecionava os alvos que deveriam ser atacados na luta contra a ditadura militar e a favor da instauração do socialismo no Brasil. Coincidentemente ou não, esse tipo de postura era justamente aquela que, na perspectiva dos anticomunistas defensores do programa de extensão, deveria ser combatida com a promoção da consciência cívica por meio das operações do Projeto Rondon.

Entre o nacionalismo e o anticomunismo

Quem foi às bancas de revista no sábado, 5 de outubro de 1968, e comprou a edição daquele dia do *Jornal do Brasil* viu estampado em uma de suas páginas um editorial com o título no mínimo curioso de “Humorismo soviético”. Ao contrário do que os leitores talvez pudessem esperar, entretanto, o texto produzido pelos editores do jornal não discorria sobre algum avanço da União Soviética na corrida espacial, nem dava conta de alguma anedota acontecida durante a recente invasão do país à Tchecoslováquia. O tema principal daquele editorial eram as informações – mentirosas, na opinião dos editores – divulgadas pela rádio soviética *Paz e Progresso* acerca do Projeto Rondon. Segundo o texto, a rádio socialista havia proclamado o fracasso do programa de extensão “porque ‘mercenários armados até os dentes’, a serviço de imperialistas norte-americanos, ‘protegem grandes empresas industriais e numerosos aeródromos capazes de receber gigantescos aviões de transporte.’” A posição da redação do *Jornal do Brasil* foi de defesa do Projeto Rondon, ressaltando que o programa era “dos mais sérios já empreendidos no país”. As declarações da rádio eram ridicularizadas, atribuídas à eliminação da lógica na URSS e ao comprometimento do país socialista com “provocações gratuitas”. Respondendo à acusação de que uma parte do território nacional estaria sendo entregue à exploração de estrangeiros, os jornalistas afirmavam que “na Amazônia, não há americanos. O que há é uma imensa área, inóspita, inabitada, em vias de

⁵⁹ Marinha prende 27 e desbarata um grupo subversivo. *Jornal do Brasil*, 26 de julho de 1969, 1º caderno, p. 16 e Relatório especial de informações nº 10/69. *Arquivo Nacional – COREG*, Fundo CGIPM, 22/12/1969, ID: BR_DFANBSB_AAJ_IPM_0935.

ser conquistada pelos próprios brasileiros. E o Projeto Rondon é o embrião dessa campanha pela ocupação, por brasileiros, do território nacional.”⁶⁰

Poucos dias depois, foi a vez do deputado Bernardo Cabral, filiado ao MDB do Amazonas, usar o seu espaço na tribuna da Câmara federal para protestar contra a rádio soviética. Provavelmente por representar um dos estados da região Norte do Brasil, o emedebista havia sido o primeiro parlamentar a falar sobre o Projeto Rondon na Câmara dos deputados ainda no momento em que a operação piloto estava sendo realizada. No “ano quente” de 1968, ele foi uma das vozes parlamentares que engrossou o coro de que o regime militar mantinha diálogos com aqueles que denominava os “verdadeiros estudantes” brasileiros, em clara oposição aos universitários classificados como “subversivos”. Cabral seria cassado pelo AI-5 no mesmo ano de 1968, mas, também em concordância com as representações de outros deputados que discursaram sobre o Projeto Rondon em fins da década de 1960, ele construía uma representação nacionalista sobre a ação empreendida pelo Ministério do Interior. Nela, as operações em que se engajavam os estudantes universitários eram identificadas com ações de patriotismo e de integração entre as partes da nação brasileira, numa perspectiva funcionalista sobre a geopolítica que era própria da Doutrina de Segurança Nacional. Já em seu primeiro discurso sobre o tema, em oito de agosto de 1967, Cabral defendeu, com os aplausos de seus colegas, que

ou a conquistamos [a Amazônia] de maneira positiva, patriótica e povoamos os seus incomensuráveis espaços vazios ou continuaremos sob a ameaça constante e perigosa da cobiça daqueles que querem povoá-la e explorá-la, apesar de serem estranhos à nossa tradição, à nossa cultura e à nossa língua.⁶¹

Mais de um ano depois, em seu discurso sobre a rádio *Paz e Progresso*, o deputado emedebista informou os seus colegas sobre a notícia acerca do programa de extensão em tom de protesto. Além de citar os mesmos trechos da transmissão radiofônica lembrados pelos editores do *Jornal do Brasil*, Cabral acrescentou que a rádio havia difundido outra denúncia infundada sobre o Projeto Rondon. Segundo o deputado, a *Paz e Progresso* divulgara que o rondonista Augusto Tortolero de Araújo, morto afogado no rio Acre durante a operação do Projeto Rondon de janeiro de 1968, havia sido, na verdade, assassinado por guardas de uma empresa norte-americana. Concluindo a sua intervenção, o deputado lamentou o fato de os brasileiros desconhecerem a região Norte do Brasil e reafirmou a ideia de que o Projeto Rondon atuava justamente para integrar o país e ocupar as regiões geográficas, em sua visão, “vazias” de nacionalidade brasileira. As declarações da rádio soviética eram, na perspectiva

⁶⁰ Humorismo soviético. *Jornal do Brasil*, 5 de outubro de 1968, Editorial, p. 6.

⁶¹ *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, ano XXII, nº 89, 4 de agosto de 1967, p. 4.160

de Bernardo Cabral, injustificadas e frutos do desconhecimento estrangeiro acerca da realidade brasileira.⁶²

A crítica da rádio soviética ao Projeto Rondon não passou despercebida também a um dos principais líderes do laicato católico e um dos mais destacados defensores do regime militar na segunda metade dos anos 1960: o jornalista Gustavo Corção. Em sua intensa atuação na grande imprensa, Corção havia atribuído os acontecimentos de 1968 à “crise de autoridade” pela qual não só o Brasil como também o mundo inteiro estaria passando no século XX. Sua defesa do uso da violência para conter o movimento estudantil era acompanhada por uma afinidade com as posições do general Albuquerque Lima na crítica radical à aproximação do clero com os agentes “perturbadores” da ordem. A aproximação do jornalista com os círculos de poder identificados com os valores nacionalistas e seu papel como um articulista na defesa do regime instaurado em 1964 havia se traduzido na nomeação que recebeu para o Conselho Federal de Cultura, instalado em janeiro de 1967.⁶³

Pouco tempo depois, no seu artigo publicado no jornal carioca *O Globo* em 12 de outubro de 1968, Corção declarou acreditar que não era de se espantar que a URSS “caluniasse” o Projeto Rondon. Afinal, o programa era “um apelo ao heroísmo dos moços, que é o melhor antibiótico para a grande revolução que tem como ideal o Homem-Massa.” Apesar de elogiar o programa de extensão devido ao seu “alcance moral, espiritual” na tarefa de catalisar o patriotismo da juventude, Corção lembrava que era preciso atentar-se também para a tarefa de “integração do ecúmeno”. Segundo o jornalista, “completar o programa de desenvolvimento nacional nas zonas despovoadas” da “*hinter-land*” brasileira não deveria ofuscar a tarefa de integração das áreas densamente povoadas do litoral. Na primeira tarefa, aliás, o Exército era elogiado por sua “função civilizadora e auto-colonizadora”, agora completada pelo Projeto Rondon. O trabalho de criação de conexões entre as regiões do ecúmeno, todavia, não deveria ficar prejudicado com as políticas voltadas para o desenvolvimento das regiões oeste e norte do Brasil.⁶⁴

Tanto o editorial do *Jornal do Brasil* como o protesto de Bernardo Cabral e o artigo de Gustavo Corção explicam-se por dois motivos. Primeiro, pelo fato de uma rádio estrangeira e – pior – originária de um país comunista estar transmitindo notícias “mentirosas” sobre um programa de extensão universitária nacional, muito elogiado publicamente por deputados,

⁶² *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, ano XXIII, nº 175, 8 de outubro de 1968, p. 6.929.

⁶³ PAULA, Christiane Jalles de. Gustavo Corção: apóstolo da “linha-dura”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 32, nº 63, 2012, p. 182 e p. 186-188.

⁶⁴ CORÇÃO, Gustavo. Moscou e o Projeto Rondon II. *O Globo*, 12/10/1968, p. 2. *Arquivo Nacional – COREG*, Fundo CAMDE, ID: BR_AN_RIO_PE_0_0_121_d, folha 26. O mesmo artigo apareceu também no jornal *Gazeta do Povo*, 12/10/1968, s. p. *Arquivo Público do Estado do Paraná*, Fundo DOPS, caixa 195, folha 17.

pela grande imprensa e por professores universitários. Nesse conjunto de reações à divulgação da notícia pela rádio soviética ficava explícita a antipatia à URSS que esses defensores do Projeto Rondon compartilhavam. O imaginário anticomunista era deslocado, assim, para a própria definição da brasilidade por meio de um exercício de aversão: o Brasil e os brasileiros seriam *naturalmente* antagônicos ao comunismo, considerado um conjunto de ideias estranhas à tradição nacional. Não era de se espantar que os soviéticos criticassem o Projeto Rondon, mas esse fato era, ainda assim, motivo de revolta. Segundo, porque, ao elaborar tais “inverdades”, a mesma rádio ainda dava a entender que o governo brasileiro estaria “entregando” a Amazônia para empresas norte-americanas, o que feria a soberania do Estado nacional brasileiro – tópica muito cara aos setores nacionalistas daquele período, seja à direita ou à esquerda.

A rádio *Paz e Progresso* era uma das emissoras de ondas curtas do chamado “mundo socialista” que mantinha uma frequência radiofônica em português nas décadas de 1960 e 70. Sob a vigilância e censura da Polícia Federal, os ouvintes brasileiros chegavam até a enviar cartas para a sua sede em Moscou, solicitando boletins de programação e revistas especializadas, mas nunca recebiam respostas dos soviéticos.⁶⁵ Ao menos na memória social, as rádios estrangeiras que transmitiam em português ou espanhol durante o período são lembradas por terem denunciado as prisões arbitrárias e a violência política do Brasil da ditadura militar. Para os objetivos deste trabalho, entretanto, cabe muito mais a reflexão acerca dos entrecruzamentos entre os imaginários nacionalista e anticomunista no bojo do Projeto Rondon, em situações como as apresentadas acima, do que a verificação da efetiva transmissão ou não de notícias contrárias ao programa de extensão pela rádio soviética *Paz e Progresso*. Afinal, pode-se afirmar que a narrativa de que uma estação de rádio comunista difundia representações negativas acerca das ações do Projeto circulou em diferentes espaços do Brasil em fins dos anos 1960, provocando um debate que fornece indícios para analisar o escopo que possuíam as atividades dos rondonistas nos anos 1960.

Os imbricamentos entre os imaginários anticomunista e nacionalista no Projeto Rondon não se limitavam aos espaços da Câmara dos Deputados e dos textos publicados na grande imprensa brasileira. Por serem constituintes das práticas dos rondonistas, eles também estavam presentes nas ações de vigilância que o sistema de informações da ditadura militar empreendia com relação ao programa de extensão. Com o assunto “Infiltração comunista no Projeto Rondon”, o informe nº 618 da Divisão de Segurança e Informação do MEC, datado de

⁶⁵ Cf. o depoimento de José Marcos Lorente. Saudosismo. Disponível em: <<http://www.sarmiento.eng.br/Saudosismo.htm>>. Acesso em 16 mar. de 2014.

treze de dezembro de 1968, alertava para o fato de que “elementos comprometidos com a situação anterior à Revolução [sic] estariam sendo encarregados de coordenar os assuntos atinentes ao ‘Projeto Rondon’.” Para aquela divisão de informações, estudantes subversivos estariam se “infiltrando” no programa de extensão, com o objetivo de provocar o “torpedeamento do Projeto Rondon”.⁶⁶ As formas de nomear e classificar essas ações eram características do imaginário anticomunista atualizado em tempos de ditadura militar. A utilização da ideia de “infiltração” é indicativa da representação do comunismo como uma doença, um vírus que penetra na nacionalidade brasileira a partir do exterior. A ideia de atacar com um torpedo o Projeto Rondon, por sua vez, remete à representação do “inimigo comunista” como alguém que se utiliza de táticas pouco honradas, como o lançamento de torpedos à distância visando minar o programa de extensão.

Enquanto o MEC se esforçava para repassar orientações de teor anticomunista para as reitorias e os órgãos de informação desconfiavam das convicções ideológicas dos rondonistas, o coordenador do Projeto Rondon vinha a público para negar a existência de qualquer tipo de triagem ideológica na seleção de estudantes que iriam participar do programa. Em longa entrevista publicada nas páginas amarelas da revista *Veja* em treze de agosto de 1969, o tenente-coronel Mauro da Costa Rodrigues afirmava que o Projeto Rondon também não fazia propaganda do governo, nem objetivava mudar o comportamento dos universitários. Segundo ele, as ações do Rondon intencionavam

lembrar ao jovem que ele é responsável por tudo contra o que protestava; que não deve ter medo de conquistar o País; que não adianta gritar que a Amazônia está sendo vendida, se a condição que exige para ir para lá é de lhe pagarem 3.000 cruzeiros novos por mês.⁶⁷

Esse desencontro de narrativas demonstra bem como os organizadores do Projeto Rondon procuravam criar uma representação conciliatória e positiva do programa ao classificarem-no como uma atividade nacionalista, ao mesmo tempo em que o imaginário anticomunista também fundava as práticas rondonistas.

Envolvendo milhares de brasileiros especialmente entre os meses de janeiro, fevereiro e julho, as operações do Projeto Rondon mobilizavam os estudantes do país para a atuação em atividades assistencialistas no interior do Brasil com o auxílio de militares e professores universitários. Por um lado, o Projeto Rondon foi uma forma encontrada por setores do

⁶⁶ Informe nº 618: Infiltração comunista no Projeto Rondon. *Biblioteca Central da UFMG*, Fundo ASI/UFMG, caixa 07/68, maço 34, folha 166.

⁶⁷ PATUSCO FILHO, Gastão. “Entrevista: Mauro Costa Rodrigues. ‘Não queremos moços conformados’”. *Veja*, edição 49, 13 de agosto de 1969, p. 5.

governo militar de lidar com o que denominavam de “questão estudantil” em fins da década de 1960. Uma prática que ia além da simples repressão às entidades estudantis, também largamente utilizada. Para esses atores políticos, representações do imaginário anticomunista significavam e constituíam as ações dos rondonistas, já que era preciso afastar a “subversão” dos meios universitários. Por outro lado, o Projeto Rondon aparecia como uma “aula prática de Brasil”. O imaginário nacionalista, nesse sentido, também era mobilizado e criado nos esforços de significação do programa de extensão, na medida em que alguns dos objetivos centrais do Projeto Rondon eram integrar o Brasil e dar a conhecer o interior do país aos estudantes universitários. Essa representação do interior a ser experimentada, no entanto, era bem delimitada e dizia respeito, na perspectiva dos gestores do Projeto, à unidade nacional, às riquezas naturais do país e ao destino de grandeza do Brasil apesar dos problemas enfrentados no presente. Enfim, nas palavras do tenente-coronel Mauro da Costa Rodrigues, em declaração à revista *Veja* de fevereiro de 1969, o Projeto Rondon “estará criando uma consciência nacional e tornado realidade o nosso sonho de integração que, ainda hoje, existe apenas nos mapas”.⁶⁸

A imprensa noticia o Projeto Rondon

A grande imprensa do final dos anos 1960 deu grande cobertura às atividades do Projeto Rondon. Muitas foram as edições que estampavam em suas capas fotografias de estudantes embarcando para as operações no interior do Brasil, bem como numerosos foram os editoriais, as notícias e as reportagens que informavam aos leitores dos jornais e revistas sobre o Rondon, ao mesmo tempo em que se posicionavam com relação à validade de uma iniciativa dotada do escopo nacionalista deste programa de extensão universitária. Como declarou um jornalista do *Correio da Manhã* em texto extremamente elogioso às operações dos rondonistas publicado em dezembro de 1969, portanto já no contexto posterior ao AI-5, “a imprensa, de qualquer linha política, tem-lhe dado [ao Rondon] um destaque extraordinário, responsável[,] sem dúvida, pelo apoio maciço da opinião pública.”⁶⁹ Especialmente antes da intensificação da censura à imprensa a partir de dezembro de 1968, entretanto, a cobertura jornalística conferida ao Projeto Rondon era caracterizada por uma série de nuances indicativas das próprias dubiedades da imprensa brasileira do eixo Rio-São Paulo à época. Ao contrário do que ficou consagrado pela memória do jornalismo liberal acerca do período, afinal, “as relações da imprensa com o regime militar foram marcadas por

⁶⁸ Aula prática de Brasil, *Veja*, edição nº 22, 5/2/1969, p. 46.

⁶⁹ Projeto Rondon. *Correio da Manhã*, 5 de dezembro de 1969, 1º caderno, p. 11.

complexidades e ambiguidades, variando entre o apoio entusiástico e a crítica, situação semelhante, aliás, à que viveram outros setores da sociedade.”⁷⁰

Para além das questões suscitadas pelo debate acerca dos comportamentos a serem adotados com relação ao Estado autoritário instaurado a partir do golpe de 1964, a grande imprensa escrita da segunda metade da década se modernizava e se modificava em um período no qual a televisão ainda dava os seus primeiros passos no Brasil. A famosa reforma do *Jornal do Brasil* nos anos 1950 e o aumento significativo na demanda por consumo de notícias nas grandes cidades brasileiras acirrou a competição entre os veículos jornalísticos. Nesse contexto, o *Correio da Manhã* e o *Jornal do Brasil* – ambos com redações instaladas na cidade do Rio de Janeiro, mas com sucursais e correspondentes espalhados pelas principais cidades do país – “eram dois dos maiores, mais importantes e mais influentes jornais do período.” A importância desses veículos noticiosos – acompanhados sistematicamente nesta pesquisa – era incrementada por serem, ambos, jornais considerados de “temática nacional”, na medida em que procuravam constantemente, junto de mais alguns outros órgãos da imprensa tradicional, delimitar os temas e os termos dos debates políticos ocorridos no final da década de 1960.⁷¹ Questionar-se sobre as diferentes formas como esses dois jornais se posicionavam com relação ao Projeto Rondon – uma faceta específica mas também muito significativa do regime militar – contribui, desta forma, para a análise da própria significação imaginária nacionalista conferida pela grande imprensa às práticas dos universitários junto ao Rondon.

O *Jornal do Brasil* foi um dos órgãos da imprensa tradicional mais entusiasmados com as operações do Projeto Rondon, o que se traduziu em um ampla gama de editoriais produzidos por seu corpo editorial – à época chefiado pelo jornalista Alberto Dines – na defesa otimista do programa de extensão. A linha editorial do *JB* havia oscilado entre o elogio e a crítica ao regime nos primeiros anos da ditadura, depois do apoio explícito ao golpe de 1964. Com relação à repressão, por exemplo, o matutino carioca mesclou apelos à moderação nos expurgos da “operação limpeza” com a aguerrida defesa do AI-2, ato de exceção responsável pela extinção dos partidos políticos anteriores ao golpe. O apoio militante ao Projeto Rondon, neste sentido, parece ser indício de mais uma aspecto peculiar da linha editorial do *JB*. Apesar de sua posição liberal-conservadora, ciosa da modernização capitalista

⁷⁰ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969. *Topoi*, v. 14, nº 26, jan./jul. 2013, p. 63.

⁷¹ CHAMMAS, Eduardo Zayat. *A ditadura militar e a grande imprensa: os editoriais do Jornal do Brasil e do Correio da Manhã entre 1964 e 1968*. 2012. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 12-16 e p. 61-64.

apartada de “agitações” políticas e que mantivesse o *status quo*, o jornal apoiou uma atividade extremamente nacionalista. Seus editoriais reafirmavam, inclusive, argumentos que apelavam ao culto da nacionalidade brasileira na justificação da validade das operações dos rondonistas no interior do país. Exemplo dessa postura do *JB* é o editorial publicado em 17 de outubro de 1969, e que se resume em demandar uma maior participação das chamadas “classes produtivas” no apoio financeiro ao Projeto Rondon. O diário elogiava a iniciativa governamental, na medida em que ela interessaria à segurança nacional ao preparar “a ocupação de áreas despovoadas”. O corpo editorial do jornal advogava, além disso, que outra grande vantagem do Rondon era a de que “estudantes desejosos de integrar o processo de desenvolvimento do país para ele canalizaram logo as suas reservas de energia, gastas antes em passeatas e agitações estéreis.” O “alto sentido cívico” e patriótico do programa de extensão, por fim, contribuiria, na perspectiva dos jornalistas do *JB*, para elevar os “valores morais e espirituais da juventude”.⁷²

O *Jornal do Brasil*, porém, não restringiu suas ações de apoio ao Projeto Rondon às salas de redação, e chegou até mesmo a tomar parte nas operações do programa de extensão. Apesar de a “operação zero” do Rondon ter incluído estudantes do curso de Documentação e Comunicação que produziram um documentário sobre a viagem, suas primeiras atividades não recrutaram alunos da graduação em Jornalismo de forma sistemática. Quando algum estudante deste curso era selecionado pela coordenação do programa de extensão, ele acabava realizando pesquisas socioeconômicas no município em que atuava – isto é, executando atividades distantes daquelas praticadas pelos jornalistas no dia-a-dia de sua profissão. Foi com grande satisfação, portanto, que o *JB* noticiou, em maio de 1968, a declaração do tenente-coronel Mauro da Costa Rodrigues, segundo a qual a sugestão do mesmo jornal havia sido atendida e as operações do Rondon passariam a contar com “a presença de professores e de estudantes de jornalismo, estes últimos para relatar o que foi feito pelos participantes e contar como vivem as populações das regiões visitadas.”⁷³ A redação do *JB* engajou-se ativamente na inclusão dos estudantes do referido curso nas operações do Rondon e, em dezembro de 1968, seis alunos do Jornalismo da PUC-Rio já haviam sido selecionados para atuarem na Amazônia junto a um repórter e a um fotógrafo do próprio *Jornal do Brasil*. O “plano para o aproveitamento dos estudantes de jornalismo” formulado pelo jornal carioca e aprovado pela coordenação geral do Projeto Rondon tinha como principais objetivos o estudo

⁷² Projeto Rondon. *Jornal do Brasil*, 17 de outubro de 1969, Editorial, p. 6.

⁷³ Projeto Rondon modificado mobiliza estudantes para a integração da Amazônia. *Jornal do Brasil*, 17 de maio de 1968, 1º caderno, p. 16.

do “estágio atual da comunicação” na região amazônica, a preparação da “população para o advento da comunicação de massa” e a produção de “jornais-murais” nas localidades de atuação.⁷⁴

Posição muito menos exaltada – mas, ainda assim, longe da crítica severa ao Projeto Rondon – foi adotada como linha editorial pelos jornalistas do *Correio da Manhã*. Apesar de ter apoiado (e até mesmo demandando em seus editoriais de 31 de março e 1º de abril de 1964) a deposição de João Goulart, o *Correio da Manhã* foi uma das primeiras dissidências liberais ao regime militar. Suas edições traziam críticas irônicas às políticas repressivas dos militares, intercaladas com as colunas de jornalistas opositores como Carlos Heitor Cony e Márcio Moreira Alves que discorriam acerca de temas espinhosos como a tortura, a violência nas prisões e a perseguição política aos meios culturais. O jornal, dirigido pela empresária Niomar Moniz Sodré Bittencourt até a sua prisão em 1969, foi também um dos principais veículos da grande mídia do período a publicar entrevistas e declarações dos líderes das oposições ao regime. Sua postura com relação aos movimentos sociais, entretanto, não era de adesão automática aos setores organizados da oposição em finais da década de 1960. No que diz respeito às agitações estudantis em 1968, por exemplo, seus editoriais aprovavam o questionamento do movimento estudantil à ditadura, mas defendiam que os universitários deveriam atuar dentro de suas “reivindicações específicas” ligadas estritamente ao sistema educacional de nível superior. Essa posição contrastava com a linha defendida pelo corpo editorial do *JB*, para quem havia uma divisão entre estudantes “autênticos”, dignos de serem escutados, e “subversivos” nas manifestações daquele ano. Como argumenta Eduardo Chammas, *JB e Correio da Manhã* “são duas fases, ainda que contraditórias, da posição liberal em relação à ditadura militar.”⁷⁵ Ainda assim, a postura do jornal dirigido por Bittencourt indica as limitações da crítica da grande imprensa ao regime.

Da operação zero do Projeto Rondon até a realização de suas atividades no decorrer do ano de 1969, o corpo editorial do *Correio da Manhã* não se posicionou oficialmente, através da publicação de um editorial, em nenhum momento acerca da validade do programa de extensão. A perspectiva do jornal carioca acerca do Rondon, neste sentido, foi muito mais pulverizada e pode ser inferida apenas por meio da análise cuidadosa da maneira como as operações dos universitários eram noticiadas e dos assuntos que eram trazidos à tona quando

⁷⁴ Comunicação de massa vai à Amazônia. *Jornal do Brasil*, dezembro de 1968, Jornal do JB, página de capa; Rondon III levará a comunicação de massa ao Amazonas. *Jornal do Brasil*, dezembro de 1968, Jornal do JB, p. 3; Rondon-III terá estudantes de jornalismo por sugestão do JB. *Jornal do Brasil*, 7 de janeiro de 1969, 1º caderno, p. 13.

⁷⁵ CHAMMAS, Eduardo Zayat. *Op. citada*, 2012, p. 70. Sobre a cobertura do *JB* e do *Correio da Manhã* às ações dos estudantes em 1968, cf. p. 86-104.

se falava nos rondonistas. Ao divulgar a viagem de membros da coordenação do programa de extensão às áreas de atuação dos universitários na operação de número um, que ocorria em Manaus e Roraima no início de 1968, o jornal, não despropositadamente, adicionou informações acerca dos estudantes que se diziam “contra” o Rondon. Citando uma nota do DCE da PUC de São Paulo, o *Correio da Manhã* noticiou que os estudantes classificavam o programa de extensão como uma “das medidas tomadas pelo Governo no sentido de popularizar o Exército, quando este nunca esteve como defensor dos interesses do povo. Ao contrário, somente tem mantido o esquema de dominação cada vez mais acentuado no País”.⁷⁶ Esse espaço que os movimentos estudantis desfrutavam nas notícias produzidas pelo *Correio da Manhã* não se traduzira, todavia, em reportagens pessimistas ou com opiniões negativas acerca do Rondon. Ao contrário: o jornal, talvez dialogando com as demandas por notícias por parte dos pais dos universitários que atuavam nas operações do programa de extensão, informava aos seus leitores os horários das chegadas e partidas dos estudantes no Rio de Janeiro, os números de efetivos cariocas mobilizados para algumas operações específicas e as declarações satisfeitas de rondonistas que haviam acabado de voltar do interior.

Uma série de artigos assinados também foram publicados pelo *Correio da Manhã* entre 1968-69 e adicionam ainda mais matizes ao posicionamento do matutino carioca com relação ao regime militar e ao Projeto Rondon. Se jornalistas da oposição encontravam espaço para expressar as suas críticas à ditadura no período anterior ao AI-5, profissionais muito entusiasmados com o Rondon também publicavam no *Correio da Manhã*. Esses artigos continham uma série de elogios ao próprio governo militar pela realização do programa de extensão, tido por esses jornalistas como uma política acertada da ditadura com relação aos universitários e aos esforços de integração nacional. Nas reportagens assinadas por José Carlos Braga e publicadas durante o mês de janeiro de 1968, o jornalista afirmava que o “Projeto Rondon vêm recebendo o apoio da Imprensa, do Governo e do povo da Amazônia, que procuram promover a familiarização dos estudantes de todo o País com os problemas socioeconômicos da região.” Além de saudar o elevado número de habitantes da área amazônica que havia sido atendido pelos universitários da área da saúde em consultas médicas, Braga defendia que algumas das vantagens do Rondon eram familiarizar os jovens

⁷⁶ Projeto Rondon leva à Amazônia. *Correio da Manhã*, 11 de janeiro de 1968, 1º caderno, p. 2. Destaque no original.

“sulistas” com os problemas nacionais e, consonante com o lema do programa, “integrar” a problemática Amazônia ao restante do país.⁷⁷

O jornalista Fuad Atala era ainda mais enfático na defesa do Projeto Rondon nos artigos que publicou entre julho e agosto de 1969 no *Correio da Manhã*. Atala era um dos editores do jornal naquele período, mas, com o agravamento da crise pela qual passou o periódico, logo se transferiu para o jornal *O Globo* – órgão, aliás, que se posicionou ao lado dos militares até o final do regime. Para Fuad Atala, “não obstante pequenos mal-entendidos de alguns setores estudantis”, o programa de extensão era “a mais imaginosa e frutificadora iniciativa universitária que já se teve neste país, e que até hoje não foi suficientemente explorada.”⁷⁸ O jornalista reconhecia que os jovens e as populações do interior ficavam com um sentimento de “abandono” ao término das operações do programa de extensão, dado o seu caráter efêmero. A experiência, no entanto, seria marcada por um “sucesso inegável”. Fuad Atala afirmava que as ações dos rondonistas eram caracterizadas por “um certo apelo de aventura rumo ao Brasil desconhecido. Nisso talvez esteja o seu maior segredo, a consumação do desejo de praticar ao vivo esse Brasil que é, em grande parte, o oposto dos postais e dos livros.”⁷⁹ Esta maneira de entender as atividades dos rondonistas, classificando-as como aulas de brasilidade, estava em consonância com a instituição imaginária nacionalista operada pelos próprios organizadores e por parcela significativa dos participantes do Projeto Rondon.

Nos anos posteriores, os estudantes universitários continuariam viajando pelo interior do Brasil juntamente com militares, técnicos e professores ligados ao programa de extensão. A configuração dos programas de ação do Rondon, por sua vez, modificou-se, ao mesmo tempo em que os envolvidos em suas ações foram reafirmando o imaginário por meio do qual constituíam as suas práticas.

⁷⁷ BRAGA, José Carlos. Jovens-Rondon já ocupam Amazônia. *Correio da Manhã*, 10 de janeiro de 1968, 1º caderno, p. 8 e BRAGA, José Carlos. Universitário conhece o interior. *Correio da Manhã*, 31 de janeiro de 1968, 1º caderno, p. 3.

⁷⁸ ATALA, Fuad. Um rumo para o Projeto Rondon. *Correio da Manhã*, 14 de agosto de 1969, 1º caderno, p. 4.

⁷⁹ ATALA, Fuad. Projeto Rondon. *Correio da Manhã*, 10 de julho de 1969, 1º caderno, p. 4. Cf. também, do mesmo autor: ATALA, Fuad. Rondon: um projeto contra a desesperança. *Correio da Manhã*, 31 de agosto de 1969, 1º caderno, p. 13.

CAPÍTULO II

Em busca do “Brasil zero-quilômetro”: a expansão do Projeto Rondon no governo Médici (1969-1974)

“É o desafio que nós lançamos, com esse projeto, à juventude: esse é o Brasil zero-quilômetro, é o Brasil que vocês precisam – porque não somos nós que vamos conquistá-lo, é o Brasil de vocês, principalmente do futuro. Então vamos fazer com que esses erros, pelos quais vocês nos criticam tanto, às vezes bastante injustamente – porque os jovens são um pouco duros no julgamento das gerações anteriores – é preciso que vocês, lá, não cometam os mesmos erros, não venham condicionados pelas mesmas coisas. Cuidado! Não vão repetir lá aquilo que vocês dizem que fizemos errado aqui. Aquele Brasil é o Brasil zero-quilômetro.”

(Mauro da Costa Rodrigues, ex-coordenador do Projeto Rondon, em conferência realizada durante o seminário “Educação e Trabalho”, em dezembro de 1970)¹

Os anos que sucederam a decretação do Ato institucional nº 5, em 13 de dezembro de 1968, foram marcados por abusos ainda mais radicais no que se refere à garantia dos direitos civis e políticos dos brasileiros. Embora prisões arbitrárias, restrições aos direitos fundamentais e torturas tenham sido praticadas em grande escala logo no período imediatamente posterior ao golpe de 1964, foi com o recrudescimento do autoritarismo a partir do AI-5 que ocorreram vários dos acontecimentos-chaves consagrados tanto pela memória como pela historiografia nos exercícios de rememoração da experiência da ditadura militar no Brasil. Datam desse período grande parte dos casos emblemáticos da violência estatal, bem como as principais ações da luta armada contra o regime. No que se refere à estruturação do Estado brasileiro, os tempos eram igualmente de inflexão. Anteriormente ao AI-5, a reforma administrativa de 1967, responsável pela criação do Ministério do Interior, foi acompanhada de novas lei de imprensa, Constituição e lei de segurança nacional. Consolidavam-se, ademais, os processos de centralização da censura às diversas públicas, de formação da propaganda oficial do regime e de uma nova configuração da repressão com a criação do sistema DOI-CODI, em 1969.

O início da década de 1970 foi também um período em que os brasileiros redescobriram o interior do país, fenômeno que implicou novas formas de se imaginar a

¹ A meta do MEC: educação para o desenvolvimento. *Correio da Manhã*, 3 de dezembro de 1970, Diretor Econômico, p. 9.

própria nação brasileira. Os militares empreendiam um amplo número de políticas destinadas à integração nacional – um dos “objetivos permanentes” do Estado brasileiro, na visão dos manuais de instrução das Forças Armadas desses anos – e isso se traduzia em ações específicas para a modernização autoritária de áreas do interior tão diversas como a cidade de Cruzeiro do Sul, no Acre, ou o Vale do Jequitinhonha, no norte de Minas Gerais. Além da consolidação das superintendências para o desenvolvimento regional já existentes e da criação de novas agências estatais, os militares iniciaram ambiciosos projetos como o da Zona Franca de Manaus e grandes obras como a construção da rodovia Transamazônica. A propaganda oficial do regime, nesse período centrada na Aerp e coordenada pelo general Otávio Costa, utilizou-se amplamente dessas ações estatais para a produção de imagens de um Brasil-grande, verdadeiro “canteiro de obras” percebido com extremo otimismo e tido como uma potência nascente.² A mídia tradicional, apesar de diversa em seus posicionamentos com relação ao autoritarismo instaurado em 1964, não apenas divulgava as peças publicitárias oficiais, como também produzia e reproduzia reportagens extremamente elogiosas sobre as ações do governo militar empreendidas no interior do país.

Os guerrilheiros que ambicionavam o fim da ditadura militar e a instauração do socialismo no país também redescobriam, à sua maneira, o interior brasileiro entre fins dos anos 1960 e os primeiros anos da década seguinte. Ainda que a maioria das ações armadas de resistência ao regime tenham se restringido às grandes cidades do país, todos os grupos guerrilheiros planejavam, um dia, instaurar a luta armada no campo. Algumas dessas organizações – como o PCdoB no Araguaia ou mesmo a VPR no interior da Bahia – chegaram a empreender ações de resistência armada em áreas rurais. Tanto no caso dos grupos que restringiram suas ações às expropriações na cidade como no das organizações que tentaram iniciar a luta no campo, as atividades dos guerrilheiros eram constituídas por um imaginário acerca do interior do país. Os relatórios produzidos pela cúpula do PCdoB durante os estudos para a implantação da guerrilha no Araguaia, por exemplo, representavam a região norte do Brasil como um “lugar totalmente miserável e selvagem”. Na visão dos membros do partido, segundo Leonencio Nossa, “o lugar selvagem, ora fantasioso, ora real, isolado, distante e pobre, o sertão e seus obstáculos, era propício à construção de uma história de heroísmo.”³ Essa preocupação dos militantes comunistas da luta armada com o interior do Brasil tinha motivação dupla. Pelo lado político-estratégico, as regiões distantes do litoral

² FICO, Carlos. *Op. citada*, 1997, p. 83-85.

³ NOSSA, Leonencio. *Mata! O Major Curó e as guerrilhas no Araguaia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 43.

mostravam-se as mais propícias para a instauração de um movimento contra o Estado militar. Do ponto de vista da formação das esquerdas armadas, a “brasilidade revolucionária” postulava a predisposição da população interiorana para a revolução e para os modos de vida comunitários que se aproximariam do socialismo.⁴

O Projeto Rondon foi parte importante desse movimento contraditório de redescoberta do interior brasileiro, tendo em vista que os universitários que decidiam participar do programa de extensão constituíam as suas experiências por meio do imaginário nacionalista. Marabá, a cidade paraense tornada famosa por sediar a base militar da Casa Azul que serviu como ponto de apoio para repressão da guerrilha do Araguaia, era também sede de um dos *campi* avançados do programa de extensão. O *campus* foi instalado em outubro de 1971 e recebia estudantes da USP enquanto as operações militares que debelaram a guerrilha entre 1972 e 73 ocorriam. No mesmo estado, a cidade de Altamira foi elevada à condição de capital simbólica da Transamazônica a partir do início da construção da rodovia em outubro de 1970. O lema oficial desse projeto coordenado pela pasta dos Transportes em parceria com outros ministérios – “Terra sem homens para homens sem terra” – era expressivo do imaginário que significava a empreitada. Ao mesmo tempo em que a “colonização” da Amazônia era vista como um dever cívico e patriótico, a região foi pensada como “vazio demográfico” no projeto de construção da estrada. Ignorava-se, desta forma, as populações nativas e suas formas de vida.⁵ Altamira foi a sede do *campus* avançado mantido por universidades das cidades de Uberaba e Viçosa a partir de 1971. Junto ao *campus* de Humaitá, os postos avançados de Marabá e Altamira formavam as três unidades desse programa de ação do Projeto Rondon instalados às margens da Transamazônica.

Seja atuando nos *campi* avançados do Projeto Rondon instalados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país ou participando de outras ações do programa de extensão como as operações nacionais, um número significativo de universitários participava desse movimento de “redescoberta” do Brasil interiorano patrocinado pelo governo militar. Constituindo as suas experiências, estava um imaginário nacionalista que assinalava, como lembrou Mauro da Costa Rodrigues em 1970, a possibilidade de a juventude universitária construir um Brasil a partir do “zero-quilômetro”. O presente capítulo objetiva analisar as modificações pelas quais o Projeto Rondon passou durante o governo Médici, período no qual

⁴ RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 24-25 e p. 55-sgts.

⁵ SOUZA, César Augusto Martins de. *A estrada invisível: memórias da Transamazônica*. 2012. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói/Rio de Janeiro, p. 76 e p. 90.

o programa expandiu-se e ganhou forma. Procura-se, ao mesmo tempo, refletir acerca das metamorfoses do imaginário nacionalista que significava as práticas dos rondonistas.

A criação do programa de *campus* avançado

Uma das reclamações recorrentes dos universitários que voltavam das primeiras operações do Projeto Rondon entre 1968 e 69 referia-se ao caráter descontínuo e assistencialista de suas ações. Teria surgido dessas declarações, muitas vezes expressas também nos relatórios finais elaborados pelos estudantes, a motivação primeira para a criação da ação mais importante do Rondon na década de 1970: a instalação de *campi* avançados das universidades do centro-sul do país em localidades distantes de seu “*campus* natural”, iniciada em agosto de 1969. O programa seria uma maneira encontrada pelo Grupo de Trabalho para interiorizar de forma duradoura o universitário e as universidades, já que um *campus* do Projeto Rondon deveria funcionar como posto permanente das instituições de ensino superior junto às populações do interior brasileiro. A principal diferença da participação dos estudantes nos *campi* em relação à sua atuação nas operações nacionais, segundo o tenente-coronel Mauro da Costa Rodrigues, seria a presença efetiva da universidade e da técnica nos postos avançados, enquanto o sistema das operações era centrado prioritariamente no próprio universitário. A expectativa de Rodrigues ainda em 1969 era a de que os *campi* representariam “a substituição gradual da prestação de serviços assistenciais, de curta duração, por uma iniciativa de tempo permanente”. Em todas as ações do Rondon, entretanto, permanecia o “espírito de aventura” e o “desejo de correr riscos”, próprios do imaginário nacionalista que dava ensejo ao desejo de “conquista” do interior pelos estudantes.⁶

Outra justificativa para a criação dos *campi* avançados vinha daquilo que o *Jornal do Brasil* chamou em outubro de 1968 de “o problema do crescimento incontrolável do Projeto Rondon”.⁷ A demanda dos estudantes por vagas nas atividades do programa de extensão era, de fato, crescente. Na operação nacional de janeiro-fevereiro de 1969, foram 15.000 universitários inscritos para pouco mais de 4.000 vagas disponibilizadas pela coordenação geral. O Projeto Rondon não conseguia, todavia, aumentar o número de vagas mesmo com o auxílio de vários ministérios, das prefeituras e de empresas privadas. Faltavam principalmente meios de transporte para o deslocamento dos universitários em direção às áreas de atuação e pessoal capacitado para que a coordenação garantisse apoio logístico às operações. Os *campi*

⁶ PATUSCO FILHO, Gastão. Entrevista: Mauro Costa Rodrigues. “Não queremos moços conformados”. *Veja*, edição 49, 13 de agosto de 1969, p. 6.

⁷ Projeto Rondon em 69 terá 5 mil universitários. *Jornal do Brasil*, 6 de outubro de 1968, 1º caderno, p. 21.

avançados eram descritos, no momento em que se discutia a sua implementação na imprensa, como uma possibilidade de criar novas oportunidades de participação para os estudantes, de imbricar de forma efetiva a estrutura das universidades na resolução dos problemas brasileiros e de atribuir caráter contínuo para as atividades dos rondonistas, já que os *campi* funcionariam durante todo o ano com equipes que se revezariam a cada trinta dias de atividades.⁸

No campo da historiografia da educação, a explicação mais comum para a instalação dos *campi* avançados pelo Projeto Rondon conecta este programa de ação com os acordos MEC-Usaid e com a presença dos técnicos educacionais estadunidenses no Brasil em fins dos anos 1960. Segundo Roberto Mauro Gurgel, “a concepção do *campus* avançado como um projeto da universidade em outras áreas geoeconômicas não é original, reproduzindo uma ideia do sistema de ensino superior norte-americano.”⁹ A análise do autor é marcada pelo tom denunciatório tanto no que se refere à relação do programa de extensão com os estudantes – o Projeto Rondon teria ocupado o “vazio” deixado pela desestruturação dos movimentos estudantis ocorrida após o golpe de 1964 – como no que diz respeito à relação da ditadura brasileira com os Estados Unidos. Visando reforçar o seu argumento, Gurgel afirma que o professor José Mariano da Rocha Filho tivera papel fundamental na instalação do primeiro *campus* avançado do Projeto Rondon.¹⁰ Depois de conhecer as universidades dos EUA por meio de uma viagem patrocinada pela Usaid, Mariano da Rocha teria retornado ao Brasil e atuado na instalação do primeiro posto avançado do Rondon na cidade de Boa Vista, território federal de Roraima, em 1º de agosto de 1969, a partir dos moldes norte-americanos. A única originalidade dos *campi* avançados no Brasil, ainda na perspectiva de Gurgel, seria “a sua inserção em uma geopolítica desenvolvimentista ampla, com base no binômio ideológico segurança/desenvolvimento.”¹¹

Tanto os jornalistas que trabalhavam na cobertura do programa de extensão como os sujeitos envolvidos diretamente com o Projeto Rondon e com a estruturação dos *campi*

⁸ Todas essas funções do *campus* avançado foram arroladas pela imprensa ainda entre 1968 e 69, enquanto as primeiras unidades do programa eram planejadas e instaladas na região amazônica. Cf. Roraima e Tefé são novos campus do Projeto Rondon. *Correio da Manhã*, 8 de julho de 1969, 1º caderno, p. 9 e Projeto Rondon. *Jornal do Brasil*, 12 de agosto de 1968, página de capa.

⁹ GURGEL, Roberto Mauro. *Extensão universitária: comunicação ou domesticação?* São Paulo: Cortez, 1986, p. 113.

¹⁰ Médico de formação, José Mariano da Rocha Filho foi um dos fundadores da UFSM em 1960 e seu primeiro reitor, entre a sua fundação e o ano de 1970. Mariano da Rocha foi também um dos principais entusiastas com o golpe de 1964 em Santa Maria, tendo sido um dos organizadores da “marcha da vitória” na cidade em 18 de abril do mesmo ano. O professor esteve de fato envolvido com o Projeto Rondon na UFSM e colaborou intensamente com a criação do *campus* avançado de Boa Vista. Cf. CAPSSA LIMA, Mateus da Fonseca. *Movimento estudantil e ditadura civil-militar em Santa Maria (1964-1968)*. 2013. Dissertação (Mestrado em História). UFSM, Santa Maria/Rio Grande do Sul, p. 70-71.

¹¹ GURGEL, Roberto Mauro. *Op. citada*, 1986, p. 114.

avançados entre os anos 1960 e o início da década posterior tinham entendimentos muito diversos dos defendidos por Gurgel acerca das ações do programa. Eles constituíam as suas práticas por meio do imaginário nacionalista, o que implicava a afirmação da originalidade nacional dos *campi* e em um afastamento consciente de modelos tidos como estrangeiros ou importados. Nos debates que ocorreram na grande imprensa e nas resoluções da coordenação geral, os *campi* do Projeto Rondon eram tidos como parte de uma política perfeitamente adequada ao sistema universitário brasileiro e à geografia do país. Em dezembro de 1968, a ideia era atribuída pelo *Jornal do Brasil* aos professores e estudantes da UFJF, que teria sido “a primeira [universidade] do Brasil a encaminhar proposição nesse sentido ao Ministério do Interior” e que instalaria seu posto avançado na cidade de Tefé, no Amazonas, em agosto de 1969. A sugestão teria sido bem acolhida pelo Minter ainda em 1968, já que, na perspectiva do coordenador geral do Projeto Rondon em declaração ao mesmo periódico, “a intenção é oferecer ao estudante a oportunidade de contar com dois *campus* [sic], um na própria universidade que frequenta e outro interiorizado, para onde iria em determinadas épocas do ano.”¹² Os universitários poderiam, dessa forma, ter uma visão mais ampla de seu próprio país, dando continuidade à “aula prática de Brasil” proporcionada pelo Projeto Rondon nas operações regulares realizadas durante as férias escolares.

O artigo publicado em conjunto pelo professor Wilson Choeri e por Mauro da Costa Rodrigues na conhecida revista norte-americana *Military Review* em abril de 1970 é, também, indicativo de como o Projeto Rondon constituía-se como uma iniciativa nacionalista quando era apresentado para os públicos militar e governamental dos EUA. No momento da publicação deste artigo, o professor Wilson Choeri, um dos idealizadores do programa de extensão, continuava atuando ativamente no Rondon ao mesmo tempo em que seguia ocupando cargos administrativos na UEG. O tenente-coronel Mauro Rodrigues, por sua vez, havia acabado de deixar a função de coordenador do programa, cargo que acumulou com o de assessor do ministro da Educação Jarbas Passarinho entre 1969 e março de 1970.¹³ Os autores não escondiam o apoio das Forças Armadas brasileiras às operações do programa de extensão, chegando a afirmar que um dos lados positivos do Projeto Rondon era “ter permitido aos estudantes reformular algumas ideias estereotipadas sobre a mente militar, a utilidade das

¹² Projeto Rondon ajudará a criar “campus” no interior. *Jornal do Brasil*, 11 de dezembro de 1968, 1º caderno, p. 7.

¹³ Na reportagem da revista *Veja* sobre os novos assessores de Passarinho no MEC, Mauro da Costa Rodrigues era descrito como “o espírito do Projeto Rondon” e “o homem do Rondon”. O militar declarou ter adquirido larga experiência na área educacional ao visitar escolas e universidades para divulgar o trabalho do programa de extensão. O 1º time de Passarinho. *Veja*, edição nº 64, 26 de novembro de 1969, p. 64. Rodrigues foi substituído no cargo de coordenador do projeto de extensão pelo tenente-coronel-aviador Roy Hermínio Affonso Friede em 5 de março de 1970.

Forças Armadas e as habilidades de seus membros.” O objetivo central das operações dos rondonistas, segundo os autores do artigo, era “a integração da universidade nos assuntos internos da nação”, enquanto o sentido de deslocamento dos universitários durante as operações se daria do sudeste para o nordeste do Brasil. O *campus* avançado era descrito como uma forma de as universidades transferirem conhecimentos das salas de aula para as comunidades do “*hinterland*”. Três *campi* “satélites” já estavam funcionando no momento da produção do artigo, todos localizados, segundo Choeri e Rodrigues, nas “profundezas da região amazônica”: um em Tefé, outro em Roraima e um terceiro no Médio Araguaia.¹⁴

A conferência do professor Wilson Choeri proferida em 1972 durante o seminário sobre a “Integração da universidade na comunidade”, organizado pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, também configura-se como um indicio da constituição imaginária nacionalista do Projeto Rondon nos anos 1970. Antes de tratar especificamente dos *campi* avançados, tema principal de sua fala, o professor elencou rapidamente os objetivos do programa de extensão e, em sua lista, sobressai todo um esforço para significar as práticas dos rondonistas como brasileiras, patrióticas e imbuídas de civismo. As ações do Rondon seriam caracterizadas por uma “forte consciência nacional, esteeda no conhecimento da realidade brasileira e dos objetivos nacionais.” O programa levaria o jovem a dimensionar a “problemática brasileira”, adequando a sua consciência “dentro de perspectivas brasileiras” e formando “uma mentalidade modulada em matrizes brasileiras”. A falta de precisão do professor ou mesmo a ausência de esforços na definição do que seriam essas perspectivas e matrizes brasileiras são indicativas do próprio imaginário nacionalista naquele período: Choeri apostava que o contato “direto” com os problemas nacionais e a população do interior brasileiro seriam capazes de suscitar nos jovens o sentimento cívico, a vontade de integração e o patriotismo. As práticas junto à “realidade nacional” garantiriam, por si só, uma aula de brasilidade.

O movimento estudantil, por outro lado, não estava distante dos horizontes do idealizador do Projeto Rondon em sua conferência, sendo entendido por ele como fruto da incapacidade das universidades em se comunicar com os jovens universitários. Somente diante da inexistência de “organismos cívicos, educacionais e recreativos densos de objetivos nacionais” era que os estudantes se engajariam em entidades caracterizadas como “estereotipadas, simplistas, demagógicas e eivadas de conotações políticas.” Nestas

¹⁴ RODRIGUES, Mauro da Costa e CHOERI, Wilson. Project Rondon. *Military Review*, vol. L, abril de 1970, nº 4, Fort Leavenworth/Kansas/EUA, p. 68 e 70. Tradução minha. Nesse momento, no entanto, o Projeto Rondon já contava também com o *campus* de Parintins, administrado pela UEG e instalado meses antes do *campus* do Médio Araguaia.

organizações estudantis, os jovens passariam, segundo o professor, à “violência”, ao “terrorismo” e à “toxicomania”. No exercício de desqualificação das organizações dos estudantes opositoras ao governo militar, Choeri as criticava por serem supostamente deslocadas da realidade nacional e, imbricando o campo da política com o da moral, por subverterem tradições brasileiras – inclusive por meio do uso de drogas. Interessante observar o entendimento fortemente negativo de Choeri com relação ao fazer político, que é atribuído às organizações estudantis mas estaria ausente de iniciativas cívicas como o Projeto Rondon. Para o professor da UEG, por fim, o contexto contemporâneo exigiria “o equacionamento de uma geopolítica eminentemente brasileira, mas esta jamais será autêntica se se mantiver marginalizada dos grandes problemas brasileiros nossa juventude acadêmica, indubitavelmente a levedura moral da nação.”¹⁵

No que diz respeito especificamente ao programa de *campus* avançado, Wilson Choeri afirmava, em sua palestra aos reitores brasileiros, que ele era a “visualização prática da universidade integrada” justamente por transformar a atuação sazonal dos universitários em uma atividade de longa duração nas áreas consideradas prioritárias pelo governo federal. O Grupo de Trabalho Projeto Rondon funcionaria como “agente catalizador” na instalação e manutenção de cada um dos *campi*, na medida em que garantia às universidades condições para que elas desenvolvessem ações destinadas às “comunidades sofridas, amarguradas e aviltadas do interior brasileiro.” Em termos de infraestrutura, Choeri afirmava que os *campi* do Projeto Rondon poderiam não lembrar muito os laboratórios, prédios e toda a “potencialidade material” do *campus* regular de uma universidade do Sul ou Sudeste do Brasil. As características desses postos avançados, todavia, seriam coerentes com a própria forma com que as suas atividades eram organizadas: projetos em setores diversos como da saúde, da agricultura ou socioeconômico, executados em prazo pré-estabelecido por técnicos, professores e universitários visando “a devolução à comunidade do que dela se recebe em impostos, assistência e segurança.”¹⁶

O imaginário nacionalista do Projeto Rondon implicava constatações ambíguas com relação ao Brasil e à sua população por parte dos militares e gestores que coordenavam os seus programas. Ao mesmo tempo em que os *campi* avançados eram entendidos como portadores do “sentimento de brasilidade às mais remotas regiões do País”¹⁷, em um

¹⁵ CHOERI, Wilson. O *campus* avançado – Projeto Rondon. In: CONSELHO DE REITORES. *Seminário sobre a Integração da Universidade na comunidade*. Ponta Grossa: Conselho de Reitores, 1972, p. 69-71 e 68, respectivamente.

¹⁶ *Idem.*, p. 73-74.

¹⁷ COORDENAÇÃO GERAL DO PROJETO RONDON. *Op. citada*, 1974, p. 64.

documento oficial de 1974, o interior era visto como uma fonte de nacionalidade para os estudantes acostumados a viverem nas grandes cidades do Sul e do Sudeste. Seria através do contato com uma outra realidade, tão brasileira quanto distante das salas de aula, que os universitários poderiam dimensionar os problemas de um país tão grande como o Brasil. Do ponto de vista das relações entre o governo e os movimentos estudantis, era recorrente o argumento de que, com a participação no Projeto Rondon, os universitários tanto demonstravam sua disponibilidade para a integração nacional como poderiam constatar os esforços dos militares em desenvolver o país e solucionar os seus problemas. Pretendia-se mitigar, dessa forma, o sentimento antigovernamental entre os jovens. As populações do interior, por outro lado, eram descritas como sendo pobres e abandonadas. Essa situação, longe de significar um aspecto negativo para as ações dos rondonistas, conferia a elas uma motivação a mais, dada a magnitude das dificuldades a serem superadas no interior. Como lembrou o *Jornal do Brasil* em editorial de julho de 1970, o “Projeto Rondon descobriu na juventude escolar a vontade de integrar os planos e colaborar [com] a vontade de reajustamento social...”. O seu apelo, neste sentido, não deveria se limitar ao período de férias e, por isso, a criação do programa de *campus* avançado era elogiada pelo jornal.¹⁸

Os *campi* avançados eram definidos, em documento produzido pelo Grupo de Trabalho Projeto Rondon em 1970, como “extensões das Universidades, constituindo áreas de estágio em regiões menos desenvolvidas do país, destinando-se a propiciar aos universitários brasileiros o aprendizado indireto, através da prestação de serviços, em contato com a realidade nacional em seus múltiplos e complexos problemas...”.¹⁹ As atividades realizadas pelos estudantes nos primeiros *campi* avançados e descritas pela coordenação geral fornecem indícios do escopo conferido ao programa de *campus* do Projeto Rondon. Em Tefé, no Amazonas, os estudantes da UFJF haviam realizado um reequipamento do hospital local, em convênio com o recém-criado FUNRURAL, e estabelecido um conselho comunitário na cidade. Os estudantes e professores da UEG prestaram atividades assistenciais em postos de saúde de Parintins e criaram, na mesma cidade, associações comunitárias (clubes de mães, de jovens e de “guris”). As “comunidades”, aliás, eram consideradas, na chamada “filosofia do Projeto Rondon”, como os principais alvos das ações de “valorização do homem”, na medida em que se acreditava que, a partir delas, o desenvolvimento seria irradiado.

¹⁸ Mocidade a motivar. *Jornal do Brasil*, 21 de julho de 1970, Editorial, p. 6.

¹⁹ GRUPO DE TRABALHO PROJETO RONDON. “Campi” Avançado. 1970. *Arquivo Central do Sistema de Arquivos da UNICAMP*, fundo CACS, caixa 160, maço 10, p. 1 e 3.

No *campus* avançado de Roraima, por fim, os estudantes gaúchos da UFSM reformaram a fazenda onde havia sido instalado o posto universitário e iniciaram um projeto de assessoramento administrativo ao governo do território federal. Diante dessas atividades e da ampla repercussão que o programa teve na imprensa, era grande a empolgação dos envolvidos com o Projeto Rondon em 1970. Ao *Jornal do Brasil*, o ministro Costa Cavalcanti declarou em janeiro daquele ano que o *campus* “é uma das mais importantes experiências que a universidade está vivendo no Brasil, dentro do seu processo de renovação e adequação à realidade econômica e social.”²⁰ Os membros do grupo de trabalho que organizava as ações dos rondonistas, por sua vez, tinham ambições com relação ao programa que acabaram não se concretizando: a Divisão de *Campus* do Projeto Rondon esperava que oito novos *campi* seriam instalados ainda em 1970, e nove no ano seguinte. Até o final de 1971, havia apenas dez *campi* instalados no interior.

A primeira metade da década de 1970 viu surgir 21 *campi* avançados do Projeto Rondon, todos instalados nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste do Brasil (a única exceção foi o *campus* do Vale do Jequitinhonha, inaugurado em 1973 e administrado pelas Escolas Superiores do ABC paulista). A intenção dos gestores do programa de extensão, segundo um panfleto de divulgação do programa datado de 1974 e que estampava um mapa do Brasil com as localizações dos *campi*, era criar polos de integração e irradiação do desenvolvimento tanto para os municípios-sede do *campus* como para a sua microrregião. O planejamento de cada um dos *campi*, de fato, constava de projetos tanto para o município em que os estudantes ficavam hospedados como para as cidades e vilarejos localizados em seu entorno. A definição das regiões em que um posto avançado podia ser instalado era, ademais, consonante com as metas desenvolvimentistas do governo federal (por isso, os *campi* instalados às margens da Transamazônica) bem como com as preocupações estratégicas dos militares (por isso, os *campi* fundados em territórios federais e regiões de fronteira). Com relação aos estudantes universitários que atuavam nos *campi*, a expectativa dos gestores do Projeto Rondon que produziram o panfleto já citado era a de que “o contato direto com a realidade dá aos participantes, às comodidades [sic, comunidades] e à universidade conhecimentos de seus valores, costumes e tradições, emergindo dessa integração um

²⁰ Costa Cavalcanti viajará sábado para Amazônia onde visitará “campus” avançados. *Jornal do Brasil*, 1º caderno, p. 12.

permanente diálogo cultural auto-renovador e formulador de uma autêntica solução brasileira de desenvolvimento.”²¹

Os *campi* avançados exigiam do Projeto Rondon toda uma estrutura logística e de pessoal que ia desde a instalação de cada posto avançado até o apoio ao transporte e à atuação efetiva dos rondonistas. Além disso, uma série de interesses deveria convergir para que um *campus* avançado fosse instalado pelo Projeto Rondon no interior do Brasil.²² O próprio programa de extensão escolhia, dentre as universidades que haviam se interessado pelas atividades de *campi*, aquelas consideradas aptas a participarem das ações. A reitoria da instituição escolhida deveria, então, criar um Grupo-Tarefa Universitário para *campus* avançado e uma Unidade Técnica de Administração com sede em sua cidade universitária. Um estudo socioeconômico da área em que se pretendia instalar o *campus* deveria ser elaborado em conjunto pelo Projeto Rondon e pela universidade por meio de uma viagem de estudos de professores universitários à região. Por fim, a área em questão deveria ser objeto de alguma das metas prioritárias do governo militar, da forma como elas eram entendidas pela burocracia do Ministério do Interior e pela coordenação do programa de extensão. A sistemática de implantação dos *campi* era finalizada com um convênio firmado pela universidade, pela prefeitura da localidade-sede, pelo Projeto Rondon/Minter e por órgãos privados financiadores das atividades. Depois que o *campus* fosse de fato instalado – no geral, em um terreno ou prédio doado pela prefeitura local ou por alguma agência estatal – um professor da universidade responsável era nomeado o seu diretor e grupos de estudantes revezavam-se a cada mês nas atividades do Rondon. Até julho de 1970, quando havia apenas quatro unidades instaladas, 529 universitários haviam atuado nesse programa de ação.

Essa configuração dos *campi* avançados, que logo se somaria com a formalização de uma tipologia dos programas de ação do Projeto Rondon ainda nos primeiros anos da década de 1970, exigiu da coordenação do programa de extensão todo um esforço para divulgar as suas ações. Eventos nas universidades, programas para a TV e o rádio, produção de panfletos e cartazes tornaram-se muito recorrentes nesse período de expansão das operações dos rondonistas. Dentre essas iniciativas de divulgação do Projeto Rondon em geral, e de

²¹ Programa *Campus* Avançado. 1974. *Arquivo Central do Sistema de Arquivos da UNICAMP*, fundo CACS, caixa 160, maço 10, p. 1-2. Segue a lista dos 21 *campi* instalados entre 1969 e 74, por ordem cronológica de inauguração: Roraima (RR), Tefé (AM) e Parintins (AM), em 1969; Médio Araguaia (GO), em 1970; Rondônia (RD), Cruzeiro do Sul (AC), Rio Branco (AC), Santarém (PA), Altamira (PA) e Marabá (PA), em 1971; Barreiras (BA), Irecê (BA), Picos (PI), Imperatriz (MA), Humaitá (AM) e Alto Solimões (AM), durante o ano de 1972; Itaituba (PA), Amapá (AP), Cáceres (MT), Vale do Jequitinhonha (MG) e Parnaíba (PI), em 1973.

²² Sobre os procedimentos para a instalação dos *campi* avançados do Projeto Rondon, cf. PROJETO RONDON. *Op. citada*, 1972, p. 46-51 e O Projeto Rondon e a dinâmica de “campus” avançado. 1970. *Arquivo Central do Sistema de Arquivos da UNICAMP*, fundo CACS, caixa 160, maço 10, p. 6.

esclarecimento do funcionamento dos *campi* avançados em específico, destaca-se a produção de um livro pela coordenação geral para a coleção “Brasil hoje”, lançado em 1972. Essa iniciativa editorial era uma parceria do Instituto Nacional do Livro, órgão do MEC criado ainda em 1937, com a Bloch Editores S.A. Suas publicações, reunidas sob o slogan “Tudo o que o jovem deve saber sobre a realidade de seu país”, versavam tanto sobre temas considerados de interesse geral – caso do volume “Transamazônica”, publicado pelo escritor e jornalista Murilo Melo Filho em 1971 – como sobre temáticas voltadas especificamente para a juventude – caso do livro “A escolha da profissão”, escrito pela psicóloga Ethel Bauzer Medeiros e lançado em 1971.

O volume sobre o Projeto Rondon era o nono da série. Ele era ilustrado com numerosas fotografias em preto e branco nas quais os universitários apareciam vestindo a camiseta do programa de extensão e atendendo a população interiorana ou caminhando pela rodovia Transamazônica ainda em obras. Cada exemplar custava Cr\$ 3,00. Sua narrativa traça um histórico da iniciativa desde a operação piloto, período em que, segundo os autores do livro, “a contestação” era um “fenômeno mundial” e a resposta brasileira a esse contexto teria sido a criação do programa de extensão que homenageava o marechal Rondon e por meio do qual “os estudantes viveriam e sentiriam em toda a sua chocante realidade a vida no interior do Brasil”. O contexto do governo Médici, por sua vez, era descrito de maneira otimista como um “momento de afirmação, em que o Governo e o Povo, bem como os setores público e privado, todos irmanados, buscam, mediante intensa colaboração, o desenvolvimento integrado do país.” Com relação aos objetivos do *campus* avançado, descrito como uma resposta ao “entusiasmo da juventude” com o programa de extensão, os autores da publicação afirmavam que “a instalação crescente dos ‘campi’ avançados [...] faz prever uma nova perspectiva para a instituição universitária brasileira, que passa a ter outra responsabilidade além da formação de técnicos e profissionais.”²³

Divulgando o Projeto Rondon

A publicação de livros estava longe de ser a única iniciativa da coordenação geral e de outras agências governamentais, como a Aerp e o próprio Ministério do Interior, no sentido de dar a conhecer as atividades dos rondonistas. Além de objetivos ligados à publicidade do programa de extensão e à necessidade de convencer os universitários a se inscreverem em suas operações, esses esforços de divulgação estavam conectados também às próprias

²³ PROJETO RONDON. *Op. citada*, 1972, p. 9, p. 32 e p. 36.

estratégias propagandísticas da ditadura militar e aos seus canais de aproximação com as bases sociais do regime. Como já afirmado anteriormente, o Projeto Rondon inseria-se no quadro de políticas da ditadura que intencionavam aproximar o governo e as Forças Armadas da juventude universitária. Seu recurso principal era o civismo, parte do imaginário nacionalista por meio do qual os sujeitos ligados ao programa naquele período constituíram as suas práticas. A participação no Rondon era tanto considerada por diversos grupos conservadores como uma prova de que o “verdadeiro” estudante brasileiro tinha uma postura participativa quanto, por outro lado, vista como uma forma de os militares lidarem com a chamada “questão estudantil”, central para o anticomunismo castrense daqueles tempos. No entanto, mesmo com a intensa divulgação na grande imprensa e ainda que questões sobre o programa de extensão tenham figurado nos concursos e vestibulares daqueles anos, a porcentagem de pessoas que conheciam o Projeto era considerada insuficiente por membros de sua coordenação.

Em janeiro de 1970, uma pesquisa de opinião pública realizada pela empresa Marplan sob encomenda do *Jornal do Brasil* com 320 cariocas acerca de uma gama diversa de assuntos dava conta de que apenas 40% dos entrevistados “tinham conhecimento” do Projeto Rondon, enquanto 60% “ignoravam” a iniciativa. Entre os jovens da faixa etária 18-29 anos o resultado era ainda pior: apenas 36% afirmaram conhecer as atividades do programa de extensão. A opinião daqueles que sabiam o que era o Projeto Rondon era muito diversa, mas ainda assim indicativa do escopo nacionalista do programa: 19% optaram por “acho excelente/ajuda no desenvolvimento do país/leva-nos a explorar as nossas riquezas, procurando catequizar os índios [sic] e civilizando regiões do Brasil (Amazonas, Pará, etc.)”, enquanto 13% disseram que “é um movimento cultural/a juventude está se desenvolvendo/dá maior horizonte, colocando o estudante com a realidade do país”. Apenas 11% dos entrevistados lembraram-se do caráter assistencialista do programa, dizendo pensar que, por meio do Projeto Rondon, os estudantes “ajudam as regiões mais necessitadas”.²⁴

Ainda que esses resultados digam respeito à uma amostragem muito particular em termos do grupo de entrevistados, eles acabaram servindo como baliza para a equipe do programa de extensão no processo de reelaboração de suas práticas. A pesquisa foi citada durante uma coletiva de imprensa promovida pela coordenação geral do Projeto Rondon em março de 1970, na qual se afirmou que o desconhecimento sobre o programa poderia ser atribuído “à deficiência de divulgação prévia do PR”. Ainda assim, os jornalistas presentes no

²⁴ Alargamento de Copacabana leva carioca à Barra. *Jornal do Brasil*, 11-12 de janeiro de 1970, 1º caderno, p. 31.

evento, segundo o *Jornal do Brasil*, concordaram que a operação nacional número cinco, realizada entre janeiro e fevereiro daquele mesmo ano, havia sido válida, “chegando alguns a admitir que se tornaram admiradores incondicionais, depois de críticas anteriores, quando não o conheciam.”²⁵ Uma das medidas tomadas pela coordenação geral pouco tempo antes dessa coletiva no sentido de reverter esse desconhecimento sobre as ações do programa de extensão foi a criação, em 1969, da Assessoria de Relações Públicas do Projeto Rondon. Esta divisão do programa de extensão, com sede no Rio de Janeiro, passou a ser responsável por elaborar e enviar material das atividades para os estudantes, confeccionar cartazes do Projeto e lidar com a imprensa.

Ao menos inicialmente, nos primeiros anos da década de 1970, o trabalho na assessoria era realizado por estudantes recém-formados e ex-rondonistas. Marieta Prado Leite, acadêmica de Direito da Universidade Cândido Mendes que havia participado de uma operação do Projeto Rondon em julho de 1968, era uma dessas universitárias. A garota de 25 anos, recém-formada e que considerava o trabalho na assessoria como sendo um “hiato” entre a universidade e a vida profissional, era a principal ligação entre os estudantes que participavam do Rondon e a grande imprensa. Natural de Sergipe mas radicada no Rio de Janeiro, Marieta declarou à jornalista Teresa Barros em julho de 1970 que, com a sua participação na operação II, aprendeu que “o Projeto dá oportunidade de conhecer a realidade daquilo de que você só tem notícias indiretamente. Conheci de perto os problemas do interior do país e participei de certa maneira.” Marieta lembrava também que, diferentemente da Operação Mauá, no Projeto Rondon a participação dos estudantes se dava sempre em termos voluntários, afinal “quem lucra mais somos nós, através da experiência e do contato com a realidade nacional.” Um dos seus vários trabalhos na assessoria do Projeto Rondon era a elaboração de cadernos sob o título de “Vamos saber de Brasil”, que eram distribuídos aos rondonistas ainda no momento de preparação para a atuação no interior do país. Na matéria do *Jornal do Brasil*, esses livros eram descritos como sendo “volumes abrangendo um determinado estado, cada um segundo o enfoque dos estudantes no local.” Os estudos sobre as regiões brasileiras, neste caso, iriam somar-se ao “contato direto com a realidade nacional”, reafirmando a significação imaginária das práticas que se davam no bojo do Projeto Rondon.²⁶

²⁵ Interior e UEG assinam ato que cria “campus” avançado em Parintins, no Amazonas. *Jornal do Brasil*, 1 de abril de 1970, 1º caderno, p. 14.

²⁶ BARROS, Teresa. Marieta: pela boa imagem do Rondon. *Jornal do Brasil*, 22 de julho de 1970, Caderno B, p. 5.

O programa de extensão também promovia palestras e era tema de programas para a TV na primeira metade dos anos 1970. A ex-rondonista Marieta Prado Leite participava dessas atividades, prolongando a sua ligação com o Projeto Rondon para bem além do período de atuação em uma operação específica durante as férias. Em março de 1971, alguns meses depois de o presidente Garrastazu Médici assinar o Decreto nº 67.505 que transformou o Grupo de Trabalho em órgão autônomo de administração direta vinculado ao Minter, a coordenação geral do Rondon realizou um evento no Ministério da Aeronáutica para esclarecer os objetivos do programa de extensão aos próprios membros da burocracia estatal. Na palestra de abertura do seminário, o coordenador-geral do Projeto, tenente-coronel Roy Friede, afirmou que “o Projeto Rondon nasceu na dúvida e na desconfiança, mas já conquistou a todos.” No espaço reservado ao relato da experiência de um universitário que já havia participado de uma das operações, Marieta “explicou desde a inscrição do candidato e a seleção, até o embarque, agrupamento nos locais e a atuação de campo.” Relatando seu trabalho na assessoria do programa, a advogada recém-formada disse ter “conseguindo colocar, nos jornais, desde 1º de novembro do ano passado, 70.099 centímetros quadrados de notícia, o que daria mais ou menos 40 páginas.”²⁷

A divulgação do Projeto Rondon na televisão, por sua vez, não dependia diretamente da assessoria de relações públicas da entidade, mas contou com o seu auxílio em diversas ocasiões dada a importância que a mídia televisiva ganhava no Brasil durante esse período. O programa “Debate em Painel”, da TV-Rio, levou ao ar episódios especiais sobre o Projeto Rondon em 1970. Apresentado pelo jornalista Arnaldo Lacombe em parceria com Maria Eliza Couto, Florecilla Pereira e Áureo Ameno, a atração era exibida todas as terças-feiras, às 21hs:40m. Com o formato de um programa de entrevistas centrado na discussão de temas considerados de âmbito nacional, “Debate em painel” era voltado para o público adulto e um relato detalhado de cada uma de suas edições era publicado pelo jornal *Correio da Manhã* semanalmente. No episódio do programa dedicado ao tema da “juventude e sua agressividade”, que foi ao ar em 11 de agosto de 1970, o senador Mem de Azambuja Sá, filiado à Arena do Rio Grande do Sul, defendeu veementemente a expansão do número de vagas do Projeto Rondon. Na sua perspectiva, a maioria dos jovens brasileiros cumpria com o seu papel de estudantes nas salas de aula, permanecendo longe das “ideologias importadas” e do “terrorismo internacional”. O professor Tarcísio Meirelles Padilha, importante intelectual nos círculos de apoiadores do regime e que também estava presente no “Debate em Painel”

²⁷ Coordenação mostra as realizações do movimento. *Jornal do Brasil*, 10 de outubro de 1970, 1º caderno, p. 4.

daquele terça-feira, disse que, na sua opinião, oferecer “subsídios de moral e civismo” aos jovens era fundamental para reforçar essa tendência. Mem de Sá defendeu o programa de extensão, dizendo que ele “cria para o jovem uma atividade social que lhe dá conhecimento e instrução, favorecendo ainda a possibilidade de atuar decididamente numa causa.”²⁸

O “Debate em painel” exibido em 20 de outubro de 1970, por outro lado, foi dedicado inteiramente ao Projeto Rondon. Ele contou com a presença de sete ex-participantes do programa de extensão, que relataram “a participação no desenvolvimento e integração nacional; a valia na complementação do ensino superior [...] e – o que é principal – a colocação, na prática, da teoria da valorização do homem, dentro das diretrizes do Governo brasileiro.” No decorrer do programa transmitido ao vivo, um telefone ficou à disposição para as ligações dos telespectadores e, em muitos casos, mães ou pais preocupados com a segurança dos filhos perguntavam detalhes sobre o Projeto Rondon ou sobre as vantagens em deixarem os jovens participarem de suas operações. Marieta foi uma das convidadas do programa e, em uma de suas intervenções, afirmou que “continuamos a receber cartas das pessoas que lidaram conosco naqueles pontos tão distantes do Brasil. Escrevem, às vezes, só para dizer que estão com saudade. Outras, para nos pedir conselhos e sugestões.”²⁹ Do ponto de vista da significação imaginária das operações do Projeto Rondon, essa fala de Marieta é interessante na medida em que indica como, nos anos 1970, criavam-se laços de pertencimento à comunidade nacional por meio da participação nas operações do programa de extensão.

A Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República, a Aerp, também participou desse esforço de divulgação do Projeto Rondon. Os filmes publicitários com a temática do programa de extensão visavam, neste caso, divulgar os feitos da autoproclamada “revolução” de 1964. Otávio Costa, o militar que chefiou a agência de propaganda da ditadura durante o governo Médici, entendia que o programa de extensão era uma excelente demonstração de civismo, do espírito de brasilidade e de uma sociedade sem conflitos na qual os estudantes universitários participavam de maneira considerada “construtiva”. Na palestra que proferiu sob o título de “Visão Geral da Problemática da Educação Moral e Cívica” em fevereiro de 1970 durante um curso para professores da educação básica promovido pelo Centro de Estudos do Real Gabinete de Leitura, no Rio de Janeiro, Costa afirmou que o campo do ensino era, junto da família e dos quartéis, uma das

²⁸ Mem de Sá defende a ampliação do Rondon. *Correio da Manhã*, 13 de agosto de 1970, 1º caderno, p. 4.

²⁹ Um europeu fala do Projeto Rondon: a mais completa atividade social. *Correio da Manhã*, 13 de agosto de 1970, 1º caderno, p. 3.

áreas de ação da educação moral e cívica. No espaço da universidade especificamente, o militar considerava que o Projeto Rondon era o maior exemplo de civismo de seu tempo. Por meio da participação em suas operações, segundo Costa, “os jovens vão conhecer a nossa realidade, antes de protestar e vão compreender como protestar.”³⁰ Durante o governo Médici, a Aerp produziu uma série de filmes publicitários que abordavam seja diretamente o Projeto Rondon – como foi o caso de “Rondon e os jovens” –, seja a juventude em geral, com referências ao programa de extensão – casos de “Papel dos jovens”, “Brasil dos jovens”, “Revolução/juventude”.

A Aerp também produziu um LP com curtos *spots* de propaganda do Projeto Rondon que foram veiculados pelas emissoras de rádio dos primeiros anos da década de 1970. Todas as seis peças publicitárias do LP eram compostas por depoimentos de pessoas supostamente envolvidas com o programa da extensão, ainda que o conteúdo das narrativas e o tom das falas indiquem que os *spots* foram gravados com atores que emprestaram suas vozes a personagens que representavam estudantes universitários ou moradores do interior atendidos pelo Rondon. A escolha de se produzir as peças no formato de depoimentos é, ainda assim, indicativa de como os funcionários da Aerp buscavam atribuir realismo à divulgação do Projeto Rondon através do rádio. No primeiro *spot*, uma estudante de pedagogia que se apresenta como Clara Albuquerque conta a sua experiência com o programa de extensão nos “sertões do Maranhão”. Segundo o depoimento, ela participou em ações de formação dos professores leigos que trabalhavam em projetos de erradicação do analfabetismo no interior. A última declaração da estudante no *spot* de divulgação era indício do chamado à participação tida como responsável e longe dos “protestos”, característico da relação estabelecida entre o programa de extensão e os universitários. Para Clara, “a classe estudantil tem uma responsabilidade grande com esta outra realidade brasileira que o Projeto Rondon nos faz conhecer.”

A segunda peça publicitária do LP é ainda mais significativa da forma como os membros da agência de propaganda do regime significavam o Projeto Rondon: por meio da operacionalização de imagens próprias do imaginário nacionalista, mescladas com uma importante faceta anticomunista. Neste *spot*, o depoente se apresenta como Adalton Teixeira e diz ser estudante de Medicina. Ele havia participado do programa de extensão em 1970 na região do Amazonas. Logo no início do depoimento, fica explícita a concepção de uma oposição entre a *participação* do rondonista e o *engajamento* dos estudantes no movimento

³⁰ Otávio Costa afirma que a educação cívica visa a aperfeiçoar as criaturas. *Jornal do Brasil*, 22 de outubro de 1970, 1º caderno, p. 3.

estudantil. Para Adalton, “a juventude geralmente participa protestando. O Projeto Rondon dá condições de a gente protestar construindo. Não é mole a gente deixar um programão de férias e ir pruns [sic] lugares que a gente nem vê no mapa. Mas a gente chega lá e conhece os problemas dum outro Brasil.” A “verdadeira aula de Brasil”, que seria, ainda segundo o *spot*, o resultado da participação dos estudantes no Rondon garantiria, portanto, a integração dos universitários em atividades tidas como construtivas e afinadas com os objetivos nacionais permanentes, o que implicava no afastamento dos “protestos” característicos dos movimentos estudantis opositores ao regime militar.

O LP produzido pela Aerp trazia ainda mais quatro peças publicitárias: duas com depoimentos de rondonistas e duas com falas de moradores do interior atendidos por universitários. Em uma delas, outro tema constante nos debates sobre o Projeto Rondon era abordado: a acusação feita pelos opositores ao programa de extensão de que as operações dos estudantes do interior eram verdadeiras viagens de férias, sem resultados efetivos para os estudantes ou as populações do interior. A estratégia utilizada pelos funcionários da Aerp para abordar esse tema, sem dúvidas espinhoso para os gestores do Projeto Rondon, foi a de criar um depoimento de um estudante que havia sido levado a participar do programa de extensão simplesmente pelo desejo de aventura e de diversão. O universitário, que se identifica como sendo o estudante de Engenharia Lucas de Sousa, abre o seu depoimento afirmando que “pra dizer a verdade, quando eu me inscrevi pra participar do Projeto Rondon eu pensava num grande passeio. Afinal, uma viagem ao Maranhão nas férias, parecia tentador!” O contato com “o drama em que vive o nordestino”, entretanto, logo teria feito o rondonista mudar de ideia e ele teria participado com afinco das atividades realizadas por sua equipe, sempre em consonância com a filosofia do Projeto Rondon. O depoimento de Lucas encerrava-se reafirmando, mais uma vez, os contornos nacionalistas das práticas dos estudantes, bem como as expectativas anticomunistas com relação ao programa. O estudante dizia achar que era

muito importante que jovens e estudantes conheçam melhor o Brasil. Não somente de literatura e cinema de protesto, mas vivendo pra protestar fazendo. Conheça como nós conhecemos e participe dos programas desses brasileiros como nós participamos. O Projeto Rondon, na verdade, dá a chance que a gente tenha um curso prático de realidade nacional.³¹

Outra iniciativa estatal da primeira metade da década de setenta que procurava divulgar o Projeto Rondon – e que mostra-se bastante profícua em indícios do imaginário nacionalista do programa de extensão – foi o lançamento de um selo comemorativo em 1970.

³¹ ASSESSORIA Especial de Relações Públicas da Presidência. *Gravação especial: Projeto Rondon*. São Paulo: Aerp-SP2, c. 1970-1974. Arquivo pessoal do autor.

Após a criação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos junto ao Ministério das Comunicações, em 1969, o serviço postal brasileiro passou por um período de intensas modificações patrocinadas pelos militares. Para além da censura postal desses anos, os Correios aumentaram o número de agências nas cidades brasileiras, padronizaram os envelopes, criaram o sistema de código de endereçamento (o CEP) e instalaram sistemas mecanizados de triagem de correspondências nas grandes cidades. As políticas destinadas à modernização do sistema postal brasileiro durante a ditadura militar possuíam ligação direta com os esforços de integração nacional e de aumento da capilaridade do poder estatal. Por outro lado, os militares também se preocupavam em disseminar, por meio das ilustrações dos selos postais, tanto uma narrativa oficial da história do Brasil-nação quanto as realizações do regime instaurado em 1964.³² Selos que retratavam personalidades históricas como d. Pedro II ou o bandeirante Fernão Dias representavam o recurso à história na prática de afirmação da identidade nacional patrocinada pelo Estado. Estampas como a do selo “Exército brasileiro, fator de desenvolvimento nacional”, lançado em 1969, ou “Transamazônica”, de 1971, representavam um Brasil-grande que, no discurso oficial, havia se efetivado no presente graças ao regime militar.



Figura 01 – Envelope do primeiro dia de circulação do selo do Preto Rondon. 5 de maio de 1970. Fonte: arquivo pessoal do autor.

O selo comemorativo produzido em homenagem ao Projeto Rondon começou a circular em 5 de maio de 1970, aniversário de 105 anos do Marechal Rondon. Ele estampava o mapa do Brasil em verde e amarelo, com três setas em rotação representando a integração nacional desenhadas em seu interior e o lema do Projeto Rondon escrito à sua direita. As suas cores remetiam tanto à bandeira do Brasil como às florestas nacionais, dada a presença de

³² SOUZA, Helder Cyrelli de. *Os cartões de visita do Estado: a emissão de selos postais e a ditadura militar brasileira*. 2006. Dissertação (Mestrado em História). UFRGS, Porto Alegre/Rio Grande do Sul, p. 13-14.

folhas de árvores estilizadas ao fundo no desenho do selo (ver Figura 01). Segundo informações publicadas pelos jornais do período, a estampa custava NCr\$ 0,50 e fora impressa na Casa da Moeda com uma tiragem de 500.010 exemplares. Ela havia sido desenhada por Elizabeth Soares de Paiva, estudante de Belas Artes e membro do setor de Artes Gráficas da coordenação geral do Projeto Rondon. Seu lançamento oficial aconteceu no Rio de Janeiro e contou com a presença de dois ministros de Estado: Costa Cavalcanti, do Interior, e Higino Corsetti, das Comunicações. Na mesma ocasião, foram conferidos diplomas e medalhas a noventa pessoas que haviam colaborado com o Projeto Rondon. O Exército brasileiro, por sua vez, fez um lançamento paralelo do selo durante a “Semana Rondon”, realizada entre os dias 4 e 8 de maio daquele ano. Na reportagem do *Correio da Manhã* sobre as festividades de lançamento do selo, o programa de extensão era descrito como um “movimento de universitários, que tem o objetivo de integrar o jovem na problemática do Desenvolvimento Nacional e da Valorização do Homem.”³³ Por meio da produção e circulação desse selo, o Estado brasileiro promovia, nos anos 1970, tanto a propaganda das realizações do regime quanto a disseminação de uma narrativa segundo a qual a juventude universitária estava participando dos esforços de integração nacional.

O Projeto Rondon era visto também como uma ação do regime militar muito próxima, em termos de sua formulação e de seus objetivos, da instituição das disciplinas de Educação Moral e Cívica e Estudos de Problemas Brasileiros. Essas matérias escolares foram criadas pela ditadura em 1969, mas não disfrutavam de unanimidade entre os membros do governo, o que explica os desentendimentos da Comissão Nacional de Moral e Civismo com o ministro da Educação Jarbas Passarinho e com alguns membros do CFE.³⁴ Ainda assim, as duas disciplinas eram ministradas, respectivamente, no ensino básico e na educação superior. No caso específico de EPB, a disciplina era obrigatória para todos os alunos das universidades brasileiras nos anos 1970. A sua efetivação, no entanto, foi marcada por uma série de apropriações e estratégias operadas por parte dos professores e estudantes universitários visando afastar suas práticas das diretrizes do Conselho Federal de Educação e dos autores do

³³ Semana Rondon continua. *Correio da Manhã*, 6 de maio de 1970, 1º caderno, p. 9. Cf. também Projeto Rondon celebrará depois de amanhã 115 anos do Mal. Cândido Rondon. *Jornal do Brasil*, 3-4 de maio de 1970, 1º caderno, p. 22; Selos para 1970. *Correio da Manhã*, 18-19 de fevereiro de 1970, Jornal de serviço, p. 25; e Projeto Rondon tem selo dia 5. *Correio da Manhã*, 1 de maio de 1970, 1º caderno, p. 16.

³⁴ Segundo Rodrigo Patto Sá Motta, “a EMC não entusiasmava a todos os apoiadores do regime, pois, além de significar aumento da influência da extrema direita, expunha o governo a denúncias de fascistização, particularmente incômoda para as facções moderadas.” Na perspectiva do mesmo autor, o decreto que criou as disciplinas contém “laivos de republicanismo autoritário, patriotismo conservador, catolicismo tradicional, portanto, elementos próximos da tradição integralista, mas também paga-se tributo, ao menos formal, a valores caros aos setores liberais.” MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Op. citada*, 2014, p. 184 e p. 185-186, respectivamente.

decreto que criou a disciplina. O seu projeto político-pedagógico, por outro lado, postulava a socialização dos estudantes com a Doutrina de Segurança Nacional, com “ideais voltadas para o fortalecimento de valores morais” e com métodos que, supostamente, deveriam equacionar os problemas nacionais. Como argumenta Samara Mancebo Lerner, “acreditava-se à época que, se envolvidos com o estudo dos problemas nacionais, os jovens não teriam tempo para desperdiçar energia com agitações políticas.”³⁵

Nada mais convergente do que esse escopo conferido à EPB e as características do Projeto Rondon. As operações em que os rondonistas se engajavam eram, afinal, constituídas pelos sujeitos nelas envolvidos por meio do imaginário nacionalista que apostava no civismo e, sobretudo, na experiência com a “realidade nacional” como “antídotos” a serem usados para a juventude contra as ideias comunistas supostamente “exóticas” à brasilidade. Os estudantes, tidos como a futura “elite dirigente” do Brasil, iriam, desta forma, ocupar-se durante as férias escolares e manter-se distantes das manifestações contrárias ao regime militar. Essa perspectiva acerca do Rondon era expressa por vários sujeitos sociais no início da década de 1970, desde políticos em exercício de mandato parlamentar até jornalistas, professores e militares. O senador gaúcho pela Arena Guido Mondin, por exemplo, disse ao *Jornal do Brasil* em setembro de 1973 que considerava o Projeto Rondon uma “escola de formação política, pois, através do conhecimento direto dos problemas brasileiros, os moços vão formando uma consciência diferente da que teriam se não tivessem realizado a experiência.”³⁶ Anos antes, ao discursar na Câmara dos Deputados sobre o Projeto Rondon em junho de 1970, o então coordenador geral do programa de extensão, tenente-coronel Roy Friede, afirmou que as operações do Rondon não se configuravam como uma tentativa de os militares doutrinar os jovens. Ao contrário: através delas, as Forças Armadas procuravam integrar os jovens na realidade nacional. Segundo Friede, “ninguém jamais surpreendeu um oficial tentando violentar ou pressionar a personalidade de um jovem. O estudante é que decide por si mesmo, no contato com a realidade, demonstrando que o universitário brasileiro não é um irresponsável.”³⁷ Na visão do tenente-coronel, o conhecimento sobre o Brasil por parte da juventude seria garantidor, de forma automática, de seu afastamento das ações “subversivas” e opositoras ao regime.

³⁵ LERNER, Samara Mancebo. Os Estudos de Problemas Brasileiros na UERJ: a estrutura e as engrenagens de um projeto de socialização política. *Interseções*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, jun. 2014, p. 114 e p. 126.

³⁶ Mondin: projeto Rondon é escola de ação política. *Correio da Manhã*, 9-10 de setembro de 1973, 1º caderno, p. 12.

³⁷ Coronel do Projeto Rondon afirma que militares não querem doutrinar os jovens. *Jornal do Brasil*, 5 de junho de 1970, 1º caderno, p. 4.

Diante dessas aproximações entre as atividades do Projeto Rondon e o escopo da disciplina de EPB, não é de se surpreender que a participação nas operações do programa de extensão ou a atuação nos seus *campi* avançados tenha sido validada como crédito na disciplina universitária a partir de pareceres do CFE aprovados e regulamentados entre os anos de 1973 e 74. A ideia foi sugerida ainda no segundo semestre de 1973 pelo então coordenador geral do Projeto Rondon, o tenente-coronel Sérgio Mário Pasquali, por meio de seu representante junto ao MEC. Pasquali solicitou aos conselheiros do CFE que modificassem o parecer que regulamentava as disciplinas de Educação Moral e Cívica, passando-se a considerar “a participação dos alunos em atividades extraclasse de caráter patriótico e solidário, como o ‘Projeto Rondon’ [...] e outras semelhantes, que levem os estudantes a tomarem consciência dos problemas nacionais e a se interessarem na busca de suas soluções” como pontos cumpridos do programa de EPB no ensino superior. Feita a proposta, coube aos membros colegiados do CFE discutirem-na e, após a sua aprovação, modificarem a legislação educacional referente às ações de promoção do civismo nas escolas.

No texto que preparou para justificar seu parecer com relação à sugestão de Pasquali, Tarcísio Meirelles Padilha, presidente da Comissão de Educação Moral e Cívica do CFE, lembrou que o dispositivo responsável por definir os currículos de EPB e EMC, aprovado em 1970, já garantia argumentos favoráveis à validação da participação no Rondon como créditos em EPB. No dispositivo, lia-se que “esta formação cívica não deverá ser abstrata ou teórica. Mas deverá ter os pés na terra e enraizar-se na realidade. O civismo brasileiro, no momento, é comprometer-se com a fase histórica do desenvolvimento do País e trabalhar na construção de uma Pátria engrandecida.”³⁸ Esse entendimento acerca do civismo que deveria figurar nas aulas de EPB poderia muito bem ser uma descrição das operações do Projeto Rondon. Por isso, Tarcísio Padilha elaborou um parecer favorável à dispensa de EPB pelos alunos que apresentassem os certificados de participação emitidos pelas coordenações geral ou regionais do Rondon. A Comissão presidida por ele, por sua vez, acompanhou o voto de seu relator e os conselheiros do CFE transformaram a sugestão de Sérgio Mário Pasquali nos pareceres 1.293/73 e 4.120/74.

Os universitários que decidiam não participar das operações do programa de extensão, ou que não eram aprovados em seus processos de seleção, também deveriam, ao menos, estudar a estruturação, a história e os objetivos do Projeto Rondon mesmo antes das

³⁸ Coordenador geral do Projeto Rondon: Considerar como créditos em Educação Moral e Cívica os serviços prestados pelos estudantes do Projeto Rondon. 8 de agosto de 1973. *Arquivo Central do Sistema de Arquivos da UNICAMP*, fundo CACS, caixa 170, maço 3, p. 3-5.

resoluções do CFE. Isto porque os livros didáticos de Estudo de Problemas Brasileiros usados nas universidades, todos elaborados de acordo com as diretrizes oficiais e aprovados pela Comissão Nacional de Moral e Civismo, continham obrigatoriamente informações sobre o programa de extensão. O manual escrito por Hilário Torloni e publicado pela Livraria Pioneira Editora em 1972, por exemplo, incluía uma análise sobre o programa de extensão em seu capítulo dedicado ao estudo da política educacional brasileira. Além de dados sobre o analfabetismo e o aumento dos números de matrículas no ensino superior nos anos 1960 e 70, Torloni, que era filiado à Arena e havia sido vice-governador de São Paulo na década de 1960, apresentava nesse capítulo um histórico do Rondon acompanhado de uma breve análise da Operação Mauá. Nele, o Projeto Rondon era definido aos alunos de EPB como sendo “a mais fascinante experiência de integração do jovem universitário com o Brasil real.”

Segundo Torloni, participar das atividades do programa de extensão, que iam desde a “assistência técnica às prefeituras abandonadas” até constatar “o contrabando de pedras preciosas no Pará”, permitia aos universitários viver “a grandeza e as misérias, aprendendo e ensinando na mais autêntica escola de brasilidade.” Ainda segundo o mesmo livro didático, apenas dessa forma,

colocado face a face com o país real – o país imenso mas insulado, prenhe de fabulosas riquezas sobre as quais vegetam populações em condições subumanas – o universitário dos grandes centros urbanos substitui os estereótipos forjados, o otimismo patrioteiro, o pessimismo estéril, pelo realismo fecundo, único compatível com o verdadeiro espírito científico e com o encaminhamento de soluções racionais para os nossos problemas. Confrontando com o Brasil autêntico as teorias, as ideologias, os conhecimentos hauridos nas escolas, o universitário passa tudo a limpo, numa versão mais genuinamente brasileira.³⁹

Ainda que os usos e apropriações de um livro didático no contexto da sala de aula possam ser muito diversos, essa narrativa produzida por Hilário Torloni acerca do Projeto Rondon reafirmava o caráter pedagógico das ações do programa de extensão para uma gama ainda maior de universitários. As operações dos rondonistas e a atuação nos *campi* avançados eram entendidas, afinal, como uma “lição de Brasil” e como uma forma de o estudantes comprovarem, na “prática” e diante da “autenticidade” da realidade brasileira, o exotismo e o descompasso atribuídos pelos gestores e defensores do Projeto Rondon a todas ideias críticas ao regime, logo rotuladas de comunistas.

Publicidade e propaganda do Rondon

Além de figurar como tema de programas de TV, de palestras e conferências, de livros, de produções da Aerp, de selo dos Correios e do conteúdo de EPB, o Projeto Rondon

³⁹ TORLONI, Hilário. *Estudo de problemas brasileiros*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1972, p. 184-185.

também estava presente de outras formas na vida dos universitários e da população brasileira durante a primeira metade dos anos 1970. Uma das mais importantes dessas maneiras era por meio da publicação de peças publicitárias em veículos midiáticos da imprensa escrita, seja por iniciativa da própria coordenação geral do programa de extensão ou de empresas que colaboravam com as operações do Rondon. Estampados em revistas e jornais, esses anúncios funcionavam, na expressão de Roland Barthes, como “janelas para o mundo” que, atuando como parte de um imaginário, “oferecem ao consumidor de publicidade uma espécie de esquema sociológico barato e permitem-lhe reconhecer-se e identificar-se imediatamente como pessoa de uma sociedade distribuída, codificada”.⁴⁰ As propagandas sobre o Projeto Rondon configuravam-se, assim, como parte do imaginário nacionalista por meio do qual os sujeitos envolvidos com o programa de extensão constituíam as suas ações no interior do país. Elas possuíam, ademais, especificidades de linguagem ao procurarem convencer os estudantes a participar das operações do Rondon, explorando os temas da integração nacional, da juventude e de uma suposta ligação horizontal entre os brasileiros de várias partes do país.

No fim de 1971, a coordenação geral do Projeto Rondon instituiu a sua Assessoria de Comunicação Social. A partir de então, este órgão passou a ser o responsável pela divulgação das operações dos rondonistas – muitas vezes por meio da publicidade. A criação deste departamento do programa de extensão inseria-se no rol de medidas dos coordenadores do Rondon no início da década de 1970 no sentido de aumentar o número de estudantes envolvidos em suas operações e de descentralizar suas ações. Meses antes, em maio do mesmo ano, uma das resoluções aprovadas durante uma reunião dos coordenadores regionais do Rondon realizada no Centro de Treinamento do Ministério da Fazenda anunciava uma “intensa campanha de propaganda, divulgação e motivação.” Ela seria “dirigida ao universitário, ao meio empresarial e às localidades de atuação, para motivá-las quanto ao recebimento dos participantes, além de esclarecê-las sobre os objetivos da operação.”⁴¹ Houve iniciativas de divulgação do Projeto Rondon nos anos anteriores, mas, em entrevista que concedeu à revista *Propaganda* de maio de 1972, Amadeu Memolo, um dos assessores de comunicação do Rondon, fez tábula rasa dessas ações. Segundo ele, “o Projeto até agora praticamente não existiu. Foi sempre e exclusivamente a atuação dos universitários.” Memolo anunciava também uma série de ações que seriam criadas nos anos seguintes com o objetivo

⁴⁰ BARTHES, Roland. Sociedade, imaginação, publicidade. In: *Inéditos, vol. 3: imagem e moda*. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 112-113. Sobre a utilização da publicidade como fonte, cf. SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de. Propaganda e História: antigos problemas, novas questões. *Projeto História*, São Paulo, n. 14, fev. 1997, p. 89-112.

⁴¹ Projeto Rondon divulga o planejamento da nova fase. *Correio da Manhã*, 29 de maio de 1971, Anexo, p. 8.

de aumentar a divulgação do programa de extensão, tais como o “Prêmio Rondon de Reportagem” e a “Medalha da Integração Nacional”.

O tema principal dessa mesma reportagem da revista *Propaganda*, todavia, era a campanha publicitária do Projeto Rondon, confeccionada para a mídia impressa e lançada no início de 1972. Os anúncios haviam sido produzidos voluntariamente pela agência Propaganda e Mercadologia Ltda. A Proeme era uma importante empresa do mercado de publicidade da época devido ao seu trabalho para grandes clientes, como no caso da famosa campanha “Bom senso em automóvel” desenvolvida para o carro Fusca, da Volkswagen.⁴² Após uma solicitação feita pela coordenação geral do Projeto Rondon ao Conselho Nacional de Propaganda, essa empresa havia se voluntariado para produzir a publicidade do programa de extensão nos termos de uma “campanha de interesse público”. Segundo o mesmo artigo de *Propaganda*, o objetivo dos anúncios era “chamar a atenção dos universitários, autoridades e público em geral sobre a importância e a necessidade do PR como uma força social de grande potencialidade.”

Enio Mainardi, um dos diretores da Proeme e o principal responsável pela produção das propagandas do Rondon, disse à revista que, antes de trabalhar nesta campanha, “julgava o Projeto Rondon com muito preconceito.” O publicitário declarou que considerava o programa de extensão um “instrumento de alienação política”, “algo como uma colônia de férias de universitários, onde os meninos podem curtir sua angústia existencial dando injeção nas crianças barrigudinhas do Araguaia.” Esta visão pessimista de Mainardi – representativa, aliás, das críticas feitas ao Projeto nesse período e resumidas na alcunha de “Rondontour” – foi, segundo o publicitário, desfeita quando ele conversou com os membros da coordenação, muitos deles ex-participantes do programa. O publicitário teria entendido neste momento que, nas suas palavras, “o Projeto estava mesmo abrindo uma enorme oportunidade para a participação dos jovens na solução dos problemas brasileiros.”⁴³

No lançamento da campanha, realizado em cerimônia na cidade de São Paulo em 24 de março de 1972, o ministro do Interior, general José Costa Cavalcanti, declarou que “o Brasil inteiro vem acompanhando o que o Projeto Rondon realiza, mas, mesmo com a colaboração da imprensa, é necessário que ele seja ainda mais bem conhecido, para atingir toda a mocidade e outros brasileiros.” O ministro descreveu a campanha produzida pela

⁴² Sobre a Proeme, cf. CARNEIRO, Alan. Proeme. In: ABREU, Alzira Alves de e PAULA, Christiane Jales de. *Dicionário histórico-biográfico da propaganda no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, p. 200. A importância da campanha do Projeto Rondon foi tão grande que este verbete sobre a Proeme informa a escolha da empresa pelo Conselho Nacional de Propaganda para produzi-la.

⁴³ Uma campanha de participação. *Propaganda*, maio de 1972, p. 52.

Proeme como sendo “séria e bem estruturada”, além de ter afirmado que o Minter não havia gasto “nenhum centavo sequer” com a divulgação do Rondon até aquele momento.⁴⁴ A campanha produzida pela Proeme e lançada oficialmente nesta ocasião era composta por quatro peças publicitárias, três delas de página dupla e a outra ocupando uma página inteira de revista. Todas as propagandas eram compostas por chamadas irônicas acompanhadas de textos explicativos e fotografias em preto e branco. Os anúncios foram publicados entre os anos de 1972 e 73 tanto em revistas de circulação nacional – caso de *Veja* – como em jornais da grande imprensa – como o *Jornal do Brasil* – e periódicos mantidos pelo próprio programa de extensão – a exemplo da revista *Rondon*, publicação oficial da coordenação regional centro-sul do Projeto Rondon.

Segundo Mainardi, a “campanha queria falar com o público universitário – e muito especialmente com a minoria atuante.” Talvez buscando justamente aproximar-se de seu público alvo, a linguagem utilizada nos textos dos anúncios era informal e lançava mão de gírias atribuídas à juventude dos anos 1970 como “irmãozinho”, “badalações” e “conversa fiada”. O objetivo principal das propagandas, ainda segundo o publicitário, era desconstruir a imagem negativa que a figura do participante do Projeto Rondon teria entre os seus colegas universitários, especialmente os membros do movimento estudantil. Sua tática principal era o uso de ironias com a própria “gozação” que os estudantes que militavam nas entidades estudantis supostamente faziam com os rondonistas.⁴⁵ Essa estratégia publicitária, aliada à afirmação de que os jovens participantes do programa de extensão estavam atuando na integração nacional, auxiliando no desenvolvimento do país e “conquistando” o Brasil, é indicativa da forma como os sujeitos sociais desse período significavam o Projeto Rondon. As operações do Projeto eram, afinal, entendidas como uma aula de brasilidade, sendo constituídas por meio do imaginário nacionalista. Ao mesmo tempo, acreditava-se que elas, ao colocarem o estudantes em contato com a “realidade nacional”, seriam capazes de afastar os estudantes das ações de oposição ao regime militar, todas entendidas como contrárias às características específicas do “ser” brasileiro.

Essas questões ficam ainda mais explícitas quando se analisa cada uma das peças publicitárias produzidas pela Proeme, como no caso daquela que trazia a chamada um tanto quanto ácida de “Olha a cara dos trouxas que voltaram do Projeto Rondon” (ver Figura 02). Este anúncio era composto basicamente por uma fotografia em preto e branco, na qual um

⁴⁴ Coordenadores regionais unificam a atuação do Projeto Rondon no país. *Jornal do Brasil*, 25 de março de 1972, 1º caderno, p. 12.

⁴⁵ Uma campanha de participação. *Propaganda*, maio de 1972, p. 53-54.

grupo de jovens rondonistas encontra-se em uma pequena embarcação fluvial posando de forma relaxada para a câmera. A composição desta foto, com a maioria dos universitários sorrindo e sentados confortavelmente no pequeno barco, indica como “novas coações corporais” foram sendo incorporadas à fotografia publicitária a partir dos anos 1960 na medida em que a representação da juventude e as técnicas fotográficas foram se modificando.⁴⁶ Ela atuava, dessa forma, no sentido de sugerir uma representação dos jovens que participavam das operações do Projeto Rondon como sendo “descolados”, irreverentes e descontraídos, ainda que estivessem trabalhando em seus períodos de férias. Dialogando com a imagem fotográfica, o texto do anúncio iniciava-se fazendo troça dos rondonistas – como se, de fato, algum estudante contrário ao programa de extensão estivesse desqualificando a participação no Rondon. Por que, afinal, alguém trocaria as férias e as “paqueras” para fazer partos enquanto era picado por mosquitos? A própria propaganda trazia a resposta, reafirmando a constituição imaginária do Projeto Rondon ao esclarecer qual era o seu “esquema”: “sair por esse Brasil afora, ensinando essa gente a prevenir doenças, plantar, planejar a economia das cidades e descobrir coisas novas.”⁴⁷



Figura 02 – Peça publicitária da campanha de divulgação do Projeto Rondon produzida pela Proeme em 1972. Fonte: *Rondon*, ano 2, nº 2, 1973, p. 52-53.

⁴⁶ SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de. *Op. citada*, 1997, p. 91-92.

⁴⁷ Olha a cara dos trouxas que voltaram do Projeto Rondon. *Rondon*, ano 2, nº 2, 1973, p. 52-53.

Uma série de empresas também produziu peças publicitárias que se utilizavam da temática do Projeto Rondon, já que a iniciativa privada participava ativamente das operações do programa de extensão por meio de grandes doações de remédios (caso da Bayer do Brasil Indústrias Químicas S/A) ou de camisetas com o *slogan* do programa de extensão (caso das Malhas Hering). Esta prática indica como, durante o governo Médici, as fronteiras entre publicidade (atividade de divulgação que visa o comércio e o lucro) e propaganda (propagação de ideias e projetos políticos ou ideológicos) embaralharam-se. Houve uma circularidade de temas, estratégias e técnicas na produção de peças publicitárias de empresas privadas – as principais beneficiadas com o chamado “milagre econômico” – e a propaganda oficial. Os publicitários das grandes agências, por sua vez, “mostravam ‘boa vontade’ para com a *propaganda* oficial. Adequavam-se às diretrizes governamentais, participavam de seminários de ‘relações públicas’, buscando assim influenciar a esfera governamental – sobretudo sugerindo o caráter indispensável da divulgação dos feitos do governo.”⁴⁸ As atividades de difusão da imagem do Projeto Rondon inseriam-se nesse fenômeno mais amplo da história da comunicação social durante a ditadura militar.

As grandes empresas brasileiras dos mais diversos ramos tinham motivos para utilizarem-se do Projeto Rondon em suas campanhas publicitárias. O programa de extensão universitária era, afinal de contas, muito bem visto por parcelas importantes da população nesse período. Associar a imagem da companhia ou de seus produtos com o auxílio voluntário ao Rondon era uma estratégia que visava persuadir os consumidores por meio da mobilização de imagens e argumentos nacionalistas. Em geral, a tática empregada era a de afirmar que os estudantes estavam ajudando no desenvolvimento do Brasil e na integração nacional, enquanto a empresa que era anunciada estava presente nesta “missão” patriótica. A coordenação do Projeto Rondon, por sua vez, criou canais de aproximação entre a iniciativa privada e as suas atividades, tendo em vista que era preciso, também, arrecadar dinheiro e material que pudesse viabilizar as atividades dos rondonistas. Em novembro de 1970, foi criado o Fundo do Projeto Rondon com o objetivo de angariar doações de empresários e autoridades que seriam deduzidas no imposto de renda de pessoas físicas ou jurídicas. Segundo a revista *Rondon* de 1973, seria

com a faixa de recursos não-orçamentária, obtidos através de campanhas anuais por um dos Comitês do Conselho [do programa de extensão], o FUNRONDON, que o PROJETO RONDON pode fazer expandir o número de universitários das diversas

⁴⁸ FICO, Carlos. *Op. citada*, 1997, p. 115. Sobre o mesmo assunto, cf. também SILVA, Raphael Oliveira da. Um fusca na Transamazônica: a apropriação da propaganda política pela publicidade no Governo Médici (1969-1974). *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, julho 2011, p. 6.

Operações, instalar novos ‘Campi’, e, por fim, crescer na medida das exigências do próprio desenvolvimento nacional.⁴⁹

As campanhas de arrecadação de doações para o programa de extensão, coordenadas pelo conselhos estaduais de representação do Projeto Rondon instalados em quase todas as capitais do país, logo surtiram efeitos. Apenas em São Paulo entre maio de 1971 e janeiro de 72 foram arrecadados, segundo o ministro do Interior Costa Cavalcanti, valores “superiores a um milhão de Cruzeiros” entre doadores do meio empresarial.⁵⁰ Ao discursar em abril de 1972 para estudantes e professores universitários da Universidade Federal de Mato Grosso, Cavalcanti disse que esses recursos eram utilizados pela coordenação geral do Projeto não apenas para instalar novos *campi* avançados como também para a compra de “equipamentos, veículos e mesmo recursos financeiros destinados à expansão do número de universitários engajados nas operações regionais e nacionais.”⁵¹ Além de doarem dinheiro para o Funrondon em troca da dedução no imposto de renda, os empresários também participavam de outras formas do Projeto Rondon. Uma delas era a doação ou o fornecimento a preços especiais de suprimentos que eram utilizados nas operações, tais como roupas, remédios, combustível e alimentos. Os publicitários da primeira metade da década de setenta utilizaram-se desse tema para produzir anúncios dessas empresas, muitas vezes apropriando-se também de técnicas e estratégias de divulgação próprias da propaganda oficial do regime.

Este foi o caso da peça publicitária da Associação Brasileira da Indústria Farmacêutica, veiculada na revista *Veja* em edição de julho de 1974 (ver Figura 03). O anúncio ocupava uma página inteira da revista e a fotografia nele estampada chamava atenção tanto quanto o título de “Projeto amor”. A foto apresentava uma composição feita em estúdio na qual uma jovem com a camiseta do Projeto Rondon oferece um remédio para o primeiro menino de uma fila de quatro crianças que se forma na sua frente. A pose das personagens do anúncio indica como a fotografia publicitária nos anos setenta apostava na construção de cenas naturalizadas, que poderiam acontecer no cotidiano de atuação dos rondonistas. Seu título e o texto que acompanha o anúncio, por outro lado, são indicativos da já referida

⁴⁹ Editorial. *Rondon*, ano II, nº 2, 1973, p. 6.

⁵⁰ Mais de um milhão doado ao Funrondon. *Correio da Manhã*, 11 de janeiro de 1972, 1º caderno, p. 3. Sobre o Funrondon, cf. também Informe JB. *Jornal do Brasil*, 10-11 de maio de 1971, 1º caderno, p. 10 e Coordenador-geral anuncia que Projeto Rondon vai ampliar atuação permanente. *Jornal do Brasil*, 5 de agosto de 1971, 1º caderno, p. 16. Segundo o decreto nº 67.505, assinado por Médici em 1970, a autonomia financeira do Projeto Rondon era garantida pelo Funrondon. Segundo o mesmo documento, os recursos do Fundo seriam provenientes de: 1) “dotações consignadas no Orçamento Geral da União”; 2) “doações, subvenções, auxílios, contribuições ou legados de pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado”; 3) “contribuições provenientes de acordos com entidades públicas e privadas, nacionais, estrangeiras e internacionais”; 4) “créditos que lhe forem atribuídos”; e 5) “rendas eventuais”. Regimento interno. *Arquivo Central do Sistema de Arquivos da UNICAMP*, fundo CACS, caixa 172, maço 3, p. 21-22.

⁵¹ Ministro expressa confiança no Rondon. *Correio da Manhã*, 30 de abril-1 de maio de 1972, 1º caderno, p. 2.

circularidade de argumentos e técnicas entre publicidade comercial e propaganda oficial durante o regime militar. Os publicitários que produziram o anúncio afirmavam que, periodicamente, “revoadas de jovens universitários invadem diversificadas regiões do Brasil para realizar o Projeto Rondon.” Os estudantes iam ajudar os brasileiros do interior, muitos deles distantes de qualquer assistência médica ou odontológica. Levavam “amor e medicamentos em suas maletas” e eram vistos como “anjos salvadores”. O consumidor de publicidade era alertado de que as indústrias farmacêuticas participavam desse movimento, já que “todo extraordinário progresso da tecnologia farmacêutica é levado aos confins da Pátria para que o Brasil tenha mais saúde.” O anúncio encerra-se com um curto período de efeito, como que a reafirmar sua ideia central: “Projeto Rondon, Projeto Amor, Projeto Orgulho.”⁵²



Figura 03 –Propaganda da Associação Brasileira da Indústria Farmacêutica.
Fonte: *Veja*, edição 307, 24 de julho de 1974, p. 64.

Esse recurso à imagens de congraçamento social, como o amor e o patriotismo, eram extensamente utilizados pela propaganda oficial do regime produzida pela Aerp durante o governo do general Médici. Esses temas estavam diretamente ligados ao próprio entendimento do “caráter nacional” compartilhado pelos órgãos de comunicação da ditadura.

⁵² Projeto amor. *Veja*, edição 307, 24 de julho de 1974, p. 64.

Na perspectiva oficial, os brasileiros eram dignos, amavam a sua pátria, eram dedicados ao trabalho e membros de famílias “coesas”.⁵³ No caso específico das propagandas de companhias privadas ou grupos de empresas que se utilizavam da temática do Projeto Rondon, essas representações aliavam-se à ideia de que os rondonistas estavam integrando o país, participando de uma atividade cívica e patriótica, levando técnicas e assistência médico-odontológica para o brasileiro sofrido do interior.

Os programas de ação do programa de extensão

O trabalho dos estudantes durante a sua participação no Projeto Rondon no decorrer da primeira metade da década de setenta podia acontecer por meio de seis programas de ação diferentes, a maioria deles categorizados e implantados ainda entre 1970 e 71. Eram eles: os *campi* avançados; os estágios remunerados; o programa de interiorização e fixação de mão-de-obra; e as operações nacionais, regionais ou especiais. À exceção do estágio remunerado – instituído por decreto em 1970 – e do programa de interiorização e fixação de mão-de-obra – tímida iniciativa criada em 1973 – todas as ações do projeto de extensão continuavam sendo realizadas por voluntários. Os universitários que participavam das operações do Rondon recebiam da coordenação geral apenas o transporte, o material para o trabalho e a infraestrutura básica para a sua manutenção, além de receberem a alimentação da prefeitura do município de atuação. Esse tipo de participação, extremamente valorizado à época por sua dimensão cívica, esteve sempre presente no programa mais próximo das primeiras atividades do Projeto Rondon realizadas nos últimos anos da década de 1960: as operações nacionais.

Essas atividades caracterizavam-se pela atuação dos estudantes universitários em áreas geoeconômicas diferentes de suas regiões de origem durante as férias de verão, entre janeiro e fevereiro de cada ano. Em documento elaborado pela coordenação geral em 1974, as operações nacionais eram descritas como uma possibilidade para que os universitários adquirissem uma “visão da problemática em que se encontra o homem do interior do País, na precariedade de sua carência na educação, na saúde, nos hábitos de trabalho, na compreensão do fenômeno brasileiro que o governo pretende modelar para a inegável segurança e grandeza de todos.”⁵⁴ Ao definir em 1973 as vantagens que a participação na operação nacional garantia aos jovens universitários, a coordenação da área de Campinas do Projeto Rondon destacou principalmente dois fatores: o “conhecimento da realidade brasileira” e a

⁵³ FICO, Carlos. *Op. citada*, 1997, p. 45.

⁵⁴ COORDENAÇÃO GERAL DO PROJETO RONDON, *Op. citada*, 1974, p. 52.

transformação dos alunos em “agentes efetivos do desenvolvimento comunitário, dentro de uma ação verdadeiramente integrada.”⁵⁵

Para participar de uma operação nacional do Projeto Rondon, o jovem deveria ser, segundo o *Correio da Manhã* de setembro de 1973, aluno “dos dois últimos anos de todos os cursos superiores e dos três últimos anos de Medicina, além dos recém-formados”.⁵⁶ Estas exigências restringiam o grupo de universitários que poderiam participar do Rondon, tornando os dados sobre o número de inscrições para as operações nacionais ainda mais significativos. Segundo a avaliação da operação nacional PRO-XI, realizada entre os meses de janeiro e fevereiro de 1973 com mais de 4.000 estudantes, os gestores do Rondon entendiam que esses dados “demonstraram de maneira bem clara o grande interesse que continua despertando o Projeto Rondon no seio da juventude universitária brasileira.” As operações nacionais, todavia, eram as atividades do programa de extensão que mais recebiam inscrições. Além disso, a informação de que cerca de 35% dos estudantes que participaram daquela operação já havia se engajado em atividades anteriores do Rondon relativiza a adesão dos estudantes às operações do programa de extensão. A mesma pesquisa trazia um outro dado interessante sobre os participantes da operação nacional: as informações sobre recrutamento, isto é, as formas como os universitários ficavam sabendo do Projeto Rondon. Segundo a pesquisa, 52% dos participantes da operação PRO-XI souberam através de ex-participantes, 21% de colegas, 23% via meios de comunicação (cartazes, jornal, rádio, TV) e 2% por meio de professores, enquanto outros 2% não souberam responder.⁵⁷

Uma outra modalidade de participação no Rondon disponível aos universitários da primeira metade da década de setenta eram as operações regionais. Elas aconteciam nas férias de julho e deslocavam os estudantes dentro de seu próprio estado de origem. Por meio delas, estudantes fluminenses realizaram em julho de 1971, por exemplo, “a vacinação, levantamento socioeconômico e sanitário da população e cartografia das favelas localizadas na orla marítima de Bonsucesso”.⁵⁸ Entre 1970 e 73, mais de 15.000 estudantes participaram de alguma das operações de julho promovidas pelas coordenações regionais do Projeto Rondon. Os jovens interessados em participar do programa de extensão podiam se inscrever, também, nas operações especiais. Elas aconteciam de maneira bem flexível e eram produto de

⁵⁵ Roteiro – Projeto Rondon. 1973. *Arquivo Central do Sistema de Arquivos da UNICAMP*, fundo CACS, caixa 176, maço 11, p. 7-8.

⁵⁶ Operação Rondon encerra inscrição até outubro. *Correio da Manhã*, 19 de setembro de 1973, 1º caderno, p. 2.

⁵⁷ COORDENAÇÃO GERAL DO PROJETO RONDON, *Op. citada*, 1974, p. 54-57. Em termos de números de participantes das operações nacionais, estes eram os dados apresentados no mesmo documento: 3.397 em 1970; 2.971 em 1971; 4.708 em 1972; 4.546 em 1973; e 4.423 em 1974.

⁵⁸ 80 universitários trabalham no PR-VIII. *Correio da Manhã*, 16 de julho de 1971, Anexo, p. 8.

convênios firmados pelas coordenações do Rondon com empresas ou órgãos públicos. Na definição normativa da coordenação geral, as operações especiais eram “atuações de natureza e duração variada, efetuadas mediante Acordos (Convênios e Ajustes) ou excepcionalmente custeada por verbas especiais do Projeto Rondon, cuja realização seja justificável dentro dos objetivos do Projeto Rondon como Órgão executor, podendo ocorrer em qualquer época do ano.”⁵⁹ Uma dessas operações foi realizada entre janeiro e fevereiro de 1971 em Pernambuco por rondonistas dos cursos de História, Ciências Naturais, Arquitetura e Arqueologia. Seu objetivo era produzir subsídios para a criação do Parque Nacional dos Guararapes, que seria inaugurado por Médici em abril daquele ano em cerimônia que contou com a presença do sociólogo Gilberto Freyre. Participando desta ação específica do Rondon, os universitários atuavam na construção de uma história oficial do Brasil-nação. A narrativa produzida por meio dessa operação especial do Rondon, por outro lado, é indicativa de como os universitários instituíam suas práticas de maneira nacionalista, na medida em que a batalha de Guararapes, acontecimento bem anterior à independência política do Brasil, era tida como o nascimento do sentimento de ser brasileiro.⁶⁰

O processo de seleção para esses três tipos de operação foi objeto de um documento da coordenação geral do Projeto Rondon em 1971, cujo objetivo era “padronizar, organizar e orientar os procedimentos para inscrição e seleção de participantes” em operações nacionais, regionais e especiais. A responsabilidade das inscrições e da seleção ficava a cargo das coordenações regionais, estaduais e de área. Havia três fases da seleção: (a) pré-seleção; (b) primeira seleção; e (c) segunda seleção ou seleção final. Em termos de participantes, podiam se engajar nas operações nacionais e regionais universitários (mínimo de 90% do efetivo total), professores universitários (máximo de 5%), titulados de nível superior com até dois anos de formado (máximo de 3%) e técnicos de nível de 2º grau com até dois anos de formado (máximo de 2%). No ato da inscrição, o candidato a rondonista deveria entregar duas fotografias 3x4 à coordenação, além de apresentar sua carteira de identidade e a carteira de estudante ou profissional.⁶¹ Realizada a inscrição, o jovem deveria participar de uma série de reuniões, dinâmicas em grupo e palestras nas quais a coordenação local do Projeto Rondon explicitava a estrutura e os objetivos do programa de extensão, bem como os tipos de

⁵⁹ Normas para operações especiais. s/d. *Arquivo Central do Sistema de Arquivos da UNICAMP*, fundo CACS, caixa 164, maço 5, p. 6.

⁶⁰ Cf. Projeto Rondon-7 pesquisa vias de invasão holandesa. *Jornal do Brasil*, 31 de janeiro-1 de fevereiro de 1971, 1º caderno, p. 32; Universitários reconstituem Guararapes, *Jornal do Brasil*, 1º caderno, p. 13; e Parque Guararapes é inaugurado 323 anos depois. *Jornal do Brasil*, 20 de abril de 1971, 1º caderno, p. 17.

⁶¹ Normas de inscrição e seleção para Operações Nacionais e Regionais. 1971. *Arquivo Central do Sistema de Arquivos da UNICAMP*, fundo CACS, caixa 153, maço 4, p. 1-2 e p. 6.

operação, as especificidades da área de atuação e as normas de comportamento que deveriam ser respeitadas pelo estudantes durante a sua participação no Rondon.

O material utilizado nessas atividades de treinamento incluía, além disso, pequenos textos sobre o marechal Rondon, “bandeirante do século XX” que, na perspectiva da coordenação do programa de extensão, deveria servir como modelo incontestado para os universitários na obra de integração nacional realizada no presente. Os responsáveis pelos treinamentos dos estudantes utilizavam-se também de um amplo material produzido pelos próprios rondonistas durante a sua participação no Projeto Rondon. Este era o caso, por exemplo, de uma canção escrita entre agosto e outubro de 1974 por quinze universitários paulistas que compunham a equipe número 42 do programa de extensão que atuou no *campus* avançado de Cruzeiro do Sul, no Acre. Elaborada “durante a viagem à Transamazônica”, a letra era caracterizada por um tom de despedida e saudosismo que positivava a participação no Projeto Rondon por meio de trechos como “Adeus, o Acre, o meu viver / As saudades vão chegar / É muito bom ser do Rondon / E de ti participar”. Esse grupo de participantes do programa de extensão significava as suas práticas no interior do Acre por meio do imaginário nacionalista, revestindo-as de um caráter pedagógico no que dizia respeito ao aprendizado da brasilidade por meio do contato com a “realidade nacional”. Como diziam na antepenúltima estrofe da canção, “Experiências foram mil / Neste *Campus* a servir / Nos permitir ver e sentir / O que é o nosso Brasil”.⁶² De acordo com o desempenho dos estudantes nessas atividades de treinamento, eles eram escolhidos pelas coordenações do Rondon ao término de um longo processo até a divulgação final da seleção. Divulgados os nomes dos selecionados, ainda havia um período de preparação para a viagem e de últimos ajustes nas equipes que iriam atuar nas operações ou nos *campi* avançados do programa de extensão.

Os universitários e o nacionalismo do Projeto Rondon

Os primeiros anos da década de setenta assistiram a sistematização de uma tipologia dos programas de ação do Projeto Rondon elaborada por seus próprios gestores. Esse movimento, acompanhado pela reestruturação administrativa do programa de extensão por meio da criação de coordenações estaduais, regionais e de área por todo o Brasil, juntava-se aos esforços no sentido de aumentar o alcance das ações do Rondon. Em termos administrativos, a estrutura do Projeto Rondon em 1973, após a reestruturação administrativa

⁶² Letra composta pelos estagiários da equipe nº 42. 1974. *Arquivo Central do Sistema de Arquivos da UNICAMP*, fundo CACS, caixa 175, maço 11, p. 1-2.

do programa de extensão, era formada pelos seguintes órgãos: um conselho deliberativo composto por representantes de ministérios de Estado e presidido pelo coordenador-geral; uma coordenação geral, com sede em Brasília e formada pelo gabinete do coordenador e por uma secretaria executiva; coordenações regionais da Amazônia Ocidental, da Amazônia Oriental, do Meio Norte, do Nordeste, do Centro-Leste, do Centro-Sul, do Centro-Oeste e do Sul, todas diretamente subordinadas à coordenação geral; coordenações estaduais em quinze estados e no distrito federal; e coordenações de área em regiões com significativo contingente universitário.⁶³ A existência de todo esse aparato burocrático indicava tanto o elevado grau de institucionalização do Projeto Rondon durante o governo Médici como as dimensões agigantadas do programa de extensão nesse mesmo período.

Segundo o terceiro coordenador-geral do Rondon, tenente-coronel Sérgio Mário Pasquali, em longa entrevista que concedeu à revista *Veja* de janeiro de 1972, cerca de 30.000 universitários haviam se inscrito para a operação nacional que estava começando naquele ano. A coordenação do Projeto Rondon, entretanto, havia aberto apenas 5.475 vagas para os estudantes. A criação de um *modus operandi* sistemático para a atuação dos rondonistas, com regras fixas para a locomoção, a atuação e a elaboração dos relatórios, também estava conectada com o próprio incremento da institucionalização do programa de extensão junto ao governo federal. Apesar de afirmar que “nunca houve [...] intenção do governo de utilizar o Projeto como arma política”, Pasquali reconhecia que um dos efeitos do que ele chamava de “vírus do Projeto Rondon” era modificar a visão dos estudantes acerca dos problemas brasileiros por meio da atuação no interior do país. Quando perguntado sobre as críticas que o programa de extensão estava recebendo ao ser apelidado de “Rondontour”, o militar declarou que

pode ser que alguns o considerem assim. Não se pode evitar que alguém faça a viagem e não trabalhe efetivamente. É um problema de pessoa humana. De um modo geral, entretanto, o pessoal vai possuído por uma vontade muito grande de contribuir para o desenvolvimento. Dentro de uma equipe, com um compromisso não com o governo mas com o Brasil – porque não há qualquer doutrinação, mas apenas uma preparação técnica – aquele que não se engaja no trabalho sofre a sanção do grupo.⁶⁴

Qualificar essa adesão dos universitários ao Projeto Rondon nos anos da ditadura militar não é uma tarefa desprovida de complexidades. Do ponto de vista do governo e de seus agentes, a participação dos estudantes nas operações do programa indicava claramente

⁶³ COORDENAÇÃO GERAL DO PROJETO RONDON, *Op. citada*, 1974, p. 32-38.

⁶⁴ VERÍSSIMO, Suzana. Entrevista: Sérgio Pasquali – A escola da realidade: onde começa o trabalho e termina o turismo no Projeto Rondon, segundo seu coordenador. *Veja*, edição 175, 12 de janeiro de 1972, p. 3-4.

um apoio do regime ou, ao menos, uma aproximação com o governo e uma disposição em “participar” de forma “construtiva” na realização dos objetivos nacionais fixados pela ditadura. Todavia, variados podiam ser os motivos que levavam os jovens a passarem as férias trabalhando no interior do Brasil em um projeto governamental, assim como diversas eram também as características dos estudantes que participavam do programa. As reportagens publicadas na imprensa do período, no entanto, são profícuas em estratégias no sentido de enquadrar um “perfil” para os rondonistas, bem como em mapear as motivações que levavam os estudantes universitários a aderirem às ações do projeto no interior do Brasil.

Logo depois de esclarecer que o “recrutamento dos estudantes interessados [em participar do Projeto Rondon] é feito através de jornais, revistas, rádios, TVs, visitas e murais nas Universidades, palestras explicativas etc.”, o *Correio da Manhã* de primeiro de maio de 1970 argumentava que a principal motivação dos estudantes para se inscreverem no projeto era “a necessidade do estágio prático, a vontade de se tornar útil à coletividade, levando um pouco de si aos menos favorecidos...”⁶⁵ Após afirmar que o Projeto Rondon era fruto de um “nacionalismo elevado”, o ministro do Interior, Costa Cavalcanti, declarou ao mesmo jornal em maio de 1972 que “os estudantes que integram o PR são jovens acima de tudo objetivos, realistas e práticos e não sonham nem imaginam soluções inexecutáveis.”⁶⁶ Anos depois, no momento de embarque dos estudantes fluminenses para a operação nacional de 1974, o estudante de Odontologia Everton Escocarde declarou ao *Jornal do Brasil* estar “muito animado, esperando ajudar a resolver problemas, curar e ensinar, acreditando na integração a que se propõe o Projeto Rondon.”⁶⁷

Para além das reportagens publicadas na imprensa, porém, a análise dos anexos aos termos de compromisso dos participantes⁶⁸ configura-se como uma das formas mais interessantes de se refletir ao menos acerca do quê pensavam os rondonistas sobre o programa de extensão e o que os universitários esperavam de sua participação no Projeto Rondon. A assinatura do termo era realizada pelos estudantes logo após a segunda seleção feita pela coordenação de origem, algum tempo antes do embarque para a área de atuação. Seu texto-moldura era composto por nove regras que deveriam ser observadas pelos estudantes e que,

⁶⁵ Integrar para não entregar é o slogan do Projeto Rondon e da Operação Fluminense. *Correio da Manhã*, 1 de maio de 1970, Caderno Estado do Rio, p. 17.

⁶⁶ Ministro instala curso do Projeto Rondon. *Correio da Manhã*, 3 de maio de 1972, 1º Caderno, p. 3.

⁶⁷ Operação Rondon reúne jovens de quatro Estados em Niterói. *Jornal do Brasil*, 6 de janeiro de 1974, 1º caderno, p. 19.

⁶⁸ Os jornais *Correio da Manhã* e *Jornal do Brasil* atribuíam grande importância em suas reportagens para a assinatura dos termos de compromisso, acentuando o fato de que a adesão universitária era voluntária e os estudantes nada recebiam por sua atuação no Projeto Rondon. Cf. Projeto Rondon funciona hoje entregando material. *Jornal do Brasil*, 4-5 de janeiro de 1970, 1º caderno, p. 17.

segundo a introdução do próprio termo, somavam-se às outras normas estabelecidas pela coordenação geral, inclusive no Código do Participante. Por meio do termo, os rondonistas eximiam o Projeto Rondon de responsabilidades por danos físicos, caso fossem decorrentes de violações das regras de segurança; comprometiam-se a não fazer declarações à imprensa sem serem credenciados pela direção do programa; concordavam em “não emitir opiniões ou fazer manifestações de cunho ideológico, político, religioso e racial” durante a participação no Rondon; e se obrigavam a entregar um relatório de suas atividades de acordo com as especificações da coordenação geral, em até vinte dias após o fim de sua atuação. Segundo o texto do termo de compromisso, caso algum dos participantes infringisse alguma dessas regras, ele poderia ser desligado da operação em que estava atuando ou deixar de receber o certificado de participação quando retornasse à sua cidade de origem.⁶⁹

Os anexos do termo de compromisso eram compostos por fichas a serem preenchidas pelos estudantes com seus dados pessoais, histórico de vacinas, informações sobre a sua trajetória acadêmica e sobre a sua participação em outras atividades do Projeto Rondon. Aspectos mais específicos de uma operação em áreas isoladas nos moldes do programa de extensão também eram solicitadas aos estudantes, tais como a prática em excursões, as habilidades em natação, a capacidade de montar acampamentos, a habilitação para dirigir veículos e os conhecimentos em fotografia e revelação. Do ponto de vista dos jovens que preenchiam o documento nos primeiros anos da década de 1970, era importante utilizar estratégias que pudessem agradar aos gestores do Projeto Rondon e garantir a viagem para o interior do Brasil. Por isso, inexistem críticas ao programa de extensão ou ao governo militar nesses termos. Para a coordenação regional a qual os universitários estavam ligados, por outro lado, essas informações eram úteis na posterior fase de montagem das equipes e de delegação de tarefas, bem como na escolha dos líderes das equipes. A última parte dos anexos, no entanto, configura-se como a mais interessante no sentido de mapear as motivações e percepções dos participantes do Projeto Rondon. Nela, constavam duas perguntas abertas reunidas sob o título “depoimento”: “diga-nos o que você sabe sobre o Projeto Rondon, sua filosofia, seus objetivos” e “o que levou a inscrever-se para esta operação.”

Nas respostas dadas a esses questionamentos por um conjunto de estudantes paulistas que se preparava em dezembro de 1972 para participar da operação nacional de número onze, muitos universitários declararam a vontade de ajudar no “desenvolvimento” da nação brasileira e de integrar as regiões distantes do Norte ao centro-sul do país. Em outros casos, os

⁶⁹ Termo de compromisso do participante. 1972. *Arquivo Central do Sistema de Arquivos da UNICAMP*, fundo CACS, caixa 164, maço 9, p. 1-2.

rondonistas expressavam também o paternalismo que era parte das atividades do Rondon e que se traduzia, nas respostas, em expressões como “levar aos menos favorecidos” o desenvolvimento ou a técnica presente nas universidades. O tom da maior parte das respostas, todavia, era caracterizado pelo imaginário nacionalista que constituía as práticas do programa de extensão naquele período e que se aproximava, em muitos sentidos, da propaganda oficial da ditadura militar durante o governo Médici. A estudante de Letras Clélia, por exemplo, disse considerar “bastante válida” a filosofia do Projeto Rondon de “Integrar para não entregar”. Para ela, a principal motivação para a participação no programa de extensão era “como brasileira [...] dar também uma parcela de contribuição para essa integração”. O estudante de Medicina Mário, por sua vez, já havia participado da operação IX do Projeto Rondon e disse que “o PPro levou-me a conhecer a realidade brasileira onde o governo pretende levar o desenvolvimento”. Para o universitário, os motivos que o motivaram a se inscrever novamente no programa de extensão “foram o desejo de conhecer a realidade brasileira (que eu não conheço realmente) e o dever de ser capaz de pôr em prática a minha instrução.”

A estudante de Odontologia Sueli, que estava se inscrevendo pela primeira vez no Projeto Rondon, declarou que o programa de extensão “tem por objetivo mostrar a realidade do Brasil aos jovens, fazendo-os levar seus conhecimentos e trabalho para os mais necessitados.” A ideia de que tornar-se rondonista significava ter uma aula prática de brasilidade e de realidade nacional também era uma das expectativas de Vanilton, estudante de Educação Física na Universidade Católica de Campinas. Para ele, o objetivo do Projeto Rondon era “colocar o universitário diante de uma realidade brasileira, promovendo a integração das áreas carentes.” Sua principal motivação para participar da operação XI era o “desejo de servir, aprender e adquirir maior conhecimento do Brasil.” Chamando a atenção para a relação entre o nacionalismo constituinte do Projeto Rondon e o lugar que deveria ser ocupado pela juventude universitária no processo de desenvolvimento nacional, o estudante Arnaldo, acadêmico de Administração de Empresas no Instituto Educacional Piracicabano, afirmou em seu termo de compromisso que havia decidido inscrever-se no programa devido ao seu “interesse em participar da filosofia e objetivos do Projeto, conhecer o Brasil e participar de uma das maiores migrações estudantis da atualidade.”⁷⁰

⁷⁰ Termos de compromisso dos participantes. 1972. *Arquivo Central do Sistema de Arquivos da UNICAMP*, fundo CACS, caixa 164, maços 9 e 10. Em concordância com as regras de utilização da documentação pesquisada no SIARQ, cita-se apenas o primeiro nome dos estudantes que preencheram os termos de compromisso.

Essas expectativas e impressões dos universitários inscritos no programa de extensão convergiam, de diferentes formas, com a chamada “filosofia do Projeto Rondon” sistematizada por Wilson Choeri em um texto datado do primeiro semestre de 1971. O professor da UEG abre a sua reflexão explicitando o pressuposto a partir do qual ele havia partido para desenvolver as diretrizes do Rondon. Segundo Choeri, os países subdesenvolvidos só iriam alcançar o desenvolvimento

na medida em que forem capazes de realizar a ocupação de seus espaços geográficos vazios e fazer com que sua juventude, parcela politizada da sua população, participe no processo de integração e no equacionamento dos problemas que afligem suas estruturas, sem enfoques estereotipados ou visão defasada da realidade.⁷¹

O professor afirmava, desta forma, o duplo enfoque das operações do Projeto Rondon: de um lado, a preocupação com a ocupação do território, com o espraiamento da autoridade estatal e com a “conquista” do Brasil pelos brasileiros; de outro, o argumento segundo o qual os estudantes universitários deveriam participar desse processo, mas não protestando nas ações do movimento estudantil, e sim integrando-se às ações do governo que seriam guiadas por propósitos autenticamente nacionais. Na perspectiva de Wilson Choeri, a integração promovida pelos universitários por meio das operações do Rondon era o “primeiro elemento formador da consciência de missão nacional” nos anos 1970. Para o professor, “o Brasil, para voltar-se a si mesmo, na definição e conquista de seus objetivos permanentes, terá o Projeto Rondon, necessariamente, como uma de suas rotas principais.” Em consonância com este raciocínio, Choeri acreditava que a juventude universitária era a “levedura moral da nação”. Somente com sua participação seria possível desenvolver o país.

Essas percepções oficiais acerca do Projeto Rondon foram fixadas no Hino do Rondonista, cujas letras haviam sido escritas por Edison F. de Macedo ainda no início da década de 1970 (ver Anexo IV). A letra do hino, que servia como um meio de identificação dos estudantes com o programa de extensão, iniciava-se com imagens imbuídas do civismo próprio desse período. A “integração” era declarada, repetidas vezes, como a “intenção” dos jovens rondonistas, que amavam a pátria, trabalhavam, ajudavam e encontravam a sua satisfação na “própria ação” que empreendiam no interior do Brasil. Referências aos locais de atuação dos universitários, tanto no sentido físico do termo (“campos”, “vales”, “rios”, “vilas” e “casas”) como no geográfico (“de norte a sul”, “de leste a oeste”), conferiam à letra um efeito que lembrava os deslocamentos dos estudantes por todos os cantos do território brasileiro. O “lema” dos rondonistas seria, segundo a letra do hino, “servir” em qualquer

⁷¹ CHOERI, Wilson. *A filosofia do Projeto Rondon*, p. 1-3. *Beeston Collection – University of Texas*.

ponto geográfico do país. Eles compunham, desta forma, “um coro imenso, o clamor da nação.” O refrão do hino, por fim, era simples e funcionava quase que como um chamado ao desprendimento patriótico dos estudantes: “É gente / É povo / É Rondon / É Brasil”.⁷²

Muitos estudantes universitários dos anos 1970 aderiam ao Projeto Rondon empolgados com o nacionalismo ufanista que, durante o governo Médici, foi fomentado e divulgado pelo regime militar. Os argumentos nacionalistas acabavam por se configurar, portanto, como uma estratégia da ditadura para atrair os estudantes universitários aos valores do regime instaurado em 1964, afastando-os das ideias críticas e de esquerda que tinham espaço nas universidades. A participação desses estudantes no Rondon e mesmo a concordância com os valores do regime indicavam uma aproximação de setores dos jovens universitários com o regime. Ainda assim, ela não implicava necessariamente apoio irrestrito e automático dos estudantes ao governo militar. Alguns universitários decidiam participar do programa de extensão motivados pela perspectiva de ajudar os habitantes do interior ou de ganhar experiência profissional, acomodando-se, portanto, às possibilidades abertas pelo regime. Outros, ainda, adotavam comportamentos críticos ao autoritarismo no cotidiano das universidades, mas, ainda assim, inscreviam-se e eram selecionados para participar de alguma das operações do Rondon.

Os membros da comunidade de informações do regime militar pressionavam constantemente as coordenações do Projeto Rondon caso algum universitário envolvido com os movimentos de oposição à ditadura fosse selecionado para atuar nas operações do Rondon ou em um de seus *campi* avançados. Em maio de 1969, o coordenador regional do programa de extensão em Santa Catarina teve que prestar esclarecimentos ao Sistema Nacional de Informações sobre a participação do “estudante subversivo” Markian Getúlio Kalinoski na operação realizada nas férias de verão daquele ano. Segundo o documento produzido pelo SNI, o coordenador regional do Rondon informou que Markian, estudante de Direito na UFSC e militante do movimento estudantil, havia atuado em Santo Antônio de Iça, interior do Amazonas. Ele teria se inscrito “voluntariamente para participar do PRo” e havia passado “por um processo de seleção natural, como os demais estudantes”. Segundo a declaração do responsável pela coordenação regional do programa de extensão, as diretrizes elaboradas pela coordenação geral, àquela época com sede no Rio de Janeiro, determinavam que não deveria haver “discriminação” na seleção dos participantes do Rondon. A única exigência era o

⁷² CORAL da Universidade Católica de Salvador. *Projeto Rondon: integrar para não entregar*. Salvador: PUC-BA, c. 1971-1974. Arquivo pessoal do autor. A melodia em que o hino é cantado neste LP é característica dos hinos religiosos, sendo provável que o Coral tenha feito uma adaptação da melodia original. O LP contém também uma canção folclórica, intitulada “Firmeza e ingratidão”.

impedimento de que “a minoria subversiva” fosse “agrupada em uma só equipe, procurando neutraliza-los pelo contacto [sic] com elementos de outras tendências, o que foi feito.”

Markian era descrito com um jovem cheio de idealismo, o que estava sendo utilizado pela “subversão” de esquerda no movimento de oposição ao governo militar. A postura do Projeto Rondon, ao contrário, deveria ser a de tentar “regenerar” o estudante por meio do contato com a realidade nacional proporcionada pela atuação em uma de suas operações nacionais. O tom do documento era otimista, tendo em vista as sugestões apresentadas pelo estudante no relatório entregue aos gestores do programa ao final de sua atuação visando a resolução dos problemas existentes em Santo Antônio de Içá.⁷³ Na perspectiva dos gestores do programa de extensão, esse era, justamente, o fenômeno proporcionado pelo Projeto Rondon. Ao instituírem suas práticas por meio do imaginário nacionalista, esses sujeitos das décadas de sessenta e setenta esperavam que o contato com a “realidade” do interior transformaria os jovens, “moldando” as suas ideias em perspectivas autenticamente brasileiras e, como consequência, avessas à “subversão”.

⁷³ Ofício nº 389/SNI. *Arquivo Nacional – COREG*, Fundo Minter, 23/06/1969, ID: A0023840-1969.

CAPÍTULO III

“O Projeto Rondon põe as cartas na mesa”¹: as transformações do Rondon no governo Geisel (1974-1979)

“O Projeto Rondon está chegando, neste ano, ao seu 12º aniversário de existência. Criado pelo espírito cívico e pioneiro de alguns universitários e apoiado, integralmente, pelas comunidades de todos os estados brasileiros, o Movimento rondonista ganhou corpo, conquistou adeptos e empolgou, ao longo do tempo, milhares de jovens que outra recompensa não tiveram senão a certeza do dever cumprido.

Hoje pode-se garantir que o ideal de Rondon está vivo como nunca. Os que tiveram, no passado, o privilégio de ostentar no peito o nosso galardão continuam, nas cidades onde vivem, nas entidades que trabalham e nos grupos que lideram, a cultuar a legenda de nacionalidade que aprenderam nas Operações ou nos Campi Avançados, nesses 12 anos passados.

*(“Projeto Rondon: uma escola de realidade nacional”.
Boletim Campus, junho de 1979)²*

Os anos finais da década de 1970 foram marcados por um série de acontecimentos que modificaram, de forma incerta e inconstante, as possibilidades oferecidas pela vida política no Brasil durante o regime militar. De um lado, a censura direta aos meios de comunicação foi sendo gradualmente extinta nos principais periódicos da grande imprensa, como foram os casos d’*O Estado de S. Paulo* e da revista *Veja*. A oposição legal ao governo, concentrada especialmente no MDB, passou a gozar de maior espaço de atuação dentro do jogo político-partidário regulado pelas próprias leis autoritárias da ditadura militar, como demonstram as expressivas vitórias de candidatos emedebistas nas eleições parlamentares de 1974 e nas votações municipais de 1976. Por outro lado, o projeto de “descompressão” da ditadura – anunciado pelo general-presidente Ernesto Geisel no início de seu mandato, mas nunca sistematizado explicitamente – seguiu a passos lentos durante esses anos, além de ter sido alvo de frequentes recuos, como a Lei Falcão, em 1976, e o Pacote de Abril, em 1977. As medidas que visavam a “institucionalização” do regime sofreram também importantes contestações por parte dos membros da chamada “comunidade de informações”. Esses agentes da ditadura foram responsáveis por uma série de atentados a bomba contra bancas de

¹ Título da campanha publicitária do Projeto Rondon para mídia impressa que foi veiculada no *Jornal do Brasil* entre agosto e setembro de 1978. Cf. O Projeto Rondon põe as cartas na mesa. *Jornal do Brasil*, 21 de agosto de 1978, 1º caderno, p. 13.

² *Boletim Campus*, nº 1, junho de 1979, p. 3. *Arquivo central e histórico da UFV*, caixa 876.

revista e instituições da sociedade civil que, não havia muito tempo, começaram a fazer oposição ao regime – casos da ABI, da CNBB e da OAB. Se havia disputas de projetos diversos acerca do futuro do regime político instaurado no Brasil em 1964 entre os militares, as oposições também não estavam imunes a divergências e desavenças. Apesar da (auto)crítica da luta armada ter implicado em uma positivação da democracia como um valor entre as esquerdas, os grupos políticos que se opunham à ditadura militar na segunda metade da década de 1970 incluíam culturas políticas tão diversas como a socialista, a comunista, a trabalhista e a liberal. Por mais que atuassem lado a lado em algumas conjunturas específicas, como na campanha pela anistia dos presos e exilados políticos entre 1978 e 79, os grupos oposicionistas eram heterogêneos em termos de valores, identidades e projetos para o Brasil.

Do ponto de vista historiográfico, há ao menos duas formas de se entender esse complexo processo de liberalização do regime. Segundo Suzeley Kalil Mathias, a vida política brasileira entre a posse de Geisel, em março de 1974, e o início da presidência do general João Baptista Figueiredo foi caracterizada por “um processo de distensão do regime autoritário, fruto de um projeto nascido no interior dos setores dominantes e sem a presença de pressões organizadas dos setores sociais”.³ O chamado projeto Geisel-Golbery teria sofrido pequenos ajustes no decorrer do tempo, diante de acontecimentos como a expressiva vitória de candidatos do MDB nas eleições de 1974 ou o impacto da crise econômica, sentido especialmente depois de 1975. Geisel, contudo, teria sido bem sucedido em empreender uma transição política de acordo com os meios (o gradualismo) e objetivos (transição sem grande ônus para as Forças Armadas) definidos já no início de seu mandato.

Francisco Carlos Teixeira da Silva, por outro lado, afirma que “foi a eficiência econômica do governo Médici que favoreceu a sucessão Geisel-Golbery e, portanto, o projeto de abertura do regime.” A conjuntura econômica internacional, contudo, iria “condicionar o ritmo da abertura, levando a opinião pública a voltar-se em sua maioria contra o regime militar.”⁴ Afastando-se da perspectiva de Mathias acerca da abertura política, Teixeira da Silva defende a existência de três ordens de atores no jogo político da segunda metade da década de 1970: a “pressão exterior” (agentes da economia mundial e a política externa dos EUA, favorável aos direitos humanos); o “poder militar”; e a oposição, concentrada no MDB.

³ MATHIAS, Suzeley Kalil. *Distensão no Brasil: o projeto militar (1973-1979)*. Campinas, SP: Papyrus, 1995, p. 109-110.

⁴ TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX* (Col. O Brasil Republicano – vol. 4). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 254.

Se inicialmente a primazia da ação na distensão cabia ao regime militar, as vitórias eleitorais da oposição e a campanha pela anistia foram responsáveis por transferir o poder de iniciativa para a “sociedade civil” ainda no final dos anos setenta.⁵

O Projeto Rondon passou por importantes modificações durante esses turbulentos anos do governo Geisel. A transformação do programa de extensão em uma fundação, ocorrida em dezembro de 1975, significou uma reformulação em suas estruturas operacionais e administrativas que nem sempre foi bem recebida por antigos gestores do Rondon. Se durante o governo Médici as críticas ao programa, elaboradas pela imprensa ou por parlamentares no Congresso nacional, davam-se apenas no sentido de questionar o baixo número de vagas ofertadas para os estudantes, na segunda metade da década de 1970 voltou-se a atacar de forma explícita tanto o Projeto Rondon como o regime que o organizava. As metas para a participação estudantil nos programas de ação, entretanto, aumentaram consideravelmente e a quantidade de universitários que se dispunham a participar da “aula de Brasil” proporcionada pelo Projeto Rondon atingiu números ainda maiores. Grande parte desses estudantes constituía as suas práticas acreditando na grandeza do Brasil, na possibilidade de se promover a integração nacional por meio das operações do programa de extensão e na necessidade de, seguindo os passos do marechal Rondon, “conquistar” o interior do país para promover o desenvolvimento nacional. Especialmente a partir de 1977, quando a parcela dos estudantes universitários engajados nos movimentos de oposição ao regime passou a expressar de forma sistemática críticas diversas ao regime militar e ao programa de extensão, uma série de agentes ligados ao Projeto Rondon veio a público para reafirmar um argumento antigo: se a chamada “minoridade atuante” se engajasse nas operações dos rondonistas, esperava-se que ela concluiria, por si mesma, a suposta imprudência dos atos “subversivos”.

Mudanças no Minter e a criação da Fundação Projeto Rondon

Maurício Rangel Reis, o ministro do Interior do regime militar desde março de 1974, teve muito trabalho durante os primeiros meses de exercício do seu novo cargo. A pasta ministerial que havia assumido ocupava lugar estratégico nos projetos do regime militar desde a sua criação, em 1967. O imaginário nacionalista, postulante de um Brasil com “dimensões imperiais” e dotado de vocação para tornar-se potência, era mobilizado de diferentes formas por diversos agentes da ditadura na constituição de suas práticas junto ao Estado. As regiões interioranas ocupavam lugar central nesse movimento, e o Ministério do Interior era o *locus*

⁵ TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. *Op. citada*, 2007, p. 265.

estatal primordial no qual as políticas para essas áreas eram debatidas, formuladas e executadas. O presidente Geisel, todavia, concebeu uma série de importantes mudanças nos programas coordenados pelo Minter. A política oficial de reforma agrária, por exemplo, modificou-se. O INCRA, autarquia instituída pelo regime em 1970, deixou em segundo plano os projetos para a criação de agrovilas às margens da Transamazônica, passando a favorecer as grandes empresas agropecuárias. Durante o governo do general Médici, o objetivo principal da “colonização” da Amazônia era o enraizamento de unidades do Exército e de núcleos populacionais nas zonas de fronteira e nas áreas ditas vazias de nacionalidade. Na compreensão oficial, esses núcleos serviam tanto como guardiões da segurança nacional quanto como símbolos de soberania e da conquista definitiva do território. No governo Geisel, entretanto, houve uma guinada nos planos de aplicação de recursos e de incentivos fiscais no interior amazônico. A política oficial passou a favorecer de forma mais efetiva a concentração da terra em grandes projetos agropecuários localizados nos chamados “polos de desenvolvimento”.⁶

A fazenda-modelo instalada em Cristalino, sudeste do estado do Pará, era um exemplo dessas modificações nas diretrizes oficiais. Criada ainda em 1973, contexto “marcado por um entusiasmo geral pela modernização da Amazônia e por uma maior incorporação da região a redes globais de comércio agrícola”, o empreendimento foi uma parceria entre a multinacional alemã Volkswagen e o regime militar através da Sudam. Seu objetivo era transformar a região do vale do Cristalino em um “polo de desenvolvimento” no qual a tecnologia vinda de países industrializados fosse utilizada para a produção intensiva de carne bovina.⁷ O projeto grandioso da “fazenda da Volkswagen” foi divulgado com grande entusiasmo na imprensa nacional e internacional ao menos até 1976. No Brasil, anúncios publicados na revista *Veja* por iniciativa da própria Volkswagen se utilizavam da fazenda de Cristalino tanto para criar uma imagem positiva da empresa, a maior contribuinte para os cofres do Estado brasileiro, como para atrair investimentos para a região da Amazônia. Em um anúncio de página inteira publicado em abril de 1976, a empresa afirmava que “a ocupação de grandes vazios do território brasileiro é hoje o empreendimento mais fascinante e promissor de todo o mundo, contribuindo para tornar realidade o lema do Projeto Rondon de ‘integrar para não entregar’.” A peça publicitária concluía conclamando os empresários para

⁶ SOUZA, Matilde de. *A epopeia da Transamazônica: 90 milhões em ação*. 1995. Dissertação (Mestrado em Ciência política). UFMG, Belo Horizonte/Minas Gerais, p. 60-61 e 196-197; e SOUZA, César Augusto Martins de. *Op. citada*, 2012, p. 154-155.

⁷ ACKER, Antoine. “O maior incêndio do planeta”: como a Volkswagen e o regime militar brasileiro acidentalmente ajudaram a transformar a Amazônia em uma arena política global. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 34, nº 68, 2014, p. 14-15 e p. 18-21.

incluir alguma “tarefa de interesse nacional” na suas declarações de imposto de renda.⁸ Aquela não era a primeira vez que a empresa alemã demonstrava a sua participação no projeto de desenvolvimento colocado em prática pelo regime militar. Em 1973, Wolfgang Sauer, presidente da Volks no Brasil, havia doado o veículo de número 2.000.000 produzido pela empresa no país para o Projeto Rondon. O automóvel, uma Kombi, seria utilizado pelos universitários da UFPR para as suas atividades no *campus* avançado de Imperatriz, no Maranhão.⁹

Houve modificações também do ponto de vista da divulgação das ações e projetos do Ministério do Interior. A principal delas foi o início da edição da revista *Interior*, publicação oficial com periodicidade bimestral, tiragem inicial de 20.000 exemplares e distribuição gratuita. Como afirma Gustavo Iorio, a revista *Interior* apresentava aos seus leitores representações “de um país que se quer mostrar, seja pela sua grandeza territorial, ou pelo projeto do desenvolvimento que está sendo implementado, ou pela exuberância natural, ou pela cultura do seu povo”.¹⁰ Segundo a própria folha de rosto de seu primeiro número, a revista pretendia ser lida por funcionários de órgãos estatais, empresários, membros de entidades de classe e universitários. O Projeto Rondon, dentre outros assuntos, era tema constante nas reportagens de *Interior*. No capa do primeiro número da revista, lançado em dezembro de 1974, a imagem de uma universitária de Odontologia vestindo a camiseta do programa de extensão figurava no mosaico formado por fotografias das várias ações do Minter.

No mesmo número, a reportagem intitulada “Mais de 5 mil em ação no Projeto Rondon” era abundantemente ilustrada por fotografias de rondonistas atuando no interior do país. O tom de sua narrativa era didático: explicava-se as modalidades de atuação do Projeto Rondon e as formas de treinamento dos universitários. Por fim, relacionava-se as diretrizes oficiais do regime militar com o “poder de mobilização” do programa. Segundo a reportagem,

a integração social é uma das metas prioritárias do Governo para os próximos quatro anos, dentro da estratégia para o desenvolvimento. Neste sentido, a participação no Projeto Rondon é assegurada pelo trabalho que os universitários desenvolvem durante as Operações Nacionais, Regionais e Especiais, abrindo seu horizonte de conhecimento da realidade brasileira e fortalecendo seu senso de responsabilidade como agentes do desenvolvimento econômico e social.¹¹

⁸ A Volkswagen planta uma ideia para os empresários que gostam do Brasil. *Veja*, 28 de abril de 1976, edição 399, p. 81.

⁹ Ritmo acelerado. *Veja*, 29 de agosto de 1973, edição 260, p. 97.

¹⁰ IORIO, Gustavo Soares. *A revista Interior (1974-1989): “síntese da vida nacional” e representação do interior no Brasil*. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia). UFF, Niterói/Rio de Janeiro, p. 36.

¹¹ Mais de 5 mil em ação no Projeto Rondon. *Interior*, ano I, nº 1, dezembro de 1974, p. 18.

Assim como em vários outros momentos entre os anos 1960 e 70, a atuação no programa de extensão que homenageava o marechal Rondon era entendida como uma aula prática sobre a realidade nacional. Como sugere a reportagem, esperava-se que a lição a ser aprendida pelos jovens nesse curso de brasilidade era a do não envolvimento com práticas rotuladas de “irresponsáveis”. Afirmava-se, desse modo, tanto o caráter didático das operações do Projeto Rondon no sentido do aprendizado da nacionalidade quanto as expectativas de que os universitários se integrariam ao projeto estatal de desenvolvimento, afastando-se dos movimentos de oposição à ditadura.

As maiores modificações internas ao Ministério do Interior no que se referia ao programa de extensão, entretanto, foram decorrências da criação da Fundação Projeto Rondon, em dezembro de 1975. Na exposição de motivos que sugeria a transformação do projeto de extensão – desde 1970 um órgão autônomo de Administração Direta subordinado ao Minter – em uma fundação, Rangel Reis esclarecia que, em sua perspectiva, “o desenvolvimento e a segurança, objetivos estratégicos fundamentais da Nação, envolvem, através desta operação, a participação dos jovens na problemática nacional”. Para o ministro, a forma de atuação do Projeto Rondon era caracterizada pelo “aprendizado indireto” e o seu princípio básico era o voluntariado. A estrutura e a organização dos programas de ação do Rondon teriam sido planejadas, ainda na sua “fase experimental”, “sempre em consonância com as características do País e com a maneira de ser, pensar e sentir da juventude brasileira.” O texto, endereçado ao presidente da República e que era seguido pelo projeto de lei a ser enviado para o Congresso Nacional, preocupava-se também em justificar a necessidade da criação de uma fundação para o programa de extensão. Segundo Rangel Reis, “seria conveniente” dotar o Projeto Rondon de “maior flexibilidade e estabilidade, a fim de que possa transformar em participantes maior número de universitários voluntários, aproveitando dessa maneira toda potencialidade de que é dotada a juventude universitária, que, com sua energia, poderá contribuir, efetivamente, na luta pelo desenvolvimento do País.”¹²

O tom utilizado pelo ministro na escrita dessa exposição de motivos dimensiona bem o lugar ocupado pelo Rondon cerca de oito anos após a sua operação piloto, pouco tempo antes de sua transformação em fundação. O programa de extensão configurava-se como uma política do regime para a promoção do sentimento de brasilidade entre a juventude universitária. Do ponto de vista dos agentes da própria ditadura, esse aprendizado sobre o Brasil que ocorreria durante as operações em que os rondonistas participavam seria capaz de

¹² Exposição de motivos nº 1077. 5 de novembro de 1975. *Arquivo Central do Sistema de Arquivos da UNICAMP*, fundo CACS, caixa 170, maço 3, p. 1-3.

integrar os universitários aos projetos do regime. Os estudantes passariam, assim, a adotar uma postura tida como “participativa” e “responsável” após dimensionarem os problemas nacionais e verem, por conta própria, os esforços governamentais para solucioná-los. A expectativa era a de que os estudantes se sentissem, dessa forma, menos atraídos pelos movimentos críticos à ditadura.

Às vésperas da criação da Fundação Projeto Rondon, essa visão expressa pelo ministro do Interior era compartilhada por outros sujeitos, que constituíam suas práticas junto ao programa de extensão por meio do imaginário nacionalista. Ao explicar para o *Jornal do Brasil* como funcionaria a operação XV do Rondon, realizada nos primeiros meses de 1975 com mais de 5 mil estudantes, o coordenador do programa, capitão Neljanir Guimarães, afirmou que a participação na operação nacional garantia “uma cosmovisão da realidade a fim de delimitar a responsabilidade de cada um em cada setor da sociedade”. Em tom timidamente crítico, os repórteres do *JB* informavam que o Projeto Rondon era considerado uma “verdadeira fórmula miraculosa encontrada originalmente pelo Governo brasileiro”. O coordenador do programa de extensão, por sua vez, entendia que “muitos problemas da juventude são decorrentes da sua não articulação com os diversos setores responsáveis pelo desenvolvimento, sendo quase sempre relegados a um segundo plano, retardando, deste modo, o seu acesso às responsabilidades efetivas.”¹³ Seria justamente nesse diapasão que o Projeto Rondon atuaria, ensinando aos jovens tanto o Brasil “real” como o lugar a ser ocupado pelos universitários na sociedade – longe, nessa perspectiva, da contestação e dos movimentos estudantis rotulados de “inconsequentes”.

O projeto de lei que instituiu a Fundação Projeto Rondon, logo aprovado pelo Congresso e sancionado pelo presidente ainda em dezembro de 1975, definia a principal finalidade do programa de extensão como sendo a de “motivar a participação voluntária da juventude estudantil no processo do Desenvolvimento, da Integração Nacional e da Valorização do Homem, em cooperação com o Ministério da Educação e Cultura.” Essa referência ao MEC no corpo da lei que modificava o estatuto jurídico do programa de extensão não era ocasional. Ela representava uma tentativa de solução de conflitos intraestatais. Entre a sua criação e meados da década de 1970, o Projeto Rondon ganhara a antipatia de alguns funcionários do Ministério da Educação. Preferindo o modelo dos CRUTACs, mais conectado às universidades e ao próprio ministério do qual faziam parte, os agentes estatais ligados ao MEC “achavam que esses programas deveriam ser conduzidos

¹³ Coordenador pretende que Operação Rondon amplie visão de universitários. *Jornal do Brasil*, 4 de janeiro de 1975, 1º caderno, p. 14.

pelas próprias instituições sediadas nas regiões atrasadas, e não como pacotes vindo do sul/sudeste.”¹⁴ Havia, além disso, uma disputa acerca das responsabilidades de cada ministério no campo das instituições de ensino superior. Para muitos, o Rondon deveria ser subordinado ao MEC, tendo em vista o seu papel na elaboração da política educacional, e não ao Minter – responsável, em termos institucionais, pela administração do território e pelas políticas voltadas ao interior do país. O questionamento era antigo e, na entrevista que concedeu à revista *Veja* em 1972, Sérgio Mário Pasquali, então coordenador do Rondon, foi perguntado se “não seria mais lógico [o Projeto Rondon] ser jurisdicionado pelo MEC”. O militar respondeu de pronto, afirmando que “não, porque ao Ministério do Interior é que cabe coordenar os planos de desenvolvimento através das superintendências regionais, do DNOS, do DNOCS.” Segundo Pasquali, porém, o Projeto Rondon atuava em “íntima ligação” com o Ministério da Educação e Cultura.¹⁵

Ao menos em termos oficiais, no entanto, essa aproximação entre os dois ministérios tornou-se mais efetiva apenas a partir de maio de 1974, com a criação da comissão interministerial CRUTAC/MEC-Campus avançado/Minter. Os estudos realizados por esse órgão resultaram na elaboração, em 1975, do Plano de Trabalho de Extensão Universitária, cujo principal objetivo, segundo Maria das Dores Pimentel Nogueira, era a “articulação, em nível nacional, das diferentes experiências de extensão desenvolvidas” pelas universidades do país. O entendimento da burocracia do Ministério da Educação e Cultura era de que “a extensão que vinha ocorrendo no cenário brasileiro envolvia estudantes universitários sem o controle do MEC”.¹⁶ A partir da criação da comissão, portanto, houve um maior envolvimento dos técnicos ligados ao MEC com os programas de ação do programa de extensão dos rondonistas. Segundo comunicado enviado pelo representante desse ministério na Fundação Projeto Rondon ao secretário geral do MEC em novembro de 1976, “uma das grandes preocupações do DAU [Departamento de Assuntos Universitários] junto ao Projeto Rondon é uma maior racionalização de suas operações, que mobilizam universitários do País, e o fortalecimento[,] nos *Campi* Avançados, da ideia de didatização de suas ações, em função de uma autêntica extensão universitária.” Ainda segundo o representante do MEC na Fundação, ele estava em constante contato com o superintendente do Projeto Rondon visando inteirar-se dos planos do programa de extensão para o ano de 1977, enquanto membros da

¹⁴ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Op. citada*, 2014, p. 99.

¹⁵ VERÍSSIMO, Suzana. Entrevista: Sérgio Pasquali – A escola da realidade: onde começa o trabalho e termina o turismo no Projeto Rondon, segundo seu coordenador. *Veja*, edição 175, 12 de janeiro de 1972, p. 4.

¹⁶ NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. *Op. citada*, 2005, p. 30 e p. 35-36.

direção do Projeto Rondon eram sempre convidados para as reuniões da recém-criada Coordenação Nacional de Extensão Universitária.¹⁷

As atividades do programa de extensão, todavia, continuaram sendo elaboradas e dirigidas pelo Minter, em íntima colaboração com os militares. A criação da Fundação Projeto Rondon, aliás, apenas reafirmou essa tendência e, ao contrário do que chegou a circular na grande imprensa em meados dos anos setenta, o Rondon não foi incorporado ao MEC. Após uma reunião realizada em maio de 1975 entre o ministro da Educação, Ney Braga, e o ministro do Interior, Rangel Reis, chegou-se apenas à conclusão de que, “conforme os entendimentos entre os Ministros, o Projeto Rondon oferecerá seus *campi* avançados como unidades de treinamento e capacitação para universitários interessados em praticar os conhecimentos teóricos recebidos na universidade.”¹⁸ Apesar da maior circularidade de pessoas entre a Fundação Projeto Rondon e o departamento do MEC responsável pela elaboração de políticas extensionistas nas instituições de ensino superior, a conexão entre as universidades e o Minter permaneceu alheia a grandes intervenções do MEC. Na prática, portanto, a relação entre os dois ministérios no que se referia às atividades do Rondon não mudou de forma significativa.

O mesmo não pode se dizer sobre o funcionamento das operações do programa de extensão, intensamente modificadas a partir da criação da Fundação Projeto Rondon em 15 de dezembro de 1975. Na cerimônia em que a lei nº 6.310 foi sancionada, entretanto, ainda não havia sinais de grandes mudanças na estrutura das operações do Rondon. Durante o evento, o presidente Geisel declarou, de improviso, que “a chamada realidade dos moços é de extraordinário valor porque o senso da realidade conjugado com o idealismo de que os moços são dotados é que vai permitir, realmente, produzir o que o país deles espera”. No final da solenidade, o chefe do Executivo federal recebeu uma placa de uma universitária que havia participado de uma das operações do programa de extensão na qual se lia que “o Projeto Rondon, em nome do universitário brasileiro, agradece a Vossa Excelência a concretização de seus ideais de ‘integrar para não entregar’.”¹⁹ Na revista *Interior* de dezembro do mesmo ano, a criação da Fundação foi anunciada com entusiasmo. Segundo o periódico editado pelo Minter, a maior flexibilidade administrativa atribuída ao Projeto Rondon a partir da aprovação da lei possibilitaria “a mobilização de maior número de estudantes para participarem das

¹⁷ Ofício nº 5.570/76/CODAE/DAU/BSB. *Arquivo Nacional – COREG*, Fundo SEPLAN/MEC, caixa 36, p. 1.

¹⁸ MEC não absorve P. Rondon. *Jornal do Brasil*, 24 de maio de 1975, 1º caderno, p. 14.

¹⁹ Fundação agora substitui o Projeto Rondon. *Jornal do Brasil*, 16 de dezembro de 1975, página de capa e Presidente Geisel sanciona lei que cria fundação para substituir Projeto Rondon. *Jornal do Brasil*, 16 de dezembro de 1975, 1º caderno, p. 20.

tarefas de desenvolvimento e integração nacional”. No que se referia ao escopo do programa de extensão, entretanto, a compreensão oficial era a de que pouco havia mudado com a criação da Fundação. A publicação garantia que “não se altera [...] a filosofia de ação que desde o início informa e orienta as atividades do Projeto Rondon, inspirada na obra e na figura do pioneiro da integração nacional”. Permaneceriam, mais uma vez segundo o periódico oficial do Ministério do Interior, os objetivos do programa de extensão, com destaque para o “conhecimento da realidade brasileira”, a “participação da juventude no processo de desenvolvimento nacional” e a “interiorização da Universidade”.²⁰

Apesar dessas afirmações de continuidade, presentes em várias narrativas oficiais sobre a criação da Fundação Projeto Rondon, uma “nova sistemática” das operações nacionais foi colocada em prática ainda entre janeiro e fevereiro de 1976. Mais uma vez segundo a revista *Interior*, “a Operação Nacional, que vinha utilizando contingentes superiores a quatro mil estudantes, reduziu, em 1976, esse efetivo para menos de três mil, em favor do reforço das Operações Especiais e dos *Campi* Avançados.”²¹ Se anteriormente centenas de municípios do interior do país recebiam os estudantes durante as férias de verão, a partir de 1976 um rol de 114 municípios localizados nas áreas do Polo-Nordeste, do Pantanal do Mato Grosso e da região geoeconômica de Brasília foram escolhidos para receber os rondonistas em todas as operações nacionais, por cinco anos. A seleção dessas localidades se justificava, segundo a burocracia do Rondon, pelos novos objetivos governamentais estabelecidos no II Plano Nacional de Desenvolvimento. O presidente Geisel, no entanto, havia estipulado como meta para a Fundação Projeto Rondon a participação de 100 mil estudantes por ano a partir da mudança do *status* jurídico do programa de extensão. Por isso, as operações regionais, que haviam sido temporariamente extintas em 1975, voltaram a ocorrer ainda em 1976.

O programa de extensão passou, além disso, a priorizar as chamadas operações especiais, realizadas em qualquer época do ano, muitas vezes durante os finais de semana, por meio de convênios firmados com instituições públicas ou privadas nas grandes cidades do país. A valorização desse tipo de atuação – que não deslocava os estudantes para o interior, principal palco do aprendizado da brasilidade na perspectiva dos sujeitos que estruturavam as operações dos rondonistas – implicou em modificações no imaginário nacionalista do Projeto Rondon. Ao argumentar em favor da atuação dos estudantes nos Centros de Convivência da Criança localizados na cidade de São Paulo, os editores da revista *Rondon* afirmavam que o sucesso dessas operações especiais, realizadas ainda entre outubro e dezembro de 1974,

²⁰ Rondon: agora mais forte e com o mesmo ideário. *Interior*, ano II, nº 7, dezembro de 1975, p. 19.

²¹ Rondon: uma nova abertura. *Interior*, ano III, edição especial, maio de 1976, p. 64.

“comprova a necessidade do conhecimento universitário na solução de problemas nacionais, mesmo nas áreas desenvolvidas do país (teoria há muito defendida pelo PROJETO RONDON).”²² O aumento do número de operações especiais, saudáveis para os cofres do programa de extensão na medida em que eram custeadas pelas instituições parceiras das atividades e não pela Fundação, dilatava, dessa forma, o cenário no qual os universitários poderiam ter a “aula prática de Brasil” proporcionada pelo programa de extensão. As periferias das grandes cidades brasileiras, as localidades das regiões metropolitanas e as favelas de cidades como o Rio de Janeiro passaram a ser, também, locais recorrentes para o trabalho dos universitários. Longe de indicar uma mudança de rumos ou um pequeno fracasso dos planos iniciais do Projeto Rondon, que visavam a integração do interior ao centro-sul do país, essa importância conferida às operações especiais significava, na perspectiva oficial, um sucesso ainda maior do programa de extensão. Seus programas de ação, afinal, passavam a envolver um número ainda mais vultoso de estudantes, o que tinha grande apelo para a própria justificação da existência do Rondon.

Nem todos aceitavam essa ênfase recorrente dos discursos oficiais no suposto êxito das ações do Projeto Rondon e no caráter infalível de suas operações. A segunda metade dos anos 1970 foi, portanto, profícua em críticas – ainda que moderadas – ao programa de extensão nos mais diversos espaços públicos que, diante do incerto processo de abertura do regime autoritário, estavam em relativa expansão. O deputado José Linhares Maurício Barreto, filiado ao MDB do Rio de Janeiro, foi um dos atores desse momento a criticar as prioridades do governo ao organizar o Rondon. Barreto utilizou o plenário da Câmara federal para marcar clara oposição ao regime militar e à sua política dirigida aos universitários brasileiros. Ele iniciou o seu discurso do dia 26 de março de 1976 dizendo ter “sempre” se preocupado com os “sonhos” dos jovens, principalmente naquele contexto no qual a juventude estava “mais ansiosa por uma participação política que cada vez mais lhe é negada pelo Decreto-Lei nº 477”. A utilização do Projeto Rondon pelo regime era fortemente negativada pelo deputado, na medida em que o programa era entendido como “um dos maiores subterfúgios do qual está lançando mão o Governo, para, a título de conter os impulsos juvenis, engodar a nossa mocidade universitária.” O deputado considerava que as atividades de “assistência social” realizadas pelos universitários eram, ainda assim, bem-sucedidas. As ações dos estudantes não seriam, segundo Barreto, uma “grande excursão universitária” graças aos esforços dos “participantes mais sérios” do Projeto Rondon, dispostos tanto a conhecer a realidade

²² A redescoberta da recreação. *Rondon*, ano III, nº 4, 1974, p. 9.

brasileira como a ajudar o próximo. O apoio dado pelo governo às atividades do programa de extensão, entretanto, era considerado insuficiente, e o deputado terminava o seu discurso demandando o auxílio de “todos”, como “patriotas”, às operações realizadas pelos rondonistas.²³ Ainda que sem criticar a própria existência do Projeto Rondon, esse discurso de José Linhares Barreto é indicativo do debate aberto na segunda metade dos anos setenta acerca dos contornos do programa de extensão.

Dez anos da “operação piloto”

O mês de julho de 1977 marcou o aniversário de dez anos da realização da “operação zero” do Projeto Rondon. Até aquele momento, cerca de 200 mil universitários haviam vestido a camisa do programa de extensão e atuado no interior do país, numa série de atividades assistencialistas que envolviam áreas do conhecimento cada vez mais diversas. Neste mesmo ano, o Rondon continuava sendo considerado um verdadeiro sucesso por setores importantes da grande imprensa, das comunidades universitárias e da própria administração pública. Como afirmou o senador da Arena, Braga Júnior, ao discursar no Congresso Nacional também no ano de 1977, o programa de extensão era tido como altamente importante devido aos “relevantes e inestimáveis serviços que esse Projeto vêm prestando à Nação.” O parlamentar, representante do Amazonas no Senado federal, apresentou um breve histórico do Rondon em seu discurso. Recorrendo ao seu lugar de nascimento como argumento de autoridade para falar das políticas de integração nacional da ditadura, Braga Júnior lembrava também que “nós, os filhos das regiões mais carentes do País, muito devemos e continuaremos, sempre, a dever, enquanto exista, ao Projeto Rondon.” O senador elogiava o “pioneirismo” dos estudantes e os “sacrifícios” em prol da nação realizados pelos universitários brasileiros. Braga Júnior não se esquecia também do “soldado exemplar” e “patriota sem jaça” que foi o marechal Rondon. Em sua perspectiva, o Projeto Rondon, “fiel aos seus ideais de integração nacional, traduz, até hoje, um invejável desempenho, digno da vocação de seu patrono.”²⁴

Após passar por várias modificações formais, sendo as mais importantes delas aquelas que se seguiram à criação da Fundação Projeto Rondon em 1975, o Projeto Rondon era descrito pela revista *Veja* em sua edição de julho de 1977 como “um dos mais ambiciosos programas jamais executados no âmbito da universidade brasileira” e “um importante

²³ *Diário do Congresso Nacional*, seção I, ano XXXI, nº 18, 27 de março de 1976, p. 1.499-1.500.

²⁴ BRAGA JÚNIOR, Senador. *Projeto Rondon/Mobral: a cooperação no planejamento integrado*. Senado: Brasília, 1977, p. 3-5.

apêndice do Ministério do Interior, embora continue contando com apoio logístico do Exército.”²⁵ Do ponto de vista de sua estruturação, organização e até mesmo do seu lugar na burocracia estatal, o programa de extensão havia, também, passado por algumas mudanças importantes desde que o general Ernesto Geisel assumira a presidência da República, em março de 1974. Em termos de número de participantes, Geisel passou a estipular, anualmente, metas mais ousadas para o Projeto Rondon. Entre 1976 e 77, objetivava-se abrir 100 mil vagas para universitários nas operações do Rondon, o que correspondia a cerca de 10% do total da população universitária do país. Ao lembrar da importância do programa de extensão já nos anos 1990, em famosa entrevista que concedeu aos pesquisadores da Fundação Getúlio Vargas, o ex-presidente afirmou que esse interesse dos universitários pelo Projeto Rondon “era bom, porque a maioria dos brasileiros não conhece o Brasil, fica muito presa à sua área e ignora o resto.” Para Geisel, “se nós queremos conservar o Brasil grande como ele é, e fazer dele realmente uma nação, temos que nos conhecer mais reciprocamente.”²⁶ Ainda que essas declarações sejam produto da forma como o militar se lembrava da década de setenta a partir dos anos 1990 – como fica claro na crítica do ex-presidente à “febre de Miami” que teria irrompido entre os brasileiros no pós-guerra fria –, elas são também indícios de como Geisel instituía as suas práticas junto ao Projeto Rondon por meio do imaginário nacionalista.

Na segunda metade da década de 1970, todavia, as opiniões críticas ao programa de extensão ganharam cada vez mais espaço na medida em que o general Geisel anunciava os seus planos de distensão para o regime militar e mais estudantes podiam participar das operações do Rondon. Havia rupturas inclusive entre os gestores e ex-gestores do programa de extensão, tendo em vista que o escopo de suas operações passou por significativas mudanças. Grande parte das atividades dos rondonistas passaram a se realizar também nas grandes cidades brasileiras, e não prioritariamente no interior, o que era sinal de um “desvirtuamento” dos objetivos do programa de extensão na perspectiva de alguns de seus antigos organizadores. Essas discordâncias e críticas vieram a público na solenidade realizada na sede nacional do Projeto Rondon, localizada no Rio de Janeiro, em 11 de julho de 1977, causando desconforto para Mário Carneiro – empresário paulista que havia se tornado presidente da Fundação Projeto Rondon logo após a sua criação. O evento, fartamente noticiado pela grande imprensa, havia sido planejado para ser uma homenagem aos trinta estudantes e dois professores que participaram da operação piloto do programa de extensão.

²⁵ Reflexões dos dez anos. *Veja*, 27 de julho de 1977, edição 464, p. 86-87.

²⁶ D'ARAÚJO, Maria Celina & CASTRO, Celso. *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997, p. 324.

Nele estiveram presentes importantes autoridades políticas do regime militar, como o ministro do Interior, Maurício Rangel Reis, e o então governador do estado do Rio de Janeiro, Faria Lima. Para surpresa de muitos, o Projeto Rondon tornou-se, segundo o *Jornal do Brasil*, um “assunto polêmico” no seu décimo aniversário ao receber “críticas à sua filosofia por parte de alguém sem dúvida autorizado a fazê-las”: o professor Wilson Choeri, criador do programa de extensão e, em 1977, vice-reitor da UERJ (a antiga UEG).

Ao discursar durante o evento organizado no Rio de Janeiro, Choeri criticou fortemente a burocratização que, na sua perspectiva, havia tomado conta do Projeto Rondon desde a sua transformação em Fundação menos de dois anos antes. Para o professor, o “idealismo original” do programa de extensão, expresso em seu *slogan* de “Integrar para não entregar” e colocado em prática com as atividades de assistência às comunidades do interior, havia sido substituído por uma “mentalidade burocrática” que seria expressa pela enorme quantidade de funcionários da Fundação Projeto Rondon – dois mil, segundo Choeri. Como consequência, o Rondon passou a “cada vez mais dirigir o trabalho dos universitários não para o interior, mas para as grandes cidades, onde empresas privadas e órgãos públicos se interessam em absorver a capacidade de trabalho dos estudantes em serviços como pesquisas e levantamentos encomendados.” Wilson Choeri denunciou também que os *campi* avançados estavam sendo esvaziados com a nova estruturação do programa de extensão, enquanto havia uma grande ênfase nas operações especiais realizadas nas grandes cidades. Segundo o professor, apenas doze dos vinte e dois *campi* do Projeto Rondon estavam funcionando, mesmo assim em situação financeira precária e recebendo apenas dez universitários a cada mês.²⁷ Como que a resumir a sua posição acerca do programa de extensão que havia ajudado a criar, Choeri disse à revista *Veja* de julho de 1977 que “um bando de tecnocratas está lá na Fundação a organizar roteiros e programas para as viagens dos universitários, pouco se importando com os resultados.” A redação de *Veja*, por sua vez, contrabalanceou as críticas do fundador do Projeto Rondon, afirmando aos seus leitores que “na verdade, mesmo ‘burocratizado’ e ‘urbanizado’, o Rondon ainda cumpre o seu papel no interior.”²⁸

As críticas elaboradas por Wilson Choeri às mudanças pelas quais o Projeto Rondon passou são indicativas dos contornos que a significação imaginária das práticas dos rondonistas foi ganhando com o passar dos anos. Em certa medida, o grande incômodo do professor com relação à maior ênfase que os novos coordenadores do programa de extensão davam às chamadas “operações urbanas” denuncia como, para Choeri, a “aula de realidade

²⁷ Choeri, o fundador, faz críticas. *Jornal do Brasil*, 17 de julho de 1977, 1º caderno, p. 26.

²⁸ Reflexões dos dez anos. *Veja*, 27 de julho de 1977, edição 464, p. 86-87.

nacional” proporcionada pelo Rondon aos universitários deveria acontecer exclusivamente no interior do país. Na visão do criador do programa de extensão, bem como na perspectiva de vários outros sujeitos que se envolveram com o Projeto Rondon desde a sua criação até fins da década de setenta, o interior era, simultaneamente, o cenário dos problemas nacionais por excelência e a fonte da brasilidade que faltava aos universitários envolvidos em atividades contestatórias. Com a maior ênfase que a Fundação Projeto Rondon dava às operações especiais, realizadas prioritariamente nos centros urbanos, essas premissas, constantemente utilizadas pelos rondonistas para significar, instituir e até justificar suas práticas, eram colocadas em questão. Por isso a insatisfação de Wilson Choeri – um professor que estava afastado da administração do programa de extensão naquele momento.

A significação imaginária nacionalista do Projeto Rondon, entretanto, ainda constituía as práticas dos agentes envolvidos nos programas de ação dos quais os rondonistas participavam. No mesmo mês de julho de 1977, ao empossar o Capitão de Mar-e-Guerra Muniz Alzuguir como o novo superintendente do Projeto Rondon, o ministro Rangel Reis afirmou que os universitários que participavam das operações do programa “ficam imunizados contra qualquer tipo de contestação em outras áreas, pois a minoria que protesta não abriu os olhos para as responsabilidades que terão no futuro”. Conclamando os coordenadores do Rondon para colocarem a “minoria atuante” nas operações do programa de extensão, o ministro disse ainda, na mesma ocasião, que a crise da universidade “é fruto de uma minoria que, se participasse do Projeto Rondon, teria conhecimento da necessidade de unir esforços, ao invés de contestar em torno de questões secundárias”.²⁹ Essas declarações do ministro do Interior aconteciam em mais um contexto de ebulição política nas universidades e de retomada das ações contestatórias de maior vulto por parte dos movimentos estudantis.

Mesmo diante da repressão no ensino superior simbolizada pelo Decreto-lei 477, vários atos foram sendo organizados pelas lideranças estudantis desde o início das aulas, em março daquele ano. Com a edição do “pacote do abril” pelo governo diante das discordâncias entre Legislativo e Executivo sobre o tema da reforma do Judiciário, os estudantes passaram a ocupar as ruas novamente. Suas reivindicações mesclavam críticas específicas à política educacional dos militares com denúncias ao caráter autoritário do regime.³⁰ As declarações de Rangel Reis, neste sentido, afirmavam o imaginário constituinte do Projeto Rondon segundo o qual, ao terem uma “aula de Brasil” nas operações do programa de extensão, os

²⁹ Rangel indica Projeto Rondon. *Jornal do Brasil*, 30 de julho de 1977, 1º caderno, p. 15.

³⁰ MÜLLER, Angélica. *A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública (1969-1979)*. 2010. Tese (Doutorado em História). USP/Paris 1 Panthéon Sorbonne, São Paulo/Paris, p. 139-153.

universitários iriam compreender as suas “responsabilidades” e se afastariam, assim, das manifestações de oposição ao governo como aquelas que ocorriam em 1977.

Os coordenadores do Projeto Rondon se apressaram para rebater publicamente as críticas de Choeri, utilizando-se principalmente da significação imaginária do programa de extensão como argumento. Rangel Reis, o ministro do Interior do governo Geisel, declarou que, com as operações do Rondon, “o que se quer é dar uma visão da realidade. Se o estudante só encontrasse facilidades durante a visita, teria uma visão deturpada.” Mário Carneiro, por sua vez, deixou de lado o discurso que havia planejado para a solenidade de aniversário do programa de extensão para afirmar que não havia alterado as diretrizes básicas e a filosofia do Projeto Rondon. O empresário declarou ao *Jornal do Brasil* que, “antes de mais nada, cumpre deixar claro, bem claro, que o Projeto Rondon não mudou nem vai mudar no tocante à sua essencialidade: propiciar o conhecimento da realidade nacional aos universitários”.³¹ Uma outra forma utilizada pela Coordenação do Rondon para contradizer Wilson Choeri foi partir para os ataques pessoais. A Assessoria de Comunicação Social da Fundação, sediada em Brasília, disse que, ao contrário do que afirmou o professor, o Projeto Rondon contava apenas com 600 funcionários e que nenhum dos *campi* avançados havia sido fechado. Por fim, um “assessor do ministro Rangel Reis” teria dito ao repórter do *Jornal do Brasil* que se devia desconfiar “sempre dessas erupções repentinas, dessas críticas que aparecem de súbito, sem qualquer justificativa”. Isto porque, no Minter, acreditava-se que Choeri estaria insatisfeito com a coordenação do Rondon por não ter sido indicado para a chefia da seção carioca do programa de extensão.³²

As mudanças ocorridas nas operações do programa de extensão após dezembro de 1975 eram tidas, ainda assim, como a “maior guinada sofrida pelo Projeto até hoje”. Segundo a revista *Veja* de janeiro de 1977, portanto alguns meses antes das críticas de Choeri ao Rondon, “a intenção de revelar novos aspectos do país aos universitários manteve-se durante alguns anos como o principal objetivo do Projeto Rondon. Atualmente, segundo [Aldo] Pinheiro [gerente de Ações Prioritárias], dá-se igual ênfase à realização de trabalhos conjuntos, entre estudantes e moradores das cidades que os hospedam.” Essa mesma edição

³¹ Garnerio diz que não altera Projeto Rondon. *Jornal do Brasil*, 17 de julho de 1977, 1º caderno, página de capa e Projeto Rondon faz dez anos fiel à integração. *Jornal do Brasil*, 17 de julho de 1977, 1º caderno, p. 26.

³² Choeri, o fundador, faz críticas. *Jornal do Brasil*, 17 de julho de 1977, 1º caderno, p. 26. Na seção de cartas dos leitores do mesmo periódico, Aquiles Cortes Guimarães afirmou estar indignado com essas insinuações. Segundo o leitor do *JB*, “é público como o professor Choeri idealizou o Projeto Rondon com espírito de educador e não de burocrata empresarial. Embora honrosa a posição que se insinua cobiçada, jamais aceitaria, estou certo, a condição de chefe de repartiçãozinha, até mesmo em virtude de ser Vice-Reitor da UERJ, cuja instituição, sabem alunos, funcionários e professores o quanto a ele deve.” Cartas. *Jornal do Brasil*, 28 de julho de 1977, 1º caderno, p. 10.

da revista *Veja* utilizava um tom irônico ao iniciar a reportagem sobre os dez anos do Projeto Rondon afirmando que os estudantes viajavam “à custa dos cofres públicos” – um coro, sem dúvidas, à crítica liberal na segunda metade dos anos 1970 ao inchamento do Estado operado pelo regime militar. Os repórteres, ainda assim, positivavam as ações dos rondonistas afirmando aos leitores que “não se trata, evidentemente, de uma vasta operação de incentivo ao turismo entre os estudantes, mesmo porque eles visitam cidades muito pobres – e, além disso, viajam sob o compromisso de dar assistência às comunidades em seus respectivos campos de atividade profissional.”³³

Mesmo com essas (ambíguas) demonstrações de apreço ao programa de extensão por parte da grande imprensa, a Fundação Projeto Rondon comemorou os dez anos do início das atividades dos rondonistas com outros problemas além das críticas de Wilson Choeri e da falta de verbas para manter os esquemas anteriores das operações. Internamente, houve uma crise entre março e maio de 1977 após denúncias de corrupção no sistema de transporte aéreo dos universitários para os *campi* avançados. O esquema de desvio de dinheiro público, que atingia principalmente a coordenação do Rio Grande do Sul, foi denunciado pelo gerente administrativo do programa, Roberto Jenkins de Lemos, em uma série de ofícios e cartas enviadas à superintendência da Fundação Projeto Rondon antes de seu desligamento do órgão. O capitão Neljanir Guimarães, superintendente do programa de extensão desde 1975, pediu demissão em maio e mais outros seis coordenadores regionais do Projeto Rondon foram afastados de suas atividades. Ainda que Rangel Reis tenha afirmado à imprensa que a saída de Guimarães tenha sido “um simples ato de rotina”, é pouco provável que ela não tenha relação com a crise proporcionada pelas denúncias de corrupção dentro do órgão. O *Jornal do Brasil*, ainda sofrendo coação censória por parte do regime, limitou-se a dizer que “o Sr. Neljanir negou que corrupção seja o motivo do [a]fastamento de seis diretores regionais.”³⁴

Poucos meses depois, em julho, Roberto Jenkins de Lemos, em carta enviada ao diretor executivo do Projeto Rondon no Rio Grande do Sul, afirmou que “a grande verdade é que todas as medidas que adotamos de março a maio foram paulatinamente anuladas e as pessoas que contratamos estão sendo paulatinamente demitidas, para a admissão de elementos comprometidos com irregularidades...”³⁵ Com críticas externas, falta de verbas e denúncias internas de corrupção, o contexto era institucionalmente desfavorável ao programa de

³³ Dez anos depois. *Veja*, 16 de janeiro de 1977, edição 441, p. 52.

³⁴ Superintendente demite-se do Rondon. *Jornal do Brasil*, 28 de maio de 1977, 1º caderno, p. 14.

³⁵ Irregularidades na Fundação Projeto Rondon. 13/07/1977. *Arquivo Nacional – COREG*, Fundo SNI, ID: G0037758-1981. O dossiê contém vários documentos relativos à crise na Fundação, inclusive a carta de despedida e agradecimento escrita por Neljanir Guimarães quando ele deixou a superintendência do Projeto Rondon.

extensão. A cada ano, entretanto, mais e mais universitários atuavam junto ao Projeto Rondon e, na expectativa dos gestores das operações e das autoridades do regime autoritário, tinham lições de Brasil que os afastariam da “subversão”.

A imprensa e os concursos do Projeto Rondon

Muitos foram os artigos sobre o Projeto Rondon publicados pelos periódicos de grande circulação dos anos setenta, mas a reportagem que apareceu na edição em língua portuguesa da *Seleções do Reader's Digest* em fevereiro de 1976 foi saudada com especial entusiasmo por vários sujeitos ligados ao programa de extensão. O próprio corpo editorial da *Seleções* em português, desde 1971 sediado em Portugal, conferiu grande importância à matéria. Na propaganda da revista publicada no *Jornal do Brasil* em março do mesmo ano, uma breve narrativa sobre uma operação do Projeto Rondon de 1968 era o mote do anúncio cuja conclusão convidava o leitor a conhecer “a empolgante história desse Projeto em *Seleção do Reader's Digest – o prazer de ler.*”³⁶ A reportagem ganha ainda maior importância quando se pensa no perfil da edição de *Seleções* em língua portuguesa. Criada em 1942, no contexto da política externa norte-americana da Boa Vizinhança, seu escritório teve a sede instalada no Brasil por duas décadas, entre os anos de 1951 e 71. Seu conteúdo acessível, composto por “condensações de artigos de interesse permanente”, e o formato econômico das suas edições logo transformaram *Seleções* em um sucesso editorial, especialmente entre as classes média e alta brasileiras. Com forte teor anticomunista consonante com as estratégias culturais dos EUA durante a Guerra Fria, a edição da revista em língua portuguesa veiculou uma gama considerável de artigos versando sobre a situação política do Brasil. Neles, a “revolução” de 1964 foi de pronto elogiada como uma experiência “inspiradora” de expulsão dos “comunistas” por um “povo”.³⁷

O texto acerca do Projeto Rondon publicado em *Seleções* no ano de 1976 era assinado pelo casal de norte-americanos Scott e Kathleen Seegers, ambos radicados no Brasil e ligados às correntes do catolicismo conservador. O título da matéria – “Projeto Rondon: jovens construindo o Brasil” – era sintomático da citada recepção positiva do artigo, ao convergir com as dimensões cívica e nacionalista atribuídas pelo governo militar ao programa de

³⁶ Projeto Rondon: heróis construindo o Brasil. *Jornal do Brasil*, 12 de março de 1976, 1º caderno, p. 17. Destaque no original.

³⁷ Trata-se do artigo “A Nação que se salvou a si mesma”, de autoria de Clarence Hall, editor-chefe da edição norte-americana da revista. A reportagem foi publicada pela primeira vez no Brasil em novembro de 1964. Posteriormente, em 1978, ela seria reeditada pela Biblioteca do Exército como um panfleto, no esforço de “construir uma memória de acordo com a qual eles [os militares] não teriam sido os únicos responsáveis pelo golpe e pela ditadura, mas que o fizeram atendendo à demanda de expressivos segmentos sociais.” Cf. CORDEIRO, Janaína Martins. *Op. citada*, 2009, p. 26-33.

extensão. Já no subtítulo da reportagem, segundo o qual a recente transformação do Rondon em uma Fundação garantia a ele “maior flexibilidade para oferecer aos estudantes universitários uma participação mais ampla na solução dos problemas do interior do Brasil”, ficava explícito o tom elogioso utilizado por Scott e Kathleen Seegers ao apresentarem o programa de extensão para os leitores de *Seleções*. Escrito em um estilo que em alguns momentos se aproxima do jornalismo literário, o texto é pontuado por uma série de relatos acerca de ações “heroicas” desempenhadas pelos rondonistas: um parto realizado em condições precárias por três estudantes na “vastidão deserta do Mato Grosso”, em 1968, ou a construção de pontes e a abertura de uma estrada em Pecém, no Ceará, durante a operação nacional de 1972. Na visão dos autores, “deslocando estudantes para áreas distantes de suas casas, o Projeto Rondon lhes tem dado um sentido de envolvimento com todo o seu imenso país.”³⁸

Essa marca conferida às atividades realizadas pelo programa de extensão, indicativa dos contornos nacionalistas do Rondon ao apostar na criação de laços entre os brasileiros por meio das operações do Projeto, seria, na perspectiva da reportagem, uma constante desde o início de suas atividades, em 1967. Segundo o casal de norte-americanos, “depois da revolução [sic] de 1964, as autoridades que assumiram o poder estavam demasiado ocupadas com problemas econômicos quase catastróficos para poderem dar a necessária atenção às universidades.” O professor Wilson Choeri, por sua vez, teria visto “indícios preocupantes no meio universitário” – suponha-se, o engajamento estudantil nas ações críticas ao regime militar – e, por isso, entrou em contato com os militares do Exército para organizar o Projeto Rondon. Realizada a operação piloto em Porto Velho durante trinta dias, “os estudantes voltaram, agora um grupo unido com uma visão nova da realidade brasileira e ideias radicalmente modificadas quanto àquilo de que a nação precisava.”

Era necessário, ainda assim, convencer outros universitários a trocarem suas tranquilas férias nas grandes cidades brasileiras por um período de tempo no interior do país, “trabalhando sem remuneração nem conforto”. Segundo a reportagem, Choeri, “que fora líder estudantil na juventude”, havia se empenhado profundamente nessa tarefa de recrutamento dos jovens. Em 1968, o professor teria se disposto a falar para “um auditório indisciplinado de 1.200 estudantes da Universidade de São Paulo” logo após os famosos acontecimentos da rua Maria Antônia que opuseram os universitários da Faculdade de Filosofia da USP aos

³⁸ SEEGERS, Scott e Kathleen. Projeto Rondon: jovens construindo o Brasil. *Seleções do Reader's Digest*, fevereiro de 1976, tomo X, nº 58, fevereiro de 1976, p. 5-8. *Arquivo Nacional – COREG*, Fundo SEPLAN/MEC, caixa 36.

acadêmicos da Mackenzie. Nesta ocasião, Wilson Choeri teria afirmado aos universitários que se os jovens “gastam as energias brigando uns com os outros em vez de atacarem nossos problemas, o Brasil nunca será grande”. O discurso do professor, pontuado por elogios à harmonia social e pela crença na potencialidade brasileira, durou cerca de três horas. Mais uma vez segundo o relato de *Seleções*, o professor da UEG teria conseguindo convencer 150 uspianos a se inscreverem para o Rondon logo após a sua palestra.

Essa fala atribuída a Wilson Choeri por Scott e Kathleen Seegers é indício do lugar ocupado pelo Projeto Rondon, ainda em 1976, no rol de políticas da ditadura militar que tinham como foco as universidades e os estudantes universitários. Em consonância com a linha editorial de *Seleções*, caracterizada pela defesa do *status quo* no “mundo ocidental” diante das ameaças de “subversão” comunista, os autores procuravam afirmar o comprometimento da juventude universitária com o desenvolvimento nacional e com a solução dos problemas encontrados em regiões tão diversas como o Nordeste, a Amazônia e o Mato Grosso. Por isso, os jornalistas de *Seleções* encerravam a sua reportagem com considerações acerca da importância da formação de “novos líderes” para o futuro da nação, para a resolução das mazelas nacionais e para a integração do “homem do interior” à “comunidade brasileira”. Para os autores, “dentro dos próximos 20 anos, estes moços de hoje, que passaram pelo Projeto Rondon, irão ocupar posições influentes no governo e na indústria, e estarão aptos a tratar dos problemas nacionais com o lastro de uma experiência prática.”³⁹ A aula de brasilidade proporcionada pelo Rondon garantiria, dessa forma, uma postura considerada salutar e produtiva para os tempos futuros. O governo militar, ao promover as atividades dos rondonistas, estaria, assim, atuando para a formação de uma juventude responsável e capaz de manter o Brasil afastado da “desordem”. Mais uma vez, nacionalismo e anticomunismo se mesclavam nos esforços de significação do programa de extensão universitária.

A presença do Projeto Rondon na imprensa nacional e internacional foi intensamente incentivada pelos coordenadores do programa de extensão, particularmente na segunda metade da década de 1970. Além de artigos encomendados a jornalistas pelas coordenações do Rondon ou escritos por pessoas diretamente ligadas a elas, as chamadas reportagens “espontâneas” produzidas por jornalistas ou universitários podiam até mesmo ser recompensadas financeiramente pela própria coordenação geral do Projeto Rondon. Instituído pelo Ministério do Interior ainda em janeiro de 1972, o Prêmio Rondon de Reportagem

³⁹ SEEGERS, Scott e Kathleen. *Op. citada*, 1976, p. 10.

oferecia aos autores previamente inscritos a possibilidade de concorrer a uma bonificação em dinheiro com os seus textos sobre as operações em que se engajavam os estudantes a cada ano. Essa competição, porém, não foi o único concurso criado pela coordenação geral e posteriormente mantido pela Fundação. Havia também competições anuais de fotografia, nas quais podiam se inscrever estudantes e professores que haviam participado de alguma das operações do Projeto Rondon ou atuado em algum dos seus *campi* avançados. Segundo o edital do concurso, publicado na revista *Rondon* em 1973, o tema da fotografia era “de livre escolha do autor, porém deve focalizar a atuação do universitário do PRo na comunidade, ou ação integrada com a comunidade.” O Concurso Rondon de Estudos Regionais, por sua vez, era voltado exclusivamente para a premiação de relatórios ou trabalhos monográficos elaborados como consequência da participação dos estudantes nos programas de ação do Rondon. Comportando três fases de seleção (estadual, regional e nacional), esse concurso objetivava, também segundo o seu edital, “aproveitar a experiência recolhida pelos universitários durante o seu período de atuação, incentivando-os a elaborar estudos sobre a região em que tiverem atuado”.⁴⁰ Além de uma premiação em dinheiro, os vencedores do concurso tinham suas monografias editadas em livro pelo Minter.

Outra competição promovida pelo Projeto Rondon era o concurso de cartazes que divulgassem as atividades do programa de extensão e buscassem convencer os universitários a se inscreverem em uma de suas operações. Em 1977, Lúcia Marli de Oliveira, aluna do curso de Psicologia no Centro de Ensino Unificado da UnB, ganhou Cr\$ 10 mil pelo cartaz que inscreveu no concurso. Ela concorreu com 206 jovens estudantes de todo o país, incluindo a mineira Adélia Maria de Sousa, que ficou com a segunda colocação na competição com o cartaz intitulado “Harmonize um Brasil Grande”. Segundo a reportagem publicada no *Jornal do Brasil* em novembro do mesmo ano, o cartaz vencedor era composto por duas fotografias do movimento estudantil na UnB e uma frase entre elas que dizia: “Não acredito no que eles dizem.” Apesar de seu explícito conteúdo contrário às organizações estudantis críticas ao regime militar que, naquele ano, rearticulavam-se em escala nacional e voltavam a tomar as ruas das grandes cidades, Francisco Maia, um assessor do Rondon, afirmou ao *JB* que o cartaz escolhido pela coordenação do programa de extensão “não tem nenhum conteúdo político”. Na sua perspectiva, “com ele a autora faz um apelo aos estudantes para que não acreditem nas informações prestadas pelos colegas, a respeito do Projeto, por melhores que sejam, para verificação *in loco*, o que sugere ‘participação na ação do Rondon’.”⁴¹ Os dois cartazes

⁴⁰ Editais dos concursos instituídos pelo Projeto Rondon. *Rondon*, ano II, nº 2, 1973, p. 56-59.

⁴¹ Rondon dá Cr\$ 15 mil por cartaz. *Jornal do Brasil*, 3 de novembro de 1977, 1º caderno, p. 6.

vencedores do concurso em 1977, todavia, são indicativos de como os universitários dos anos setenta instituíam as suas práticas no Rondon, bem como das posturas com relação ao programa que eram valorizadas pela Fundação Projeto Rondon. Se Adélia de Sousa sugeria a possibilidade de os rondonistas promoverem o conagraçamento e a integração nacional de um país com vocações para a grandeza, Lúcia de Oliveira apostava tanto no questionamento da oposição estudantil ao governo militar como no lado positivo do programa de extensão, apesar das críticas que ele recebia naquela conjuntura.



Figura 04 – Cartaz de divulgação dos concursos do Projeto Rondon. Sem data (c. 1975-1977).
Fonte: *Arquivo Central do Sistema de Arquivos da UNICAMP*, fundo CACS, caixa 181, maço 1.

Essa série de concursos mantidos pela coordenação do Projeto Rondon tinha um sentido claro, explícito de maneira emblemática em um cartaz de divulgação das competições: “quem participou do Rondon tem muito o que contar” (ver Figura 04). Como sugere a montagem de fotografias do referido cartaz, na qual universitários vestindo o uniforme do Projeto Rondon aparecem desempenhando as atividades envolvidas nos concursos, havia várias formas de os estudantes expressarem o que haviam aprendido sobre o Brasil durante as operações do programa de extensão, ou mesmo de publicizarem as suas perspectivas e visões sobre o Projeto. Ao Prêmio Rondon de Reportagem, contudo, era conferida particular

primazia pela grande imprensa e pelos veículos de comunicação do Rondon e do Minter.⁴² Afinal, uma gama diversa de órgãos jornalísticos foi premiada pela comissão do prêmio, seja nas primeiras colocações ou nas menções honrosas. Tanto periódicos da imprensa tradicional do eixo Rio-São Paulo (casos da *Folha de S. Paulo* e de *Manchete*), como jornais com recorte regional (*Diário da Manhã*, de Ribeirão Preto, e *O Estado*, de Santa Catarina) ou periódicos temáticos (caso da revista *Rodovia*) tiveram reportagens premiadas nos anos da segunda metade da década de 1970. A ausência de menções a trabalhos publicados no exterior talvez seja explicada tanto pela pouca divulgação do concurso fora do Brasil como pela dificuldade em traduzir as reportagens para o português, uma exigência feita no regulamento do prêmio. Como o edital do concurso previa a possibilidade de as reportagens vencedoras serem reproduzidas em outros periódicos a critério da coordenação do Projeto Rondon ou da assessoria de comunicação do Minter, um número considerável delas apareceu nos veículos oficiais de comunicação do programa de extensão e da pasta do Interior.

Segundo o regulamento do prêmio, podiam se inscrever no concurso jornalistas profissionais, brasileiros ou estrangeiros, e universitários rondonistas que haviam publicado alguma matéria sobre o Projeto Rondon em periódicos nacionais ou internacionais nos quatro meses anteriores ao período de inscrições, encerrado no dia 30 de março de cada ano. A comissão julgadora do concurso era formada por um membro do Minter, um representante da ABI, um componente do Conselho deliberativo do Rondon, um professor universitário que havia participado de uma operação anterior do Projeto e um ex-rondonista indicado pela coordenação geral do programa. Na perspectiva dos gestores do programa, o concurso visava “não só valorizar o trabalho jornalístico, como também levar a todos os que se interessam pelo Projeto Rondon *uma verdadeira imagem* desse Movimento.”⁴³ Essa pretensão do concurso de delimitar uma representação “verdadeira” do Projeto Rondon por meio da eleição de um grupo de reportagens publicadas de forma “espontânea” na imprensa e depois remetidas à coordenação geral por seus autores dá bem a dimensão dos critérios adotados pela comissão julgadora para a atribuição das premiações. Importava, especialmente, a

⁴² Os dois primeiros colocados no Prêmio Rondon de Reportagem, bem como as menções honrosas de cada ano, eram divulgadas pela revista *Rondon*, pelo boletim nacional do programa de extensão, o *Leia Nacional*, e pela revista *Interior*, além de serem anunciados com menos frequência no *JB* e no *Correio da Manhã*. Cf., dentre outras, Este o resultado do Prêmio de Reportagem. *Leia Nacional*, 2 de maio de 1975, n 125, p. 1 e Atualidades. *Interior*, maio-junho de 1976, ano III, n° 11, p. 45.

⁴³ Prêmio Rondon de Reportagem: regulamento. Sem data. *Arquivo Nacional – COREG*, Fundo SEPLAN/MEC, caixa 36. Destaque meu. As informações sobre o concurso foram publicadas também em *Interior* cria Prêmio Rondon de Reportagem no País e no exterior. *Correio da Manhã*, 6-7 de fevereiro de 1972, 1º caderno, p. 3 e Concurso dará Cr\$ 10 mil à melhor reportagem sobre a atuação do Projeto Rondon. *Jornal do Brasil*, 6-7 de fevereiro de 1972, 1º caderno, p. 32.

convergência entre a narrativa jornalística e a perspectiva oficial acerca das práticas dos universitários no programa de extensão. As reportagens premiadas pelo concurso, portanto, são indicativas dos contornos nacionalistas do Rondon durante a ditadura.

A primeira colocada no Prêmio Rondon de Reportagem do ano de 1974 foi a jovem jornalista fluminense Tânia Carvalho. Ela trabalhava na importante revista *Manchete*, um dos maiores periódicos semanais dos anos setenta, e nela publicou, em dezembro de 1973, a matéria com o título de “Projeto Rondon: os bandeirantes do século 20”. A premiação dos vencedores do concurso ocorria em Brasília sempre no dia 5 de maio de cada ano, aniversário de nascimento do Marechal Rondon. Como a coordenação geral explicou em seu boletim informativo de fevereiro de 1976, a data era considerada pelo programa “como o Dia do Agradecimento, quando os participantes da Operação Nacional recebem diplomas, sendo que em Brasília a solenidade deverá ser presidida pelo ministro do Interior, Rangel Reis, como fez no ano passado.”⁴⁴ Em 5 de maio de 1974, Tânia Carvalho e os outros vencedores dos concursos de reportagem e de fotografias participaram da solenidade na sede do Minter. Durante o evento, o ministro do Interior lembrou a inauguração da nova sede do *campus* avançado de Humaitá, que deveria ocorrer na semana seguinte. Segundo Rangel Reis, a reforma no posto avançado do Rondon na cidade amazonense não era “um fato isolado, pois acrescenta um dado na consolidação do programa, que tem se associado intimamente à ação multisetorial do Governo para romper os desequilíbrios regionais.” A reportagem escrita por Tânia, por sua vez, era descrita pelo *Correio da Manhã* como “um depoimento pessoal sobre as observações que fez em relação ao trabalho de estudantes da Universidade do Estado da Guanabara no município amazônico de Parintins.”⁴⁵

Como era o usual nas reportagens de *Manchete*, revista famosa pela intensa presença do fotojornalismo em suas páginas, o artigo publicado por Tânia Carvalho era ricamente ilustrado com imagens produzidas pelo fotógrafo Luís Alberto. Colocadas lado a lado logo na abertura da reportagem, as fotos e suas legendas buscavam sintetizar o percurso dos dez estudantes que atuaram por um mês no *campus* avançado da UEG, localizado na cidade de Parintins. Retratos dos jovens na paisagem urbana do Rio de Janeiro misturavam-se a imagens feitas durante a viagem para o interior ou enquanto os universitários atuavam na cidade de Parintins em atividades nas áreas de Odontologia, Pedagogia, Medicina e Serviço Social. Havia também uma fotografia da equipe, com todos os seus dez membros trajando a camisa

⁴⁴ Prazo de entrega das reportagens vai até dia 15 de março. *Leia Nacional*, 23 de fevereiro de 1976, nº 163, p. 1.

⁴⁵ Jornalista recebe prêmio: venceu o Concurso Rondon. *Correio da Manhã*, 16 de maio de 1974, 1º caderno, p. 2.

com o símbolo do Projeto Rondon. A imagem em que os estudantes aparecem acomodados numa pequena embarcação, por fim, recebeu uma sugestiva legenda segundo a qual os estudantes, durante a atuação no *campus* avançado, “tomam contato com a realidade brasileira e consideram que um mês de trabalho no Projeto Rondon equivale a um curso inteiro de uma faculdade.” Segundo a revista, “quatrocentos estudantes estão descobrindo o Brasil, numa operação que se repete a cada mês, durante o período de aulas. Eles partem para as unidades especiais – os *campi* avançados – pertencentes às universidades, encravadas nos mais remotos pontos do país.” O sentido da atuação dos universitários no programa de extensão, segundo a narrativa jornalística de Tânia Carvalho, era o da “descoberta de um novo país: o Brasil”. Os estudantes cariocas acompanhados pela reportagem teriam sido, assim, “transformados” em “verdadeiros bandeirantes do Século 20”.

A narrativa da reportagem assinada por Tânia refirmava, dessa forma, a significação nacionalista do Projeto Rondon, insistindo no argumento de que os esforços de solução dos problemas específicos da realidade do interior brasileiro possuíam um efeito pedagógico positivo na formação cívica e moral dos universitários. Além disso, a jornalista focalizava especificamente as motivações para a participação no programa e as formas de atuação de dois rondonistas no *campus*: Teresinha Linhares, estudante de Serviço Social, e Dublin Sachetin, acadêmico de Medicina. Teresinha havia decidido engajar-se no Projeto Rondon para conhecer melhor o trabalho da assistência social, mas ela também teria sido “motivada por um súbito desejo de emancipação”. Sua família seria, segundo a reportagem, uma clássica “tradicional família mineira” e, diante da oportunidade representada pela atuação no Projeto Rondon, ela “decidiu viajar sem interferência dos pais ou do noivo”. Dublin, por sua vez, já havia participado do Rondon anteriormente. Sua inscrição para atuar no *campus* era motivada por sua “paixão” pela Medicina e pela grande necessidade de um oftalmologista em Parintins, região em que os brasileiros do interior raramente se consultavam com um “doutor”. Ainda que representativas de casos particulares, essas duas trajetórias apresentadas pela jornalista são indicativas da pluralidade de motivações que levavam os universitários a se tornarem rondonistas nos anos 1970. Segundo Tânia Carvalho, por fim, “se o *campus* na primeira semana era encarado como uma forma de férias, aos poucos essa ideia tinha sido abandonada. Todos sentiam que o mais importante era o trabalho.”⁴⁶

Anos depois, em 1977, o vencedor do Prêmio Rondon de Reportagem foi o jornalista paulista Valdenizio Petrolli. Ele havia publicado uma matéria com o título de “Rondon

⁴⁶ CARVALHO, Tânia. Projeto Rondon: os bandeirantes do século 20. *Manchete*, ano 21, nº 1.129, 8 de dezembro de 1973, p. 58-62.

chegou! (que poderão fazer os universitários no interior do Ceará?)” no *Diário do Grande ABC*, em janeiro de 1977. Seu trabalho foi reproduzido na revista *Interior* na edição de maio/junho de 1978 e descrita como representativa do “entusiasmo de poder fazer alguma coisa e [d]a frustração de não poder fazer tudo”, ambos sentimentos que tomariam conta dos rondonistas a cada operação do programa de extensão. Com relação aos critérios que levaram à escolha do trabalho de Petrolli, a mesma revista afirmava que “ele conseguiu captar o espírito dos rondonistas que participaram da Operação Nacional e as relações da população beneficiada pelo trabalho entusiasmado dos universitários, numa série de depoimentos recolhidos nos municípios de Pedra Branca, Icó, Iguatu, Jaguaribe e Quixadá.” A matéria era estruturada por uma narrativa sobre a atuação dos rondonistas nessas cidades, intercalada com curtos depoimentos dos estudantes que haviam participado da XVII operação nacional do Rondon, realizada nas férias de verão de 1977.

Nessas falas dos universitários selecionadas pelo jornalista, sobressaíam relatos acerca do cotidiano de atuação no interior do país e das motivações dos estudantes durante a sua participação no Projeto Rondon. Segundo Mauro Jatobá, acadêmico de Medicina no Rio Grande do Sul, “o Projeto Rondon não vai resolver os problemas brasileiros; apenas lançamos uma semente. Se nascer uma plantinha já é muito.” Um rondonista anônimo que atuava no município de Pedra Branca, por outro lado, apontou uma dificuldade enfrentada pelos próprios universitários durante o seu engajamento no Rondon: a saudade. Segundo ele, “é muito comum, depois de alguns dias fora de casa, o estudante sentir saudades de seus familiares, amigos ou namoradas. Para superar essa fase, a equipe precisar permanecer coesa, mesmo na hora que está no alojamento”.⁴⁷ No caso do interior do Ceará, a situação ainda se agravava, segundo a reportagem, pelas dificuldades de comunicação na região: em Pedra Branca, não era possível efetuar chamadas telefônicas no sistema de discagem direta a distância, o DDD. Para falar com os seus parentes e amigos, os rondonistas que atuavam naquela operação nacional contavam apenas com as cartas e os telegramas. No entanto, um meio de comunicação muito utilizado durante as operações do Projeto Rondon não era lembrado por Petrolli: o radioamadorismo.

Radioamadores e rondonistas no interior do Brasil

⁴⁷ Rondon chegou! (que poderão fazer os universitários no interior do Ceará?). *Interior*, ano IV, nº 24, maio-junho de 1978, p. 58-65.

Logo no início do Projeto Rondon, ainda nos anos finais da década de 1960, os gestores do programa de extensão passaram a enfrentar um importante problema: a dificuldade para a realização de comunicações durante as atividades dos universitários no interior. Apesar de o Estado brasileiro ter colocado em prática uma série de projetos visando criar eixos tecnológicos de comunicação entre as diversas regiões do país – como a própria Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas, liderada pelo marechal Rondon nas primeiras décadas do século XX⁴⁸ –, as formas de se comunicar com as grandes cidades brasileiras a partir do interior eram, na maior parte dos casos, demoradas e intermitentes nos anos 1960 e 70. Do ponto de vista da execução dos programas de ação do Rondon, os meios de comunicação eram estratégicos. Não apenas a solução de dificuldades logísticas e de abastecimento era fortemente dependente da comunicação. Questões de segurança também se mostravam importantes, já que era preciso pedir auxílio distante em casos de acidentes com estudantes durante as operações. Além disso, os militares, professores e técnicos envolvidos no Projeto deviam responder aos pais dos universitários, que, em muitos casos, recorriam às coordenações do programa de extensão em busca de notícias sobre os seus filhos.

Para além das cartas e dos telegramas, o principal meio de comunicação utilizado durante as atividades do Projeto Rondon na década de 1970 era o rádio em ondas de baixa frequência. Os coordenadores do programa de extensão teceram, portanto, uma série de relações com aqueles brasileiros que passavam seu tempo livre trancados em suas oficinas caseiras, “aficionados” por essa “magia moderna” da comunicação à distância: os radioamadores.⁴⁹ O radioamadorismo era uma atividade diletante, envolta em um imaginário da solidariedade expressa pelo seu lema (“Quem não vive para servir, não serve para viver”) e numa dimensão do prazer pelo saber técnico que diferenciava o radioamador dos simples ouvintes do rádio. Muito comum entre as décadas de 1930 e 70, suas atividades mais conhecidas eram as transmissões de radiotelegrafia e radiotelefonía que auxiliavam as autoridades públicas em casos de naufrágios, epidemias, enchentes e outras situações de emergência. No Brasil, os radioamadores também estiveram envolvidos em movimentações políticas como na assistência aos golpistas de 1964 na cidade de São Paulo – com a importante participação, inclusive, de Paulo Yaszek, um dos fundadores da Liga de Amadores

⁴⁸ DIACON, Todd. *Op. citada*, 2008, p. 31-33.

⁴⁹ Expressões utilizadas por Beatriz Sarlo para descrever as atividades dos radioamadores argentinos no início do século XX. Cf. SARLO, Beatriz. *Paisagens imaginárias: intelectuais, arte e meios de comunicação*. São Paulo: Edusp, 1997, p. 278-279.

Brasileiros de Rádio Emissão.⁵⁰ No caso do Projeto Rondon dos anos 1970, o auxílio dos radioamadores às atividades dos universitários era tão relevante que o *Correio da Manhã* procurou explicitá-la aos seus leitores numa de suas páginas de capa. Na edição de 21 de janeiro de 1971 – lançada, portanto, enquanto a VII operação nacional do Rondon estava acontecendo –, os jornalistas afirmaram que “poucos sabem, mas radioamadores de várias partes do País estão participando ativamente do Projeto Rondon.” Essas atividades só teriam sido tornadas possíveis graças à iniciativa do Departamento Nacional de Telecomunicações, que havia autorizado os radioamadores a utilizarem em caráter especial as faixas de frequência de 20 a 40 metros durante as operações do Rondon. Segundo o jornal, dessa forma “as atividades dos estudantes do *Projeto Rondon* estão tendo enorme cobertura por parte dos radioamadores em sua indiscutível missão educacional e assistencial no interior brasileiro.”⁵¹

Desde os primeiros experimentos técnicos entre os anos de 1920 e 30, os radioamadores participavam (e participam, ainda hoje) de uma rede de sociabilidades, na qual eram compartilhados *know-how*, trânsito em eventos e concursos de transmissão amadora, dificuldades comuns, códigos próprios à sua prática e um repertório de leituras de manuais, catálogos de venda e revistas especializadas.⁵² Talvez a maior expressão dessa rede de sociabilidades entre os radioamadores brasileiros seja a revista *Antenna Eletrônica Popular*, fundada em 1926 e publicada ainda hoje. Nas suas páginas, além de reportagens acerca de diferentes modelos de rádio e equipamentos como bobinas, válvulas ou gabinetes, havia, na década de 1970, espaço para anúncios publicitários especializados, colunas de discussões técnicas e mural dos clubes de radioamadores. Também durante os anos setenta, os radioamadores no Brasil necessitavam de uma certificação do Departamento Nacional de Telecomunicações, órgão ligado ao recém-criado Ministério das Comunicações, para exercerem suas atividades. Por meio da realização de uma prova de comprovação de saberes gerais, telegráficos e eletrônicos, o Dentel concedia aos interessados um certificado de radioamador e uma frequência para a prática do radioamadorismo, em consonância com os

⁵⁰ Em 1971, o radioamador Roberto Isnard lembrou de sua atuação em 1964 ao receber uma homenagem do Lions Clube de São Paulo. Cf. Lions premia radioamador de São Paulo. *Jornal do Brasil*, 19 de junho de 1971, 1º caderno, p. 12. Sobre a atuação dos radioamadores e da Labre durante o golpe, René Dreifuss afirma que “Paulo Yazbek tornou-se uma figura-chave no setor de Comunicações de Rádio do movimento civil-militar. Sendo o fundador e conselheiro permanente da Liga Amadora Brasileira de Rádio Emissão – LABRE, pôde fornecer ao estado-maior do General Dalísio Menna Barreto e a outros participantes do movimento civil-militar uma poderosa rede de comunicações que prescindiu tanto dos meios comerciais de comunicação quanto dos meios normais das Forças Armadas.” DREIFUSS, René Armad. *1964: a conquista do Estado*. Rio de Janeiro: Vozes, 1981, p. 407-408.

⁵¹ Rondon. *Correio da Manhã*, 21 de janeiro de 1971, página de capa. Destaques no original.

⁵² SARLO, Beatriz. *Op. citada*, 1997, p. 274-275.

parâmetros estabelecidos nos tratados internacionais vigentes. Em 1975, havia, segundo os dados oficiais, cerca de 25 mil radioamadores licenciados no Brasil.⁵³

A disseminação do transistor e a criação dos aparelhos de rádio portáteis na década de 1960 foram responsáveis pelo aumento das possibilidades da prática radioamadora, assim como pelo maior alcance da transmissão comercial e governamental através do rádio.⁵⁴ Além disso, o projeto de modernização conservadora da ditadura militar instaurada no Brasil em 1964 não deixava imune a área das telecomunicações. Em consonância com a Doutrina de Segurança Nacional gestada nos bancos da Escola Superior de Guerra, o setor de telecomunicações foi ampliado e tratado como questão de segurança. Em 1967, com a reforma administrativa que deu origem ao Minter, o Ministério das Comunicações foi criado. Este órgão passou a ser o responsável pela gestão – na maior parte dos casos, pautada por critérios político-ideológicos – da liberação das concessões para emissoras de rádio e TV no país.⁵⁵ A área do radioamadorismo também foi objeto das políticas da ditadura para o setor de comunicações. Em 1970, o Brasil, por meio do Ministério das Comunicações e da Labre, organizou a primeira Copa do Mundo de Radioamadorismo. Segundo a imprensa da época, mais de quinhentos mil radioamadores, dentre eles o próprio ministro das Comunicações, Higino Corsetti, participaram das disputas realizadas entre os dias 16 e 17 de maio daquele ano.⁵⁶ O radioamadorismo também fazia parte da agenda da política externa brasileira desses anos, ainda que de forma secundária ou até mesmo simbólica. Em 1974, um dos temas tratados pelo chanceler do governo Geisel, Azeredo da Silveira, durante a reunião para a assinatura do convênio e dos protocolos para a construção da usina de Itaipu foi um acordo acerca das atividades de radioamadorismo entre o Brasil e o Paraguai.⁵⁷

Ainda que de forma assistemática, a participação dos radioamadores no auxílio às comunicações entre os organizadores dos programas de ação do Projeto Rondon ocorreu desde as primeiras operações. Em janeiro de 1970, durante a realização de mais uma operação nacional, o *Jornal do Brasil* informava que a Labre manteria, em sua sede fluminense, “um serviço de escuta e de transmissão, para receber mensagens e, posteriormente, providenciar, na medida do possível, comunicação entre familiares dos universitários no Rio com eles, nos

⁵³ SOUZA, Maria Eduarda Alves de. Radioamadorismo: o “hobby” da comunicação. *Jornal do Brasil*, 8 de abril de 1974, caderno B, p. 8.

⁵⁴ HAUSSEN, Doris Fagundes. Rádio brasileiro: uma história de cultura, política e integração. In: BARBOSA FILHO, André *et alii* (orgs.). *Rádio: sintonia do futuro*. São Paulo: Paulinas, 2004, p. 53.

⁵⁵ ABREU, Alzira Alves de. As telecomunicações no Brasil sob a ótica do governo Geisel. In: CASTRO, Celso e D'ARAÚJO, Maria Celina (orgs.). *Dossiê Geisel*. Rio de Janeiro: FGV, 2002, p. 153-154.

⁵⁶ Radioamador disputará troféu UIT. *Jornal do Brasil*, 26 de fevereiro de 1970, 1º caderno, p. 10.

⁵⁷ Azeredo assina 2ª feira em Assunção convênio e protocolos de Itaipu. *Jornal do Brasil*, 3 de setembro de 1974, 1º caderno, p. 4.

seus postos de trabalho.”⁵⁸ Havia, nesse período, uma convergência de identidades entre os militares, os radioamadores e o Projeto Rondon. Assim como os rondonistas, a área das comunicações no Brasil encontrava, à época, seu patrono na figura do marechal Cândido Rondon. Em meados da década de 1970, enquanto os participantes do Projeto Rondon faziam verdadeiros panegíricos àquele que chamavam de “bandeirante do século XX” e de “pioneiro da integração nacional”⁵⁹, os radioamadores diplomados durante a sua Copa do mundo de 1976 recebiam suas certificações em cerimônia de inauguração de um quadro em homenagem ao marechal Rondon na delegacia regional do Dentel.⁶⁰ Além disso, o material utilizado no treinamento dos universitários que participavam do Projeto era pontuado por uma narrativa celebrativa acerca da biografia do marechal. Em um folheto do final dos anos 1970 utilizado no *campus* avançado de Cruzeiro do Sul, no Acre, os coordenadores do programa de extensão afirmavam que, “estendendo linhas telegráficas, pacificando índios, unindo as regiões brasileiras, Rondon sempre foi símbolo da Integração Nacional.” Por isso, o marechal “foi escolhido pelos universitários participantes do PRO-Zero como patrono do movimento que se propunha também a integrar o país.”⁶¹ Ao menos na perspectiva oficial, portanto, operava-se uma continuidade entre o trabalho do marechal e as práticas dos rondonistas.

O radioamadorismo era considerado, ademais, um setor estratégico por parte dos militares que ocupavam o Estado desde 1964. Segundo uma reportagem publicada no *Jornal do Brasil* em 1974 acerca do XIV Concurso Verde Amarelo – competição promovida anualmente pela Escola de Comunicações do Exército e voltada para os radioamadores brasileiros –, “o radioamadorismo é classificado na categoria de atividade esportiva e enquadrado como setor de segurança nacional. Os radioamadores, de forma geral, são considerados quadro de reserva especial das Forças Armadas”.⁶² Havia, por fim, um entendimento de que o radioamadorismo – assim como a ação dos rondonistas – promovia a solidariedade entre os brasileiros, a união nacional e a integração entre as regiões distantes do país.

Essa miríade de identificações entre os radioamadores e a ditadura militar representada pelo Projeto Rondon confluiu para a ideia de se fundar uma organização de radioamadores rondonistas, surgida em 1972 durante a realização da Exposição do Exército.⁶³ Foi então

⁵⁸ Projeto Rondon funciona hoje entregando material. *Jornal do Brasil*, 4-5 de janeiro de 1970, 1º caderno, p. 17.

⁵⁹ COORDENAÇÃO GERAL DO PROJETO RONDON. *Op. citada*, 1974, p. 11.

⁶⁰ Dentel entrega diplomas. *Antena Eletrônica Popular*, vol. 38, nº 4, julho-agosto de 1975, p. 96-97.

⁶¹ Treinamento básico: Rondon, um símbolo de integração nacional. c. 1977. *Arquivo Central do Sistema de Arquivos da UNICAMP*, fundo CACS, caixa 176, maço 3, p. 1.

⁶² Concurso Verde Amarelo: radioamadores no ar. *Jornal do Brasil*, 23 de agosto de 1974, Caderno B, p. 4.

⁶³ As vozes amigas. *Rondon*, ano IV, nº 5, 1975, p. 35-36.

criado pela coordenação geral do programa de extensão, em 1973, o Grêmio de Radioamadores do Projeto Rondon. De acordo com seu estatuto, publicado no *Diário Oficial da União*, o Gramrondon possuía como suas finalidades “manter o intercâmbio de informações entre as Coordenações do Projeto Rondon durante suas Operações” e também “congregar Radioamadores interessados no estudo, pesquisa e desenvolvimento da eletrônica aplicada às telecomunicações”.⁶⁴

O Gramrondon tinha sede na capital do país, mas seus criadores ansiavam pelo aumento do número de radioamadores envolvidos com o Projeto Rondon. Esta ambição pela fundação de clubes se inseria no contexto dos anos de 1960 e 70, em que eram formadas várias agremiações de radioamadores no país. Essas organizações da sociedade civil tinham seu espaço reservado na revista *Antena Eletrônica Popular*, na coluna “Grupos e associações”. Nesse sentido, alguns meses depois da criação do grêmio em Brasília, foi estabelecida, já no ano de 1974, a primeira seção regional do Gramrondon.⁶⁵ Sua sede localizava-se na cidade universitária da USP e ele era ligado à Coordenação Regional Centro-Sul do Projeto Rondon. Iniciado por um grupo de 85 radioamadores, a seção paulista do grêmio já contava com cerca de 350 associados ao completar um ano de fundação, em fevereiro de 1975.⁶⁶

A criação do Gramrondon era justificada, nos discursos de radioamadores e gestores do Projeto Rondon, pelas demandas que a dimensão do programa coordenado pelo Ministério do Interior havia tomado nos anos setenta. Dentre as atividades do grêmio, destacava-se o auxílio sistemático às comunicações dos *campi* avançados e durante a realização das operações nacionais e regionais do Projeto Rondon. Os radioamadores rondonistas participavam, além disso, do socorro nos casos de emergência, buscas e salvamentos envolvendo os estudantes e professores universitários ou a população assistida pelo programa de extensão. Outro tipo de atividade promovida pelo Grêmio foram os cursos permanentes de formação em radioamadorismo na cidade de São Paulo. Seu público alvo eram os estudantes universitários ligados ao Projeto Rondon e as aulas incluíam assuntos como legislação e radioeletricidade, além de palestras com radioamadores experientes. O objetivo do curso era preparar os rondonistas para o exame do Dentel.⁶⁷

⁶⁴ Grêmio de radioamadores do Projeto Rondon: extrato dos estatutos. *Diário Oficial da União*, seção I, parte I, 13 de agosto de 1973, p. 7.971.

⁶⁵ Grêmio de radioamadores da coordenação regional centro-sul do Projeto Rondon: extrato de registro para pessoas jurídicas. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, 13 de abril de 1974, p. 40.

⁶⁶ As vozes amigas. *Rondon*, ano IV, nº 5, 1975, p. 32.

⁶⁷ Os cursos ministrados pelos radioamadores Elza Cobra de Moraes, Wilson de Moraes e Romeu Toddai no âmbito do Gramrondon acabaram dando origem a um manual de radioamadorismo, baseado na apostila

Um dos programas de ação do Projeto Rondon no qual a atuação dos radioamadores ocorreu por meio do Gramrondon foi a operação nacional realizada no Piauí entre os meses de janeiro e fevereiro de 1975. Ao reportar a atuação dos membros do Gramrondon na cidade de Floriano à revista *Antenna Eletrônica Popular*, o radioamador Romeu Toddai, que atuava na frequência PY2DJE, informou que os membros do grêmio realizaram basicamente duas atividades: comunicação entre os rondonistas por meio de antenas instaladas nos coqueiros da cidade e divulgação do radioamadorismo, inclusive com a criação de um curso sobre o assunto com o apoio do Projeto Rondon. Em consonância com o imaginário nacionalista compartilhado pela atividade radioamadora da década de 1970 e pelo programa de extensão universitária criado pela ditadura, Romeu Toddai concluiu seu relato dizendo que “como todas as coisas terminam, aqui estamos de volta [a São Paulo], mas bastante contentes de conhecer esse imenso Brasil, divulgar o Gramrondon e termos sido recebidos de braços abertos pelo nosso querido povo do Nordeste, hospitaleiro e alegre”.⁶⁸ Ao relatar as atividades do grêmio, o radioamador participava, portanto, da construção de representações comuns à propaganda da ditadura militar acerca de um “Brasil-nação grande”, também presente no interior e dotado de uma população potencialmente favorável para a realização do destino pretensamente inexorável de grandeza do país.

Para além da apropriação da figura do marechal Rondon e das representações acerca do “Brasil-grande”, outros elementos concorriam para instituição imaginária nacionalista das práticas do Gramrondon. Em novembro de 1974, o Projeto Rondon e seu grêmio de radioamadores montaram um *stand* no Parque Anhembi, em São Paulo, por ocasião do XIV Salão da Criança.⁶⁹ Durante os dez dias de duração do evento, duas estações de radioamador dotadas de conexão com “diversos pontos do país” e doze manipuladores de radiotelegrafia operando em código Morse foram disponibilizados ao público infantil. Além disso, rondonistas distribuíram para as crianças cerca de 50 mil adesivos com o símbolo do Projeto Rondon e balas doadas pela Nestlé. As descrições do *stand* do Projeto Rondon publicadas pela revista *Rondon* no ano seguinte faziam saber que

uma rústica cabana de sapé abrigava a estação PY2-PRO, onde quatro radioamadores revezaram-se durante os dez dias da exposição, falando sem parar. A estação operou em circuito interno, com a finalidade de

preparada para o Projeto Rondon. Cf. MORAES, Elza Cobra de; TODDAI, Romeu e MORAES, Wilson de. *Curso para radioamadores: radiotelegrafia e legislação*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Seleções Eletrônicas, 1977.

⁶⁸ Alunos do Gramrondon assistem à palestra de PY1AFA. *Antenna Eletrônica Popular*, vol. 38, nº 4, julho-agosto de 1975, p. 111.

⁶⁹ Gramrondon no XIV Salão da criança. *Antenna Eletrônica Popular*, vol. 37, nº 3, novembro-dezembro de 1974, p. 57.

proporcionar ao público infantil comunicações ‘simuladas’ com universitários dos ‘Campi’ Avançados de Irecê, na Bahia, e de Jequitinhonha, em Minas Gerais, e também com moradores de regiões das quais nem tinham ouvido falar, utilizando a linguagem específica do radioamadorismo.⁷⁰

Operava-se, nesse sentido, um processo de imaginação da nação brasileira com um caráter eminentemente instrutivo e pedagógico, já que voltada para as crianças participantes do salão. O raciocínio que informava a montagem do *stand* do Projeto Rondon intencionava provocar nos brasileiros que falassem com outros brasileiros de “regiões distantes” por meio das estações de radioamadorismo “a imagem viva da comunhão entre eles”, ainda que não se conhecessem face a face.⁷¹ Do mesmo modo, havia uma série de representações presentes no *stand* que faziam parte do imaginário nacionalista do Projeto Rondon durante a ditadura militar. A “rústica cabana de sapé” já descrita combinava-se com árvores, folhas e fotografias do interior do Brasil e de seus habitantes feitas durante as atividades dos rondonistas. Todo esse conjunto de imagens pretendia atuar no campo da subjetividade compartilhada, reforçando e reinventando um imaginário da nacionalidade que ligava a brasilidade às exuberâncias naturais, ao Brasil-grande e à imagem de uma potência tropical. Nos anos 1970, os radioamadores eram parte importante desse processo. O Gramrondon, entretanto, foi extinto em 1978 pela própria coordenação do programa. Talvez um dos fatores que tenha contribuído para isso tenha sido a instalação gradativa da Rede de Rádio Oficial do Projeto Rondon, iniciada nos *campi* avançados ainda em 1976.⁷²

Os universitários e o Rondon na segunda metade da década de 1970

Decidir participar do Projeto Rondon entre os anos de 1974 e 79 permanecia sendo uma atitude com motivações várias, o que indica, mais uma vez, o quão dinâmicas e multiformes foram as relações entre a juventude universitária e o regime militar brasileiro no decorrer do tempo. Para grande parcela desses estudantes, todavia, o nacionalismo permanecia sendo a fonte do imaginário por meio do qual era possível constituir e significar as suas práticas. Nas várias declarações públicas que fizeram, esses estudantes afirmavam as ideias de que era possível conhecer a “realidade nacional”, integrar-se ao processo de desenvolvimento do país e dimensionar os problemas do Brasil por meio da participação nas operações do Rondon. A estudante de Pedagogia Sandra Maria Baby, que atuou em Goiás

⁷⁰ As vozes amigas. *Rondon*, ano IV, nº 5, 1975, p. 35.

⁷¹ ANDERSON, Benedict. *Op. citada*, 2008, p. 34.

⁷² Definidos horários para rede de rádio. *Leia Nacional*, 8 de março de 1976, nº 164, p. 2. *Arquivo Nacional – COREG*, Fundo SEPLAN/MEC, caixa 36.

durante a operação nacional de 1976, afirmou ao boletim do programa de extensão que “o Projeto Rondon é a melhor ‘fotografia’ do povo brasileiro.” Segundo a jovem paranaense, “o universitário necessita de uma experiência assim: direta, sem lapidações e totalmente espontânea”. Seu colega na universidade e na mesma operação, o estudante de Letras Valter Simões de Mato, também expressou opinião parecida ao mesmo boletim. Para ele, “o Rondon proporciona ao universitário uma ampla visão do que é realmente o interior do país em que vivemos.” Repetindo um argumento utilizado em outras oportunidades no mesmo período, os produtores do *Leia Nacional* concluíam a sua reportagem sobre os universitários afirmando que, para Valter, “a prática adquirida através de uma atividade direta com o povo valeu todos os anos de teoria dentro da Faculdade.”⁷³

Apesar de serem significativos das percepções de alguns rondonistas, esses depoimentos foram recolhidos e filtrados pela coordenação geral do Projeto Rondon. Por isso, deve-se levar em conta os critérios de seleção dos gestores do programa de extensão, baseados na convergência com a dimensão oficial e nacionalista acerca do Rondon. Esta perspectiva era compartilhada pelos agentes estatais ligados ao programa e pautou a entrevista sobre o Rondon que o ministro do Interior do governo Geisel concedeu à revista *Veja* em julho de 1977. Ao ser perguntado se o Projeto Rondon poderia ser considerado um “curso de extensão universitária”, Rangel Reis disse que, para ele, “isto pouco importa”. O programa seria “maior” do que as categorias fixadas pela estrutura do ensino superior. O ministro lembrou também que em “uma ocasião eu empreguei uma expressão – e não quis ser pedante – que acho que reflete o que é o Projeto Rondon: ‘Ele é uma escola da realidade nacional’. O estudante é puro, tem um alto sentimento de brasilidade. E o Projeto Rondon ressalta esse sentimento.” A declaração de Rangel Reis apontava, portanto, para uma outra característica da significação imaginária do Projeto. Ao dizer que o estudante é “puro” e dotado de “brasilidade”, o ministro dava indícios do lugar estratégico conferido ao Projeto Rondon no rol das políticas da ditadura que visavam minar a contestação do movimento estudantil ao regime. Quando perguntado sobre a participação política dos jovens, Rangel Reis disse, por fim, que “os estudantes devem refletir um pouco e pensar bastante no Brasil, evitando certos tipos de contestação que não tem muita razão de ser.”⁷⁴ Operava-se, assim, uma desqualificação das opiniões críticas ao regime militar, classificadas como infundadas e

⁷³ Paranaense diz o que pensa sobre o Rondon. *Leia Nacional*, 8 de março de 1976, nº 164, p. 2. *Arquivo Nacional – COREG*, Fundo SEPLAN/MEC, caixa 36.

⁷⁴ Reflexões dos dez anos. *Veja*, 27 de julho de 1977, edição 464, p. 86-87.

contrárias à “pureza” do estudante brasileiro, num contexto em que os universitários atuavam de forma sistemática em manifestações contra a ditadura.

No depoimento de Neljanir Guimarães acerca do programa de extensão, publicado pelo Minter como um folheto de divulgação em 1976, também eram explicitados vários indícios acerca dessa dupla dimensão do Rondon. Nessa publicação, o então superintendente da Fundação Projeto Rondon respondia perguntas sobre o funcionamento das operações do programa, bem como procurava divulgar dados sobre os gastos federais com as operações e acerca da participação estudantil no Rondon – 70.000 universitários apenas em 1975, segundo Guimarães. Logo no início do depoimento, ao tentar definir o Projeto Rondon, Neljanir declarou que ele era “um elemento catalisador entre organismos públicos, comunidades e universidades”. Segundo o capitão do Exército, o resultado do processo possibilitado pelo programa em suas operações era a preparação do “jovem brasileiro” para que ele pudesse assumir suas responsabilidades no futuro, ou seja, o programa de extensão promoveria, em suas palavras, “a passagem de um bastão de uma geração para outra.” Neljanir Guimarães reafirmava, neste sentido, a perspectiva de participação que estava na base da mobilização dos estudantes pelo Projeto Rondon: uma participação entendida como a integração em lugares sociais pré-definidos pelas autoridades do regime militar. Ficavam excluídas possibilidades de mudança social. O estudante estaria, desta forma, sendo preparado para tornar-se a “elite” brasileira no futuro próximo, para exercer o seu compromisso de brasileiro com a segurança nacional e para participar do esforço comum de preservação da ordem.⁷⁵

No mesmo folheto, o Projeto Rondon era caracterizado também como “uma verdadeira Cadeira de Moral e Cívica, porque o seu conteúdo é Brasil.” Mas, perguntava o entrevistador de Neljanir Guimarães, o chamado “vírus do Projeto Rondon” seria arenista ou emedebista? Esta pergunta era muito significativa do contexto em que o depoimento foi publicado, tendo em vista que a segunda metade da década de setenta possibilitou à oposição moderada ao regime militar abrir brechas dentro da própria estrutura eleitoral autoritária para fazer frente à ditadura. Ainda que não se possa afirmar que havia uma clivagem política clara entre MDB e Arena com relação às percepções sobre o Projeto Rondon, o formulador da pergunta dialogava com uma conjuntura em que as eleições parlamentares e municipais ganhavam um caráter quase “plebiscitário” com relação à legitimidade do próprio regime. Como o programa de extensão era uma política criada pela ditadura militar, não poderia ser diferente: era preciso saber se ele era pró ou contra o regime, arenista ou emedebista. A

⁷⁵ Sobre essas questões relacionadas à participação, próprias da Doutrina de Segurança Nacional, cf. COMBLIN, Joseph. *Op. citada*, 1978, p. 51-52 e p. 74-75.

resposta oferecida pelo capitão Nelljanir, por sua vez, era indicativa das próprias concepções de parte significativa da base social da ditadura, já que, em resumo, o superintendente tentou afirmar que o Projeto Rondon era “apolítico”. Guimarães dizia que

não sou patologista, mas tentarei caracterizar o vírus do Projeto Rondon. Na verdade, ele não tem Partido. Seria um nêutron, se tivéssemos de considerar os elétrons e prótons de um átomo. Ele está na composição, embora não tenha sinal positivo nem negativo em relação ao Governo. É um vírus que enriquece o indivíduo. Isso é que o representa o vírus do Projeto Rondon.⁷⁶

Para além das analogias com o mundo físico e biológico – próprias de uma percepção singular da vida social, marcada pelo autoritarismo –, esse trecho do depoimento de Guimarães deixava entrever uma aversão aos conflitos que caracterizam o jogo político. O argumento de que o Projeto Rondon era “apolítico” poderia ser facilmente desconstruído na medida em que se analisa o lugar ocupado pela Fundação no aparelho estatal, assim como os esforços significativos que presidentes, ministros e outros agentes ligados ao regime faziam no sentido de conectar o programa de extensão com a ditadura. Ainda assim, ele é indício da própria forma de se encarar a política que era compartilhada por parte substancial da base social da ditadura. O regime militar estaria, segundo esta concepção, acima das divisões e dos partidos. Ele seria, antes de tudo, brasileiro, e o papel dos militares seria o de tutelarem a nação deixando de lado os partidarismos.

Em seu depoimento, o superintendente da Fundação Projeto Rondon não perdia a oportunidade também de afirmar a validade e de demonstrar os lados positivos das operações do programa de extensão. Uma de suas estratégias nesse sentido era lembrar a fixação de ex-rondonistas nas áreas em que haviam atuado durante a participação no Projeto, o que seria prova da efetiva interiorização dos universitários na realidade do país. Segundo ele, o então prefeito de Tabatinga, município do interior do Amazonas, era um ex-participante do Rondon que havia sido indicado como interventor na prefeitura da cidade pelo presidente Geisel. Após essa declaração, o entrevistador de Neljanir perguntou se isso significava que o programa de extensão “já está começando a assumir o poder”. A resposta do superintendente era taxativa: “não é bem isso”. Continuando os seus esforços em positivar a interiorização dos estudantes por meio do Projeto Rondon, o capitão Neljanir lembrou que os ex-rondonistas estavam divulgando o programa de extensão na Universidade de Madri, na Espanha, ou atuando como “segundo elemento” na equipe do famoso cardiologista brasileiro Euryclides Zerbini. Concluindo, o superintendente da Fundação afirmava que “o ex-participante do Projeto

⁷⁶ GUIMARÃES, Neljanir. *Projeto Rondon, a opção jovem de desenvolvimento*: depoimento. Brasília: Ministério do Interior, 1976, p. 5.

Rondon, com sua experiência, dado a vivência do problema na prática, começa a chegar até o limite da direção dos diversos órgãos.”⁷⁷

As tentativas no sentido de se traçar os contornos do “perfil” dos jovens rondonistas, como a feita por Neljanir Guimarães em seu depoimento de 1976, foram recorrentes tanto na imprensa como em panfletos de divulgação do Projeto Rondon no decorrer dos anos. Os sujeitos ligados ao programa de extensão se esforçavam para defender que o movimento estudantil contrário ao regime representava apenas uma minoria “subversiva” de universitários diante de uma maioria “responsável”, verdadeiramente brasileira e integrada nos objetivos de desenvolvimento do país. A participação de centenas de milhares de estudantes universitários no Rondon seria, segundo essas declarações, um ponto a favor desse argumento.

Nem todos os universitários que participavam do Projeto Rondon, porém, correspondiam às expectativas cultivadas pela coordenação do programa de extensão. Em uma reportagem sobre o Movimento de Ação Secundarista publicada em dezembro de 1972 na revista *Veja*, as representações oficiais sobre os rondonistas eram questionadas. A “cúpula dirigente” do MAS dizia preocupar-se com os “aspectos negativos” do “modelo” representado pelos participantes do Rondon. O MAS foi criado na cidade de Santos, em 1969, sob a inspiração do monsenhor Manuel Pestana, um clérigo ligado às correntes tradicionalistas da Igreja católica. Sua pretensão era “transforma-se num Projeto Rondon do ensino médio” e, segundo Luís Antônio Ferreira, o objetivo do MAS era “construir” e “não contestar e só pensar em política, como certos universitários.” Para Luís Antônio, que havia sido um dos fundadores do movimento e em 1972 já estava frequentando a universidade, “nosso país está em muito boas mãos”, logo não haveria motivos para questionar o regime militar. Ainda que a proximidade com o Rondon fosse clara e até mesmo assumida pelos dirigentes do movimento, Artur Pinto Filho, outro fundador do MAS, dizia que “não queremos que o movimento descambe como o Projeto Rondon, onde os rapazes tem muita liberdade com as meninas e as cerimônias cívicas não são observadas”.⁷⁸ Os rondonistas eram, desta forma, apresentados como modelos “desviantes” em um exercício de censura aos comportamentos da juventude realizado pelos próprios jovens na faixa etária dos vinte anos.

Ainda que se possa relativizar esses ataques feitos aos rondonistas e conectá-los ao conservadorismo social compartilhado pelos dirigentes do MAS, os gestores do Projeto Rondon tinham precauções semelhantes acerca do cotidiano de atuação dos universitários no

⁷⁷ GUIMARÃES, Neljanir. *Op. citada*, 1976, p. 10.

⁷⁸ Nada de namoros. *Veja*, 27 de dezembro de 1972, edição 225, p. 50-51.

interior do país. Essas preocupações eram expressas nos manuais dos participantes, nos quais era possível encontrar “normas de conduta” que visavam preservar a “imagem” do programa de extensão.⁷⁹ Os comportamentos que fugiam às suas expectativas eram repreendidos e tornaram-se, além disso, objeto de vigilância da comunidade de informações do regime. Em agosto de 1975, estudantes da UFMG estavam atuando no *campus* avançado de Barreiras do Projeto Rondon, localizado no interior da Bahia, quando foram vistos “consumindo entorpecentes” em um “cabaré” no centro da cidade. Na documentação produzida pelos órgãos de informação, conta-se também que uma das estudantes mineiras havia sido vista gritando e tirando as roupas nas próprias instalações do *campus*. Para os informantes do IV Exército, “os elementos do Projeto Rondon da Universidade Federal de Minas Gerais, [sic] têm sido vistos com frequência na companhia de indivíduos daquela cidade, conhecidos como consumidores de maconha e outras drogas”.⁸⁰ Esses comportamentos, sem dúvida desviantes das regras presentes no manual do rondonista e das próprias concepções sobre a juventude brasileira compartilhadas por militares e gestores do Projeto Rondon, são significativos da pluralidade dos próprios estudantes universitários nos anos 1970. As desobediências às normas fixadas por um governo discricionário, no entanto, não significam necessariamente o questionamento dos abusos do poder por parte deste mesmo governo, ou mesmo de sua legitimidade política.⁸¹

Estudantes universitários interessados em criticar e questionar a ditadura militar, por outro lado, também participaram dos programas de ação do Rondon na segunda metade da década de setenta. Os serviços secretos das Forças Armadas e outras agências de informação do regime não deixaram de registrar suas práticas de vigilância com relação a esses estudantes. Em fevereiro de 1975, um informe confidencial do Centro de Informações da Aeronáutica dizia que José Fabiano Alves Rodrigues e Jaime de Almeida, ambos jovens recém-formados que estavam participando do programa de interiorização e fixação de mão-de-obra do Projeto Rondon, haviam acabado de se mudar para Porto Velho, Rondônia, e Amapá, respectivamente. A expectativa dos gestores do programa de extensão era de que aqueles dois jovens se integrassem no mercado de trabalho dessas regiões, consideradas como de grande prioridade para as ações do Minter por terem vivenciado um processo de “desenvolvimento recente”. Porto Velho era também área de influência de um *campus* avançado do Projeto localizado em um território federal, o primeiro critério fixado pela

⁷⁹ Manual do participante, c. 1972, p. 18-21. *Beeston Collection – University of Texas*.

⁸⁰ Informe 1017-E2, de 17 de setembro de 1975: Atitude de elementos do Projeto Rondon. *Biblioteca Central da UFMG*, Fundo ASI/UFMG, caixa 30/75, maço 25

⁸¹ Cf. SEMELIN, Jacques. *Op. citada*, 1994, p. 53.

coordenação do Rondon para a interiorização de técnicos recém-formados.⁸² Segundo os agentes de informação do CISA, entretanto, José Fabiano “disse que pretende efetuar trabalho político naquela região” e estaria tentando arregimentar outros militantes para atuar com ele em Porto Velho.⁸³

⁸² COORDENAÇÃO GERAL DO PROJETO RONDON. *Op. citada*, 1974, p. 72 e p. 82.

⁸³ Informação nº 0093: Projeto Rondon. 19/02/1975. *Arquivo Nacional – COREG*, Fundo CISA, ID: BR_AN_BSB_VAZ_084A_140A_0079, folha 1.

CAPÍTULO IV

“Ainda tem sentido este desafio?”¹: crise da ditadura e mudanças no Projeto Rondon nos anos Figueiredo (1979-1985)

“Como Antônio, 800 mil estudantes já se deslocaram pelo Brasil afora, percorrendo quase a totalidade dos municípios brasileiros, reconfigurando a relação entre a juventude e os problemas nacionais. Se no começo havia um quê de aventura nessas viagens, esse sentimento foi sendo substituído gradativamente pela consciência do que essa atuação passou a representar para grandes contingentes populacionais do interior. E mudar, transformar com o seu próprio trabalho, tem sido aspiração dos milhares de universitários que, todos os anos, trabalham nos campi avançados, nos centros de atuação permanente, nas operações nacionais e regionais, assegurando ao Projeto Rondon a manutenção de um carisma que o tempo só fez ampliar e fortalecer.”

(“Projeto Rondon: 15 anos aproximando a universidade da realidade”. Revista Interior, julho-agosto de 1982)²

A avaliação da primeira metade da década de 1980 que se concentra apenas nos dados econômicos, sublinhando a recessão, a instabilidade e a inflação como características próprias do governo do general-presidente João Baptista Figueiredo, consagrou o termo “década perdida” como conceito-síntese acerca do período. Se no plano das memórias essa representação parece ter efetividade, o mesmo não se pode dizer das múltiplas experiências históricas dos sujeitos que vivenciaram esses anos. Como argumenta Lucília Neves Delgado, esse período “não foi perdido no que tange ao crescimento das organizações populares e à reconquista da democracia no Brasil.”³ A extinção do AI-5 no início de 1979, momento a partir do qual entraram em vigor as chamadas “salvaguardas do regime” da emenda constitucional nº 11, abriu margem para que uma diversidade de setores da oposição se organizassem. Este foi o caso dos movimentos estudantis de esquerda, que antes mesmo do fim do AI-5 já se rearticulavam com o objetivo de refundar a UNE, o que aconteceu em Salvador no mês de maio de 1979. O movimento sindical, por sua vez, passou a ser o principal desafio para o regime, criticando não apenas a política econômica do pós-1964

¹ Chamada da propaganda da operação nacional XXIV do Projeto Rondon publicada no jornal *A Província do Pará*, 23 de novembro de 1979, sem página. *Projeto Rondon na imprensa*: 20 de novembro a 10 de dezembro de 1979, número 14. *Arquivo central e histórico da UFV*, caixa 876.

² Projeto Rondon: 15 anos aproximando a universidade da realidade. *Interior*, ano VIII, nº 45, julho-agosto de 1982, p. 18.

³ NEVES DELGADO, Lucília de Almeida. Diretas-Já: vozes das cidades. In: FERREIRA, Jorge e AARÃO REIS, Daniel (orgs.). *Revolução e democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 421.

como também os mecanismos de controle inaugurados pelo Estado autoritário. Por mais que não tenha sido caracterizada por uma negociação entre o governo e os movimentos sociais, a anistia parcial decretada em agosto de 1979 também teve um papel importante no crescimento da oposição à ditadura na medida em que permitiu a volta de líderes políticos do pré-golpe.

Ainda vivia-se um regime discricionário que procurava institucionalizar-se por meio da manutenção do que os seus opositores chamavam, à época, de “entulho autoritário”. A transição para um regime democrático não estava assegurada, e a extrema-direita militar deixou claras as suas intenções em episódios como o frustrado atentado ao Riocentro, em 1981. Apesar da persistente ilegalidade dos partidos comunistas e da incerteza política desses anos, a margem de possibilidades para a organização das esquerdas e de outros setores da oposição ao regime militar nunca havia sido tão grande desde o golpe de 1964. A força catalisadora representada pelo movimento das *Diretas Já!* entre 1983 e 84 foi um indício dessa nova conjuntura. Como lembra Francisco Teixeira da Silva, “foi nesse clima que se organizou a transição final entre a ditadura e um regime democrático-representativo, num momento em que o governo perdia toda a iniciativa e permitia, por inércia e inapetência, que os partidos de oposição e as ruas das grandes cidades ditassem o ritmo da abertura.”⁴ A dinâmica social do regime instaurado em 1964 passava, portanto, a ser desfavorável para o autoritarismo e, nesse momento, construíam-se narrativas memorialísticas que afirmavam o mito da sociedade que havia resistido à ditadura. As universidades, por sua vez, eram palco importante do processo de redemocratização, com atuação aguerrida de parcelas significativas de estudantes, professores e funcionários. Elas tornaram-se, neste sentido, uma espécie de “laboratório para as experiências redemocratizadoras” entre fins dos anos 1970 e o início do decênio seguinte.⁵ Ainda assim, os estudantes universitários viveram a transição de forma diversa. Outras atitudes com relação ao regime para além da oposição – como a adesão, a acomodação ou a apatia – tiveram lugar entre os estudantes da década de 1980.

Esses anos foram também de mudanças fundamentais na dinâmica de funcionamento do Projeto Rondon. Apesar de o imaginário nacionalista ter permanecido importante nas operações dos universitários, a sua faceta anticomunista foi sendo deixada de lado na medida em que os exilados retornavam ao país e as entidades estudantis de esquerda – especialmente concentradas na UNE – voltavam a se organizar. Houve, inclusive, incentivos para que os estudantes se organizassem dentro da estrutura da Fundação Projeto Rondon, formando entidades estaduais de representação. Apesar de indicarem uma mudança na estruturação do

⁴ TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. *Op. citada*, 2007, p. 273.

⁵ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Op. citada*, 2014, p. 325.

programa de extensão, os chamados Grupos de Representação de Universitários não exerciam grande influência no Rondon. Sua criação, além disso, é indício também da diferença que se procurava demarcar entre a *participação* do rondonista e o *engajamento* do universitário da UNE. Os gestores do Rondon permaneciam, afinal, reticentes com relação às organizações estudantis, por mais que o argumento segundo o qual a participação no Projeto fosse um “antídoto” para a “subversão” tenha perdido força nesses anos. O programa de extensão, por fim, não ficou imune à crise econômica do governo Figueiredo. Os gestores do Rondon tiveram que lidar com corte de gastos, o que implicou problemas básicos nos *campi* avançados e uma série de medidas operacionais que tinham um impacto negativo na própria atuação dos universitários.

Críticas ao Projeto Rondon e “mudança de rota” nos *campi* avançados

Em 6 de junho de 1979, Sérgio Mário Pasquali, o presidente da Fundação Projeto Rondon desde março do mesmo ano, enviou um ofício para os coordenadores dos vinte e dois *campi* avançados do programa de extensão espalhados pelas regiões Norte, Nordeste e Centro-oeste do país. Seu assunto era a constituição, em maio de 1979, de mais uma comissão interministerial a partir da iniciativa dos ministros Eduardo Portella, do MEC, e Mário Andreazza, do Minter. Segundo Pasquali, o objetivo dessa comissão era “estabelecer normas e formas alternativas de programação, visando ação conjunta na concretização de objetivos e interesses que sejam comuns” aos dois ministérios. O trabalho dos membros da comissão teria, de acordo com o mesmo ofício, “significado político-estratégico altamente relevante, o que torna imprescindível e fundamentalmente indispensável a participação de toda estrutura desta Fundação.” Por isso, ele solicitava a colaboração de todos os diretores de *campi*, que deveriam remeter à Brasília informações detalhadas sobre a atuação dos rondonistas no prazo de vinte dias.⁶ Esta não era a primeira vez que o Projeto Rondon conectava-se ao MEC com o objetivo de reformular os seus programas, aproximando-os das instituições de ensino superior e estreitando as relações com a política educacional do regime militar. Desta vez, no entanto, a comissão teve efeitos práticos fundamentais. A principal recomendação de seu relatório, afinal, foi a de “que a instituições de ensino superior do Sul e Sudeste do País e o Projeto Rondon procurem envolver, gradativamente, nas atividades dos *campi* avançados, as instituições de ensino superior das regiões onde estão localizados os *campi* avançados.”⁷

⁶ Ofício circular nº 02.077/79. 6 de junho de 1979. *Arquivo central e histórico da UFV*, caixa 876.

⁷ MINISTÉRIO da Educação e Cultura. *Op. citada*, 1980, p. 17.

A demanda por uma proposição nesses termos não era recente, pois uma das desconfianças que os técnicos do MEC possuíam com relação ao Rondon desde os seus primeiros anos de funcionamento dizia respeito à distância estabelecida entre o programa de *campus* avançado e a estrutura das universidades localizadas nos estados que recebiam os postos avançados. Desde o final dos anos 1970, além disso, os professores das universidades localizadas em estados como o Pará, o Mato Grosso e a Paraíba, agora organizados em suas entidades profissionais, expressavam publicamente as suas insatisfações com os *campi* avançados do Projeto Rondon. Na ótica de alguns desses professores, o processo de democratização pelo qual passava a sociedade brasileira deveria impactar também as universidades. Além de mudanças nos processos eleitorais para a escolha de reitores, os debates relativos ao desmonte do Estado autoritário passavam, nessas instituições localizadas no Norte, Nordeste e Centro-oeste do Brasil, por demandas como a autogestão dos *campi* e a interiorização do ensino superior.

Em 23 novembro de 1979, esses descontentamentos foram explicitados numa matéria publicada no jornal *O Estado do Pará*. Segundo a reportagem, estava “praticamente acertado” que o *campus* avançado de Santarém, administrado pela UFSC desde 1971, iria passar, com o apoio do MEC, para a “responsabilidade direta” da UFPA. Em tom fortemente crítico ao trabalho do Projeto Rondon, a reportagem afirmava que, “tendo atuado em Santarém durante vários anos, sem grande êxito, a Universidade de Santa Catarina praticamente abandonou o ‘campus’ avançado que ali foi construído com a utilização, inclusive, de verbas da Sudam.” O trabalho dos universitários e professores do Sul do país naquele município localizado às margens da Transamazônica teria falhado. Segundo os jornalistas, “hoje o ‘campus’, cuja base física é uma das mais belas de todo o país, mantém em Santarém apenas dois estudantes, inteiramente desassistidos pela Universidade de Santa Catarina, cujo trabalho é, na prática, nulo.” O reitor da UFPA à época, o professor Aracy Barreto, teria elaborado um projeto de interiorização da universidade que já havia começado a funcionar em Santarém, com a implantação de cursos de licenciatura plena. Na opinião dos jornalistas de *O Estado do Pará* – certamente informados por interesses localistas –, a transferência das instalações do *campus* do Rondon para a UFPA representava a “semente da futura Universidade da região”. O elogio feito pelo ministro da Educação ao projeto de interiorização elaborado por Barreto era indício de que os esforços da UFPA seriam bem-sucedidos.⁸

⁸ Universidade no Tapajós. *O Estado do Pará*, 23 de novembro de 1979, sem página. *Projeto Rondon na imprensa*: 20 de novembro a 10 de dezembro de 1979, número 14. *Arquivo central e histórico da UFV*, caixa 876.

Essas impressões críticas acerca do funcionamento do *campus* do Rondon em Santarém, bem como uma opinião tão forte em favor da gestão dos *campi* avançados pelas próprias universidades do interior não convergiam com as expectativas dos professores ligados a este programa de ação do Projeto Rondon. Por mais que os esforços oficiais de divulgação do programa de extensão fossem muito mais no sentido de justificar a existência desses *campi* exaltando os benefícios que a atuação traria para o desenvolvimento do sentimento de brasilidade entre os universitários, o impacto positivo dos *campi* nas comunidades do interior não era deixado de lado. Por isso, a reportagem publicada em *O Estado do Pará* não ficou sem resposta. Menos de uma semana depois da publicação da matéria, o professor Júlio Wiggers, ligado à UFSC e à administração do *campus* de Santarém, publicou uma carta na qual procurava rebater as críticas feitas ao Rondon. Na missiva assinada por Wiggers, ele afirmava que, “desde o dia 14 de setembro de 1971 até a presente data, a presença de professores e alunos da Universidade Federal de Santa Catarina em Santarém foi ininterrupta.” Cerca de 931 alunos catarinenses e 97 docentes da UFSC haviam atuado no *campus* avançado até março de 1979, sempre acompanhados, segundo o professor, por dois funcionários da universidade que trabalhavam como diretores do *campus*.

A ação dos rondonistas seria intensa na região amazônica, o que levou Júlio Wiggers a afirmar que “as considerações desairosas feitas por estes jornal ao *Campus* de Santarém só podem ser atribuídas à má fé ou [à] completa desinformação de quem as escreveu...”. Concluindo a sua carta, o professor catarinense reafirmava os contornos nacionalistas do Projeto Rondon e lembrava o caráter patriótico da atuação voluntária e desprendida dos universitários. Segundo ele,

o certo é que tudo o que se pode fazer é feito por brasileiros, com recursos brasileiros[,] com a única e reta intenção de cumprir os objetivos da Fundação Projeto Rondon. Nossos objetivos são permanentes; isso não significa que nossa presença aqui seja permanente. Há outras regiões e em nosso próprio estado que estão ansiosos [sic] por receberem os recursos aqui aplicados pela UFSC. A presença do *Campus* é mais uma bandeira brasileira tremulando em Santarém ao lado de todas as outras que aqui já tremulavam. [...] A UFSC já assinou contrato de permanência por mais cinco anos com a Fundação Rondon e com a Sudam. Ficaremos ao lado do povo de Santarém e das suas autoridades enquanto julgarem útil.⁹

De fato – e apesar dos esforços do reitor da UFPA em 1979 –, o *campus* avançado do Projeto Rondon em Santarém continuou sendo administrado pela universidade catarinense por mais

⁹ O trabalho do “Campus”. *O Estado do Pará*, 29 de novembro de 1979, sem página. *Projeto Rondon na imprensa*: 20 de novembro a 10 de dezembro de 1979, número 14. *Arquivo central e histórico da UFV*, caixa 876.

algum tempo. Os *campi* do Rondon localizados no estado do Pará (nas cidades de Marabá, Santarém e Altamira) só passariam para a responsabilidade da UFPA entre os anos de 1985 e 86, já no contexto do governo José Sarney. Neste momento, o reitor Seixas Lourenço, eleito ainda em 1984, elaborou um projeto de interiorização da universidade que comportava, dentre as suas medidas, a inclusão dos três *campi* à estrutura da UFPA. Esse processo de incorporação dos *campi* do Rondon, porém, não foi tranquilo. Segundo lembra o professor Nilson Pinto, pró-reitor de extensão da universidade durante o reitorado de Seixas Lourenço, os próprios habitantes de Santarém resistiram ao fim do *campus* avançado do Projeto Rondon, tendo em vista que a UFSC já estava na região há mais de uma década, enquanto a presença da UFPA no município havia sido, até então, intermitente e problemática.¹⁰

Em julho-agosto de 1980, portanto pouco depois das discussões acerca do futuro do *campus* avançado de Santarém, a revista *Interior* publicou uma edição inteiramente dedicada ao Projeto Rondon. No editorial daquele número da revista oficial do Minter, Valéria de Velasco e Pontes, a editora-chefe da publicação, lançou uma série de perguntas relacionadas às imbricações entre as políticas da pasta do Interior e o funcionamento do ensino superior no Brasil. Com relação especificamente ao Projeto Rondon, Valéria indagava se “prosseguem integralmente válidas sua ideia e atuação ou impõe-se retificar sua estrutura e filosofia de ação”. O questionamento da jornalista era indicativo das mudanças pelas quais o programa de extensão passava naquele período. O processo de abertura política, as insatisfações políticas crescentes de vários setores sociais e a aberta reorganização dos universitários em movimentos estudantis de esquerda impuseram modificações na forma como os atores ligados ao Rondon constituíam suas práticas. O argumento anticomunista sobre a “escola de realidade nacional” que seria o programa de extensão foi minimizado, tendo em vista que os estudantes promoviam atos com significativa repercussão na mídia e forte caráter simbólico para as esquerdas. Um destes atos havia sido, sem dúvida, a retomada do prédio da UNE na praia do Flamengo, que fora incendiado por civis apoiadores do golpe em 1964, e a resistência à sua demolição, ordenada por Figueiredo em junho de 1980. Ainda assim, a significação imaginária nacionalista das práticas dos rondonistas permanecia e Valéria afirmava, em seu editorial, que os depoimentos reunidos naquela edição haviam sido “prestados por alunos e professores que redescobrem o Brasil através de trabalhos de extensão universitária.”¹¹

¹⁰ FONTES, Edilza Joana Oliveira. Memória e história da interiorização da UFPA: quando a memória constrói uma história coletiva. *Fronteiras*, Florianópolis, nº 20, 2012, p. 95 e p. 98.

¹¹ VELASCO E PONTES, Valéria de. Ao leitor. *Interior*, ano VI, nº 33, julho-agosto de 1980, sem página.

Dentre as reportagens sobre o Rondon publicadas nesse número da revista *Interior*, várias tratavam especificamente acerca do funcionamento dos *campi* avançados espalhados pelo país. Uma delas, assinada por Nonnato Machado, descrevia longamente o trabalho dos estudantes catarinenses na cidade de Santarém. Os universitários atuavam, à época, sob a direção do docente de Sociologia da UFSC, Júlio Wiggers, que havia se tornado diretor do posto avançado em 1980. O professor havia chegado em Santarém com sua esposa e três filhos em novembro de 1979, portanto logo quando as críticas ao *campus* da UFSC foram publicadas pelo jornal *O Estado do Pará*. Na descrição de Nonnato Machado, Wiggers “gosta de seu trabalho de diretor e considera que a atitude liberal (tanto na área acadêmica como na administrativa) é muito mais efetiva nas relações entre a direção do *campus* e os alunos do que qualquer forma repressiva de administrar.” O *campus* avançado, por sua vez, era localizado em um terreno de meio hectare que ficava a cinco quilômetros do centro de Santarém e a cinco mil quilômetros de Florianópolis, o que garantiria, na concepção oficial do programa, a efetivação da integração nacional por meio da ação dos rondonistas.

No posto avançado, rodeado por árvores nativas devidamente identificadas e por animais selvagens “domesticados”, ocorria o “contato dos estudantes com a natureza amazônica”. Pelo o que indica a reportagem, a proposição da comissão interministerial sobre a aproximação do Projeto Rondon com as universidades locais surtira efeito imediato. Poucos meses antes da publicação de *Interior*, havia sido iniciado um trabalho conjunto do Rondon com a Faculdade de Ciências Agrárias da UFPA, que enviou seis estudantes paraenses para trabalhar com outros dez universitários catarinenses no *campus* de Santarém.¹² Além das atividades na área do desenvolvimento agropecuário, os universitários trabalhavam também com a organização comunitária, o atendimento médico-laboratorial e a assistência jurídica. Segundo a reportagem, as atividades realizadas pelos rondonistas nos setores de saúde e judicial eram as que mais mobilizavam a população de Santarém. O Projeto de Promoção Sócio-Jurídica – coordenado por Rodolfo Hans Geller, um ex-universitário catarinense que havia se fixado na região após participar do Projeto Rondon – fazia vários registros civis, incorporando os moradores do interior à ordem legal do Estado brasileiro, e auxiliava em casos de comprovação de paternidade, além de ter realizado o primeiro desquite legal no município após a aprovação da lei do divórcio em dezembro de 1977.

Havia, ainda assim, problemas na atuação do *campus*, vários deles expressos na reportagem de *Interior*. Parte dos profissionais da cidade viam os universitários do Rondon

¹² MACHADO, Nonnato. Sagui, quati, sustos e gritos às vezes perturbam a calma do *campus* de Santarém. *Interior*, ano VI, nº 33, julho-agosto de 1980, p. 21-23.

como concorrentes. Alguns médicos, segundo Machado, “não se sentem satisfeitos com o atendimento gratuito dado nos postos de saúde pelo Projeto Rondon, por considerarem que esse atendimento prejudica o movimento dos consultórios e das casas de saúde particulares.” Por parte dos estudantes da UFSC que atuavam no *campus*, também havia problemas de ordem prática: o trabalho realizado junto ao Projeto Rondon neste programa de ação não era considerado atividade curricular pela universidade catarinense. Era preciso, portanto, ficar atento para conciliar as provas na universidade com o tempo de atuação em Santarém. A reportagem de *Interior* era concluída com a apresentação de uma demanda dos alunos expressa pela declaração do estudante de Agronomia Silvano Luís Breda, que havia atuado na cidade entre maio e junho de 1980: “o período de estágio no *campus* avançado deve fazer parte do currículo.” Além disso, Nonnato Machado chamava a atenção também para a situação de Laureci, a esposa do professor Júlio que, diante da ausência de um vínculo formal com o Projeto Rondon para além de “mulher do diretor”, atuava como voluntária no *campus*. No que dizia respeito à atuação dos universitários, Laureci afirmava que, “não havendo uma estrutura no *campus* avançado que possa oferecer lazer aos estagiários, criam-se problemas de comportamento com prejuízos tanto para a vida social como para o próprio desempenho da programação acadêmica.”¹³

Do ponto de vista das políticas empreendidas pelo Ministério do Interior, os *campi* avançados ocupavam um lugar estratégico na medida em que levavam estudantes de universidades localizadas em cidades como São Paulo, Belo Horizonte ou Florianópolis a atuarem na região amazônica, no Nordeste ou no pantanal mato-grossense. Como se dizia em vários momentos, era muito provável que esses estudantes nem mesmo chegassem a conhecer essas regiões do interior do Brasil caso não participassem do Rondon. Nesse sentido, esse valor atribuído aos *campi* era ressaltado na reportagem assinada por Nonnato Machado, pois, segundo ele, “vários catarinenses estão vivendo interiorizados em Santarém, exercendo suas profissões e satisfeitos com a escolha que fizeram”. No boletim oficial da Fundação Projeto Rondon criado em 1979 sob o nome de *Diretrizes*, essa dimensão de integração nacional do *campus* era considerada a “maior de todas”. Ela se juntava ao “envolvimento da comunidade” ao redor do posto avançado nas atividades dos estudantes e à participação da universidade no “processo de desenvolvimento” do país, mas se sobrepunha a elas. Segundo o boletim de outubro de 1979, a integração nacional era o que acontecia “quando se coloca o universitário de Santa Maria, Rio Grande do Sul, em Boa Vista, Roraima. É o extremo Sul no extremo

¹³ MACHADO, Nonnato. *Op. citada*, julho-agosto de 1980, p. 25 e p. 27.

Norte do País; é o *Campus* Avançado operado por uma universidade de uma região cultural diferente.” Na expectativa dos gestores do Rondon, “algo ocorrerá no futuro, em benefício do Brasil, em função da síntese cultural que resultará dessa integração nacional.”¹⁴

Entre fins dos anos 1970 e o início da década de 1980, esse tom celebrativo ainda caracterizava quase a totalidade das narrativas acerca do programa de *campus* avançado ou mesmo sobre as operações do Projeto Rondon em geral. A reportagem que abria o número de *Interior* dedicado especialmente ao programa de extensão sintetizava esses esforços de posituação do Projeto na medida em que atribuía um caráter de divisor de águas ao Rondon no que dizia respeito à inserção das instituições de ensino superior na realidade brasileira. Parafraseando a opinião do coronel Sérgio Mário Pasquali, à época presidente da Fundação que organizava as atividades dos universitários, a revista argumentava que “foi com o Projeto Rondon que a Universidade começou a marcar sua presença no contexto nacional além das divisas de seu próprio *campus*, a desenvolver a extensão universitária, a se articular com as comunidades próximas e distantes para, com elas, desenvolver um trabalho formidável”.¹⁵ Como indica a narrativa jornalística de Nonnato Machado sobre o *campus* de Santarém, porém, os problemas na atuação dos rondonistas e as primeiras fissuras mais significativas no quadro de opiniões sobre o programa de extensão começavam a ficar bem claros para um público cada vez maior nesses anos.

Em agosto de 1980, a revista *Veja* publicou uma reportagem crítica ao Rondon, o que representava uma guinada no tom utilizado pelo periódico para descrever o programa de extensão. Durante a década de 1970, as reportagens de *Veja* apresentavam, em geral, representações positivas acerca das experiências dos rondonistas, ainda que o entusiasmo da revista com relação ao programa fosse bem menor quando comparado à linha editorial do *Jornal do Brasil*. Naquela edição, no entanto, a operação piloto realizada em 1967 era descrita pejorativamente como a ação de um “grupo de jovens forasteiros” que teria percorrido “as palhoças e casas de pau-a-pique oferecendo consultas médicas e extração de dentes que a população, receosa, procurava evitar – e que, à noite, se empenhavam em prolongadas farras no antigo Café Santos, no centro da cidade”. A operação zero teria inaugurado, segundo os jornalistas, “um programa que nasceu sob pesadas críticas das esquerdas, que viam nele uma espécie de cursinho intensivo de propaganda do ufanismo oficial”. As questões comportamentais dos universitários que atuavam no Projeto Rondon também eram tema de

¹⁴ As dimensões do campus. *Diretrizes*, 8 de outubro de 1979, nº 5, p. 1. *Arquivo central e histórico da UFV*, caixa 876.

¹⁵ Rondon abre a universidade para o Brasil. *Interior*, ano VI, nº 33, julho-agosto de 1980, p. 4.

interesse de *Veja*. A reportagem citava uma declaração atribuída a Edward Bertolino de Castro, supostamente o diretor do *campus* avançado de Porto Velho, segundo a qual “ainda hoje, a camisa do Rondon é vista como símbolo do beberrão”.

Essas representações sobre os estudantes que atuavam no programa de extensão destoavam enormemente dos casos relatados em caráter oficial pelos gestores do programa e dos depoimentos recolhidos pela revista *Interior* para compor a sua edição de número 33. Nesses espaços nos quais o Projeto precisava ser apresentado oficialmente ao público, os rondonistas eram lembrados por sua postura participativa e patriótica, chegando ao limite do abandono do conforto e das comodidades que encontrariam das regiões Sul e Sudeste do Brasil em prol da atuação no interior do país. A revista *Veja* de 1980, ao contrário, questionava frontalmente a própria validade do Projeto Rondon ao afirmar que

nos últimos treze anos, levas de universitários percorreram centenas de municípios brasileiros tentando “integrar para não entregar” – o lema dos rondonistas. Mas as perguntas sobre para que, exatamente, tem servido o projeto, permanecem. As dúvidas a respeito da eficácia do programa – que já realizou 5.657 operações – levou [sic] a cúpula da Fundação Projeto Rondon a ‘repensar sua filosofia’, como diz seu presidente, coronel Sérgio Mário Pasquali, que recusa a ideia de que as operações são ineficazes.”¹⁶

Essas críticas expressas pela revista, ainda que características da posição de um periódico da grande imprensa liberal da época com relação ao Rondon, apontavam também em duas direções para além do simples questionamento do programa de extensão. Em primeiro lugar, para o contexto de crise econômica do governo Figueiredo que colocava em questão as grandes ações do Estado brasileiro, dentre elas o próprio Projeto Rondon. Na ótica dos grupos liberais dos anos 1980, as operações dos rondonistas eram parte da criticada interferência excessiva do poder estatal na economia e nos projetos de desenvolvimento. Por outro lado, a crítica de *Veja* indicava também o vazio deixado pela diminuição da ênfase no anticomunismo nos esforços de constituição das práticas dos universitários. Os movimentos estudantis de esquerda, afinal, cada vez mais reconquistavam espaços fechados nos anos anteriores pelo sistema repressivo. Por isso, fazia sentido questionar, em 1980, a “eficácia” das operações dos universitários.

Os propósitos de se repensar a filosofia do Projeto Rondon não implicavam, todavia, na diminuição do ritmo das operações realizadas no interior ou no abandono de práticas autocelebrativas organizadas pelos gestores do programa de extensão. Em agosto de 1979, a Fundação Projeto Rondon promoveu atividades que objetivavam comemorar os dez anos do

¹⁶ Mudança de rota: o Projeto Rondon ainda procura seu caminho. *Veja*, edição 622, 6 de agosto de 1980, p. 91.

início do programa de *campus* avançado iniciado com a criação do posto da UFSM em Boa Vista, Roraima. Segundo o boletim *Diretrizes*, as comemorações do décimo aniversário da criação dos *campi* incluíam o lançamento simultâneo no Minter, em Brasília, e em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, de um carimbo comemorativo criado pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Além disso, houve, no dia 4 de agosto, a transmissão para todo o país, via rádio, de uma aula especial sobre as ações dos *campi* avançados. O programa radiofônico havia sido elaborado em parceria com o Projeto Minerva, uma iniciativa de educação à distância criada pela ditadura em 1970.¹⁷ Semanas antes, além disso, os doze anos de existência do Projeto Rondon também haviam sido comemorados. Segundo o jornal *O Estado do Pará* de julho de 1979, o programa de extensão continuava lutando “para que o universitário realmente conheça o Brasil” mais de uma década depois de sua operação piloto.¹⁸

As oposições ao regime e as críticas ao Rondon

A primeira metade dos anos 1980 foi profícua em atividades da parcela do movimento estudantil que, diante do ritmo incerto da transição política, procurava reocupar espaços de reunião e reconstruir as entidades de representação livres da chancela do regime militar. O Projeto Rondon não ficou imune a essas movimentações. Em fevereiro de 1981, o *Jornal do Brasil* relatou a ação dos universitários de Belo Horizonte que visava reaver o prédio do Movimento da Fundação da Casa do Estudante, que havia sido transferido à coordenação estadual do programa de extensão em 1971. O Mofuce foi fundado em 1959 por um grupo de entidades estudantis da capital mineira que reunia o DCE da UFMG, a UEE, a União Colegial de Minas Gerais (à época, presidida por Newton Cardoso) e a União Estudantil de Pré-Universitários. Nos seus primeiros anos de funcionamento, o prédio localizado no bairro Santo Agostinho, área nobre da cidade de Belo Horizonte, serviu como moradia para estudantes de baixa renda, além de ter se tornado um lugar importante para a sociabilidade dos movimentos estudantis de esquerda no pré-golpe. Em 1964, porém, Newton Cardoso foi um dos principais apoiadores do golpe em Belo Horizonte e, talvez por isso, elegeu-se presidente do Mofuce em eleições contestadas pelos universitários da época. Em 1971, o Mofuce foi transformando em Instituto Educacional de Ensino, e o prédio onde funcionava a entidade foi repassado ao Projeto Rondon. Segundo a matéria publicada pelo *JB* em 1981, os

¹⁷ 1969-1979: Campus avançado, Projeto Rondon. *Diretrizes*, 3 de agosto de 1979, nº 4, p. 3. *Arquivo central e histórico da UFV*, caixa 876.

¹⁸ Dentro do lema “Integrar para não Entregar”, Rondon completa 12 anos. *O Estado do Pará*, 14 de julho de 1979, sem página. Projeto Rondon na imprensa: número 2. *Arquivo central e histórico da UFV*, caixa 876.

estudantes estavam prestes a entrar com uma ação judicial contra o Minter e o Ministério do Exército com o objetivo de reaver o prédio, mas a coordenação estadual do Rondon havia decidido devolver a antiga sede do Mofuce à UFMG. A fonte do *Jornal do Brasil* junto aos estudantes informou que, “além da instalação da sede da União Estadual dos Estudantes nas dependências[, elas] serão utilizadas como moradia estudantil para os estudantes carentes do interior”.¹⁹

Esse não foi o único momento em que os estudantes dos anos 1980 conseguiram reaver prédios historicamente importantes para os seus movimentos políticos ou para a assistência estudantil, mas que haviam sido destinados a outras finalidades nos anos posteriores à tomada do poder pelos militares. No pós-1964, a legislação autoritária do regime militar representada pelas leis Suplicy de Lacerda e Aragão proibiu o funcionamento das entidades representativas dos estudantes, criando o DNE. Nos *campi* universitários ou fora deles, as antigas instalações de DCEs ou de outras entidades estudantis foram muitas vezes transformadas em setores administrativos das instituições de ensino superior. Além do emblemático caso da ocupação da sede oficial da UNE no Rio de Janeiro, que acabou sendo demolida por ordem do general Figueiredo ainda em 1980, a reocupação das instalações do Conjunto Residencial da USP, o famoso CRUSP, também foi importante no sentido de demarcar uma nova conjuntura para os movimentos estudantis. O conjunto de prédios havia servido de moradia para os estudantes da universidade paulista entre 1963 e dezembro de 1968, quando foi tomado por forças da repressão sob a alegação de que o espaço era utilizado para ações de cunho subversivo. Várias atividades administrativas da universidade – e algumas ações ligadas ao ensino promovidas pela Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas e Letras da USP – passaram a acontecer nos prédios do CRUSP durante os anos 1970. A coordenação do *campus* avançado do Projeto Rondon localizado em Marabá, no Pará, e a coordenação regional centro-sul do programa de extensão ocupavam os três primeiros andares do bloco A do antigo conjunto residencial.

Segundo o relatório elaborado pela agência de São Paulo do SNI em 9 de novembro de 1979, a bandeira “pela retomada do CRUSP” havia sido defendida por todas as chapas que concorreram às eleições do DCE Livre da USP em setembro do mesmo ano. A chapa “Todo mundo no DCE”, identificada pelos agentes do SNI como de “esquerda ortodoxa”, saiu vencedora no pleito e, juntamente com a mobilização pela realização de um plebiscito contra

¹⁹ Estudantes recuperam seu prédio. *Jornal do Brasil*, 27 de fevereiro de 1981, 1º caderno, p. 8. Sobre a trajetória de Newton Cardoso, cf. SOUSA, Luís Otávio G. de; BARROS, Rogério Alves de; e MORAES, Leticia Nunes de. Newton Cardoso. In: ABREU, Alzira Alves de (org.). *Dicionário histórico-biográfico pós-1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

o ensino pago nas universidades, começou a campanha pela reabertura do CRUSP ainda em 1979. Após tentativas de negociação com a delegacia regional do MEC em São Paulo, de conversas com o vice-reitor da USP e da instalação de um acampamento em frente a reitoria da universidade pelos militantes do movimento estudantil, os universitários acabaram decidindo-se pela tomada simbólica dos blocos A e F do conjunto de prédios. Três emissoras de televisão (Tupi, Bandeirantes e TV Cultura) acompanharam a ação, o que demonstrava como a dinâmica social daquele período pendia desfavoravelmente às ações autoritárias do regime militar com relação aos estudantes. À imprensa, os universitários teriam declarado, segundo o relatório do SNI, que iriam “ocupar o prédio de acordo com as nossas necessidades. O mesmo será feito nos outros prédios do CRUSP, onde estão funcionando entidades estranhas à Universidade, ou mesmo naqueles fechados.”

A ocupação de parte do conjunto de prédios pelos estudantes e a declaração que os universitários deram à imprensa motivaram a publicação de uma nota oficial pela reitoria da USP. Por meio dela, os administradores da universidade reconheceram a legitimidade das reivindicações dos universitários e declararam que um conjunto de medidas já havia sido tomado no sentido de reformar algumas alas dos prédios, adaptando-as para se tornarem alojamentos. A nota procurava também explicar e justificar as atividades que estavam sendo realizadas nas antigas instalações da residência estudantil. A utilização de parte do espaço do CRUSP pelo Rondon era positivada pela reitoria da USP, tendo em vista o caráter nacionalista atribuído às atividades empreendidas pelo órgão. Segundo a nota,

o PROJETO RONDON, instalado nos 1º a 3º andares do Bloco “A”, em decorrência de convênio, mantém no local os trabalhos do *campus* avançado da USP em Marabá, prestando relevantes serviços à comunidade estudantil e ao País, no que diz respeito ao conhecimento e ao desenvolvimento da área amazônica. É intenção da Universidade sediar aquele importante serviço em outro local, desde que encontre prédio ou edifício adequado, ampliando, assim, o espaço destinado a alojamentos de estudantes, que já ocupam, inclusive com familiares, residências nos 3º e 4º andares.²⁰

O informe do SNI reproduzia a íntegra do comunicado oficial da reitoria da USP e deixava claro que todas as autoridades universitárias, bem como a totalidade das entidades de representação dos estudantes eram favoráveis às mudanças nos prédios do CRUSP. Mais do que isso: a citada nota era concluída com a promessa de se construir uma sede para o DCE da USP, tendo em vista que, naquele contexto, ele era, segundo os reitores da universidade, uma “entidade agora reconhecida pela legislação federal”.

²⁰ Informação nº 3748/119/ASP/79: Campanha pela retomada do CRUSP. 9 de novembro de 1979. *Arquivo Nacional – COREG*, Fundo: SNI, ID: E0022410-1979, folha 4. Destaques no original.

Esses acontecimentos são representativos dos novos tempos vivenciados tanto pelas comunidades universitárias do país como por outros setores da sociedade brasileira durante a redemocratização. A própria UNE, recentemente refundada, passou a adotar uma postura oficial clara com relação ao Projeto Rondon, o que destoava com as raras críticas feitas nos anos 1960. Segundo um informe produzido pelo CIE em janeiro de 1981, a UNE, à época presidida por Aldo Rabelo, havia repassado uma instrução para os DCEs de todo o país no sentido de que tais órgãos incentivassem os militantes do movimento estudantil a se inscreverem no Projeto Rondon. Na perspectiva dos agentes de informação do Exército, a direção da UNE entendia que a participação dos universitários nas operações do Rondon tinha três finalidades: a de “tomarem conhecimento, *nas áreas carentes*, da ‘realidade brasileira’, usando para isso os recursos do governo”, a de “transmitir aos habitantes dessas áreas as ‘palavras de ordem’ utilizadas no ME” e, por fim, a de “aproveitar a aproximação com os habitantes de pequenas comunidades e com o homem do campo para divulgarem sua luta contra o regime.” O informe produzido pelo CIE incluía uma lista com informações detalhadas sobre vinte e um estudantes que, segundo uma reportagem da *Folha de Londrina* anexa ao documento, haviam sido selecionados para participar da XXVI operação nacional do Rondon em municípios do Mato Grosso do Sul. A lista continha informações pessoais acerca dos universitários, além de suas filiações políticas a entidades como o DCE-Livre da Universidade Estadual de Londrina, o núcleo municipal do PT e o grupo estudantil Poeira.²¹

A diretriz oficial da UNE com relação à participação dos militantes do movimento estudantil no Projeto Rondon possuía ao menos dois significados no contexto da década de 1980. Em primeiro lugar, ela apontava para a concordância de parcela significativa dos estudantes com a constituição imaginária nacionalista das operações do programa de extensão. Como indica o informe do CIE, um dos objetivos dos estudantes de esquerda ao se inscreverem no Projeto era o de conhecer a “realidade” do interior do país, tomando contato com os habitantes do interior e com a sua brasilidade supostamente genuína. Esta expectativa dos universitários, entretanto, já indicava a segunda significação da diretriz oficial da UNE: a possibilidade de se resistir ao regime militar por dentro, de se engajar em um programa oficial e, aproveitando-se da estrutura fornecida pelo Estado por meio da Fundação Projeto Rondon, “conscientizar” o “homem do campo” sobre a luta contra a ditadura.

A despeito da relativa perda de importância do anticomunismo na constituição das práticas dos universitários do Projeto Rondon nos anos 1980, os membros da comunidade de

²¹ Informação nº 002/5-102-A4-CIE: Infiltração no Projeto Rondon. 2 de janeiro de 1981. *Arquivo Nacional – COREG*, Fundo: CIE, ID: A02084S8-1981. Destaques no original.

informações do regime e alguns gestores do Rondon ainda se preocupavam com a “infiltração” de estudantes supostamente “subversivos” nas operações do programa de extensão. Além do citado informe sobre os estudantes da UEL, uma quantidade significativa de relatórios produzidos pelo sistema de informações da ditadura dava conta das tentativas dos universitários dos movimentos de esquerda de participar do programa de extensão. Em muitos casos, o próprio processo de seleção do Rondon comportava estratégias e mecanismos para impedir que esses estudantes fossem selecionados e viajassem para o interior em uma das operações do programa. Segundo um informe do SNI produzido em março de 1983, o estudante Evan Felipe de Souza havia sido, em novembro de 1980, “eliminado de participar do Projeto RONDON por possuir antecedentes subversivos”. No breve histórico sobre o universitário elaborado pelos agentes do SNI constava que Evan havia sido indiciado em um inquérito policial em 1972 por ter se engajado em atividades do núcleo baiano da Organização de Combate Marxista Leninista-Política Operária. Além disso, os agentes do SNI informavam que Evan havia participado do congresso de reconstrução da UNE em 1979.²²

Apesar de não se configurar como uma espécie de regra geral, o engajamento em movimentações políticas de esquerda, sejam elas estudantis ou não, poderia, ainda na primeira metade da década de 1980, ser um impedimento para a participação do universitário no Projeto Rondon. A figura do estudante militante, afinal, não era bem vista pelos gestores do programa de extensão, nem mesmo convergia com as representações acerca do rondonista construídas pelos organizadores do Projeto. Segundo o boletim *Diretrizes* de junho de 1982, o estudante que participava das operações do Rondon era “um jovem universitário que[,] através do seu entusiasmo e força de vontade, contribui para a realização de um trabalho de integração com as diversas comunidades do País...” A atuação do estudante no interior do Brasil promoveria, segundo o mesmo boletim, a integração nacional, o desenvolvimento e a valorização do homem do interior. Na perspectiva oficial – que considerava serem rondonistas não apenas os universitários, mas também todas as pessoas envolvidas na organização e execução das atividades do programa –, “ser rondonista é possuir espírito inovador[,] é experimentar e conhecer um pouco da realidade nacional.”²³ Esses esforços de definição do perfil dos estudantes que participavam do programa de extensão ocorriam em uma conjuntura na qual a própria Fundação Projeto Rondon havia instituído comemorações oficiais no dia 11 de julho de cada ano visando lembrar a importância do rondonista. Por meio

²² Informe nº 000009/16/ASV/83: Antecedentes de Evan Felipe de Souza “Huan”. 4 de março de 1983. *Arquivo Nacional – COREG*, Fundo: SNI, ID: P0053028-1983. Destaques no original.

²³ Dia do Rondonista. *Diretrizes*, 21 de junho de 1982, nº 30, p. 1. *Arquivo central e histórico da UFV*, caixa 876.

de duas portarias assinadas em julho de 1980 pelo ministro do interior, Mário Andreazza, e pelo presidente do Rondon, Sérgio Pasqualli, a data passou a ser lembrada pelas coordenações do programa com uma solenidade cívica em comemoração ao “dia do rondonista”.²⁴

Do ponto de vista das relações do programa de extensão com os seus participantes, os gestores da Fundação afirmavam que o Rondon era um “movimento sem ex”. Segundo o *Diretrizes* de agosto de 1979, a experiência do estudante durante as operações era tão significativa “que muitas vezes ela se torna um marco na vida do jovem”. A viagem dos universitários dos anos da ditadura para o interior era, de fato, um acontecimento marcante na vida de muitos desses jovens. Para parcela significativa dos universitários, viajar com o Rondon era a primeira oportunidade de passar algumas semanas longe das cobranças dos pais e das obrigações familiares. Na perspectiva expressa pela presidência do programa de extensão, o “estudante que participa do Projeto Rondon e que se deixa impregnar pelo espírito e pela filosofia deste Movimento será sempre *um participante, um rondonista*.” A conclusão expressa em *Diretrizes*, portanto, era a de que, “no PRO, felizmente, não há ‘ex-participante’, não há ‘ex-rondonista’.”²⁵

Essa perspectiva acerca da relação estabelecida entre a Fundação Projeto Rondon e os estudantes que haviam participado de suas operações representava uma valorização ainda maior do papel dos universitários, que desde antes desse período já eram considerados os principais atores das ações do programa. Em junho de 1979, neste sentido, a aprovação de uma reforma no regimento do Projeto Rondon implicou a criação dos Grupos de Representação de Universitários, que deveriam reunir, em cada estado da federação, estudantes que haviam participado das operações do Rondon. Segundo o boletim *Diretrizes*, os GRUs foram criados “com a finalidade de intensificar o relacionamento entre o universitário e o Projeto Rondon, promovendo uma maior participação do estudante nos programas que estão sendo desenvolvidos e a desenvolver”. Os gestores do Projeto esclareciam também que,

como o próprio nome sugere, espera-se com ele [o GRU] chegar a uma ampla representatividade estudantil em termos de Rondon, levando para as universidades as informações colhidas na Coordenação Estadual e servindo de porta-voz aos anseios dos universitários.²⁶

²⁴ Carta nº 135/80/ACS. 29 de julho de 1980. Arquivo Central do Sistema de Arquivos da UNICAMP, fundo CACS, caixa 170, maço 3, p. 1-3.

²⁵ PRO: um movimento sem “ex”. *Diretrizes*, 3 de agosto de 1979, nº 4, p. 2. *Arquivo central e histórico da UFV*, caixa 876. Destaques no original.

²⁶ GRU: um compromisso *Diretrizes*, 3 de agosto de 1979, nº 4, p. 3. *Arquivo central e histórico da UFV*, caixa 876.

A coordenação estadual da Paraíba foi a primeira a formar o seu GRU, que contou com a participação de dezesseis estudantes no momento de sua criação. Logo em seguida, os rondonistas maranhenses também formaram o seu grupo de representação junto à coordenação estadual do Projeto Rondon. O periódico *O Jornal*, de São Luís, publicou uma reportagem em novembro de 1979 na qual afirmava-se que o GRU funcionava “como ligação entre o Rondon e [as] bases universitárias de modo que haja, cada vez mais, uma identidade de propósitos entre a Instituição e o seu elemento mais importante, o universitário.”²⁷ A criação dessas entidades de representação dos estudantes somente doze anos após a operação piloto é muito significativa tanto dos contornos do Projeto Rondon como das mudanças vivenciadas pelos estudantes durante o governo Figueiredo. Por mais que as comissões internas do programa de extensão contassem com um ou outro membro da classe estudantil nos anos anteriores, a representação dos universitários na estrutura administrativa do Rondon não havia sido institucionalizada até junho de 1979. No momento em que essa institucionalização aconteceu, havia várias iniciativas dos próprios universitários no sentido de se organizarem em entidades estudantis de oposição ao regime militar. Esse contexto explica, ao menos em parte, a criação dos GRUs no Projeto Rondon. Ainda assim, esse tipo de organização dos estudantes diferenciava-se muito de outras iniciativas do mesmo período, demarcando a diferença entre a *participação* do rondonista – produtiva e dentro da ordem, na perspectiva dos coordenadores do Rondon – e o *engajamento* político do militante estudantil – visto como improdutivo e inócuo pelos gestores do programa.

Além da organização dos GRUs junto às coordenações estaduais do Rondon, alguns rondonistas também se articularam em torno das atividades dos próprios *campi* avançados. Este foi o caso da Associação dos Rondonianos do *Campus* Avançado de Cruzeiro do Sul, criada em Campinas no início dos anos 1980. O regimento da associação a definia como um órgão de “caráter Cultural, Social, Recreativo que congrega Rondonianos [sic], sendo constituída por número ilimitado de associados.” Além de pretender ser um “ponto de encontro” dos universitários e de atuar no treinamento dos futuros rondonistas, a associação objetivava “congregar os Rondonianos [sic] que atuaram no *Campus* Avançado de Cruzeiro do Sul, com objetivo de assessorar e apoiar as equipes que atuam, visando o aprimoramento e o crescimento das atividades”.²⁸ Além de indicar tanto uma maior participação dos universitários na organização das operações do Rondon como uma identidade de parcela dos

²⁷ Rondon possui grupo de universitários. *O Jornal*, 18 de novembro de 1979, sem página. *Projeto Rondon na imprensa*: número 10. *Arquivo central e histórico da UFV*, caixa 876.

²⁸ Estatuto da ARCACS. c. 1980-1981. Arquivo Central do Sistema de Arquivos da UNICAMP, fundo CACS, caixa 103, maço 5, p. 1-2.

estudantes com as atividades do Projeto, esse tipo de associação também era indício dos efeitos da crise econômica do governo Figueiredo na estruturação do programa de extensão. Um dos objetivos da Associação, afinal, era atuar no sentido de sensibilizar empresários a fazerem doações à Fundação Projeto Rondon.

Por mais que as motivações e os objetivos dos universitários que se inscreviam em alguma operação do programa de extensão fossem variados, algumas entidades de oposição ao regime militar nos anos oitenta denunciavam o Projeto Rondon como um instrumento de “manipulação” utilizado pela ditadura. Este foi o caso do Conselho Indigenista Missionário, uma organização criada pela CNBB em 1972 com o objetivo de articular a atuação dos missionários católicos nas áreas indígenas. Em outubro de 1980, o CIMI lançou uma nota à imprensa na qual denunciava a militarização da Funai e atribuía aos rondonistas a pecha de “espiões” do regime nas terras indígenas. Segundo o texto publicado parcialmente pelo *Jornal do Brasil*, a intervenção do Conselho de Segurança Nacional e do SNI na Funai somava-se, naquele contexto, à “instrumentalização de universitários que participam do Projeto Rondon como informantes dos órgãos de segurança através de relatórios secretos, enquanto realizam seu trabalho em área indígena”.²⁹ Essa denúncia aconteceu em um contexto no qual o ministro do Interior, Mário Andreazza, havia lançado um plano para a operação nacional de 1981 do Rondon com o objetivo de apoiar a “Funai nos trabalhos de levantamento das áreas indígenas, de modo a acelerar a tarefa de demarcação das terras dos índios do Brasil.”³⁰ Os estudantes do Projeto Rondon estavam, portanto, prestes a atuar de forma sistemática nas áreas de terra indígena, o que provocou as críticas elaboradas pelo CIMI. Seus membros identificavam o programa de extensão como uma atividade característica do regime militar, portanto suspeita e passível de oposição.

O próprio ministro Mário Andreazza reagiu negativamente à nota do CIMI, mostrando-se, segundo o *JB*, “irritado” com a denúncia de que os universitários prestavam serviços ao sistema de informações da ditadura enquanto atuavam no interior do país. Afirmando o caráter supostamente apolítico do Projeto Rondon, Andreazza declarou que os estudantes que participavam do programa “não tem nenhum vínculo com o Governo, são jovens, independentes e estão auxiliando o Governo na conscientização da comunidade envolvente”. Andreazza disse também aos jornalistas que “temos de lutar contra qualquer tipo

²⁹ Cimi denuncia militar na Funai. *Jornal do Brasil*, 16 de outubro de 1980, 1º caderno, p. 8.

³⁰ Projeto Rondon colabora com Funai. *Jornal do Brasil*, 12 de outubro de 1980, 1º caderno, p. 20.

de discriminação, seja contra os índios ou contra as intenções do Governo, como estão querendo fazer com o trabalho do Projeto Rondon”.³¹

Segundo um informe do SNI produzido em fevereiro de 1981, as críticas do CIMI à atuação dos rondonistas se repetiram posteriormente e tiveram um efeito negativo na atuação do Projeto Rondon durante a operação nacional daquele ano. O relatório informava a publicação na imprensa de Manaus de uma nova nota do CIMI em 31 de dezembro de 1980, com o título de “Rondonistas são usados para espionar”. Desta vez, a crítica dos missionários católicos era ainda mais enfática ao afirmar que “os universitários selecionados para a Operação Rondon, [sic] estarão reduzidos à condição de ‘espões de um órgão comprometido com uma política anti-indígena... contra as nações indígenas e suas lutas’.” A nota conclamava os universitários a boicotarem a operação em solidariedade aos povos indígenas. Além disso, o texto dizia que apenas os universitários “desavisados” participavam do Projeto Rondon. Os agentes do SNI atribuíam as críticas dos missionários à operação do programa ao fato de que ela incluía um levantamento detalhado sobre as missões nacionais e estrangeiras que atuavam na Amazônia. Também de acordo com o informe, “a nota publicada pelo CIMI influenciou negativamente os universitários amazonenses, e dos 136 inscritos para a operação conjunta PROJETO RONDON/FUNAI, apenas 34 alunos apresentaram-se para efetuar o trabalho nas áreas indígenas.”³²

A oposição dos missionários católicos reunidos no CIMI não foi o único problema enfrentado por essa atividade dos rondonistas nas comunidades indígenas da Amazônia. Ainda em fevereiro de 1981, o *Jornal do Brasil* deu ampla cobertura à suspeita da Polícia Federal de que o antropólogo Terri Valle de Aquino teria “incitado” os índios kaxinauás contra os universitários do Rondon no estado do Acre. Os agentes da polícia, acompanhados de Iberê Saches, funcionário da Funai, teriam apreendido o material do cinegrafista Renato Dolarolli, que estava acompanhando Aquino na produção de um documentário sobre os kaxinauás. Nesta ocasião, os policiais teriam intimidado o cinegrafista, insistindo para que ele incriminasse o antropólogo com a denúncia “de que a documentação que estava fazendo e a viagem de Terry Aquino estariam sendo financiadas pelo Conselho Indigenista Missionário.” De acordo com duas universitárias do Rondon, elas foram informadas por seringalistas de que “o antropólogo teria armado os índios e instruído para que atirassem nos estudantes a fim de assustá-los.” Procurada pela reportagem do *JB*, a presidenta da Fundação Projeto Rondon,

³¹ Ministro decide volta de índios. *Jornal do Brasil*, 5 de fevereiro de 1981, 1º caderno, p. 16.

³² Informe nº 0039/19/AC/81: Atuação do Conselho Indigenista Missionário – CIMI. 28 de fevereiro de 1981. *Arquivo Nacional – COREG*, Fundo: SNI, ID: A0136130-1981. Destaques no original.

Myriam Levy Cardoso, declarou que todo aquele caso era “supernovo” para ela. Segundo a professora, “nós, que temos um esquema de informações bem montado[,] não sabemos de nada ainda: é a primeira vez que ouço falar dessa história e desses personagens.”³³

A Associação Brasileira de Antropologia lançou uma nota à imprensa defendendo Terri Valle de Aquino – que já havia tido problemas com seringalistas anteriormente, quando foi acusado por eles de armar indígenas, e depois trabalhou por um curto período na própria Funai – das acusações da Polícia Federal. Segundo a entidade, “os boatos transmitidos por seringalistas aos estudantes não merecem crédito: só a ignorância ou a má fé pode justificar que tenham procurado a Polícia Federal para isso”. Mais uma vez, a professora Myriam Cardoso disse que só tinha “conhecimento do caso pelo que leu nos jornais, mas garante que os estudantes recebem toda assistência da Funai em áreas indígenas”.³⁴ Posteriormente, uma nova reportagem do *JB* informava que o líder dos kaxinauás, Alfredo Suero Bane, disse em Rio Branco que as acusações das rondonistas eram mentira, “conversa de branco”. As universitárias nem mesmo teriam chegado às proximidades da aldeia dos kaxinauás, que ficava às margens do rio Humaitá, mas Alfredo Bane garantiu que elas seriam bem recebidas por seu povo. Além disso, o líder indígena disse que havia convidado pessoalmente o antropólogo Terri Vale de Aquino para ir até a sua aldeia e documentar a festa do Mariri, realizada durante todo o mês de janeiro.³⁵

Além de serem acontecimentos indicativos da configuração das relações entre os diversos sujeitos que atuavam na política indigenista durante a década de 1980, esses eventos também trazem à tona indícios tanto das opiniões críticas às atividades do Projeto Rondon como da pluralidade de práticas do rondonistas no interior do país. Ao participarem do programa de extensão, os universitários atuavam em conjunto com agências estatais como a Funai e, em várias ocasiões, eles eram identificados por membros da oposição ao regime como parte das políticas do regime militar. Por isso, atores da oposição como os membros do CIMI entendiam que os universitários atuavam como “espiões” do regime, numa conjuntura em que as denúncias sobre os sistemas de informação e repressão da ditadura ganhavam grande visibilidade em todo o país. A presença de reportagens sobre essas temáticas na grande imprensa, por outro lado, demonstra como, nos anos 1980, os problemas vivenciados pelo Projeto Rondon e pelos universitários que atuavam em suas operações podiam ser explicitados de forma mais contundente.

³³ DPF procura antropólogo acusado de incitar índios. *Jornal do Brasil*, 10 de fevereiro de 1981, 1º caderno, p. 8.

³⁴ Associação defende antropólogo. *Jornal do Brasil*, 11 de fevereiro de 1981, 1º caderno, p. 9.

³⁵ Índio do Acre nega represália a brancos. *Jornal do Brasil*, 12 de fevereiro de 1981, 1º caderno, p. 14.

A Fundação Projeto Rondon em tempos de crise da ditadura

Em novembro de 1980, os professores universitários das várias instituições de ensino superior espalhadas pelo país iniciaram uma greve nacional da categoria. Suas principais motivações eram as perdas salariais impostas pela inflação do governo Figueiredo e os problemas básicos na manutenção dos *campi* universitários. Este foi o primeiro movimento grevista do ciclo de paralisações dos professores das universidades nos anos 1980 e ele recebeu, segundo Rodrigo Patto Sá Motta, “apoio de lideranças estudantis interessadas em fortalecer a luta contra o regime militar.” O ministro da Educação, Eduardo Portella, intencionava corrigir os valores dos salários, negociando com as entidades de representação dos professores, mas enfrentou forte oposição da equipe econômica do governo e dos membros da comunidade de informações da ditadura, que o consideravam excessivamente “liberal”.³⁶ Por isso, Portella foi afastado do cargo e substituído pelo general Rubem Carlos Ludwig, que escolheu o tenente-coronel Sérgio Mário Pasquali para o cargo de secretário-geral do MEC. Segundo o *Jornal do Brasil*, o até então presidente da Fundação Projeto Rondon recebeu com surpresa a notícia de que iria ocupar o segundo posto mais importante do Ministério da Educação. O periódico ressaltou os antigos laços de amizade entre Pasquali e o general Ludwig, sugerindo que este teria sido o principal motivo para a indicação do tenente-coronel para o cargo. Por fim, o *JB* afirmou que, “mesmo ressaltando que ainda não tem nenhuma visão sobre o que será seu trabalho, o Coronel Pasquali acredita que sua experiência durante os anos como presidente do Projeto Rondon o sensibilizaram para os problemas dos universitários.”³⁷

Com a saída de Pasquali, o cargo de presidente da Fundação Projeto Rondon foi ocupado, primeiro interina e depois efetivamente, pela professora de Sociologia da Educação Myriam Levy Cardoso Moreira. Pertencente a uma família de militares, Myriam havia deixado a vida acadêmica de lado para se dedicar integralmente ao programa de extensão universitária em 1971. Antes de se tornar presidente da Fundação, ela havia ocupado uma série de cargos no Rondon: assessora da coordenação geral, diretora de operações, diretora de planejamento e coordenadora estadual no Rio de Janeiro. Meses após a sua indicação para a presidência do Rondon, a professora concedeu uma longa entrevista à revista *Interior* de julho-agosto de 1982. Nela, Myriam Cardoso ressaltava as ligações entre o Projeto Rondon e a reforma universitária de 1968. Na perspectiva da professora, o programa de extensão cumpria uma das diretrizes da reforma do ensino ao promover a atuação das universidades em

³⁶ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Op. citada*, 2014, p. 345-347.

³⁷ Coronel Pasquali é secretário-geral. *Jornal do Brasil*, 28 de novembro de 1980, 1º caderno, p. 4.

comunidades distantes por meio do programa de *campus* avançado. Em suas palavras, “o Rondon foi o órgão que contribuiu para a sedimentação da extensão universitária como preconizava a lei da reforma de ensino.” A presidenta do Rondon ressaltava também a efetividade das operações do programa de extensão no sentido de interiorizar os universitários brasileiros, colaborando para que eles se integrassem aos planos do governo. Segundo ela, “o Rondon, nesses quinze anos, já está ocupando cargos importantes nesse país”. Os exemplos eram logo elencados: o ex-rondonista Cláudio Moreira havia se tornado presidente do Mobral, João Felício era o secretário de Organizações e Sistemas do MEC e João Paulo era o chefe do gabinete de Pasquali no Ministério da Educação.

Um dos principais assuntos da entrevista concedida por Myriam Cardoso, todavia, era, mais uma vez, o debate sobre a filiação institucional do Projeto Rondon. Em vários momentos, os repórteres de *Interior* perguntaram à professora se não seria melhor caso o programa de extensão estivesse ligado ao Ministério da Educação, e não ao Minter. O questionamento era ainda mais significativo naquele contexto, tendo em vista que o tenente-coronel Sérgio Mário Pasquali – coordenador do Rondon durante o governo Médici e seu presidente até pouco tempo – estava agora ligado ao MEC. Myriam respondeu de forma taxativa, dizendo que não enxergava “risco em sermos do MEC ou Minter. Nós somos as duas coisas. O Rondon está ligado ao Minter, não só historicamente, mas pelo seu objetivo maior. O Rondon não é um órgão de educação; logo, ele não poderia estar no MEC.” Reforçando a sua posição, a professora afirmou que

o Ministério da Educação sistematiza, ordena a educação, enquanto o Ministério do Interior é o ministério do “fazer”. O Rondon adquiriu muito este espírito do Minter, o espírito do fazer. [...] Realmente, talvez este seja o caminho da universidade brasileira, o modelo da universidade: trabalhar com a realidade que a circunda ou fora da sua realidade circundante. Isso respondeu à angústia do estudante, porque, num país jovem como o Brasil, com 70 milhões de jovens, o estudante quer participar mais cedo do desenvolvimento. O Projeto Rondon deu essa oportunidade ao jovem. Ele não vai esperar se formar para participar, dar a sua contribuição.³⁸

A perspectiva explicitada por Myriam Cardoso era indício das mudanças pelas quais a significação imaginária das práticas dos rondonistas havia passado desde fins dos anos 1970. A expectativa de que os programas de ação do Projeto Rondon levavam ao contato com a realidade nacional, mostrando ao estudante universitário um contexto brasileiro diferente do que ele estava acostumado, permanecia. A faceta anticomunista, no entanto, era deixada de

³⁸ O Rondon veio mostrar a vocação da Universidade. *Interior*, ano VIII, nº 45, julho-agosto de 1982, p. 22.

lado. A efetividade do programa de extensão era justificada não por meio do recurso ao argumento de que o contato com a realidade nacional iria afastar os universitários dos movimentos críticos ao regime, rotulados todos de “comunistas”, mas através da necessidade de se destinar um lugar social aos jovens tendo em vista a manutenção da ordem. As operações do Projeto Rondon seriam, neste sentido, uma forma de participação do jovem que supria os seus anseios, acabando com a “angústia do estudante” que poderia, em última análise, provocar protestos. O raciocínio permanecia conservador, porém o anticomunismo explícito nos anos anteriores era abandonado diante da nova conjuntura política pela qual passava o país.

Aventada em várias ocasiões desde os anos 1970, a hipótese de transferência do Projeto Rondon para o MEC ganhou adeptos na classe política durante o governo do general Figueiredo. Em novembro de 1979, o deputado Antônio Moraes, filiado ao MDB do Ceará, propôs dividir o Ministério do Interior em duas pastas: uma responsável pelo desenvolvimento urbano e outra centrada nas políticas de desenvolvimento regional. Segundo a imprensa da época, acompanhada de perto pelos gestores do Projeto Rondon, o deputado cearense entendia que a estrutura do Minter era um entrave para o desenvolvimento de áreas como o Nordeste. Na proposta de Antônio Moraes, o programa de extensão passaria para a competência do MEC.³⁹ A proposta foi deixada de lado por um tempo, mas voltaria à pauta nacional alguns anos mais tarde. Em junho de 1984, o então governador de Minas Gerais, Tancredo Neves, apresentou o documento “Um reexame da questão nordestina” ao ministro do Interior em reunião da Sudene realizada na cidade de Montes Claros. Nele, Tancredo propunha a transformação do Minter em Ministério da Habitação, Urbanismo e Saneamento. O Projeto Rondon e a Funai seriam transferidos para a responsabilidade do Ministério da Educação. Segundo o *Jornal do Brasil*, esse documento, que tratava especificamente de políticas públicas para a erradicação da pobreza no Nordeste do país, era “visto por alguns assessores do Governador como um primeiro passo para um programa de Governo”.⁴⁰ O Minter, entretanto, continuaria a existir até 1989, quando o governo Sarney extinguiu tanto o Projeto Rondon como o ministério que o organizava.

³⁹ Deputado quer dividir o Minter. *Jornal de Brasília*, 25 de novembro de 1979, sem página e Deputado quer rachar o MI para acionar. *Diário do Paraná*, 25 de novembro de 1979, sem página. *Projeto Rondon na imprensa*: número 10. *Arquivo central e histórico da UFV*, caixa 876.

⁴⁰ Tancredo vai propor fim do Ministério do Interior. *Jornal do Brasil*, 24 de junho de 1984, 1º caderno, página de capa. Cf. também: Plano de Tancredo prevê reforma agrária no Nordeste. *Jornal do Brasil*, 24 de junho de 1984, 1º caderno, p. 8 e Governadores pressionam Ulysses. *Jornal do Brasil*, 29 de junho de 1984, 1º caderno, p. 4.

Esses debates acerca da estruturação institucional do Projeto Rondon aconteciam em um contexto ruim para as operações do programa de extensão. Se as verbas orçamentárias e as doações de empresários ao Projeto eram volumosas durante os anos 1970, o mesmo não acontecia no contexto de crise econômica do governo Figueiredo. Em diferentes ocasiões, a grande imprensa noticiou a redução do número de vagas nas operações do Rondon em virtude dos problemas financeiros da Fundação. Em novembro de 1981, o *Jornal do Brasil* afirmou que “o Projeto Rondon, este ano, mobilizará cerca de 160 mil universitários, mas, em 1982, o número será menor, ‘por contenção de despesas’.”⁴¹ Ao mesmo tempo, a indicação oficial dos gestores do programa era a de economizar. Em maio de 1980, o boletim *Diretriz* estabelecia que, “para que todos os universitários tenham oportunidade de participar, não deve ser permitido o que entendemos por ‘profissionais do Rondon’.”⁴² Isto significava que a participação contínua de estudantes nos vários programas de ação do Projeto, prática comum nos anos anteriores, não era mais bem vista pela Fundação Projeto Rondon. Ainda assim, as medidas de contenção de gastos eram justificadas pela necessidade de possibilitar a maior participação dos universitários no Rondon. Segundo o *Diretrizes* de outubro de 1979,

As medidas de economia interna do Projeto Rondon permitem que se atinja um objetivo muito mais caro, muito mais valioso para todos nós: a participação de um maior número de Universitários no próprio Projeto.

Quanto mais centavos ou cruzeiros economizarmos ou deixarmos de gastar, tanto mais recursos teremos para maior participação de universitários no Projeto Rondon.

Aumentar a rentabilidade de cada cruzeiro, [sic] é criar condições para uma participação universitária cada vez mais ampla e efetiva do Projeto Rondon.

As Coordenações Estaduais devem desafiar os universitários à criação de Operações que atendam suas aspirações; que atendam os interesses da comunidade carente e que sejam... viáveis.⁴³

A despeito dos efeitos da crise econômica no programa de extensão, os seus gestores continuaram, de fato, esforçando-se para possibilitar a maior participação possível dos estudantes. Vários jovens universitários, por outro lado, inscreviam-se nas operações do Rondon e a Fundação passou a centralizar outras atividades governamentais destinadas aos estudantes na década de oitenta. Em junho de 1980, a Operação Mauá, coordenada pelo Ministério dos Transportes, foi absorvida pelo Projeto Rondon. Ao assinar o convênio que assegurava a participação dos alunos da área de transportes nas operações do Rondon, Mário

⁴¹ Rondon vai contratar profissionais. *Jornal do Brasil*, 14 de novembro de 1981, 1º caderno, p. 9.

⁴² Seleção. *Diretrizes*, 15 de maio de 1980, nº 13, p. 2. *Arquivo central e histórico da UFV*, caixa 876.

⁴³ Economia e participação. *Diretrizes*, 8 de outubro de 1979, nº 5, p. 2. *Arquivo central e histórico da UFV*, caixa 876.

Andreazza declarou que aquela mudança representava “nova formulação de trabalho, destinada à mais ampla mobilização da comunidade universitária no seu anseio de maior participação no processo de desenvolvimento do Brasil e de melhor servir as nossas populações.”⁴⁴ Na revista *Interior*, a Opema foi descrita, nessa mesma ocasião, como uma atividade que objetivava “esclarecer e orientar o universitário com relação à problemática brasileira nesse setor através de sua participação nos diversos programas do Ministério dos Transportes”. A absorção da atividade que homenageava o barão de Mauá ao Projeto Rondon foi vista de forma positiva pela revista, tendo em vista que ela possibilitaria a ampliação da área de atuação do Rondon “junto ao universitário brasileiro”.⁴⁵

A conjuntura de crise econômica não impediu que o programa de extensão lançasse, em maio de 1983, uma de suas atividades de maior impacto propagandístico à época: um concurso com o objetivo de escolher dois universitários para acompanhar o navio brasileiro Barão de Teffé em uma missão científica à Antártida.⁴⁶ A seleção dos rondonistas que iriam participar da viagem foi feita através de um concurso de monografias sobre o tema “O universitário brasileiro e sua contribuição à exploração da Antártica”. Segundo a revista *Interior*, a presidenta da Fundação Projeto Rondon considerava “importante a integração universitária na missão oceanográfica brasileira, pela oportunidade que os estudantes terão de alargar seus conhecimentos científicos e cultura marinha.”⁴⁷ Segundo a propaganda oficial do concurso, publicada no *Jornal do Brasil* a pedido da própria Fundação Projeto Rondon, apenas os estudantes das fases finais de cursos ligados às atividades de exploração da missão brasileira na Antártida, como Biologia Marinha e Climatologia, podiam participar do concurso. Havia, ainda, uma segunda restrição: o estudante deveria ser aluno de uma das seis universidades vinculadas à Comissão Interministerial para os Recursos do Mar.⁴⁸ O nacionalismo, mais uma vez, constituía as ações do Projeto Rondon: neste caso específico, a participação dos universitários na expedição à Antártida era uma demonstração de “capacidade” tanto do Estado como da nacionalidade brasileira.

⁴⁴ Andreazza exalta Projeto Rondon. *Jornal do Brasil*, 19 de junho de 1980, 1º caderno, p. 8. Cf. também: Opema. *Diretrizes*, 26 de fevereiro de 1980, nº 1, p. 2.

⁴⁵ Operação Mauá agora faz parte do Rondon. *Interior*, ano VI, nº 33, julho-agosto de 1980, p. 49.

⁴⁶ Alunos do Rondon irão à Antártida. *Jornal do Brasil*, 18 de maio de 1983, 1º caderno, p. 5.

⁴⁷ Rondon leva estudantes à Antártida. *Interior*, ano IX, nº 61, julho-agosto de 1983, p. 61.

⁴⁸ Entre nessa fria. *Jornal do Brasil*, 15 de julho de 1983, 1º caderno, p. 2. Myriam Cardoso enviou uma carta em agradecimento aos editores do *JB* por terem publicado a peça publicitária “atendendo apelo” do Projeto Rondon. *Cartas. Jornal do Brasil*, 13 de setembro de 1983, 1º caderno, p. 10.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudantes universitários, a ditadura e o Projeto Rondon: deslocamentos de memória, esforços historiográficos

2014: o ano do cinquentenário do golpe de 1964. Ao contrário do que aconteceu nos aniversários anteriores desse acontecimento, a ditadura esteve na pauta das discussões políticas deste ano para além das esperadas atividades acadêmicas. O debate sobre o assunto ganhou a mídia e também as ruas, com o anticomunismo que deu ensejo à quebra da legalidade e à instauração do autoritarismo em 1964 sendo apropriado e atualizado por setores expressivos da extrema-direita. Nos esforços de lembrar o golpe, mas num sentido muito diferente aos pedidos de “intervenção militar”, a UNE também marcou o seu lugar nas batalhas de memória sobre a ditadura com uma série de publicações, eventos e declarações oficiais. Uma das mais significativas dessas atividades patrocinadas pela UNE foi a publicação de um artigo na revista *Princípios* por parte da presidenta da associação e estudante de Letras da USP, Virgínia Barros. No texto, que veio à público em março de 2014, a estudante afirma que “a juventude foi a principal atingida por esse evento histórico, que escolheu os jovens e seus sonhos como a sua maior ameaça, como o inimigo a ser combatido, aniquilado”.

As escolhas e seleções feitas pela universitária em sua narrativa sobre o golpe e a ditadura são indicativas dos enquadramentos próprios de uma memória oficial da UNE que, como analisado na Introdução, vêm sendo construída desde o final dos anos 1970. Em termos de eventos, Virgínia recorda o incêndio do prédio da UNE em 1964, as manifestações contrárias aos acordos MEC-USAID, a reconstrução da entidade em 1979. No que diz respeito aos personagens, são lembrados os nomes dos estudantes que “resistiram” ao regime: Edson Luís, Bergson Gurjão, Helenira Resende, Alexandre Vanucchi Leme e Honestino Guimarães. A conclusão da universitária é a de que “é também válido relembrar a ditadura e os jovens que a derrubaram para buscar sabedoria no combate às suas tristes heranças.”¹ Sua forma de lembrar o passado recente tem, portanto, uma clara demanda de militância política no presente. A sua perspectiva sobre o caráter do regime militar reafirma uma série de argumentos próprios da alegada memória hegemônica acerca da ditadura e que poderiam ser resumidos na tese da oposição entre um Estado – repressor por excelência – e uma sociedade – vítima de um regime discricionário. Os estudantes, por sua vez, são apresentados ao mesmo

¹ BARROS, Virgínia. 1964-2014: a ditadura se foi, a palavra ficou. Por quê? *Princípios*, São Paulo, nº. 129, fevereiro-março de 2014, p. 57 e p. 60.

tempo como opositores, compondo quase que um panteão de heróis da resistência, e como vítimas que tiveram suas vidas violentamente interrompidas por um regime que, parafraseando as suas palavras, escolheu a juventude como a “maior ameaça”, como o “inimigo”.

Efemérides – sejam elas comemorativas ou des-comemorativas – são momentos ímpares para as reelaborações das maneiras por meio das quais diferentes grupos sociais lidam com o seu passado num determinado presente. Aniversários redondos de eventos marcantes – os cinquenta anos de 1964, os quarenta de 1968 e assim por diante – são, afinal, como que convites às atividades de recordar. E é justamente quando se lembra as experiências pretéritas que os sujeitos históricos selecionam o quê trazer e o quê não trazer à tona, deixando entrever, assim, os deslocamentos de sentido próprios das atividades de construção da memória social. Fundamentalmente interessados com a criação de um *modus vivendi* dos sujeitos históricos no presente e com a configuração das identidades individuais e/ou coletivas, esses trabalhos de rememoração são também parte das práticas sociais e dos conflitos políticos em determinada sociedade.² Eles estabelecem, por fim, múltiplas relações com a disciplina que se configurou desde o século XIX como o campo do saber acadêmico acerca das experiências humanas no tempo: a historiografia.³ No caso de períodos mais próximos do tempo presente do historiador – como é, sem dúvidas, o da ditadura militar no Brasil – não seria exagero afirmar que a historiografia acaba se conformando, em suas disputas entre diversos pontos de vista, no próprio movimento de confronto e diálogo com as narrativas de memória que são produzidas e circulam na sociedade.

Conhecedores dessas lições, os historiadores da ditadura militar brasileira têm se questionado já há algum tempo acerca da história das memórias sobre a ditadura e sobre as suas relações com a historiografia dedicada ao período. Essa “historicização da memória” tem levado, segundo Marcos Napolitano, a um esforço de “autocrítica historiográfica” com resultados muito diversos.⁴ Apesar da reconhecida validade do questionamento da narrativa memorialística alegadamente hegemônica acerca dos tempos da ditadura no Brasil, talvez os esforços historiográficos possam também ser problematizados. Diante da constatação de que o chamado “mito da sociedade resistente” se sobrepôs à historiografia, conformando uma consciência histórica que se lembra apenas de experiências de resistência de setores

² POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-4.

³ MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 34, 1992, p. 22-23.

⁴ NAPOLITANO, Marcos. *Op. citada*, 2011, p. 213.

específicos da sociedade brasileira durante o regime militar, uma gama diversa de historiadores têm elegido como tema de suas pesquisas grupos, movimentos e atores que aderiram ao regime ou que tiveram relações de aproximação, ainda que ambíguas e ambivalentes, com o autoritarismo. Esses historiadores têm sugerido que a ditadura instaurada em 1964 não seria somente “militar”, e sim “civil-militar”, tendo em vista o apoio da “sociedade” ao regime. Para alguns desses autores, a implicação mais recente desse raciocínio é a afirmação da existência de um “consenso social” em torno da ditadura ao menos em seus dez primeiros anos de existência.⁵

No caso do Projeto Rondon, no entanto, é preciso considerar a dinâmica social dos universitários brasileiros durante as décadas de 1960 a 80, bem como as suas relações tanto com o escopo do programa de extensão quanto com os avanços e os recuos autoritários do regime instaurado em 1964. Ainda que se deva questionar o superdimensionamento que os movimentos contestatórios da juventude universitária ganharam nos esforços de recordação efetivados durante e após a abertura do regime, não se pode, por outro lado, negar que essa memória foi construída tendo como base uma mobilização efetiva e significativa dos estudantes em movimentos de esquerda nos anos da ditadura. Este exercício teria um efeito inverso, mas ainda assim problemático: o de subestimar o engajamento de esquerda dos estudantes, criando um outro mito generalista segundo o qual os universitários (ou a “sociedade”) simplesmente apoiaram a ditadura. Ao contrário: como uma agenda de pesquisa aberta a partir dos resultados deste trabalho, fica a possibilidade de se questionar acerca da *dinâmica* das experiências dos estudantes durante a ditadura. Este processo estava sujeito tanto às flutuações de temporalidades próprias do campo estudantil como aos matizes político-sociais dos estudantes universitários, diversos mas localizáveis na tessitura social do Brasil àquela época.

O Projeto Rondon era parte dessa dinâmica social da área estudantil, constituindo-se como uma iniciativa governamental que atraía críticas, adesão, acomodação ou apatia dos estudantes universitários. Essa dinâmica também incluía ao menos quatro outras posturas de estudantes: (1) a identificação com os valores do regime – casos dos membros da Arena Jovem ou de vários líderes do órgão oficial de representação estudantil no início da ditadura,

⁵ Ainda que compartilhem de uma perspectiva próxima acerca do caráter do regime instaurado com o golpe de 1964, esses trabalhos comportam nuances quando comparados entre si. Cf., dentre outros, CORDEIRO, Janaina. *Op. citada*, 2012; SOUZA, César Augusto Martins de. *Op. citada*, 2012; e ROLLEMBERG, Denise & QUADRAT, Samantha Viz. *Op. citada*, 2010. Sobre o mesmo assunto, Daniel Aarão Reis Filho afirma que “em determinados momentos, parecia que o governo [militar] havia conseguido construir, em torno de si, uma espécie de consenso, embora o debate sobre a questão, e sobre o próprio conceito, ainda permaneça em aberto.” REIS FILHO, Daniel Aarão. *Op. citada*, 2014, p. 83-84.

o Diretório Nacional dos Estudantes; (2) comportamentos críticos à ditadura, mas que fugiam do espaço institucional da UNE, como o chamado “desbunde” contracultural dos anos 1970; (3) a apatia ou a acomodação de alguns estudantes, que escolhiam terminar os seus cursos universitários sem se envolver diretamente com as atividades políticas da oposição ou da ditadura que tinham lugar nos *campi* universitários; e, por fim, (4) a pluralidade de correntes políticas dentro da própria UNE (comunistas, católicos de esquerda, esquerda nacional popular) e os impasses políticos gerados pelas disputas internas aos movimentos estudantis de esquerda.

Como argumentado ao longo desta dissertação, o Projeto Rondon foi criado, no final dos anos 1960, com um duplo objetivo que estava conectado à própria constituição das práticas dos rondonistas na experiência do tempo. Por um lado, esperava-se cultivar e fomentar o civismo no seio da juventude universitária, proporcionando, por meio das operações do Rondon, o conhecimento “prático” da realidade nacional que estaria incrustada, por excelência, no interior do país. O programa de extensão era entendido pelos atores ligados ao regime, portanto, como uma maneira de atrair a simpatia dos jovens estudantes e de atribuir-lhes a tarefa de “conquista” do Brasil, de ocupação do território pelos próprios brasileiros. Por outro lado, esse imaginário nacionalista comportava uma faceta anticomunista muito clara entre 1967 e 1979. Os professores, técnicos, militares e membros da elite política do país que se envolviam com o Projeto Rondon entendiam que a “aula de Brasil” proporcionada pelos programas de ação do projeto de extensão seriam capazes de demonstrar aos estudantes o suposto descompasso atribuído às críticas das esquerdas (universitárias ou não) ao regime. Além disso, o efeito pedagógico do Rondon teria como resultado, segundo esses mesmos sujeitos, a demonstração da pretensa incompatibilidade entre o comunismo – espécie de conceito guarda-chuva no qual toda a oposição era agrupada pelos anticomunistas – e as características próprias da população brasileira.

Essa lógica funcionou até o início do governo do general Figueiredo, quando os sujeitos envolvidos com o Rondon passaram a significar as suas práticas no interior do país de forma diversa. Inicialmente foi a própria efervescência dos movimentos estudantis de esquerda entre 1967 e 68 que motivou os militares a criarem o programa de extensão. O Rondon deveria funcionar, assim, ao mesmo tempo como uma abertura do regime para a chamada “participação responsável” da juventude, subordinada aos objetivos e projetos governamentais, e uma estratégia que visava afastar os universitários dos movimentos críticos ao regime. Porém, a reorganização das entidades estudantis de esquerda a partir da reconstrução da UNE em 1979 e as mudanças institucionais da ditadura – fim do AI-5,

reforma partidária e anistia dos presos políticos – impuseram mudanças na forma como os rondonistas significavam suas ações no interior do país. Na década de 1980, a contrapartida anticomunista do imaginário nacionalista do Rondon foi sendo, aos poucos e de forma inconstante, deixada de lado. Em declarações públicas de seus gestores, na grande imprensa ou nos periódicos da Fundação Projeto Rondon e mesmo na documentação oficial do programa de extensão, as operações do Rondon continuaram a ser consideradas atividades cívicas, que fomentariam o sentimento de brasilidade na “futura elite” do país. Os movimentos estudantis de esquerda ainda eram vistos com cautela pelos gestores do programa de extensão, que continuavam insistindo na contraposição entre os conceitos de *participação* e o de *engajamento*. Porém, o anticomunismo foi perdendo força, ainda que estivesse presente entre os membros da comunidade de informações do regime que vigiavam os estudantes universitários.

Como que a indicar a citada dinâmica social dos estudantes durante a ditadura, várias e diversas foram as atitudes dos universitários com relação ao Projeto Rondon entre 1967 e 1985. Alguns deles identificavam-se com o imaginário nacionalista que estava na base das operações do programa e, por isso, participaram do Rondon no longo prazo. Houve, inclusive, experiências de adesão aos ataques do regime ao movimento estudantil patrocinados pelos militares e gestores do Rondon. Outros, principalmente no final dos anos 1960, promoveram denúncias e boicotes contra o Projeto Rondon, que era considerado uma “arma” do capitalismo norte-americano para manter a situação de subdesenvolvimento do Brasil e popularizar o Exército. Alguns militantes dos movimentos estudantis de esquerda também participavam do Rondon, e a UNE chegou até mesmo a entender que a atuação no interior do país por meio das operações do programa de extensão poderia ser uma oportunidade de se “resistir por dentro”, utilizando-se da estrutura governamental para conscientizar o “homem do campo” sobre a luta contra a ditadura. Por isso, a comunidade de informações do regime manteve-se atenta às inscrições para o Rondon e denunciou, em diferentes momentos, a chamada “infiltração” de “elementos subversivos” nas atividades do programa.

REFERÊNCIAS

1. Acervos pesquisados

Acervo da revista Veja – Online.

Arquivo Central do Sistema de Arquivos da UNICAMP (SIARQ) – Campinas/São Paulo.

Arquivo Central e Histórico da UFV – Viçosa/Minas Gerais.

Arquivo Nacional/COREG – Brasília/Distrito Federal.

Arquivo Público do Estado do Paraná – Curitiba/Paraná.

Beeston Collection: University of Texas – Austin/Texas, EUA

Biblioteca Central da UFMG – Belo Horizonte/Minas Gerais.

Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional – Online.

2. Fontes

2.1. Periódicos

a) *Antenna Eletrônica Popular*

Alunos do Gramrondon assistem à palestra de PY1AFA. *Antenna Eletrônica Popular*, vol. 38, nº 4, julho-agosto de 1975, p. 111.

Dentel entrega diplomas. *Antenna Eletrônica Popular*, vol. 38, nº 4, julho-agosto de 1975, p. 96-97.

Gramrondon no XIV Salão da criança. *Antenna Eletrônica Popular*, vol. 37, nº 3, novembro-dezembro de 1974, p. 57.

b) *Correio da Manhã*

A meta do MEC: educação para o desenvolvimento. *Correio da Manhã*, 3 de dezembro de 1970, Diretor Econômico, p. 9.

Abaixo a ditadura irrita Costa e Silva. *Correio da Manhã*, 3 de agosto de 1968, 1º caderno, p. 3.

Albuquerque Lima ouviu estudantes do Projeto Rondon. *Correio da Manhã*, 17 de fevereiro de 1968, 1º caderno, p. 5.

ATALA, Fuad. Um rumo para o Projeto Rondon. *Correio da Manhã*, 14 de agosto de 1969, 1º caderno, p. 4.

ATALA, Fuad. Rondon: um projeto contra a desesperança. *Correio da Manhã*, 31 de agosto de 1969, 1º caderno, p. 13.

BRAGA, José Carlos. Jovens-Rondon já ocupam Amazônia. *Correio da Manhã*, 10 de janeiro de 1968, 1º caderno, p. 8.

BRAGA, José Carlos. Universitário conhece o interior. *Correio da Manhã*, 31 de janeiro de 1968, 1º caderno, p. 3.

Cartas à redação. *Correio da Manhã*, 23 de outubro de 1966, 1º caderno, p. 14.

Estudante quer integrar o país. *Correio da Manhã*, 16 de julho de 1967, 1º caderno, p. 22.

Estudante volta com malária de um estágio na selva. *Correio da Manhã*, 8 de agosto de 1967, 1º caderno, p. 11.

Estudantes mineiros contra Projeto Rondon. *Correio da Manhã*, 6 de julho de 1968, 1º caderno, p. 9

Estudantes no interior “integram para não entregar”. *Correio da Manhã*, 15 de julho de 1967, 1º caderno, p. 3.

Estudantes voltam e querem Projeto Rondon presente. *Correio da Manhã*, 16 de fevereiro de 1968, 1º caderno, p. 5.

Guerra aponta caminhos para a segurança nacional. *Correio da Manhã*, 8 de novembro de 1966, 1º caderno, p. 8.

Integrar para não entregar é o slogan do Projeto Rondon e da Operação Fluminense. *Correio da Manhã*, 1 de maio de 1970, Caderno Estado do Rio, p. 17.

Interior cria Prêmio Rondon de Reportagem no País e no exterior. *Correio da Manhã*, 6-7 de fevereiro de 1972, 1º caderno, p. 3.

Jornalista recebe prêmio: venceu o Concurso Rondon. *Correio da Manhã*, 16 de maio de 1974, 1º caderno, p. 2.

Mem de Sá defende a ampliação do Rondon. *Correio da Manhã*, 13 de agosto de 1970, 1º caderno, p. 4.

Militares vêm em seminário ligação sobre educação. *Correio da Manhã*, 22 de outubro de 1966, 1º caderno, p. 2.

Ministro expressa confiança no Rondon. *Correio da Manhã*, 30 de abril-1 de maio de 1972, 1º caderno, p. 2.

Ministro instala curso do Projeto Rondon. *Correio da Manhã*, 3 de maio de 1972, 1º Caderno, p. 3.

Mondin: projeto Rondon é escola de ação política. *Correio da Manhã*, 9-10 de setembro de 1973, 1º caderno, p. 12.

Morre no Acre estudante do Projeto Rondon. *Correio da Manhã*, 30 de janeiro de 1968, 1º caderno, p. 3.

O que há com os estudantes. *Correio da Manhã*, 14 de julho de 1968, 1º caderno, p. 2.

Projeto. *Correio da Manhã*, 5 de janeiro de 1968, 1º caderno, p. 8.

Projeto Rondon. *Correio da Manhã*, 5 de dezembro de 1969, 1º caderno, p. 11.

Projeto Rondon divulga o planejamento da nova fase. *Correio da Manhã*, 29 de maio de 1971, Anexo, p. 8.

Projeto Rondon leva à Amazônia. *Correio da Manhã*, 11 de janeiro de 1968, 1º caderno, p. 2.

Projeto Rondon tem selo dia 5. *Correio da Manhã*, 1 de maio de 1970, 1º caderno, p. 16.

Rolim vê má influência na TV, cinema e rádio. *Correio da Manhã*, 9 de novembro de 1966, 1º caderno, p. 8.

Rondon. *Correio da Manhã*, 21 de janeiro de 1971, página de capa.

Roraima e Tefé são novos campus do Projeto Rondon. *Correio da Manhã*, 8 de julho de 1969, 1º caderno, p. 9.

Selos para 1970. *Correio da Manhã*, 18-19 de fevereiro de 1970, Jornal de serviço, p. 25

Sem título. *Correio da Manhã*, 23 de outubro de 1966, 1º caderno, p. 3.

Semana Rondon continua. *Correio da Manhã*, 6 de maio de 1970, 1º caderno, p. 9.

Seminário diz que caserna é escola de democracia. *Correio da Manhã*, 11 de novembro de 1966, 1º caderno, p. 8.

Seminário trata da universidade e da segurança, *Correio da Manhã*, 25 de outubro de 1966, 1º caderno, p. 8.

UEG – Projeto Rondon. *Correio da Manhã*, 1 de agosto de 1967, 1º caderno, p. 3.

Um europeu fala do Projeto Rondon: a mais completa atividade social. *Correio da Manhã*, 13 de agosto de 1970, 1º caderno, p. 3.

Universidade integrada. *Correio da Manhã*, 28 de junho de 1967, 1º caderno, p. 3.

c) *Diretrizes*

1969-1979: Campus avançado, Projeto Rondon. *Diretrizes*, 3 de agosto de 1979, nº 4, p. 3.

As dimensões do campus. *Diretrizes*, 8 de outubro de 1979, nº 5, p. 1.

Dia do Rondonista. *Diretrizes*, 21 de junho de 1982, nº 30, p. 1.

Economia e participação. *Diretrizes*, 8 de outubro de 1979, nº 5, p. 2.

GRU: um compromisso *Diretrizes*, 3 de agosto de 1979, nº 4, p. 3.

Opema. *Diretrizes*, 26 de fevereiro de 1980, nº 1, p. 2.

PRO: um movimento sem “ex”. *Diretrizes*, 3 de agosto de 1979, nº 4, p. 2.

Seleção. *Diretrizes*, 15 de maio de 1980, nº 13, p. 2.

d) Folha de S. Paulo

‘AeroLula’estréia dia 19 em viagem pra o Amazonas. *Folha de S. Paulo*, 7 de janeiro de 2005, p. A5.

BRASIL, Kátia. Presidente estréia avião e inaugura a nova versão do Projeto Rondon. *Folha de S. Paulo*, 19 de janeiro de 2005, p. A6.

Lula cria secretaria da juventude. *Folha de S. Paulo*, 20 de janeiro de 2005, p. A4.

Túnel do tempo. 24 de agosto de 2004, *Folha de S. Paulo*, p. A4.

e) Interior

Atualidades. *Interior*, maio-junho de 1976, ano III, nº 11, p. 45.

MACHADO, Nonnato. Sagui, quati, sustos e gritos às vezes perturbam a calma do *campus* de Santarém. *Interior*, ano VI, nº 33, julho-agosto de 1980, p. 21-27.

Mais de 5 mil em ação no Projeto Rondon. *Interior*, ano I, nº 1, dezembro de 1974, p. 18-21.

Operação Mauá agora faz parte do Rondon. *Interior*, ano VI, nº 33, julho-agosto de 1980, p. 49.

Projeto Rondon: 15 anos aproximando a universidade da realidade. *Interior*, ano VIII, nº 45, julho-agosto de 1982, p. 18-21.

Rondon abre a universidade para o Brasil. *Interior*, ano VI, nº 33, julho-agosto de 1980, p. 4-10.

Rondon: agora mais forte e com o mesmo ideário. *Interior*, ano II, nº 7, dezembro de 1975, p. 18-21.

Rondon chegou! (que poderão fazer os universitários no interior do Ceará?). *Interior*, ano IV, nº 24, maio-junho de 1978, p. 58-65.

Rondon: uma nova abertura. *Interior*, ano III, edição especial, maio de 1976, p. 64-64.

O Rondon veio mostrar a vocação da Universidade. *Interior*, ano VIII, nº 45, julho-agosto de 1982, p. 21-24.

VELASCO E PONTES, Valéria de. Ao leitor. *Interior*, ano VI, nº 33, julho-agosto de 1980, sem página.

f) *Jornal do Brasil*

Alargamento de Copacabana leva carioca à Barra. *Jornal do Brasil*, 11-12 de janeiro de 1970, 1º caderno, p. 31.

Albuquerque Lima exalta interesse da juventude. *Jornal do Brasil*, 13 de janeiro de 1968, p. 7, 1º caderno.

Alunos voltam alarmados com o nível de vida em Rondônia. *Jornal do Brasil*, 8 de agosto de 1967, 1º caderno, p. 15.

AMARAL, Gilberto. Projeto Rondon. *Jornal do Brasil*, 27 de agosto de 2004, p. D6.

Amazônia conhecerá dedicação de estudantes. *Jornal do Brasil*, 24 de dezembro de 1967, 1º caderno, p. 15.

Andreazza exalta Projeto Rondon. *Jornal do Brasil*, 19 de junho de 1980, 1º caderno, p. 8.

Associação defende antropólogo. *Jornal do Brasil*, 11 de fevereiro de 1981, 1º caderno, p. 9.

Azeredo assina 2ª feira em Assunção convênio e protocolos de Itaipu. *Jornal do Brasil*, 3 de setembro de 1974, 1º caderno, p. 4.

BARROS, Teresa. Marieta: pela boa imagem do Rondon. *Jornal do Brasil*, 22 de julho de 1970, Caderno B, p. 5.

Cartas. *Jornal do Brasil*, 28 de julho de 1977, 1º caderno, p. 10.

Cartas. *Jornal do Brasil*, 13 de setembro de 1983, 1º caderno, p. 10.

Choeri, o fundador, faz críticas. *Jornal do Brasil*, 17 de julho de 1977, 1º caderno, p. 26.

Cimi denuncia militar na Funai. *Jornal do Brasil*, 16 de outubro de 1980, 1º caderno, p. 8.

Comunicação de massa vai à Amazônia. *Jornal do Brasil*, dezembro de 1968, *Jornal do JB*, página de capa.

Concurso dará Cr\$ 10 mil à melhor reportagem sobre a atuação do Projeto Rondon. *Jornal do Brasil*, 6-7 de fevereiro de 1972, 1º caderno, p. 32.

Concurso Verde Amarelo: radioamadores no ar. *Jornal do Brasil*, 23 de agosto de 1974, Caderno B, p. 4.

Coordenação mostra as realizações do movimento. *Jornal do Brasil*, 10 de outubro de 1970, 1º caderno, p. 4.

Coordenador-geral anuncia que Projeto Rondon vai ampliar atuação permanente. *Jornal do Brasil*, 5 de agosto de 1971, 1º caderno, p. 16

Coordenador pretende que Operação Rondon amplie visão de universitários. *Jornal do Brasil*, 4 de janeiro de 1975, 1º caderno, p. 14.

Coordenadores regionais unificam a atuação do Projeto Rondon no país. *Jornal do Brasil*, 25 de março de 1972, 1º caderno, p. 12.

Coronel do Projeto Rondon afirma que militares não querem doutrinar os jovens. *Jornal do Brasil*, 5 de junho de 1970, 1º caderno, p. 4.

Coronel Pasquali é secretário-geral. *Jornal do Brasil*, 28 de novembro de 1980, 1º caderno, p. 4.

Costa Cavalcanti viajará sábado para Amazônia onde visitará “campus” avançados. *Jornal do Brasil*, 1º caderno, p. 12.

Costa e Silva ordena apoio total e anima com mensagem membros do Projeto Rondon. *Jornal do Brasil*, 13 de janeiro de 1968, 1º caderno, p. 7.

Costa e Silva receberá estudantes. *Jornal do Brasil*, 2 de agosto de 1968, página de capa.

DPF procura antropólogo acusado de incitar índios. *Jornal do Brasil*, 10 de fevereiro de 1981, 1º caderno, p. 8.

Entre nessa fria. *Jornal do Brasil*, 15 de julho de 1983, 1º caderno, p. 2.

Estudante do Projeto Rondon cai no barco e morre no Acre. *Jornal do Brasil*, 30 de janeiro de 1968, 1º caderno, p. 14.

Estudantes embarcam para a Amazônia quase sem recursos, *Jornal do Brasil*, 27 de dezembro de 1967, 1º caderno, p. 17.

Estudantes recuperam seu prédio. *Jornal do Brasil*, 27 de fevereiro de 1981, 1º caderno, p. 8.

Estudantes vão fazer estradas. *Jornal do Brasil*, 7 de julho de 1967, 1º caderno, p. 14.

Estudo e trabalho: turismo, não. *Jornal do Brasil*, 16 e 17 de julho de 1967, 2º caderno, p. 4.

Fundação agora substitui o Projeto Rondon. *Jornal do Brasil*, 16 de dezembro de 1975, página de capa.

Garnero diz que não altera Projeto Rondon. *Jornal do Brasil*, 17 de julho de 1977, 1º caderno, página de capa.

- Governadores pressionam Ulysses. *Jornal do Brasil*, 29 de junho de 1984, 1º caderno, p. 4.
- Governo examina sugestões para a segurança nacional. *Jornal do Brasil*, 13 de novembro de 1966, 1º caderno, p. 4.
- Grupos do Projeto Rondon informam otimistas sobre o que fazem em 72 frentes. *Jornal do Brasil*, 6 de fevereiro de 1968, 1º caderno, p. 16.
- Humorismo soviético. *Jornal do Brasil*, 5 de outubro de 1968, Editorial, p. 6.
- Índio do Acre nega represália a brancos. *Jornal do Brasil*, 12 de fevereiro de 1981, 1º caderno, p. 14.
- Informe JB. *Jornal do Brasil*, 10-11 de maio de 1971, 1º caderno, p. 10.
- Interior e UEG assinam ato que cria “campus” avançado em Parintins, no Amazonas. *Jornal do Brasil*, 1 de abril de 1970, 1º caderno, p. 14.
- Lions premia radioamador de São Paulo. *Jornal do Brasil*, 19 de junho de 1971, 1º caderno, p. 12.
- Lula estréia avião no Amazonas. *Jornal do Brasil*, 7 de janeiro de 2005, p. A3.
- Lula quer jovem engajado. *Jornal do Brasil*, 20 de janeiro de 2005, p. A4.
- Mais de um milhão doado ao Funrondon. *Correio da Manhã*, 11 de janeiro de 1972, 1º caderno, p. 3.
- MEC não absorve P. Rondon. *Jornal do Brasil*, 24 de maio de 1975, 1º caderno, p. 14.
- Mineiros pregam boicote ao Projeto Rondon-II, 7 de julho de 1968, *Jornal do Brasil*, 1º caderno, p. 32.
- Ministro decide volta de índios. *Jornal do Brasil*, 5 de fevereiro de 1981, 1º caderno, p. 16.
- Mocidade a motivar. *Jornal do Brasil*, 21 de julho de 1970, Editorial, p. 6.
- Operação Rondon reúne jovens de quatro Estados em Niterói. *Jornal do Brasil*, 6 de janeiro de 1974, 1º caderno, p. 19.
- O Projeto Rondon põe as cartas na mesa. *Jornal do Brasil*, 21 de agosto de 1978, 1º caderno, p. 13.
- Otávio Costa afirma que a educação cívica visa a aperfeiçoar as criaturas. *Jornal do Brasil*, 22 de outubro de 1970, 1º caderno, p. 3.
- Presidente Geisel sanciona lei que cria fundação para substituir Projeto Rondon. *Jornal do Brasil*, 16 de dezembro de 1975, 1º caderno, p. 20.
- Projeto Rondon. *Jornal do Brasil*, 6 de dezembro de 1967, Editorial, p. 6.

Projeto Rondon. *Jornal do Brasil*, 17 de outubro de 1969, Editorial, p. 6.

Projeto Rondon. *Jornal do Brasil*, 12 de agosto de 1968, página de capa.

Projeto Rondon ajudará a criar “campus” no interior. *Jornal do Brasil*, 11 de dezembro de 1968, 1º caderno, p. 7.

Projeto Rondon celebrará depois de amanhã 115 anos do Mal. Cândido Rondon. *Jornal do Brasil*, 3-4 de maio de 1970, 1º caderno, p. 22.

Projeto Rondon colabora com Funai. *Jornal do Brasil*, 12 de outubro de 1980, 1º caderno, p. 20.

Projeto Rondon da UEG já está em plena execução no interior do país. *Jornal do Brasil*, 16 e 17 de julho de 1967, 2º caderno, p. 4.

Projeto Rondon faz dez anos fiel à integração. *Jornal do Brasil*, 17 de julho de 1977, 1º caderno, p. 26.

Projeto Rondon funciona hoje entregando material. *Jornal do Brasil*, 4-5 de janeiro de 1970, 1º caderno, p. 17.

Projeto Rondon: heróis construindo o Brasil. *Jornal do Brasil*, 12 de março de 1976, 1º caderno, p. 17.

Projeto Rondon modificado mobiliza estudantes para a integração da Amazônia. *Jornal do Brasil*, 17 de maio de 1968, 1º caderno, p. 16.

Projeto Rondon nasceu da crítica e tornou-se um desafio que foi vencido. *Jornal do Brasil*, 7 e 8 de dezembro de 1969, 1º caderno, p. 44.

Projeto Rondon em 69 terá 5 mil universitários. *Jornal do Brasil*, 6 de outubro de 1968, 1º caderno, p. 21.

Radioamador disputará troféu UIT. *Jornal do Brasil*, 26 de fevereiro de 1970, 1º caderno, p. 10.

Rangel indica Projeto Rondon. *Jornal do Brasil*, 30 de julho de 1977, 1º caderno, p. 15.

Rondon dá Cr\$ 15 mil por cartaz. *Jornal do Brasil*, 3 de novembro de 1977, 1º caderno, p. 6.

Rondon III levará a comunicação de massa ao Amazonas. *Jornal do Brasil*, dezembro de 1968, Jornal do JB, p. 3.

Rondon-III terá estudantes de jornalismo por sugestão do JB. *Jornal do Brasil*, 7 de janeiro de 1969, 1º caderno, p. 13.

Rondon vai contratar profissionais. *Jornal do Brasil*, 14 de novembro de 1981, 1º caderno, p. 9.

Seminário recomendará hoje ao Governo reestruturação de base no serviço militar. *Jornal do Brasil*, 9 de novembro de 1966, 1º caderno, p. 7.

SOUZA, Maria Eduarda Alves de. Radioamadorismo: o “hobby” da comunicação. *Jornal do Brasil*, 8 de abril de 1974, caderno B, p. 8.

Superintendente demite-se do Rondon. *Jornal do Brasil*, 28 de maio de 1977, 1º caderno, p. 14.

Plano de Tancredo prevê reforma agrária no Nordeste. *Jornal do Brasil*, 24 de junho de 1984, 1º caderno, p. 8.

Tancredo vai propor fim do Ministério do Interior. *Jornal do Brasil*, 24 de junho de 1984, 1º caderno, página de capa.

g) *Leia Nacional*

Definidos horários para rede de rádio. *Leia Nacional*, 8 de março de 1976, nº 164, p. 2.

Este o resultado do Prêmio de Reportagem. *Leia Nacional*, 2 de maio de 1975, n 125, p. 1.

Paranaense diz o que pensa sobre o Rondon. *Leia Nacional*, 8 de março de 1976, nº 164, p. 2.

Prazo de entrega das reportagens vai até dia 15 de março. *Leia Nacional*, 23 de fevereiro de 1976, nº 163, p. 1.

h) *Manchete*

CARVALHO, Tânia. Projeto Rondon: os bandeirantes do século 20. *Manchete*, ano 21, nº 1.129, 8 de dezembro de 1973, p. 58-62.

i) *O Estado de São Paulo*

CARDOSO, Ruth. Em 2005, o velho Projeto Rondon. *O Estado de São Paulo*, 30 de janeiro de 2005, p. A2.

MAYRINK, José Maria. Direção do Rondon reage às críticas de Ruth Cardoso. *O Estado de São Paulo*, 01 de fevereiro de 2005, p. A9.

j) *OPEMA: em ritmo de Brasil jovem*

A Operação Mauá e a Educação. *OPEMA: em ritmo de Brasil jovem*, Brasília, ano 1, nº 2, novembro de 1970, p. 25-27.

Condutores da história. *OPEMA: em ritmo de Brasil jovem*, Brasília, ano 9, nº 24, dezembro de 1979, p. 3

OPEMA prepara hoje o Brasil de amanhã. *OPEMA: em ritmo de Brasil jovem*, Brasília, ano 2, nº 3, julho de 1971, p. 36-47.

SOARES, Aroldo Pereira. Operação Mauá: custos e perspectivas. *OPEMA: em ritmo de Brasil jovem*, Brasília, ano 9, nº 24, dezembro de 1979, p. 46-47.

k) Princípios

BARROS, Virgínia. 1964-2014: a ditadura se foi, a palavra ficou. Por quê? *Princípios*, São Paulo, nº. 129, fevereiro-março de 2014, p. 56-60.

l) Propaganda

Uma campanha de participação. *Propaganda*, maio de 1972, p. 52-54.

m) Realidade

NOGUEIRA, Nemércio. Aula de Brasil. *Realidade*, São Paulo, maio de 1969, ano IV, n. 38, p. 78-90.

n) Rondon

A redescoberta da recreação. *Rondon*, ano III, nº 4, 1974, p. 4-9.

As vozes amigas. *Rondon*, ano IV, nº 5, 1975, p. 32-36.

Editais dos concursos instituídos pelo Projeto Rondon. *Rondon*, ano II, nº 2, 1973, p. 56-59.

Editorial. *Rondon*, ano II, nº 2, 1973, p. 6.

Olha a cara dos trouxas que voltaram do Projeto Rondon. *Rondon*, ano 2, nº 2, 1973, p. 52-53.

o) Veja

Aula prática de Brasil. *Veja*, São Paulo, 05 de fevereiro de 1969, ed. 22, p. 44-46.

A Volkswagen planta uma ideia para os empresários que gostam do Brasil. *Veja*, 28 de abril de 1976, edição 399, p. 81.

Dez anos depois. *Veja*, 16 de janeiro de 1977, edição 441, p. 52.

Frutos do campus. *Veja*, edição 250, 10 de junho de 1973.

Mudança de rota: o Projeto Rondon ainda procura seu caminho. *Veja*, edição 622, 6 de agosto de 1980, p. 91.

Nada de namoros. *Veja*, 27 de dezembro de 1972, edição 225, p. 50-51.

O 1º time de Passarinho. *Veja*, edição nº 64, 26 de novembro de 1969, p. 64.

PATUSCO FILHO, Gastão. Entrevista, Mauro Costa Rodrigues: “Não queremos moços conformados”. *Veja*, São Paulo, 13 de agosto de 1968, ed. 49, p. 3-6.

Projeto amor. *Veja*, edição 307, 24 de julho de 1974, p. 64.

Reflexões dos dez anos. *Veja*, 27 de julho de 1977, edição 464, p. 86-87.

Ritmo acelerado. *Veja*, 29 de agosto de 1973, edição 260, p. 97.

VERÍSSIMO, Suzana. Entrevista: Sérgio Pasquali – A escola da realidade: onde começa o trabalho e termina o turismo no Projeto Rondon, segundo seu coordenador. *Veja*, edição 175, 12 de janeiro de 1972, p. 3-5.

2.2. Livros

COORDENAÇÃO GERAL DO PROJETO RONDON. *Projeto Rondon e sua dimensão atual*. Brasília: Ministério do Interior, 1974.

D'ARAÚJO, Maria Celina & CASTRO, Celso. *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

EQUIPE DO PROJETO RONDON. *O Projeto Rondon*. Rio de Janeiro: Bloch, 1972.

FIGUEIREDO, João Baptista. *Mensagem ao Congresso Nacional*. Imprensa Nacional: Brasília, 1985.

GEISEL, Ernesto. *Mensagem ao Congresso Nacional*. Imprensa Nacional: Brasília, 1979.

MINISTÉRIO da Educação e Cultura. *Uma visão do campus avançado pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras e Fundação Projeto Rondon*. Brasília: MEC/DDD, 1980.

MORAES, Elza Cobra de; TODDAI, Romeu e MORAES, Wilson de. *Curso para radioamadores: radiotelegrafia e legislação*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Seleções Eletrônicas, 1977.

TORLONI, Hilário. *Estudo de problemas brasileiros*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1972.

VITAL, João Carlos (coord.). *Diagnóstico institucional do Projeto Rondon*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1974.

2.3 Outras publicações impressas

BRAGA JÚNIOR, Senador. *Projeto Rondon/Mobral: a cooperação no planejamento integrado*. Senado: Brasília, 1977.

RODRIGUES, Mauro da Costa e CHOERI, Wilson. Project Rondon. *Military Review*, vol. L, abril de 1970, nº 4, Fort Leavenworth/Kansas/EUA, p. 65-70.

CHOERI, Wilson. O campus avançado – Projeto Rondon. In: CONSELHO DE REITORES. *Seminário sobre a Integração da Universidade na comunidade*. Ponta Grossa: Conselho de Reitores, 1972.

Decreto nº 62.927, de 28 de Junho de 1968. *Diário Oficial da União*, seção 1, 1/7/1968, p. 5.387.

Diário do Congresso Nacional. Brasília: 1967-1985.

EQUIPE DOS COBRAS. *Missão cumprida*: relatório das atividades desenvolvidas pela equipe GTU/PR em Humaitá, Amazonas. Humaitá/Bauru, 1972.

Grêmio de radioamadores da coordenação regional centro-sul do Projeto Rondon: extrato de registro para pessoas jurídicas. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, 13 de abril de 1974, p. 40.

Grêmio de radioamadores do Projeto Rondon: extrato dos estatutos. *Diário Oficial da União*, seção I, parte I, 13 de agosto de 1973, p. 7.971.

GUIMARÃES, Neljanir. *Projeto Rondon, a opção jovem de desenvolvimento*: depoimento. Brasília: Ministério do Interior, 1976.

PROJETO RONDON. *Projeto Rondon: integrar para não entregar*. Brasília: Ministério do Interior, s/d.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de relançamento do Projeto Rondon*. Brasília: Secretaria de Imprensa e Divulgação, 2005.

2.4 Áudio-visual

Vídeos:

Cinejornal Informativo n. 103, Agência Nacional, 1968.

Cinejornal Informativo n. 104, Agência Nacional, 1968.

Vinís:

ASSESSORIA Especial de Relações Públicas da Presidência. Gravação especial: Projeto Rondon. São Paulo: Aerp-SP2, c. 1970-1974. 1 vinil. 6 faixas.

CORAL da Universidade Católica de Salvador. *Projeto Rondon: integrar para não entregar*. Salvador: PUC-BA, c. 1971-1974. 1 vinil. 2 faixas.

2.5 Páginas na internet

BRUM, Eliane. A ditadura que não diz seu nome. *El País*, 31 de março de 2014. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2014/03/31/opinion/1396269693_200037.html> Acesso em 07 Jul. 2014.

COORDENAÇÃO GERAL DO PROJETO RONDON. *Guia dos rondonistas*. Disponível em <<http://projektorondon.pagina-oficial.com/portal/file/download/id/82277>>. Acesso em 13 Mar 2014.

KACHANI, Morris. “O Brasil não digeriu a ditadura”. Folha de S. Paulo, 25 de agosto de 2014. Disponível em: <<http://blogdomorris.blogfolha.uol.com.br/2014/08/25/o-brasil-nao-digeriu-a-ditadura/?cmpid=%22facefolha%22>> Acesso em 27 Ago. 2014.

Projeto Rondon. Disponível em: <<http://projektorondon.pagina-oficial.com/portal>> Acesso em 30 Jun. 2014.

Projeto Rondon Oficial. Disponível em <<https://www.youtube.com/user/ProjetoRondonOficial>> Acesso em 9 Jan. 2015.

Saudosismo. Disponível em: <<http://www.sarmento.eng.br/Saudosismo.htm>>. Acesso em 16 mar. de 2014.

3. Bibliografia

ABREU, Alzira Alves de. As telecomunicações no Brasil sob a ótica do governo Geisel. In: CASTRO, Celso e D'ARAÚJO, Maria Celina (orgs.). *Dossiê Geisel*. Rio de Janeiro: FGV.

ACKER, Antoine. “O maior incêndio do planeta”: como a Volkswagen e o regime militar brasileiro acidentalmente ajudaram a transformar a Amazônia em uma arena política global. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 34, nº 68, 2014, p. 13-33.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: *Enciclopédia Einaudi. Antrophos-Homem*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, v. 5, 1985, p. 296-332.

BARTHES, Roland. Sociedade, imaginação, publicidade. In: *Inéditos, vol. 3: imagem e moda*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BÉDARIDA, François. L'histoire de la résistance: lectures d'hier, chantiers de demain. *Vingtième Siècle. Revue d'histoire*, nº 11, julho-setembro de 1986, p. 75-90.

BOMENY, Helena. A reforma universitária de 1968: 25 anos depois. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 9, out. 1994, p. 51-65.

BRAGG, Wayne Gladstone. *Nonformal Education and Social Change in Brazil: the role of Projeto Rondon in national integration*. 1976. Tese (Doutorado em Educação), University of Texas, Austin/Texas.

CAPSSA LIMA, Mateus da Fonseca. *Movimento estudantil e ditadura civil-militar em Santa Maria (1964-1968)*. 2013. Dissertação (Mestrado em História). UFSM, Santa Maria/Rio Grande do Sul.

CARNEIRO, Alan. Proeme. In: ABREU, Alzira Alves de e PAULA, Christiane Jales de. *Dicionário histórico-biográfico da propaganda no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

CASTRO, Celso. *A invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

CASTRO, Cláudio Moura; ARNAUT, Adília Lício; PINTO, Ana Maria Rezende & ABREU, Sara Donner. *Como anda o projeto Rondon?* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1975.

CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

CHAMMAS, Eduardo Zayat. *A ditadura militar e a grande imprensa: os editoriais do Jornal do Brasil e do Correio da Manhã entre 1964 e 1968*. 2012. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo.

CHIRIO, Maud. *A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

COMBLIN, Joseph. *A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CORDEIRO, Janaína Martins. *Direitas em movimento: a Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

_____. Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 22, nº 43, janeiro-junho de 2009, p. 85-104.

_____. *Lembrar o passado, festejar o presente: as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972)*. 2012. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói/Rio de Janeiro.

CROCE, Benedetto. *A história, pensamento e ação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.

CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade reformanda: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

DEL GAUDIO, Maria Ordália Magro. *O Projeto Rondon: a face ideológica do poder, frente a ordem instituída (1968-1986)*. 1987. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

DIACON, Todd A. *Rondon: o marechal da floresta*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

DREIFUSS, René Armad. *1964: a conquista do Estado*. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

FONTES, Edilza Joana Oliveira. Memória e história da interiorização da UFPA: quando a memória constrói uma história coletiva. *Fronteiras*, Florianópolis, nº 20, 2012, p. 93-114.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Petrópolis: Vozes, 1972

_____. *Microfísica do poder*. São Paulo: Graal, 2004.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GUIMARÃES, Plínio Ferreira. *Outras formas de enfrentar a ameaça comunista: os programas assistenciais do Exército brasileiro como estratégia de combate à guerra revolucionária (1964-1974)*. 2014. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/Minas Gerais.

GURGEL, Roberto Mauro. *Extensão universitária: comunicação ou domesticação?* São Paulo: Cortez, 1986.

HAUSSEN, Doris Fagundes. Rádio brasileiro: uma história de cultura, política e integração. In: BARBOSA FILHO, André *et alii* (orgs.). *Rádio: sintonia do futuro*. São Paulo: Paulinas, 2004.

HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

IORIO, Gustavo Soares. *A revista Interior (1974-1989): “síntese da vida nacional” e representação do interior no Brasil*. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia). UFF, Niterói/Rio de Janeiro.

KAMINSKI, Leon Frederico. *Por entre a neblina: o Festival de Inverno de Ouro Preto (1967-1979) e a experiência histórica dos anos setenta*. 2012. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana/MG.

LABORIE, Pierre. *Les français des années troubles*. Paris: Dessclée de Brouwer, 2003.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

LERNER, Samara Macebo. Os Estudos de Problemas Brasileiros na UERJ: a estrutura e as engrenagens de um projeto de socialização política. *Interseções*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, jun. 2014, p. 111-128.

LOCATO, Maria de Lourdes. *O universitário de Enfermagem no Projeto Rondon*. 1976. Tese (Livre Docência), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e ditadura militar, 1964-1968*. Campinas, SP: Papyrus, 1986.

_____. O movimento estudantil dos anos 1960. In: FERREIRA, Jorge e AARÃO REIS, Daniel (orgs.). *Revolução e democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007

MAIA, Tatyana de Amaral. Os usos do civismo em tempos autoritários: as comemorações e ações do Conselho Federal de Cultura (1966-1975). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 34, nº 67, 2014, p. 89-109.

MATHIAS, Suzeley Kalil. *Distensão no Brasil: o projeto militar (1973-1979)*. Campinas, SP: Papirus, 1995.

_____. *A militarização da burocracia: a participação militar na administração federal das comunicações e da educação, 1963-1990*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

MATTEUCCI, Nicola. Resistência. In: BOOBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco (orgs.). *Dicionário de Política I*. Brasília: UNB, 1998.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 34, 1992, p. 9-24.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

_____. A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969. *Topoi*, v. 14, nº 26, jan./jul. 2013, p. 62-85.

_____. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. São Paulo: Zahar, 2014.

MÜLLER, Angélica. *A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública (1969-1979)*. 2010. Tese (Doutorado em História). USP/Paris 1 Panthéon Sorbonne, São Paulo/Paris.

MULFORD, Carolyn. Brazil's Project Rondon: Providing a 'Realistic' Education, Helping the Country. *Change*, Filadélfia/EUA, vol. 15, nº. 2, mar. 1983, p. 52-54.

NAPOLITANO, Marcos. O golpe de 64 e o regime militar brasileiro: apontamentos para uma revisão bibliográfica. *Contemporanea – Historia y problemas del siglo XX*, Montevidéu/Uruguai, v. 2, 2011, p. 209-217.

_____. *Coração civil: arte, resistência e lutas culturais durante o regime militar brasileiro (1964-1980)*. Tese (Livre-docência). USP, São Paulo: 2011.

NEVES DELGADO, Lucília de Almeida. Diretas-Já: vozes das cidades. In: FERREIRA, Jorge e AARÃO REIS, Daniel (orgs.). *Revolução e democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. *Políticas de extensão universitária brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

NOSSA, Leonencio. *Mata! O Major Curó e as guerrilhas no Araguaia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

PAIVA, Vanilda Pereira. Extensão Universitaria en Brasil. *Revista Nueva Sociedad*, Buenos Aires/Argentina, nº 15, nov.-dez./1974, p. 68-83.

PAULA, Christiane Jalles de. Custavo Corção: apóstolo da “linha-dura”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 32, nº 63, 2012, p. 171-194.

PEREIRA, Daline Vinhal. *Um olhar sobre o Projeto Rondon e a dimensão ambiental*. 2009. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento sustentável), Universidade de Brasília, Brasília.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 15, nº 29, 1995, p. 9-27.

PITTS, Bryan. “O sangue da mocidade está correndo”: a classe política e seus filhos enfrentam os militares em 1968. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 34, nº 67, 2014, p. 39-65.

POERNER, Arthur. *O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. *O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

_____. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. As oposições à ditadura: resistência e integração. In: AARÃO REIS, Daniel, RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.) *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

ROLLEMBERG, Denise. Esquecimento das memórias. In: MARTINS FILHO, João Roberto (org.). *O golpe de 1964 e o regime militar*. São Carlos: Ed. UFSCar, 2006.

ROLLEMBERG, Denise & QUADRAT, Samantha. Memória, história e autoritarismos. In: ROLLEMBERG, Denise & QUADRAT, Samantha (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010

ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2010.

ROSENBAUM, J. Jon. Project Rondon, a Brazilian Experiment in Economic and Political Development. *American Journal of Economics and Sociology*, Hoboken/New Jersey/EUA, nº. 2, vol. 30, abril/1971, p. 187-201.

SALDANHA, Alberto. *A UNE e o mito do poder jovem*. Maceió: Edufal, 2005.

SARLO, Beatriz. *Paisagens imaginárias: intelectuais, arte e meios de comunicação*. São Paulo: Edusp, 1997.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. Propaganda e História: antigos problemas, novas questões. *Projeto História*, São Paulo, n. 14, fev. 1997, p. 89-112.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Imaginar é difícil (porém necessário). In: ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SEMELIN, Jacques. Que'est-ce 'résister'? *Esprit*, Paris/França, nº 198, janeiro de 1994, p. 50-63.

SILVA, Raphael Oliveira da. Um fusca na Transamazônica: a apropriação da propaganda política pela publicidade no Governo Médici (1969-1974). *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, julho 2011, p. 1-8.

SILVEIRA, Nádia Dumara Ruiz. *Universidade brasileira: a intenção da extensão*. São Paulo: Loyola, 1987.

SIRINELLI, Jean-François. De la demeure à l'agora: pour une histoire culturelle du politique. *Vingtième Siècle. Revue d'histoire*, nº 57, janeiro-março de 1998, p. 121-131.

SOUSA, Luís Otávio G. de; BARROS, Rogério Alves de; e MORAES, Leticia Nunes de. Newton Cardoso. In: ABREU, Alzira Alves de (org.). *Dicionário histórico-biográfico pós-1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

SOUZA, César Augusto Martins de. *A estrada invisível: memórias da Transamazônica*. 2012. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói/Rio de Janeiro.

SOUZA, Helder Cyrelli de. *Os cartões de visita do Estado: a emissão de selos postais e a ditadura militar brasileira*. 2006. Dissertação (Mestrado em História). UFRGS, Porto Alegre/Rio Grande do Sul.

SOUZA, Matilde de. *A epopeia da Transamazônica: 90 milhões em ação*. 1995. Dissertação (Mestrado em Ciência política). UFMG, Belo Horizonte/Minas Gerais.

TAVARES, Maria Hermínia e WEIS, Luiz. Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida

Neves (orgs). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX* (Col. O Brasil Republicano – vol. 4). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

WUNENBURGER, Jean-Jacques. *O imaginário*. São Paulo: Loyola, 2007.

Anexo I

Administração do Projeto Rondon

<u>Período</u>	<u>Coordenador-geral</u>	<u>Superintendente da Fundação Projeto Rondon</u>	<u>Presidente da Fundação Projeto Rondon</u>
1967 a março de 1968	Tenente-coronel Mauro da Costa Rodrigues	X	X
Março de 1968 a abril de 1971	Tenente-coronel- aviador Roy Hermínio Friede	X	X
Abril de 1971 a julho de 1974	Coronel Sérgio Mário Pasquali	X	X
Julho de 1974 a dezembro de 1975	Capitão Neljanir Guimarães	X	X
Dezembro de 1975 a maio de 1977	X	Capitão Neljanir Guimarães	Mário Garnero
Maiο de 1977 a julho de 1977	X	Professora Eliete Santiago (interina)	Mário Garnero

Julho de 1977 a março de 1979	X	Capitão de mar-e- guerra Muniz Alzuguir	Mário Garnero
Março de 1979 a novembro de 1980	X	?	Coronel Sérgio Mário Pasquali
Novembro de 1980 a março de 1985	X	?	Myriam Levy Cardoso Moreira

Anexo II

Campi avançados do Projeto Rondon e universidades responsáveis¹

<u>Campus avançado</u>	<u>Universidade responsável</u>	<u>Data de instalação</u>
Boa Vista, Roraima	Universidade Federal de Santa Maria	1º de agosto de 1969
Tefé, Amazonas	Universidade Federal de Juiz de Fora	9 de agosto de 1969
Parintins, Amazonas	Fundação Universidade do Estado do Rio de Janeiro	Outubro de 1969
Médio Araguaia, Goiás	Universidade de Brasília	5 de abril de 1970
Porto Velho, Rondônia	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Maior de 1971
Cruzeiro do Sul, Acre	Universidade Estadual de Campinas e PUC-Campinas	9 de julho de 1971
Rio Branco, Acre	Escolas Superiores de Ribeirão Preto, Franca, Jaboticabal, Batatais e Araraquara	9 de julho de 1971

¹ Fontes: Programa *Campus Avançado*. 1974. *Arquivo Central do Sistema de Arquivos da UNICAMP*, fundo CACS, caixa 160, maço 10, p. 1-2 e MINISTÉRIO da Educação e Cultura. *Op. citada*, 1980.

Santarém, Pará	Universidade Federal de Santa Catarina	14 de outubro de 1971
Altamira, Pará	Faculdades Integradas de Uberaba e Universidade Federal de Viçosa	15 de outubro de 1971
Marabá, Pará	Universidade de São Paulo	15 de outubro de 1971
Barreiras, Bahia	Universidade Federal de Minas Gerais	21 de setembro de 1972
Irecê, Bahia	Universidade Mackenzie	21 de setembro de 1972
Picos, Piauí	Universidade Federal de Goiás e PUC-Goiás	22 de setembro de 1972
Imperatriz, Maranhão	Universidade Federal do Paraná	23 de setembro de 1972

Humaitá, Amazonas	Escolas Superiores de Bauru, Jaú, Botucatu e Avaré	18 de novembro de 1972
Alto Solimões, Amazonas	PUC-Rio Grande do Sul	19 de novembro de 1972
Itaituba, Pará	Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina	19 de julho de 1973
Amapá	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	21 de julho de 1973
Cáceres, Mato Grosso	PUC-Pelotas, Fundação Universidade Rio Grande, Universidade Federal do Mato Grosso, Universidade Federal de Pelotas	12 de setembro de 1973
Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais	Escolas Superiores do ABC	27 de setembro de 1973
Parnaíba, Piauí	Universidade Federal do Espírito Santo	11 de outubro de 1973
Limoeiro do Norte, Ceará	Universidade Estadual de Londrina	4 de novembro de 1974

Anexo III

*Hino do Rondonista*²

Integração, integração, integração
 É a intenção
 Na própria ação, satisfação
 A pátria amar
 É trabalhar, é ajudar
 É integrar (bis)

Nos campos, nos montes, nos vales, nos rios
 Nos barcos, nos lombos, nas naves, a pé
 Nas vilas, nas casas, nas choças, aos céus

É gente
 É povo
 É Rondon
 É Brasil (bis)

Integração, integração, integração
 É a intenção
 Na própria ação, satisfação
 A pátria amar
 É trabalhar, é ajudar
 É integrar (bis)

De norte a sul, procuramos agir
 De leste a oeste, nosso lema é servir
 Um coro imenso, um clamor da nação

É gente
 É povo
 É Rondon
 É Brasil (bis)

Música: Osvaldo F. de Melo

Letra: Edison F. de Macedo

Arranjo: Erick Magalhães

Coral da Universidade Católica de Salvador

Projeto Rondon

Coordenação Estadual da Bahia

² Fonte: CORAL da Universidade Católica de Salvador. *Projeto Rondon: integrar para não entregar*. Salvador: PUC-BA, c. 1971-1974. Arquivo pessoal do autor.